

Universidade Católica de Goiás  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia  
Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural

**Somos sertanejos? E por que não?!  
Goiânia para além do *art déco*.**

Tattiussa Costa Martins

Orientador: Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho

Goiânia, 21 de dezembro de 2006.

Universidade Católica de Goiás  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia  
Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural

**Somos sertanejos? E por que não?!  
Goiânia para além do *art déco*.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, para obtenção do título de Mestre, sob orientação do Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho.

Goiânia, 21 de dezembro de 2006.

Tatiussa Costa Martins

**Somos sertanejos? E por que não?!  
Goiânia para além do *art déco*.**

Dissertação defendida em 21 de dezembro de 2006, aprovada na mesma data pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Manuel Ferreira Lima Filho (UCG)

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Klaas Axel Anton Wessel Woortmann (UCG/UnB)

---

Prof<sup>o</sup> Dr. José Guilherme Cantor Magnani (USP)

M386s

Martins, Tatiussa Costa

Somos sertanejos? E por que não?![ manuscrito]: Goiânia para além do art déco./ Tatiussa Costa Martins.-- 2006.

212 f.; il. 30 cm

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural, Goiânia, 2006

Inclui referências F.196-212

1. História cultural - Goiânia (GO). 2. Identidade social - Goiânia (GO). I.Lima Filho, Manuel Ferreira. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 930.85(043)

À todos que acreditaram no meu sonho e aceitaram caminhar a meu lado nesta árdua jornada. Em especial, dedico este trabalho ao meu Fofão, a Suelene, ao Jeffs e a Salma.

## Sumário

Agradecimentos .....	7
Resumo .....	9
Abstract .....	10
<u>Introdução</u> .....	11
<u>Capítulo I</u> Significação e resignificação - a formação da matriz identitária.....	25
1.0 Considerações iniciais .....	25
1.2 A construção da brasilidade .....	28
1.3 Sertão goiano .....	38
1.4 As bandeiras: a construção de um herói nacional .....	44
1.5 As imagens cristalizadas do sertão .....	55
1.6 Tropas e boiadas .....	59
<u>Capítulo II</u> E no meio dos sertões de Goiás, surge Goiânia moderna .....	67
2.0 Considerações iniciais .....	67
2.1 Contexto histórico .....	75
2.2 Descortinando a cidade. O cotidiano vilaboense .....	78
2.3 Moça majestosa, vibrante, grande e bela: Goiânia no discurso oficial .....	87
2.4 Goiânia aldeiazinha encantadora: a cidade na fala dos Pioneiros .....	93
2.5 Entre o moderno e o sertanejo .....	100
<u>Capítulo III</u> Rua 20: convergências e divergências do sertão .....	104
3.0 Considerações iniciais .....	104
3.1 A rua 20. Uma alegoria da cidade sonhada .....	108
3.2 A transformação da paisagem urbana na Rua 20 .....	126
3.3 Com a palavra, os Pioneiros .....	136
3.4 Seja bem vindo a Goiânia dos Pioneiros! .....	140
<u>Capítulo IV</u> Goiânia para além do art déco - algumas considerações finais .....	152
<u>Anexos</u> .....	181
Documento 1 Mapa do Núcleo de Goiânia em 1938 .....	181
Documento 2 Traçado Viário de Goiânia em 1933 .....	182
Documento 3 Traçado original de Goiânia .....	183

Documento 4 Plano de Urbanização de Goiânia .....	184
Documento 5 Edital N.2 Grande Hotel .....	185
Documento 6 Propaganda do Grande Hotel.....	189
Documento 7 Reportagem Lobato em Goiânia .....	189
Documento 8 Reportagem Sítios Históricos. Resquícios do que se foi .....	190
Documento 9 Contrato de construções das casas-tipo.....	191
Documento 10 Casas-tipo residenciais .....	192
Documento 11 O valor educativo das construções .....	194
Documento 12 Pesquisa de campo. Amostragem das atividades desenvolvidas atualmente na Rua 20 .....	188
<u>Referências Bibliográficas</u> .....	196

## Agradecimentos

A fase escrita da dissertação é comumente descrita no meio acadêmico como solitária, como uma entrega total do pesquisador a sua obra. Felizmente o meu trabalho não se insere nessa afirmação. Todo o tempo fui amparada pela família, pelos professores, pelos colegas de turma e do projeto Antropologia na Cidade. Se houvesse como compartilhar a titulação do Mestrado com todos que me ajudaram, tornaria mestres por merecimento ao menos umas trinta pessoas. Mas infelizmente como isto não é possível, deixo nas próximas linhas o meu agradecimento.

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu Fofão, apelido carinhoso que dei ao meu avô, que na sua ânsia em ter um doutor na família, tem sido o combustível que me impulsiona no meio acadêmico. Prometi a ele que seria doutora, não médica, mas doutora por titulação na área que eu gosto. Fofão, eu estou quase chegando lá!

Costumo dizer que este trabalho é fruto de muito suor. Como agradecer a uma pessoa que por injustiças da vida, se dispôs a ir para o exterior, trabalhar como faxineira, para dar melhores oportunidades a seus filhos? Su, faltam palavras para te agradecer. Espero que este trabalho e os que virão sejam suficientes para expressar o que eu não consigo escrever.

Nessas horas os maridos sofrem. Jeffs, perdoe a minha ausência, o meu nervosismo, a pouca atenção que tenho te dado nos últimos dois anos. Te prometo que até o doutorado eu reponho todos os momentos que deixamos pra depois. De antemão, obrigado pelo companheirismo, você merece a metade dos créditos desse trabalho.

À Salma, meu filhote, que esteve desde a gestação completamente envolvida nesta aventura. De agora para frente posso passar mais tempo contigo.

À tia Marlene, Valder, Isabela e Lucas, pelas noites em que vocês aceitaram ajudar o Jeffs a cuidar da Salma, enquanto eu me dedicava a leitura de livros e a escrita dessa dissertação.

À Dna. Anália, por ter aceitado ajudar o Jeffs a olhar a Salma nos fins de semana.



Aos colegas do mestrado, Ana Cristina, Maria Luíza, Márcio, Ciro, Maristane, Geronei, Alexandra, Carolina, Venússia, Thaise, Sonilda, Naiara e Bezerra. Aprendi com vocês de tudo um pouquinho...

Aos professores do mestrado, Roque, Klaas, Marlene, Márcia, Benedito, Luiz Eduardo, Heliane, Maurinha, Isabel, Albertina, Emílio, Manuel. Os seus ensinamentos foram valiosos para mim. Muito obrigado!

Em especial, agradeço o Profº Manuel por ter me concedido a oportunidade de participar do projeto Antropologia na Cidade, do qual é coordenador. Obrigado pela atenção, pela paciência, pela dedicação, pela sua compreensão. Aprendi muito contigo.

Aos colegas do projeto, Francis, Ciro, Ênio, Tiago, Emanuela, Daniely, Cristine, Rosane, Heliane, Laís, Guilherme, Gena, Ronaldo, Luís César, Cristina. As reuniões, as pesquisas de campo, as discussões... Esse trabalho carrega um pouquinho de cada um de vocês.

É impossível realizar um bom trabalho sem contar com as pessoas que ao ficar nos bastidores, não fazem idéia do quanto são importantes para o desenvolvimento e conclusão dos trabalhos acadêmicos. Muito obrigado as secretárias do mestrado, em especial a Rejane, que desempenha muito mais do que as funções que lhe são confiadas, parte desse trabalho é seu também. A Carmelinda do IHGG, ah se em todas as instituições houvessem pessoas comprometidas como você!

À Maria Janaína, em cuja força e determinação procuro me espelhar. Ao Cleu, agradeço todos os dias por você ter aparecido na minha vida, embora as armadilhas do destino tenham nos afastado, a consideração que tenho por você continua a mesma.

À todos os mencionados, e aos que pela emoção da hora eu tiver esquecido de citar, o meu muito obrigado.

## Resumo

Essa dissertação versa sobre o conflito existente entre as concepções ideológicas e a realidade social e urbana encontrada na sociedade goianiense em suas primeiras décadas. Ao recorrermos aos pioneiros, percebemos que suas reminiscências mostravam uma Goiânia que em muito diferia da Goiânia estampada nos documentos oficiais. Lá Goiânia era descrita como uma cidadezinha tipicamente sertaneja. Aqui Goiânia ostentava uma arquitetura imponente, construções suntuosas, cidade moderna. A percepção de que existe um contraste entre as duas falas tornou-se evidente quando tomamos a Rua 20, compreendemos que toda problemática circundava em torno, de fixar uma identidade para a cidade que nascia. Para o projeto de Goiânia deslanchar era preciso consolidar as forças políticas, que em decorrência da proximidade com a Revolução de 30, não tinha ainda bases sólidas. A consolidação desse poder em Goiás, teve como expoente a construção de Goiânia, que para se afirmar camuflou suas raízes sertanejas, vestindo a roupagem discursiva do moderno. Contudo, o passar da tormenta não significou o resgate dessa identidade, ela continuou oculta. O tombamento dos edifícios que apresentam em sua fachada o estilo arquitetônico *art déco*, representante do poder e da Goiânia que se imaginava moderna desde o nascimento, reavivou as discussões em torno da identidade escondida, muito mais próxima dos goianienses do que a identidade imposta. Neste contexto, perguntamos: não estaria na hora de resgatar a nossa identidade sertaneja? Afinal, somos sertanejos? E por que não?!

## **Abstract**

This dissertation is regarding to ideological conception and conflicts existent in the social and urban Goiânia's society in their first decades. The pioneers that conquered Goiânia describe the city differently from descriptions found on the printed official City's documents. The pioneers describe the city of Goiânia as typical backwoods town while the official documents describes the Goiânia as boasted architecture, sumptuous buildings and modern city which lead to a contrast perception between two lines. An evident example is 20 Street. The issues surrounding this street establish an identity for the city. The Goiânia's constructions started after the consolidation of the political forces. Because of proximity of the 30 Revolution, there weren't any solid foundations prepared. The State of Goiás consolidated its power only after of the Goiânia city 'constructions. Goiânia became the capital city and is used to camouflage the backwoods roots with superficial garb of modern discourse. Even though after the storm, Goiânia's identity kept hidden. Some of the remaining buildings has architectural art déco style feature represents Goiânia's beauty and power. These buildings has revived discussions about the Goiânia's hidden identity closer to the Goiânia's culture and values than modernity identify imposed. In this context, we ask if would not already time to rescue our backlands 'identity? After all, are we country people? And why not?!

## Introdução

A presente dissertação é uma das filhas do projeto “Antropologia na Cidade. Identidade, Memória e Referências Culturais do Núcleo Pioneiro de Goiânia” da Universidade Católica de Goiás, que conta com uma equipe heterogênea composta por arquitetos, cientistas sociais, fotógrafos, designers, engenheira ambiental, historiadores, mestres e mestrandos em gestão do patrimônio cultural. A troca de experiências entre os membros do grupo, as pesquisas de campo, as observações do Núcleo Pioneiro de Goiânia e as entrevistas concedidas pelos Pioneiros, resultaram em anotações de um “caderno de campo coletivo”, anotações estas que nos levaram a desconfiar da hegemonia facultada ao estilo arquitetônico *art déco*, encontrado nos primeiros órgãos públicos da Nova Capital e nas residências do alto escalão do governo, na Rua 20, misturado a outros estilos.

O *art déco* foi eleito para representar as novas lideranças políticas que chegavam ao poder em decorrência da Revolução de 30, juntamente com a campanha da Marcha para o Oeste, que em poucas palavras, buscava desbravar e modernizar o sertão brasileiro. Goiânia foi fundada na década de 30, em meio a consolidação desse novo poder, carregando o estandarte das aspirações dos revolucionários. A Nova Capital tinha como missão representar o triunfo da Revolução, simbolizando concomitantemente a derrota das forças e das referências anteriores, assinalados pelo coronelismo e pela predominância de características provincianas em meio a práticas modernas, cujo representante máximo era a Cidade de Goiás, antiga capital do Estado. Em Goiás, a mudança da capital significou a tentativa de aniquilar com o coronelismo, que ditava as regras no Estado, sendo, portanto, uma estratégia política para permitir a estabilização do poder concentrado nas mãos do interventor federal, Pedro Ludovico Teixeira.

Os argumentos usados para persuadir a sociedade vilaboense<sup>1</sup> da urgência da transferência da capital, versavam a respeito dos problemas sanitários, que facilitavam a proliferação de doenças; da geografia, que inviabilizava a expansão da cidade para além da serra e dos morros; de ordem econômica, alegando que tais problemas colaboravam para o isolamento

---

<sup>1</sup> A Cidade de Goiás chamava-se Vila Boa, vilaboense é um adjetivo relacionado a esse primeiro nome da cidade.

da cidade, do restante do país, dificultando as relações comerciais. Essas observações foram feitas por administradores anteriores, ainda no Império, e foram apropriadas pelos defensores da mudança. A transferência da capital em outras épocas foi inviabilizada pela falta de apoio do governo central, em decorrência do caráter exploratório da colonização portuguesa, aliado a inexpressividade econômica de Goiás, fatores estes que impediram a concretização da idéia de mudança. Esses fatores somados a inviabilidade financeira para adequar a Cidade de Goiás as “exigências modernas”, colaboraram para maquiagem o principal intuito da mudança, de caráter político.

A população da Cidade de Goiás, até então capital do Estado, se encontrava dividida entre o desejo de ver Goiás prosperar, e o pesar em deixar a cidade com toda a sua história e tradição. A resistência à mudança também estava relacionada ao fato de que a população da Cidade de Goiás era dependente dos honorários pagos ao funcionalismo público, que empregava significativa parcela de trabalhadores. A sociedade temia que com a transferência da capital e o conseqüente remanejamento dos órgãos estaduais e federais, a cidade entrasse em um marasmo econômico, prejudicando grande parte das famílias vilaboenses.

Neste impasse os vilaboenses se dividiram em mudancistas e antimudancistas, onde estes últimos punham em descrédito a empreitada, satirizando a idéia e seus apoiadores. As críticas pautavam-se nas dificuldades econômicas do Estado que já haviam inviabilizado a concretização da iniciativa de mudar a capital em outras ocasiões. O início da construção da Nova Capital, marcado por dificuldades de toda ordem, onde imperava a escassez de verba, precedida pelo problemático transporte dos materiais ao canteiro de obras; o pagamento dos funcionários, quase sempre em atraso, são pontos que contribuíram para a intensificação dos boatos de que os mudancistas não tardariam em retornar para a cidade, a qual ingratamente despojaram do título de capital. No entanto, Goiânia sobreviveu às intempéries, e as ironias dos vilaboenses que ficaram na antiga capital, acabaram em lamentos pela perda definitiva da administração do Estado.

Fizemos essa pequena introdução, mostrando as forças contrárias à mudança e a escassez de recursos financeiros para a construção de Goiânia, com o propósito de evidenciar que a urbe descrita no discurso oficial, com seus edifícios imponentes e suntuosos não condizia com o contexto enfrentado no ato da fundação da cidade. Em meio a tantos problemas seria impossível fazer uma cidade conforme o pretendido. Contudo, a fala oficial tenta se sobrepor a Memória dos Pioneiros, e a concepção de que Goiânia nascera moderna, prevaleceu, sendo difundida através de

uma historiografia que privilegiava as fontes escritas, com destaque para as interlocutoras da palavra do governo, em detrimento das fontes orais e relatos escritos das "Testemunhas do Passado", que contradiziam a imagem que se desejava construir de Goiânia. Os documentos oficiais foram considerados como a única fonte autêntica que guardava a verdadeira história da Nova Capital, as disposições contrárias eram ignoradas e postas em descrédito, facilitando a disseminação das idéias contidas nos pronunciamentos políticos.

A validação da imagem de Goiânia como uma cidade que esbanjava desenvolvimento e progresso foi transmitida a gerações de goianienses. Por este motivo, tivemos grande dificuldade em nos desvencilhar dessa visão tão arraigada em nossa sociedade. A proximidade com o nosso objeto de pesquisa exigiu um cuidado maior na coleta e interpretação dos dados. O estranhamento se deu na medida em que os pesquisadores do projeto percorriam as ruas do Núcleo Pioneiro de Goiânia, compartilhando experiências adquiridas nas diversas formações acadêmicas percebendo e apontando questões que entravam em conflito com o senso comum.

A academia goianiense tem se empenhado na realização de pesquisas que buscam mostrar o outro lado da história de Goiânia. Arrais (2002) recorreu aos jornais antimudancistas da antiga capital, acervo este que, lhe permitiu evidenciar a acirrada oposição às forças políticas que impulsionaram a mudança; Santos Júnior (2005), por sua vez, procurou entender o que as crianças percebem como patrimônio, constatando que, para os pequenos, o patrimônio arquitetônico tombado pelo IPHAN em 2002, não ocupa posição privilegiada no cotidiano e na memória das crianças, quando os mesmos reproduzem a cidade em desenhos. Mello (2006), ao observar Goiânia percebeu que a arquitetura em estilo *art déco* é menos expressiva do que, os estilos arquitetônicos neocolonial, eclético e normando, confrontando o conceito até então predominante, de que o estilo *art déco*, não só materializava como aglutinava os ideais políticos e sociais da época de fundação da cidade. Assim, as investigações acadêmicas têm contribuído para a desconstrução da tessitura que envolveu Goiânia durante décadas, e correu o risco de ser reificada pelo tombamento (ato político) do conjunto *art déco* pelo IPHAN (2003) e reforçar a idéia reducionista da identidade da cidade. A experiência etnográfica mostrou um contraponto a essa questão.

O nosso trabalho se insere nessa perspectiva ao lançar um outro olhar sobre Goiânia. Recortamos do núcleo pioneiro, a Rua 20, logradouro escolhido para ser uma das

maiores expressões da ambição do governo. Nela foram construídas dez casas, as quais conforme o governo, seguiam as mais modernas prerrogativas sanitárias e higiênicas, oferecendo instalações confortáveis, construídas com materiais de alto padrão, conforme consta nos contratos entre o Estado e a firma responsável pela execução das obras<sup>2</sup>. Em meio a essa estrutura paramentada para simbolizar o progresso e a modernidade, foram instalados os funcionários do alto escalão, inclusive o próprio interventor federal, de famílias oriundas da antiga capital e algumas do interior de Goiás. As famílias ‘escolhidas’ para residirem na Rua 20, tinham alto poder aquisitivo e representavam a prosperidade econômica e cultural, não deixando de ser um modelo social a ser seguido pelo restante da sociedade, assim como as construções que habitaram.

Neste sentido, a Rua 20 tinha a função de transparecer a modernidade por meio das “construções modernas”<sup>3</sup> e disposição das casas, mas também deveria ser modelo de comportamento, de cultura. A análise da Rua 20 nos mostrou, de um lado, que a arquitetura em estilo *art déco* não é a única expressão arquitetônica dos primeiros tempos da Nova Capital, visto que as construções desta rua, não são/eram homogêneas do ponto de vista estético. As casas apresentam um sincretismo de tendências arquitetônicas, algumas combinando vários estilos em um única fachada, não havendo neste logradouro, exemplares que apresentem na fachada o estilo *art déco* “desacompanhado”. A abordagem da Rua 20, enfocando apenas o seu conjunto arquitetônico, não resultaria em uma pesquisa satisfatória, que objetivasse registrar as referências culturais dos goianienses nos anos que sucederam a mudança da capital, era necessário também, realizar uma pesquisa a respeito do modo de vida dessa comunidade, identificando os seus costumes, hábitos, referências culturais.

A nossa constatação de que a arquitetura não dava conta, por si só, de explicar a complexa trama que envolveu a fundação de Goiânia, apoiou-se também na observação em campo, das transformações físicas ocorridas no logradouro. Supomos a princípio, que se as

---

<sup>2</sup> A respeito, ver (MONTEIRO, 1979)

<sup>3</sup> Esse termo é empregado nos contratos entre o Estado e as construtoras, divulgado em jornais e estava contido nos discursos políticos. O “moderno” se referia aos materiais empregados na obra; aos pedreiros trazidos de São Paulo e do Rio de Janeiro, conhecedores da técnica de construir casas com concreto armado; a disposição das casas nos lotes que permitiam ventilação e iluminação em todos os cômodos. Na arte de morar, para usar uma expressão de Certeau (1994), Goiânia expressava a sua modernidade se diferenciando da antiga capital. As construções modernas, representadas pelas dez casas-tipo, foram quase completamente destruídas, as duas residências (na época) que restaram não foram incluídas no processo de tombamento. Para facilitar a compreensão do texto, quando falarmos em construções modernas, estaremos nos referindo as dez casas-tipo. Quando falarmos em arquitetura moderna, estaremos nos referindo as casas que foram construídas após a década de 60.

construções da Rua 20 tivessem atingido o seu propósito, de expressar modernidade, e a população goianiense se identificasse com elas, hoje existiriam mais exemplares. Ao realizarmos um diagnóstico deste logradouro, percebemos que há pouquíssimos exemplares das primeiras construções, alguns com muitas intervenções. Das dez casas construídas pelo Estado restaram a residência temporária de Pedro Ludovico, na época interventor federal, e a casa do Prof<sup>o</sup> Colemar Natal e Silva, membro da comissão responsável por escolher o local onde seria edificada a capital e primeiro reitor da Universidade Federal de Goiás. O restante, inclusive o “Palacinho” sede temporária do governo, cedeu lugar a prédios e estacionamentos.



Antiga residência de Colemar Natal e Silva.  
Fonte: Acervo particular de Ciro Oliveira (2006)





Antiga residência de Pedro Ludovico Teixeira.  
Fonte: Acervo particular de Ciro Oliveira (2006)

A quantidade de exemplares de residências com a arquitetura moderna e normanda é superior às casas com elementos em estilo *art déco*, constatação que vai de encontro com as pesquisas de Mello (2006), cuja temática não se restringiu a uma rua em específico, abrangendo todo o núcleo pioneiro da cidade. Essa amostragem nos trouxe certa inquietação. Ficava evidente que o *art déco* não dava conta de “responder” as questões relacionadas com as referências culturais e a identidade, não só dos moradores da Rua 20, como nós identificamos, mas também dos goianienses, como mostrou Mello (2006). Com esses resultados estava evidente que o discurso oficial não condizia com o que os pioneiros entendiam como elementos representantes da Goiânia de seu tempo.

As casas da Rua 20 eram oficialmente denominadas de construções modernas, por motivos que já expomos. Contudo, as reminiscências dos Pioneiros revelam a outra face dessas casas. Muitas eram ocupadas antes de seu término, com muito ainda por fazer. Estendendo-nos agora ao Núcleo Pioneiro, encontramos descrições de casas com chão de terra batido, com janelas improvisadas feitas de tábuas de caixotes<sup>4</sup>. Essas colocações são acompanhadas da fala de Atilio Corrêa Lima, arquiteto urbanista autor da primeira planta de Goiânia:

---

<sup>4</sup> A respeito consultar (ALBERNAZ, 1992); (SOUZA, 1989); (TELES, 1986).

*“Estão a iniciar-se algumas construções em desacordo com as boas regras construtivas, como sejam emprego de minerais para alicerces tais como o denominado de “Tapiocanga”; adobe em panos de parede e o assentamento de tijolos com argila, etc.”<sup>5</sup> (grifos meus).*

A situação dos operários era ainda pior e mais distante do conceito de modernidade<sup>6</sup>. Os operários ficaram, a princípio, alojados com suas famílias em choupanas no meio do mato, fato escondido pelo discurso oficial, mas revelado nas poucas fotos da época que retratam o acampamento desses trabalhadores. Como abaixo:



Choupana que servia de abrigo aos operários.  
Fonte: Acervo particular MIS (2006).

Diante deste quadro, relegamos aos documentos oficiais um papel secundário em nossas pesquisas, e resolvemos dar prioridade as fontes até então desprezadas pela historiografia

---

<sup>5</sup> (MONTEIRO, 1979, p.148)

<sup>6</sup> Nos referimos ao conceito de modernidade como portador de significado que expressava a idéia de moderno que o governo almejava transmitir.

regional. As nossas constatações se ampararam nos Livros de Memória e nos depoimentos dos Pioneiros, fontes que nos revelaram a cidade escondida por trás da oficialidade.

Ao privilegiarmos a memória transformamos os Pioneiros em atores, participantes do desenrolar da trama social, que contribuíram para a composição dos ‘textos escritos’ na estrutura urbana. Como disse Rolnik (1988), “a cidade além de ser palco das experiências humanas é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história”<sup>7</sup>. E como lembra Lynch (1999), “os elementos móveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele”<sup>8</sup>. Associando as colocações de Rolnik e Lynch, podemos dizer que a cidade é a junção da sua estrutura física com a apropriação do espaço pelos seus habitantes que ao interagir com o mesmo, lhe dá feições, tornando-o singular.

A percepção de que os indivíduos são importantes para a compreensão da história da cidade não se deu através da continuidade, mas sim da descontinuidade arquitetônica e da ambiguidade das relações sociais e costumes, que mantiveram as práticas interioranas em meio ao “ambiente moderno” da Rua 20. Eckert e Rocha (2000) ao questionarem a estigmatização das cidades brasileiras como “locais regidos pela desordem” pontuam que “não se pode compreender, portanto, a singularidade do ato de destruição e reconstrução de um espaço existencial sem se remontar a uma multidão de atos, volições e sentimentos que engendram seus territórios no domínio do vivido de seus habitantes”<sup>9</sup>. A heterogeneidade da Rua 20 nos conduziu a reflexão de que, o Núcleo Pioneiro de Goiânia também era heterogêneo. A cidade deveria ser compreendida a partir dos seus fragmentos, ruínas e ambiguidades, e não partindo do princípio de uma suposta continuidade como preconiza o discurso oficial, discurso este também ambíguo, pois o Estado não se preocupou em “guardar para a posteridade” as construções modernas da Rua 20 tão presentes em seus pronunciamentos.

A singularidade cidadina é fruto da sociedade que imprime na “face” da cidade, seus hábitos, seus costumes, sua cultura, afirmação que vai de encontro com as colocações de Park (1976), quando ele diz que “a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam”<sup>10</sup>. Os espaços da cidade se tornam lugares, onde “através dos tempos, todo setor e

---

<sup>7</sup> (ROLNIK, 1988, p.16)

<sup>8</sup> (LYNCH, 1999, p.01)

<sup>9</sup> (ECKERT E ROCHA, 2000, p.06)

<sup>10</sup> (PARK, 1976, p.29)

quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes”<sup>11</sup>. As palavras de Park cogitam a existência de uma Goiânia que trás consigo as características de seus habitantes. A participação do indivíduo na construção identitária da sociedade, a qual faz parte, estampa marcas na estrutura física da urbe, nos revelando a maior identificação da sociedade com a materialidade urbana, ou ao contrário, no seu desprezo. Considerando que, em nossas pesquisas observamos que, a arquitetura (e aqui incluímos todas as expressões arquitetônicas que remetem/remetiam aos primeiros anos da cidade) tem pouca ressonância perante os goianienses, visto a indiferença de muitos com a arquitetura em *art déco* e a constante destruição dos demais exemplares, quais seriam as referências identitárias mais expressivas para essa população?

Essa indagação nos motivou a “garimpar” nas reminiscências dos Pioneiros, os elementos mais significativos da Goiânia daquele tempo. Surpreendentemente, o sertão exercia influência sob o ambiente eleito pelo poder, para inaugurar a chegada da modernidade em Goiás. Mas por qual motivo a imagem da cidade real foi camuflada pela cidade sonhada dos representantes políticos? Esse questionamento nos fez enveredar pelos caminhos da construção da identidade nacional, tema que deu origem ao primeiro capítulo desta dissertação.

Ao percorrermos o trajeto trilhado pelos estudiosos, notamos que a ligação existente entre identidade e poder é, neste contexto, estreita. Os políticos viam no domínio da identidade uma forma eficaz de consolidação dos interesses governamentais. Essa relação é endossada por Ortiz (1986), ao declarar que:

“...a luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que se procura impor como legítima... existe uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado”<sup>12</sup>.

A eleição da arquitetura *art déco* como principal representante dos primeiros tempos de Goiânia, atende a um projeto nacional que busca modernizar o sertão. A monumentalidade desse estilo, era ideal para materializar um tempo novo. Assim, reconhecer que os costumes sertanejos continuavam presentes em meio a modernidade seria reconhecer o

---

<sup>11</sup> (PARK, 1976, p.30)

<sup>12</sup> (ORTIZ, 1986, p.09).

fracasso de tal intento. Raminelli (1997) ao tecer considerações sobre o trabalho de David Herlihy, representante das novas abordagens da história urbana, relewa que a urbanização não conseguiu suprimir “as fortes raízes rurais” do homem urbano, porque “não conseguiu transformar a mentalidade dos cidadãos”, considerações reproduzidas abaixo:

“...Herlihy considera ilusória a urbanização dos séculos XIX e XX, pois não conseguiu transformar a mentalidade dos cidadãos. Os imigrantes conservavam laços íntimos com os seus lugares de origem, sendo a mobilidade entre o campo e a cidade um dado capaz de explicar as fortes raízes rurais dos homens da cidade industrial. Assim, os nexos entre urbanização são mais complexos do que defendiam Weber e seus discípulos”<sup>13</sup> (grifos meus).

A citação é condizente com o ambiente social encontrado em Goiânia. A população goianiense foi formada com a chegada de trabalhadores vindos de várias partes do país, principalmente do interior dos Estados, afirmação pautada na informação fornecida pelos pioneiros sobre as suas origens. A migração de pessoas do interior para o canteiro de obras foi expressiva, as famílias que aqui se instalaram trouxeram a sua bagagem cultural, marcada por tradições, costumes e hábitos sertanejos. Seria impossível se despojar subitamente desses valores ao adentrar na “cidade moderna”.

Neste contexto concordamos com Wirth (1976), quando o autor fala do quanto é difícil caracterizar uma cidade como predominantemente urbana ou rural, tendo por base dados quantitativos. O levantamento dos dados se baseia em quantificar o número de habitantes, o número de construções e etc., atendendo, geralmente, a interesses políticos, que para mostrar um bom desempenho da sua administração, se apropriam dessa informação para classificar a cidade como urbana, ou de acordo com o objetivo que se quer atingir, como rural.

O segundo capítulo tem, neste íterim, o propósito de resgatar as raízes sertanejas dos goianienses ocultas pela história oficial. Aprofundamos neste capítulo a prévia que demos anteriormente, a respeito da existência de um "discurso para a praça", o qual persuadiu os Pioneiros a acreditarem que a modernidade da cidade estava na quantidade e na forma das construções que estes estavam ajudando a levantar. Essa estratégia favoreceu o emudecimento das vozes antagônicas aos pronunciamentos do Palácio do Governo, e colaborou para a

---

<sup>13</sup> (RAMINELLI, 1997, p.190)

perpetuação de que Goiânia era uma cidade genuinamente moderna. Na concepção de Wirth (1976), essa definição só se aproximaria do real se a estatística fosse condizente com o *modo de vida urbano*, principal ponto de sua análise. Neste sentido, a caracterização de Goiânia como um centro urbano era desproporcional ao modo de vida rural predominante em sua sociedade.

O "discurso da praça" trouxe outras implicações: conseguiu propagar entre os populares, que Goiânia não era moderna, mas viria a ser. O conceito de moderno não existia na prática, mas estava contido nas falas oficiais, conquistando o imaginário da sociedade. Isto fez com que a população abrisse espaço para a modernidade quando esta chega de fato a cidade, causando a destruição das casas e prédios originais, e inserindo todo o seu aparato tecnológico no cotidiano da sociedade. O desejo de ver uma cidade moderna justificou o afastamento do sertão, até então presente em meio a cidade, e enfraqueceu a relação das pessoas com os espaços instituídos pelo poder. Acreditamos que esta é uma das razões mais fortes para explicar a pouca mobilização da sociedade perante a destruição desse patrimônio edificado, e da apatia do povo para com os bens que restaram, dos quais destaca-se os prédios em *art déco*.

A Rua 20, tema do terceiro capítulo, desempenha a função de mostrar a tentativa de instituição da modernidade em Goiânia, a qual entendemos, como a chegada do progresso ao sertão, ainda vinculada ao modo de vida sertanejo, ao mesmo passo em que, simboliza a entrada de Goiânia, e por consequência de Goiás, na tão sonhada modernidade, sendo o ponto de partida para a cidade moderna, marcada pela substituição da sua configuração original, que cede lugar a verticalização e as necessidades geradas pelo crescimento da cidade, pelo aumento da frota de veículos.

Os fragmentos de memória usados no capítulo II e III ilustram para além dos propósitos dessa divisão, o conflito interior dos Pioneiros entre a vontade de habitar uma cidade moderna, com todo o conforto que este adjetivo oferece, e o desejo de permanência dos lugares com os quais estabeleceram laços afetivos, das relações sociais marcadas pela proximidade e não pelo individualismo e anonimato, identificados por Velho (2000), como sendo um dos efeitos da inserção dos meios de comunicação de massa, que cria referências comuns, como as telenovelas, referências estas externas a comunidade e que gera uma "crise de valores, cujas instituições tradicionais não dão conta das novas realidades e desafios"<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> (VELHO, 2000, p.23)

Neste sentido, uma cidade deixa de ser rural na medida em que, as relações sociais existentes anteriormente, são alteradas em decorrência da densidade demográfica e da fascinação pelos elementos modernos. Essa nova ordem desloca a tradição dificultando a continuidade das práticas sociais, que em uma comunidade pequena era assegurada pelos membros familiares e pelas normas instituídas pelas entidades religiosas e pelo código de conduta social<sup>15</sup>.

O desenraizamento das tradições dificulta a continuidade das práticas sociais, mas por outro lado, favorece o individualismo e o anonimato, características presentes nas grandes cidades que dão maior liberdade e autonomia ao indivíduo. Velho (2000) relativiza a liberdade pessoal garantida nas grandes cidades, afirmando:

“... que nem todos os urbanitas têm as mesmas possibilidades de usufruir uma liberdade de ir e vir irrefreada, deslocando-se de meio social para meio social ao seu bel-prazer. Afinal de contas trata-se de uma sociedade estratificada com fronteiras internas bem marcadas”<sup>16</sup>.

Da mesma forma que a liberdade, o anonimato é na concepção de Velho (2000), relativo:

“O que seria característico, então, da grande metrópole é a possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes e, até certo ponto, estanques. Isto é o que seria anonimato relativo. Não seria absoluto, exatamente porque a própria mobilidade que, de um lado, favorece o deslocamento do indivíduo entre diferentes meios sociais, dificulta a existência de áreas exclusivas”<sup>17</sup>.

Ao analisarmos as entrevistas, compreendemos que para os Pioneiros as características da vida moderna não são vistas com bons olhos. A possibilidade de mover-se entre os meios sociais, como expõe Velho (2000), é acompanhada do aumento da marginalidade, da violência e da restrição as saídas noturnas para apreciar a paisagem, prática comum entre os

---

<sup>15</sup> Isso não implica que o código exista materialmente. As normas de conduta são fixadas pela própria sociedade e transmitidas as gerações pela oralidade e pelos ritos sociais.

<sup>16</sup> (VELHO, 2000, p.19)

<sup>17</sup> (VELHO E MACHADO DA SILVA, 1977, p.79-80)

Pioneiros. Os problemas contemporâneos existiam em menor escala anteriormente, porém não limitavam a vida das pessoas de forma a intimidá-las a terem receio de sair de casa. A nosso ver, a iniciativa de alguns Pioneiros em descrever a vida goianiense de seu tempo, em livros de memória, e a disposição de outros em nos conceder entrevistas, foi o jeito encontrado por essas pessoas para manter viva a sua identidade e a “aldeiazinha encantadora” que era Goiânia em seus primórdios. Seria neste sentido, uma resistência as rápidas transformações urbanas e sociais.

Concluo o trabalho, mostrando que o distanciamento da população goianiense dos bens tombados pelo IPHAN, pode ser resultado da negação das referências culturais sertanejas por parte da oficialidade. Deixamos claro, que o nosso intuito não é o de deslegitimar o trabalho desenvolvido pelo órgão responsável pelo patrimônio cultural, mas sim relativizar. Não seria essa a contribuição etnográfica? Para atingir tal propósito, traçamos primeiramente um breve histórico da conduta e da política adotada pelo IPHAN, evidenciando que tradicionalmente o patrimônio em “pedra e cal” é privilegiado em detrimento de outras referências culturais. Segundo Leite (2004) essa perspectiva é condizente com a:

“... formação do moderno Estado republicano que também buscou um conceito de nação que lhe fosse correspondente, cujo patrimônio histórico se transformou também em expressão ideológica do nacionalismo, ao destacar os conteúdos culturais que supostamente homogeneízam uma coletividade e ocultar os que a diferenciam internamente”<sup>18</sup>.

No caso de Goiânia, poucos esforços concentraram-se em procurar nas memórias dos Pioneiros, quais referências culturais essas pessoas guardam da Goiânia de seu tempo. Sem a consulta e interpretação das fontes orais, prevaleceu no *dossiê* de tombamento a supremacia do *art déco*, aparentemente tido como único elemento identitário da população e como legítimo representante da cidade. O tombamento, neste sentido, sacralizou o discurso oficial.

Ao nos debruçar sobre o *dossiê*, nos surpreendeu a ausência das reminiscências dos Pioneiros. Duas páginas do relatório falam a respeito da “Memória da ação” que mobilizou um grupo coordenado pela 14ª Superintendência Regional, com o objetivo de “congregar” em um

---

<sup>18</sup> (LEITE, 2004, p.42)



fórum “ações isoladas de preservação”, sistematizando uma “proposta concreta de proteção”<sup>19</sup>, mas o grupo não contou com a participação dos Pioneiros. Reconhecemos que para alguns o *art déco* é representativo, que ele faz parte da história da cidade, e que neste sentido, a ação do IPHAN foi positiva. Contudo, ficou evidente em nossas pesquisas, que a identidade goianiense vai além do *art déco*. Alguns Pioneiros que na época eram crianças e que residiram na Rua 20, lamentam a destruição das construções modernas e a falta de iniciativa do IPHAN em protegê-las. Mas em comum, percebemos que os Pioneiros sentem falta do modo de vida sertanejo, da natureza, das árvores, dos banhos nos rios, espaços degradados pelo crescimento urbano. Com o Registro do Patrimônio Imaterial do Estado de Goiás via IPHAN a ser coordenado pela antropóloga Telma Camargos Silva (UFG) em 2007, espera-se que o tombamento do Núcleo Pioneiro de Goiânia tenha seu significado recontextualizado. Sugerimos, para esse trabalho a ser desenvolvido, o usufruto da memória dos Pioneiros e dos livros de memória.

Se temos acesso a memória, que nos remete ao tipo de vida levada pela comunidade goianiense, e as lembranças desse modo de vida são mais intensas do que a estrutura física da cidade, mostrando que o jeito sertanejo de ser e de pensar também é uma referência identitária, por que não assumirmos o nosso passado, a nossa identidade sertaneja? Aliás, premissa já levantada pela antropóloga Custódia Selma Sena (UFG) em suas reflexões sobre o sertão. Chamo, pois atenção para o reconhecimento desta outra face de Goiânia.

---

<sup>19</sup> Ver (MANSO, 2004, p.69-70)

## **Capítulo I Significação e resignificação - a formação da matriz identitária**

### **1.0 A construção da identidade nacional**

A problemática em torno da identidade nacional, da "brasilidade", ocupou o cenário intelectual e político do país, dos fins do século XIX até a segunda metade do século XX. As discussões se davam no sentido de estabelecer um referencial para se definir o que é ser brasileiro. Nessa perspectiva, o Brasil deveria ser visto como um todo, território unificado e homogêneo, ponto de vista que, obviamente não respeitava a realidade plural e multifacetada da organização social e cultural da população brasileira. Um dos motivos que impulsionaram essa empreitada, sustentando o ideário de um país uno, buscava garantir a integridade territorial, a qual, ao menos no plano teórico, a diversidade cultural ameaçava.

Fazia-se urgente integrar litoral e sertão, amalgamar as regiões, unindo toda a sociedade, despertada pelo sentimento de pertença ao território brasileiro. Os caminhos que guiaram esse intento foram heterogêneos, tomando rumos diversos, e não obstante contraditório. A diversidade cultural fora relacionada com a diversidade racial do país e tida com um mal a ser combatido. O remédio para tal enfermidade estaria no estímulo ao aumento da "raça branca" por meio do incentivo a imigração européia. Nesse sentido, a "salvação" do Brasil estava nos imigrantes europeus, que paulatinamente iriam aumentar o contingente branco do povo brasileiro, idéia que casava, com a expectativa de que a cultura européia trazida por estes novos brasileiros se sobrepujasse às expressões culturais das demais raças.

Essa tentativa foi acompanhada por teorias, que ora tratavam a miscigenação entre brancos europeus e brasileiros mestiços, como uma experiência negativa, ora como uma solução para acelerar o clareamento da população brasileira. As duas vertentes fadaram-se ao fracasso.

Era necessário encontrar outro elemento que servisse de suporte simbólico para a identidade brasileira. Essa ânsia acabou por eleger o sertão, representado pelo sertanejo, como elemento que daria conta do projeto de integração nacional. Neste sentido, a identidade estaria nas raízes, na terra:

"a fonte de brasilidade e, portanto de nacionalidade encontrava-se na força original da terra", no "apelo as raízes e tradições locais" e no pensamento "de que o escritor só poderia realizar-se brasileiro através do regionalismo. Assim, o ponto de partida para se traçar uma interpretação da nacionalidade deveria ser regional e rural".<sup>20</sup>

Este tema já fora explorado, por tantos intelectuais que, muitos o supõe esgotado. Contudo, pautados em Sandes (2001), compartilhamos da idéia de que a questão da identidade cogita desdobramentos, perpassando pela abordagem social, econômica e cultural. Como bem ressalta este autor, a exploração temática do sertão sob o aspecto econômico, que influenciara as transformações sociais e culturais, é comumente o caminho preferido por quem deseja falar algo do sertão. Contudo, ainda se faz necessário trilhar o caminho inverso, enveredando pela "vivência da região", bebendo na fonte dos fatos locais, a fim de preencher as lacunas deixadas pela "subordinação do discurso regional a memória nacional", memória esta que:

"sob a forma nacional, reúne um repertório de suportes simbólicos que se transformam em elementos identificadores da própria nação. Nesse sentido, a nação aparece como última forma de "memória coletiva", sob um quadro institucional. Assim, não estamos propriamente falando da memória como uma experiência concreta partilhada pelos grupos sociais, mas sim da formulação de certos marcos que se impõe à nação (memória histórica) em um processo tensamente elaborado, exprimindo uma tradição que é, mais ou menos, reconhecida como portadora de sentido de uma comunidade política soberana"<sup>21</sup>.

Ortiz (1994), diferencia a memória nacional da memória coletiva fornecendo um importante base para compreendermos a estruturação da identidade nacional:

"A memória coletiva é da ordem da vivência, a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano (...) a memória coletiva se aproxima do mito e se manifesta, portanto ritualmente. A memória nacional é da ordem da ideologia, ela é o produto de uma história social, não da ritualização da tradição (...) a memória coletiva dos grupos populares é particularizada, ao passo que a memória nacional é universal. Por isso o nacional não pode se constituir como prolongamento dos valores populares, mas sim como um discurso de segunda ordem"<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> (BOTELHO, 2002, p.27)

<sup>21</sup> (SANDES, 2001, p.18)

<sup>22</sup> (ORTIZ, 1994, p.135-136)

Assim, escolhiam-se os suportes simbólicos necessários à constituição de uma memória, e por consequência, de uma identidade social comum. A trajetória para a seleção desses suportes simbólicos, foi marcada por tensões, que redefiniram a estrutura social brasileira, até então, alicerçada na diferenciação racial com a supremacia da raça branca em detrimento da mestiçagem. Como veremos no primeiro tópico deste capítulo, a princípio o mestiço era posto a margem da sociedade, sendo eleito pelos estrangeiros que visitavam o país, como um dos ícones que emperravam o desenvolvimento do Brasil. Em um segundo momento, a mestiçagem passa a "ter solução" com a inserção do elemento branco (imigrante), que iria no decorrer das gerações, diluir o sangue mestiço "clareando" a população brasileira. Veremos que essa estratégia caiu por terra, quando os imigrantes ao invés de se misturarem aos brasileiros se isolaram em colônias, contrariando as expectativas políticas que esperavam o abasileiramento dos "alienígenas", termo muito usado no decorrer do séc. XIX, para se referir ao imigrante europeu.

A frustração da tentativa de clarear a população brasileira, faz com que as atenções se voltem para a identificação do puro brasileiro. O nordestino tomado como representante do sertão, passa a simbolizar o brasileiro culturalmente legítimo, a salvo da contaminação da cultura estrangeira. A postura adotada pelas autoridades perante os nordestinos foi possível devido à "superação", ao menos teórica, da discriminação que recaía sobre a mestiçagem, considerando que a população sertaneja era majoritariamente mestiça.

Essa característica do sertão colaborou para que inicialmente essa região fosse vista como reduto de tudo o que era negativo no país. Da mesma forma, em que, a população que o habitava não era valorizada, a terra que os abrigava também não o era. Com a mudança de concepção a respeito da população sertaneja, o sertão fora reinterpretado. Destacamos a literatura, como o veículo propulsor das transformações ocorridas na essência do pensamento social brasileiro, por concordarmos com a proposta de Benedict Anderson (2005), autor que ao defender a importância do papel da imprensa, na consolidação do que ele denomina de "comunidades imaginadas", reitera a significativa colaboração da literatura para a difusão das ideologias que despertam na população a identificação com a nação. A literatura ao falar das regiões do país, divulga a noção de que estas regiões pertencem a um mesmo território. A literatura "diz" ao povo, que os fatos ocorridos fora da sua região também são do seu interesse, porque dizem respeito ao país em que ele vive.

Por fim, percebemos que essa teia de relações e significados envolvia também, a não menos controversa, formação identitária do povo goiano. Reconhecemos que o processo de valorização e desvalorização do sertão, ainda tem reflexo na sociedade goianiense de hoje, sendo necessário entender o cerne dessa problemática para analisarmos as transformações urbanas no centro histórico de Goiânia, análise que não se dará neste capítulo, porém se trata de um exercício inicial.

## **1.2 A construção da "brasilidade"**

O século XIX foi marcado por grande efervescência política. A instalação da Família Real Portuguesa, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, foram acontecimentos que tiveram ressonância em todo o país. Essas mudanças foram acompanhadas por discussões de caráter científico e social, acerca das teorias raciais, da construção da identidade brasileira, da inserção do saber médico no discurso político. O Brasil é de certa forma beneficiado pela vinda da família real portuguesa, que rompe com o isolamento, antes mantido para salvaguardar o domínio português na América, abrindo o país para a visita científica.

Os naturalistas europeus estudaram a nossa flora e fauna, não deixando de perceber a nossa singularidade racial, distinguível pela evidente presença da miscigenação. A mistura racial não era exclusiva da nossa sociedade, mas entrou na pauta de discussão, porque se relacionava diretamente com a diversidade cultural, o que dificultava a escolha do elemento que simbolizasse a identidade brasileira, visto que, a pluralidade cultural não era vista com bons olhos na época, porque pressupunha a maior propensão do país a fragmentação territorial, e o que se buscava, era a integração. Os esforços se concentravam em eleger um conjunto de expressões capaz de amalgamar todos os brasileiros, dando a impressão de homogeneidade. Hall (2004), faz uma colocação a esse respeito, dizendo que, "não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional"<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> (HALL, 2004, p.59)

A tarefa de cunhar uma expressão cultural que, representasse a totalidade populacional brasileira coube aos intelectuais, que foram influenciados pelo positivismo, pelo darwinismo social e pelo evolucionismo. Essas teorias têm em comum a crença no evolucionismo das sociedades. Assim:

"...o evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história; aceitando como postulado que o "*simples*" (povos primitivos) evolui naturalmente para o mais "*complexo*" (sociedade européia), procurava-se estabelecer as leis que presidiam o progresso das civilizações"<sup>24</sup>. (grifos do autor)

As sociedades européias eram superiores em decorrência das "leis naturais que orientariam a história dos povos"<sup>25</sup>, e o Brasil estaria em uma escala menor por não ter atingido o patamar de desenvolvimento europeu. Os esforços dos nossos intelectuais se concentrariam, a partir dessa prerrogativa, em identificar quais as razões da inferioridade brasileira, intento que recaiu sobre dois argumentos: a raça e o meio. Esses dois elementos acabariam por ser os diferenciais entre o Brasil e a Europa, passando a compor os fundamentos da identidade nacional. Neste sentido:

"Meio e raça traduzem, portanto, dois elementos imprescindíveis para a construção de uma identidade brasileira: o nacional e o popular. A noção de povo se identificando à problemática étnica, isto é, ao problema da constituição de um povo no interior de fronteiras delimitadas pela geografia nacional"<sup>26</sup>.

No Brasil, o "problema da miscigenação" foi relacionado com o clima onde se acreditava que as condições climáticas influenciavam negativamente os habitantes das regiões quentes, onde se situava o sertão. As discussões em torno desta colocação foram suscitadas por Sílvio Romero, Oliveira Viana, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Nina Rodrigues<sup>27</sup>, principais

---

<sup>24</sup> (ORTIZ, 1986, p.14)

<sup>25</sup> (ORTIZ, 1986, p.15)

<sup>26</sup> (ORTIZ, 1986, p.17)

<sup>27</sup> Ressaltamos que estes não são os únicos autores que viram, inicialmente, a mestiçagem como degradação da raça. Nos limitamos a esses nomes por acreditarmos serem suficientes para a abrangência deste trabalho.

brasileiros representantes deste pensamento, com obras que se situam entre fins do século XIX e início do século XX.

Sem pormenorizar as teorias de cada um, grosso modo, podemos dizer que as preocupações desses autores residiam em diagnosticar possíveis soluções, para o "problema social brasileiro". Devemos considerar que, a elite enfrentava um dilema, pois a teoria da supremacia da raça branca legitimava as desigualdades sociais, contribuindo para a manutenção da estabilidade política, como dissemos anteriormente. Nossos teóricos tentaram manter essa premissa, aceitando o caráter negativo da miscigenação e fornecendo como recurso a recuperação da sociedade, a teoria do branqueamento, que consistia no estímulo a inserção do elemento branco, através do incentivo a imigração.

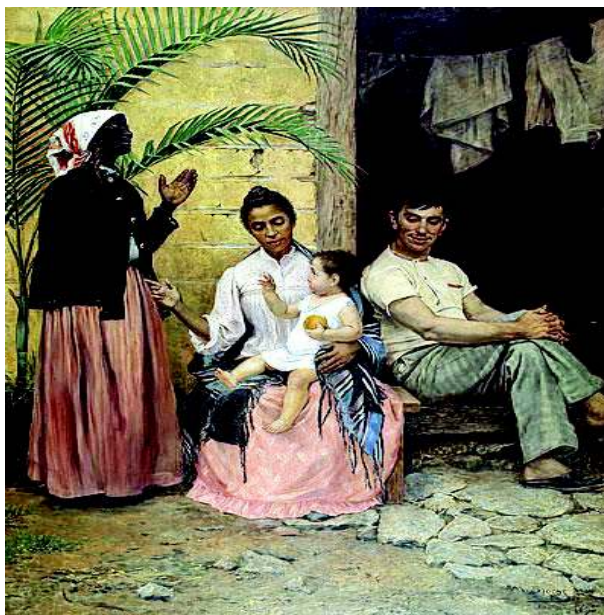
"Dentro desta perspectiva a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das "raças inferiores", o que politicamente coloca a construção de um Estado Nacional como meta e não como realidade presente"<sup>28</sup>.

A teoria do branqueamento tenta impulsionar uma forma positiva de miscigenação, onde o agente civilizador, branco, anularia a má influência negra. O fruto do relacionamento de um mestiço com o branco, seria a solução para o "grande problema nacional". A pintura, assim como a literatura, fora usada como um mecanismo de divulgação e de assimilação desse embasamento teórico.

A tela "A redenção de Can", pintada pelo espanhol Modesto Brocos Y Gomes, em 1895, é apenas um exemplo das pinturas que retrataram o Brasil, mostrando "sua história de hibridismo e seu futuro civilizado". Paiva, afirma que esta história foi usada como justificativa para a escravização africana, onde a condição de escravo era necessária para purificar os pecados, herdados de Canã. A escravidão terrena garantiria a salvação da alma.

---

<sup>28</sup> (ORTIZ, 1986, p.21)



Tela "A redenção de Can" - 1895<sup>29</sup>

Brocos y Gomes, segundo Paiva, teria usado "ícones cristãos", recorrendo a história bíblica, para legitimar as idéias expressas no quadro. O recurso se sustenta no fato de que, oficialmente, a religião católica era suprema no país, arrebanhando para a fé católica percentual importante da sociedade. De acordo com essa constatação, Paiva (2002) assim analisa a pintura do espanhol:

"A redenção do personagem bíblico, que era, ao mesmo tempo, a redenção do Brasil, produzia-se no seio da Sagrada Família e no nascimento do Salvador. Uma Sant' Ana negra levanta as mãos em direção ao céu e agradece o nascimento da criança branca, isto é, pura, sem pecado original. No colo de sua mãe, uma virgem mulata, e observado pelo pai, um São José, entre o caboclo e o imigrante europeu, o menino ocupa o lugar principal da cena. Na verdade, ele é o Brasil jovem, novo, do futuro, pintado à moda renascentista, com os dedos da mão direita em forma de V, da vitória e da bênção, e na mão esquerda uma laranja (?), símbolo da fertilidade e da fartura, substituindo o cacho de uvas ou a romã ou, o pássaro, usados pelos antigos pintores do Renascimento. É interessante que sua mãe aponta para a avó negra, como se apontasse para a origem degradada do menino, agora redimida, e ele, então, sinaliza a sua vitória e direciona a sua bênção para esse passado terminado, quase extinto, remido"<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Disponível em: <http://historyriaeartes10.blogspot.com.br/2012/12/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.html>

<sup>30</sup> (PAIVA, 2002, p.69-70)



O quadro de Brocos y Gomes legitima um modelo ideal de mestiçagem, em detrimento da mistura entre índios e negros, e entre brancos com negros ou índios tipo que aumentaria o "hibridismo e a degeneração". A mistura entre o branco e o mulato, miscigenação salvadora do país, resultaria na transmissão das características do branco, "como se seus genes fossem dominantes", o que no decorrer das gerações eliminaria com os traços mulatos. A dominação do branco aparece implícita também na sua cultura, a qual seria transmitida naturalmente pelos seus genes brancos. "A redenção de Can" mostra claramente que a mestiçagem deveria desaparecer, servindo apenas de intermediária para o embranquecimento do brasileiro.

A discussão em torno da mestiçagem originou posições dicotômicas. Não havia um consenso entre os intelectuais, se a mistura racial seria ou não a solução para o "problema do Brasil". Assim, Alberto Torres, segundo exposição de Ramos (1960), afirmava que "o cruzamento (das raças) produzia degeneração orgânica do indivíduo e por isso devia ser evitado". A posição de Torres condena toda forma de mestiçagem.

O determinismo biológico era reforçado pela heterogeneidade geográfica do Brasil. É interessante destacar, que nesta época a literatura era um dos principais veículos de comunicação, sendo uma ferramenta importante para difusão da nacionalidade. O capitalismo colaborou para a expansão da imprensa por publicar livros, em língua vernácula, aumentando assim o número de leitores. A literatura informava os acontecimentos do país (política, ideologias, acontecimentos sociais, etc.), que juntamente com a adoção da língua vernácula são para Anderson (2005), um dos pilares fundamentais para o sentimento de pertença dos indivíduos a nação. A atenção de Anderson (2005) a língua justifica-se pela colocação de Hall (2004) a respeito do trabalho de Saussure:

"Saussure argumentava que nós não somos, em nenhum sentido, os "autores" das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua. Nós podemos utilizar a língua para produzir significados apenas nos posicionando no interior das regras da língua e dos sistemas de significados de nossa cultura. A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais"<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> (HALL, 2004, p.40)

Neste contexto, a participação de Euclides da Cunha como jornalista na Guerra de Canudos<sup>32</sup>, foi acompanhada pela imprensa brasileira e por seus leitores. Os seus relatos, reforçados pela publicação posterior de *Os Sertões*, influenciaram a opinião pública. A idéia que Euclides teve do que via, colaborou para a formação da imagem do sertão e de sua gente. Ventura (1997) enfatiza que juntamente as colocações de Euclides devem ser consideradas o ponto de vista do observador. Concordamos com Ventura, quando ele diz que, a percepção de Canudos por Euclides foi prejudicada, pela sua participação ter se dado somente na última expedição. Assim, Euclides encontrou o povoado em ruínas, devido aos constantes bombardeios; viu os seus habitantes privados de água e de comida, caracterizando-os como miseráveis; circunstâncias que juntamente com o fato de ser defensor da República, aliado a sua formação positivista, evolucionista, imbuída de preceitos raciais, e, portanto, pautados na inferioridade mestiça, colaboraram para a formação da sua visão acerca do sertão. Devido à imprensa o seu ponto de vista foi consolidado no imaginário popular.

Euclides evidenciou a nossa diversidade regional, atribuindo ao clima, à influência direta sobre os seus habitantes determinando seu comportamento. Em *Os Sertões*, o autor deixa claro, a sua crença no determinismo geográfico, razão de nossa diversidade social. Oliveira (1998), destaca a importância deste autor, ter tido contato direto com o sertão. Segundo Oliveira (1998), esta experiência teria mexido com Euclides, fazendo-o crer que "o sertanejo é retrógrado e não degenerado". A mudança de concepção ocorreu em virtude da percepção da diferença de temporalidade existente entre o litoral e o sertão. Neste sentido, o que afastava os sertanejos dos litorâneos, era a falta de progresso no interior do país. A miscigenação e o clima deixam de ser o motivo do atraso do sertão. Após essa percepção Euclides passou a admitir que através dessa teoria, "...o mestiço brasileiro é retrógrado, mas não em caráter definitivo. Deixará de o ser por meio do processo civilizatório"<sup>33</sup>.

Euclides teria entrado em um conflito interior, onde "sua idéia de nação parece perder-se entre as imagens de um sertão autêntico, mas retrógrado e sem futuro, de um deserto amazônico, ao mesmo tempo desafiador e belo, mas já perdido, e de uma "civilização pestuada", utilitária e parasitária dos centros urbanos do litoral"<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> Para Ventura (1997), essa foi a primeira cobertura jornalística brasileira em uma guerra.

<sup>33</sup> (RAMOS, 1960, p.174)

<sup>34</sup> (OLIVEIRA, 1998, p.05)

A formação intelectual dos autores brasileiros ia da experiência literária de Silvio Romero, Euclides da Cunha, a gênese médica de Nina Rodrigues. As discussões desses autores se apoiavam na experiência individual, gerando pontos de vista conflitantes entre eles, mas também com si próprios, como ficou evidente em Euclides da Cunha. Da mesma forma, Silvio Romero, ao mesmo tempo em que caracterizava os negros como "povos inferiores", expressão hoje inaceitável, explicitava a necessidade de "... se dedicar aos pretos a mesma atenção prestada aos índios, e a urgência se explicava em virtude de que estavam desaparecendo moçambiques, banguelas, monjolos, congos, cabindas, caçangues"<sup>35</sup>. Por sua vez, Nina Rodrigues, reconhece que a questão negra é um problema de cunho social e constitui um importante elemento para a compreensão da formação brasileira, contudo os seus estudos são direcionados a partir da prerrogativa racista. Ortiz (1986) faz uma ressalva sobre a teoria de Nina Rodrigues, afirmando que se o autor:

"... procura compreender o sincretismo religioso, é porque o considera como forma religiosa inferior. A absorção incompleta de elementos católicos pelos cultos afro-brasileiros demonstra, para o autor, uma incapacidade de assimilação da população negra dos elementos vitais da civilização européia. O sincretismo atestaria os diferentes graus de evolução moral e intelectual de duas raças desiguais colocadas em contacto"<sup>36</sup>.

A manutenção do discurso racial dentro do contexto brasileiro, facilitava o controle interno das diferenças, mas perante a comunidade internacional, essa prática inviabilizava o crescimento do país, emperrando a sua prosperidade. A comunidade científica tentou adequar a população brasileira às exigências externas, por meio da política de imigração. Pretendia-se com o incentivo a imigração possibilitar a mistura do elemento branco com o mestiço, ocorrendo o branqueamento da raça brasileira geração após geração. Essa tentativa procurava aplicar os conceitos teóricos formulados até o momento. O que de fato ocorreu foi a formação de colônias, que conservaram a sua cultura, os seus costumes, as suas tradições, o seu idioma, sem se misturarem com a população local.

Assim, o estímulo à imigração favoreceu a formação de núcleos estrangeiros dentro do Brasil. Os imigrantes ocuparam várias partes do país, porém a grande maioria se fixou

---

<sup>35</sup> (RAMOS, 1960, p.169)

<sup>36</sup> (ORTIZ, 1986, p.20)

na região sul, onde alemães, poloneses, italianos, holandeses, dentre outras nacionalidades, estabeleceram colônias, as quais deram continuidade a sua cultura e aos seus costumes. Posteriormente a inserção dessas pessoas no âmbito nacional, e a conseqüente manutenção de suas práticas, foi lançada uma campanha de nacionalização, que segundo Giralda Seyferth (1997), visava ao caldeamento (assimilação) de todos os alienígenas (na linguagem da época) em nome da unidade nacional. Segundo essa nova concepção, ao formar grupos quase isolados, os alienígenas resistiram ao "processo assimilador característico da formação social brasileira", assim os defensores do nacionalismo passaram a temer que essas colônias ao invés de integrar o Brasil lutassem pelo separatismo.

Nesse ínterim, o Exército entra em cena assumindo o papel de "construtor da nacionalidade", contestando a política da Primeira República, que não teria dado conta do papel de formar uma identidade nacional. Neste momento de conflito com os imigrantes, os militares voltam-se para o sertão, elegendo-o como reduto da brasilidade. A escolha justifica-se pelo fato de que, a população sertaneja teria sofrido pouca influência dos valores europeus, permanecendo "puros" das interferências culturais externas, que assolavam as grandes cidades. *A belle époque* afrancesava o litoral do país, que a cada dia assimilava mais a cultura européia. O nordestino teria também, a função de representar o brasileiro forte, por sobreviver em um ambiente tão hostil. Ortiz (1986) pondera que:

"O nordestino só é forte na medida em que se insere num meio inóspito ao florescimento da civilização européia. Suas deficiências provem certamente desse descompasso em relação ao mundo ocidental, sua força reside na aventura de domesticação da caatinga. Procura-se dessa forma descobrir os defeitos e as vicissitudes do homem brasileiro (ou da sub-raça nordestina) vinculando-os necessariamente às dificuldades ou facilidades que teria encontrado junto ao meio ambiente que o circunda"<sup>37</sup>.

O nordestino passa a ser o símbolo da identidade nacional, apropriado pelas autoridades com a finalidade de atingir as colônias de imigrantes, no sentido de integrá-las as suas propostas nacionalistas<sup>38</sup>. Seyferth cita Bethlem (1996) destacando uma lista elaborada por

---

<sup>37</sup> (ORTIZ, 1986, p.18)

<sup>38</sup> O intento conseguiu gradativamente impor o uso da língua portuguesa, porém Seyferth (1997) destaca, que a figura do nordestino não logrou o êxito esperado, porque a visão que se tinha do sertão era negativa, mesmo entre os

este autor, com elementos que deveriam ser aplicados nas colônias a fim de inserí-las na proposta nacional:

"... obrigatoriedade do ensino em português; fechamento das associações, escolas e jornais; introdução do escotismo para impor o civismo e chegar, através dos jovens, até o lar; imposição a padres, pastores e fiéis do uso da língua portuguesa nos serviços religiosos; recrutamento para serviço militar longe das colônias; organização de festas cívicas com participação obrigatória"<sup>39</sup>.

Essa lista denota a percepção de como os valores étnicos são transmitidos ao longo das gerações. As proposições atingem principalmente os jovens e tem como fator determinante o aprendizado da língua portuguesa, a qual abriria espaço para a transmissão de nossos valores culturais para o indivíduo e conseqüentemente para sua família. Os esforços se davam no sentido de tentar transformar os descendentes dos imigrantes em brasileiros de fato e não só de direito.

Para Benedict Anderson (2005), a língua é importante instrumento de formação identitária, por favorecer a comunicação entre os membros comunitários concomitante com a transmissão de hábitos, costumes, ideologias. Assim a língua se sobrepõe às questões raciais e de sangue, por que:

"As línguas parecem ter mais raízes profundas do que qualquer outra coisa nas sociedades contemporâneas. Ao mesmo tempo, nada nos liga mais aos mortos em termos afectivos do que a língua. (...) Nada nos liga uns aos outros senão o som imaginado"<sup>40</sup>.

Weber (1991) pondera que a "comunidade de língua" é um instrumento eficaz no despertar de um "sentimento nacional", porém a língua, apesar de ser para o autor, a base da comunidade, ela não se sustenta sozinha, colocação corroborada pela exemplificação de que há países onde a população fala mais de um idioma, mas isso não impede que exista nesta comunidade bilíngue um sentimento nacional. Diante dessa problemática, Weber entende que, o

---

imigrantes. O choque cultural entre o nordestino de pouco estudo, com os seus costumes caracterizados como rudes, e os imigrantes europeus de "cultura civilizada" impossibilitou a integração das partes.

<sup>39</sup> (SEYFERTH, 1996, p.104)

<sup>40</sup> (SEYFERTH, 1996, p.104)

nacionalismo, na maioria dos casos, é uma associação da escolha de uma língua oficial combinada com um passado político comum. Assim o culto a símbolos que remetem a esse passado, indiretamente, unem a sociedade em torno de um "Estado Nacional". Essa idéia é ilustrada por Weber, pelo exemplo dos alsacianos alemães:

"A *grande nation* (grifos do autor) foi a libertadora da servidão feudal, considerada a portadora da "cultura", seu idioma era a verdadeira "língua da cultura" e o alemão, um "dialeto" para o uso cotidiano, e a vinculação afetiva aos que falam essa "língua da cultura" é uma atitude interna específica, evidentemente afim do sentimento de comunidade que se fundamenta na comunidade de língua, porém não é idêntica a ele, pois baseia-se em uma "comunidade cultural" parcial e em lembranças políticas"<sup>41</sup>.

Retomando ao dilema brasileiro, gostaríamos de destacar alguns pontos que julgamos necessários, para se compreender, por que o passado político e a hierarquia social, não foram indicados como componentes da identidade brasileira. No que concerne a política, o Brasil, no ápice das discussões, tinha acabado de proclamar a República, a primeira forma de governo exercida por brasileiros, já que a monarquia fora praticada por portugueses, mesmo após a Independência. A história política monárquica fora personificada como algo que não deu certo e a história republicana estava apenas começando, não fazia sentido despertar um sentimento nacional a partir, de um fato histórico recente e sem bases sólidas. Do mesmo modo, a hierarquia social, como já expomos, estava passando por uma reorganização para atender a incipiente expansão capitalista. Os intelectuais estavam envolvidos com as questões da miscigenação e os cidadãos com a crescente absorção dos valores europeus. O exemplo de Weber (1991) dos alemães bálticos, que associaram a política com o nacionalismo, devido a organização estamental que os beneficiava, não se aplicava ao cenário brasileiro, onde a desigualdade social era latente.

Era necessário encontrar algo que juntamente com a língua fosse capaz de unificar a diversidade cultural do Brasil. É neste momento conturbado que o sertão é cogitado como o componente ideal para fazer parte do processo de construção da nação, visto que a experiência da campanha de nacionalização não trouxe o resultado esperado, pois os imigrantes de "cultura civilizada" se opuseram a absorver uma cultura assinalada pelos próprios brasileiros como atrasada. Havia a necessidade de mudar a concepção da sociedade em relação a esse espaço, cujas

---

<sup>41</sup> (WEBER, 1991, p.276)

características eram até o momento sinônimo de atraso. No próximo tópico abordaremos a problemática que envolve o interior do país, denominado genericamente de sertão, destacando a trajetória que culminou com a valorização deste ambiente, até a tomada do mesmo como reduto da brasilidade. Apesar de usarmos outras regiões sertanejas para enfatizar a idéia que se tinha do sertão até o século XX, optamos por fazer um recorte enfocando o sertão goiano, para assim ajustar o foco até se chegar ao recorte do nosso objeto de investigação, ou seja, os primeiros anos da construção de Goiânia.

### **1.3 Sertão Goiano**

Os bandeirantes formaram uma das primeiras expedições a se aventurar pelo sertão, região que ainda desconhecida, fora estigmatizada com as figuras imaginárias das feras selvagens, dos índios hostis, da natureza exuberante, figuras materializadas como barreira, entre litoral e sertão, empecilho superado somente pela coragem e ousadia desses aventureiros. Coragem e ousadia tornaram-se características distintivas dos integrantes das bandeiras, muitas das vezes, compostas por paulistas.

A estigmatização do sertão, conforme expomos, colaborou para que o acesso ao sertão ficasse concentrado nas mãos dos bandeirantes, fato que trouxe algumas implicações. Primeiramente, podemos dizer que, esse fato pode ter inibido a entrada de maior número de indivíduos no interior do país, favorecendo a supremacia dos bandeirantes, não só no domínio das jazidas, quanto na vida político-administrativo da Província, visto que as expedições eram regulamentadas pelos representantes da Corte e a eles, os bandeirantes deviam obediência além da prestação de contas. As bandeiras geralmente eram custeadas por seus integrantes, que caso encontrassem riquezas seriam recompensados pela coroa portuguesa, com a concessão de benefícios:

"Em fevereiro de 1728, Bartolomeu Bueno parte de São Paulo no ponto mais alto de sua glória. O paulista trás com ele a sua nomeação para o cargo de *superintendente geral das*

*minas do Guaiazes*, trás o documento que o faz senhor de larga extensão de terra *na testada dos rios* e trás, ainda, documento que o faz dono e senhor do *privilégio das passagens dos rios*". (grifos do autor)

No caso de Goiás, foi elaborado um regimento que fixava as regras e as formas permitidas para a exploração da mão-de-obra nativa, conforme podemos verificar no Regimento da Bandeira do Anhanguera:

"...Todas as nações de índios que o dito Bartolomeu Bueno da Silva achar por aqueles sertões deve mandar praticar pelas línguas que leva, para que se metam de paz e abracem nossa Santa Fé, cometendo esta diligência aos religiosos, para que sejam amigos nossos e *possam por meio de toda a brandura que com eles se deve usar, alcançar deles as notícias necessárias dos haveres que há nas suas terras* (grifos meus), e, se acaso suceder que alguma nação dos ditos índios não queira aceitar a paz que se lhes oferece e impedir com armas que a tropa faça suas marchas, pondo-se em peleja, em tal caso lhe fará guerra, matando-os e cativando-os, e dos que ficarem cativos deve tirar os quintos para Sua Majestade, mandando-os para esta cidade para serem vendidos pela Fazenda Real"<sup>42</sup>.

Apesar da recomendação de que a princípio os índios deveriam ser catequizados, a carta abre espaço para a matança e para o cativeiro dos povos indígenas aqui estabelecidos. Como a demanda de escravos na região era pequena é mais provável que os índios tenham sido tomados como cativos<sup>43</sup>. A necessidade de usar o índio como mão-de-obra, relegou a orientação do Regimento da Bandeira, de converter os indígenas a fé católica, a um segundo plano. Devido a reduzida população da Província de Goiás, acreditamos que antes da tentativa de catequização os índios passaram imediatamente da condição de gentios e escravos.

O contato dos brancos com os índios e o impulso dado pelo descobrimento do ouro, motivou a vinda de garimpeiros das mais distintas regiões da colônia, população que os negros iriam se juntar posteriormente. Percebemos que a população goiana tem sua base na mestiçagem, constituindo um povo heterogêneo. A nosso ver, esta característica somada a pequena expressão econômica de Goiás no cenário nacional e a sua localização geográfica, em pleno sertão, colaborou para dissipar a idéia de atraso da região e de sua população.

---

<sup>42</sup> (AMADO; GARCIA; PALACÍN, 1995, p.25)

<sup>43</sup> Sobre este assunto consultar Hochman (1998); Oliveira (1998) e Amado (1995).



Em relação a produção das minas, devemos registrar que a divulgação do sertão como um território árido e de poucos recursos, e das jazidas pouco produtivas se comparadas as de Minas Gerais, por parte dos extrativistas em Goiás estabelecidos, colaborava para manter adormecido, o interesse voraz da Corte por riquezas, na Província. A diminuta extração do ouro, não deixava de ser, uma estratégia para fugir do controle português. Apesar de a fiscalização ter existido havia muitas formas de burlá-la, embora a produção da Província fosse realmente inferior à mineira<sup>44</sup>, o contrabando e a sonegação colaboraram para a estimativa baixo da produção aurífera goiana. Assim, os "perigos do sertão" foram aliados à baixa produtividade do ouro, fatores que combinados, causavam desestímulo nas incursões ao interior goiano, colaborando para a baixa densidade demográfica da região.

Como o ouro encontrado em solo goiano era de aluvião, a permanência do povo nos arraiais não costumava ultrapassar o ciclo de duração do veio aurífero. Assim, as pessoas deixavam suas casas conforme a escassez do ouro, que aqui, teve um "período áureo" de apenas 50 anos. Essa especificidade imprimiu marcas na sociedade goianiense ocasionadas pela descontinuidade da mineração, gerando concomitantemente, uma instabilidade econômica refletida na pobreza de bens materiais e na dificuldade de obtenção de gêneros alimentícios, quer seja pelas intempéries climáticas, ocasionando períodos prolongados de estiagem ou de cheias, diminuindo a oferta de alimentos; quer seja pelo elevado preço dos produtos vindos de outras províncias, que sofriam de acordo com Amado (1995), uma espécie de especulação, visto que alguns gêneros chegavam a serem estocados diminuindo a sua oferta a população como forma de forçar o aumento do seu valor. É importante lembrarmos, que a forma de pagamento no ato de qualquer compra nesta época se dava através do peso do ouro, portanto a carência deste metal dificultava as relações comerciais. A aquisição dos produtos era em função deste quadro, a base de troca.

A situação da Província pouco conduzia a percepção de que aqui tivesse existido uma sociedade pujante, em função do apogeu aurífero. Os arraiais, no entanto, se diferiam entre si, principalmente quanto à organização estrutural do vilarejo, o que interferia no tamanho das vilas e em toda a sua organização social e econômica, tornando a sociedade goiana, no período

---

<sup>44</sup> Em decorrência dos métodos empregados na extração, os quais colaboravam também para o encobrimento das jazidas mais profundas, pela lama gerada na extração do ouro superficial. Bertran (1996) faz um estudo acurado sobre a extração de ouro na Província de Goiás, e de acordo com as suas concepções, aborda os motivos pelos quais a produção aurífera goiana, atingiu índices baixos de produtividade.

minerador, bastante diversificada. A prosperidade das vilas era medida pelos meios oficiais, de acordo com o volume de captação dos impostos, baseado na extração aurífera.

Os viajantes europeus<sup>45</sup>, cuja vinda fora estimulada pela Coroa Portuguesa recém instalada na colônia, viram Goiás neste contexto, que acabamos de descrever. Dentre os que estiveram na Província, destacamos Burchell, Pohl e Saint-Hilaire, estudiosos que deixaram obras relatando a respeito da sociedade, dos indígenas e da economia local.

Nas aquarelas de Burchell, a Cidade de Goiás é pintada em 1828, como uma cidade vazia, com arquitetura pouco requintada. As pinceladas do viajante, "...registravam paisagens, animais, tipos humanos, construções e costumes..."<sup>46</sup>. A rusticidade predomina em seus quadros. Em uma tela, Burchell retrata uma moradia, simples, rude. Não há presença de mobiliário no interior da residência, fato que nos leva a duas suposições: a casa poderia estar abandonada, mostrando a decadência da Província, sempre justificada como reflexo da derrocada da atividade mineradora; ou talvez, a intenção de Burchell, teria sido a de mostrar o aspecto singelo da casa goiana, com poucos mobiliários, podendo representar assim, as dificuldades enfrentadas pela sociedade, no momento de sua passagem. Oliveira (2001), ao pesquisar nos inventários, aborda a casa meia-pontense, nos mostrando que independente da classe social, a mobília não era farta e mesmo entre as famílias abastadas havia poucos objetos de valor. Gostaríamos de ressaltar, que as nossas colocações a respeito das gravuras do viajante são apenas sugestivas, visto que, a imagem permite várias interpretações.

Em seus relatos Burchell expressa claramente, que as condições em que se achava a Província eram também resultado do caráter meramente exploratório de Portugal, que disponibilizava poucos recursos para a construção dos órgãos administrativos. Na citação abaixo, selecionamos um trecho, onde o viajante estabelece uma negociação entre o intendente e a Coroa para a construção de uma nova sede para a intendência:

"me apresentou o intendente de Pilões e Rio Claro a necessidade que havia naquele arraial de que se fizesse nele casa para a intendência, que o tesoureiro duvidava tomar conta do cofre dos diamantes, sem que para este se fizesse acomodação adonde se tivesse com segurança, porque não podia ter, estando em uma casa de palha, como até agora está exposto, que nela pegasse fogo, e que lhe sucedessem algumas outras contingências, ..., reclamando o dito governador algumas pessoas que poderiam animar-se a querer fazer

---

<sup>45</sup> Usamos como referência bibliográfica para falar dos viajantes a obra de Amado, Garcia e Palacín (1995)

<sup>46</sup> (AMADO, GARCIA E PALACÍN, 1995, p.45)

esta obra lhe poderiam sendo as paredes de taipa e os telhados cobertos de telha, onze mil e tantas oitavas de ouro que vinha a importar em perto de quarenta mil cruzados, e como lhe viu a exorbitância do preço que lhe pediram não concluiu ajuste nenhum, ..., assentamos que era mais conveniente que as paredes fossem de pau-a-pique, cobertas de barro, que ficavam com pouco menos segurança que as de taipa, porém ainda tendo feito assim a obra pediam por elas três mil oitavas. Ultimamente feitas as diligências o último lance é de mil e oitocentas oitavas de ouro, e porque se resolve um a querer fazê-la, ainda por alguns dias mais se devem continuar as diligências, para ver se há quem a torne mais barata, mas não havendo menor lance (como se supõe), a necessidade e a precisão obrigam a que se faça por este preço"<sup>47</sup>.

Como contraponto a tendência de caracterizar o declínio da mineração em Goiás, como fruto do esgotamento das jazidas, o historiador Paulo Bertran (1996), ao realizar um estudo mais acurado, procurou diagnosticar quais as razões favoreceram o insucesso da atividade mineradora em solo goiano. Segundo Bertran, o declínio extrativista estava relacionado à precariedade dos métodos aplicados na obtenção do ouro. Os mineiros ao lavarem o cascalho produziam lixo. A lavagem originava uma lama que teria encoberto os depósitos auríferos, situação agravada pelos desmatamentos das margens dos rios e pelas queimadas, causando assoreamento, contribuindo assim, para o aumento da quantidade de dejetos no leito.

Com a dificuldade de extrair o ouro nos rios, os mineiros tentaram a sorte nas montanhas, agravando a degradação ambiental, aumentado ainda mais as impurezas nas águas, impossibilitando a retirada de grande volume do minério, com as técnicas de que dispunham na época. De acordo com essa teoria, o ouro, não cessou, mas devido às circunstâncias se tornou inacessível para aquele contexto. Bertran ao visitar regiões outrora produtoras de ouro, constatou que ainda hoje as pessoas conseguem extrair o minério das antigas lavras, complementando a partir desta atividade, a sua renda familiar, o que confirma o não esgotamento das jazidas.

Sob este ponto de vista, o soterramento das jazidas de aluvião, acelerou a dispersão da população, da zona de extração do minério, habitando em um segundo momento o meio rural. De acordo com este pensamento, a atividade pecuária teria surgido como um meio alternativo, de superar a crise pela qual passava o povo goiano.

Existe hoje uma vertente historiográfica que dá outra versão para o retorno da população ao meio rural. Conforme esta vertente, a população goiana era predominantemente agrária quando do início da extração aurífera. Seduzida pela possibilidade de maiores ganhos no

---

<sup>47</sup> (AMADO, GARCIA E PALACÍN, 1995, p.53-54)

novo setor, a população aos poucos deixa o campo rumo aos locais onde ocorriam à extração. Quando a produção do metal mingou, a população que tinha fixado residência nos vilarejos próximos as jazidas de minério, retornou ao campo, e ao modo de vida que levavam antes do advento da mineração.

As revisões historiográficas têm contribuído para estimular a produção de pesquisa que enveredam por ramificações distintas das análises contidas na bibliografia clássica sobre o tema. Não nos estenderemos nessa discussão, somente achamos conveniente elucidá-la, para mostrarmos que as produções intelectuais sobre Goiás têm várias vertentes. Para o nosso estudo, destacamos duas frentes de abordagem. A primeira que toma as Bandeiras como a primeira forma de ocupação oficial, com respaldo da Coroa. Nesta abordagem, a população goiana teria se formado em decorrência da atividade mineradora. A segunda, afirma que já existia uma pequena população, além das tribos indígenas que vieram para o sertão, expulsos da sociedade, ou que viam nessas terras a sua liberdade, a possibilidade de serem senhores de si. As pessoas que aqui se estabeleceram antes da vinda das Bandeiras, teriam se dedicado a criação de gado e a agricultura de subsistência. O isolamento da Província favorecia o surgimento de lideranças locais, que com a Proclamação da República, adquiriram poder político. Neste sentido, a pecuária teria sido uma atividade precedente da mineradora.

A junção de todos os fatores explanados repercutiu na imagem criada em torno do sertão, onde se insere Goiás, cujas bases tiveram reflexo na historiografia local, onde os primeiros trabalhos reproduziram essas concepções. A decadência, o atraso, o negativismo em torno do sertão delinearão os primeiros contornos da identidade goiana, como observa Sandes (2002). Este tema será melhor abordado no II capítulo, onde privilegiamos a formação da identidade goianiense. Por ora gostaríamos de frisar que, todas essas imagens em torno do sertão colaboraram para criar um *lócus* identitário, que ao menos no caso de Goiás, ficou arraigado na mentalidade popular com a supremacia das características negativas, fato que dificultou o empenho político em reverter tal emblema. Nos próximos tópicos, elucidamos essa reviravolta discursiva, que passa a reinventar alguns símbolos do sertão lhe dando uma roupagem nova.

## 1.4 As bandeiras: a construção de um herói nacional

As Bandeiras<sup>48</sup> ao alargar as fronteiras ocupando o sertão, incorpora este espaço a economia da colônia, consolidando a "importância do espaço na construção da identidade nacional". Ao conquistar as terras vazias<sup>49</sup> as Bandeiras se inserem, segundo Oliveira (1998), no episódio "histórico que faz nascer à nação". A frente das Bandeiras estavam os Bandeirantes, homens tomados como heróis, caracterizados por Davidoff (1984), como se tratando de indivíduos que por uma motivação interior "produzem um estado de coisas, um complexo de relações históricas que parecem ser apenas seu interesse, sua obra"<sup>50</sup>. Esses homens não teriam consciência desses feitos, no sentido, de imaginarem por eles serem consagrados como heróis, mas tinham o discernimento de que "suas façanhas eram o melhor de seu tempo".

A escolha do Bandeirante como herói nacional, não pode ser desvinculado do seu contexto histórico. O desconhecimento do interior da colônia pela população branca, fragmentava o domínio português, que não tinha soberania administrativa total sobre o Brasil, situação esta diretamente relacionada ao interesse de aumentar as possibilidades de exploração da colônia. Era necessário conhecer o sertão. Essa necessidade trouxe algumas implicações que se sobrepuseram as intenções administrativas e econômicas de Portugal. Primeiramente, as incursões ao interior ampliaram o território português que de acordo com os tratados firmados com a Espanha, seriam possessões espanholas.

Em segundo lugar, a aspiração dos Bandeirantes paulistas em encontrar riquezas, merece algumas considerações. A situação econômica da área que hoje é São Paulo, não era das melhores entre os séculos XVI e XVII. A Província não tinham terras favoráveis a produção canavieira, principal fonte de riqueza do país. Nesta época, a economia praticada na região era a agricultura de subsistência e a criação de gado, atividades que se concentravam na planície, o litoral era praticamente abandonado. A produção agrícola e pecuária não eram atraentes, a ponto de viabilizar a ida das embarcações a essa parte da costa, dificultada pela chegada desses produtos ao litoral, em decorrência da serra existente, hoje denominada de Serra da Mantiqueira.

---

<sup>48</sup> Oliveira (1998) adota as Bandeiras como marco zero do nascimento da nação, porém esse referencial é uma posição adotada pela autora, não sendo unânime no meio acadêmico.

<sup>49</sup> Os índios não eram contados como parte da população.

<sup>50</sup> (DAVIDOFF; 1984, p.86)

O colonizador enfrentava os ataques indígenas e levava uma vida de muita penúria, pois da mesma forma que era difícil escoar a sua produção, podemos afirmar que o mesmo ocorria com a chegada de outros produtos ao local. A partir do exposto, concordamos com Davidoff (1984) na sua colocação de que:

"O bandeirante foi fruto social de uma região marginalizada, de escassos recursos materiais e de vida econômica restrita, e suas ações se orientaram ou no sentido de tirar o máximo proveito das brechas que a economia colonial eventualmente oferecia para a efetivação de lucros rápidos e passageiros em conjunturas favoráveis - como no caso da caça ao índio - ou no sentido de buscar alternativas econômicas fora dos quadros da agricultura voltada para o mercado externo"<sup>51</sup>.

Conforme esta idéia, o Bandeirante foi produto do meio, "favorecido" pelas condições que a Província lhes proporcionava, ou seja, ele já estava acostumado com a privação dos bens materiais e alimentícios, e já conhecia as artimanhas para se defenderem do ataque dos índios. As entradas no sertão consistiam em uma possibilidade de ascensão social e de uma participação efetiva dos paulistas no processo de consolidação do domínio português.

A figura do Bandeirante apresenta faces dicotômicas. Os primeiros atributos conferidos a imagem do Bandeirante, o evoca como desbravador do sertão, descobridor de riquezas, líder das Bandeiras, conquistador de índios. Essas qualidades eram somadas a sua origem paulista, pertencente a linhagem nobre. O Bandeirante era assim um "homem bom".

Os paulistas requerem as glórias dos desbravadores do sertão como componente da sua identidade, ficando bases na figura do Bandeirante, que expressa a sua bravura e as suas conquistas. O Bandeirante reafirmaria a participação dos paulistas na expansão territorial brasileira, ocupando terras outrora pertencentes à Espanha. O sucesso desse empreendimento constituiria uma característica imanente dos paulistas, que teria colaborado para aumentar as riquezas da colônia. Este passado glorioso, não garantiu uma posição de destaque desta Província, lugar ocupado pelo Rio de Janeiro, a capital federal, que durante o período minerador, dividiu as atenções com Minas Gerais.

A busca pelo reconhecimento do seu prestígio, teria mobilizado os paulistas a apoiarem a República. A inversão de valores do século XX, "onde a riqueza passa a assegurar o

---

<sup>51</sup> (DAVIDOFF; 1984, p.25)

prestígio e não o prestígio a gerar riqueza", desmotiva o empenho dos paulistas em sustentar um passado tradicional pautado nas incursões bandeirantes ao sertão, tanto que, Oliveira (1998) pondera que, os paulistas deixaram de lutar pelo prestígio de um passado remoto para se agarrarem no "papel desempenhado pela província na revolução da Independência", ou seja, em um fato histórico recente.

Contudo, a retomada das tradições ocorre com o advento da República, onde São Paulo ocupa um lugar de destaque por ter participado ativamente do processo, da derrubada da Monarquia, e no aspecto econômico, a Província se engrandece com a crescente exportação do café para o mercado externo. Faltava afirmar a sua importância política para o restante do país e é neste momento que eles abraçam novamente a imagem do Bandeirante, cuja construção simbólica personifica os paulistas. Conforme Oliveira (1998):

" É na República que acontece a luta por manter São Paulo no controle da vida política no país, não só pelo progresso e riqueza, mas porque "sempre fora " a região mais progressista, ativa e conquistadora, que expandiu o território, enriqueceu a metrópole com o ouro, e por sua tradição de arrojo e vitalidade. Foi nesse período, entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo da pujança paulista baseada em qualidades individuais de coragem, determinação e ao mesmo tempo em atributos nacionais, já que fora a ação destes homens que dera sentido à integração territorial do país"<sup>52</sup>.

A afirmação de São Paulo como "a região mais progressista" do país, se fortalece através do processo de industrialização, o qual atrai um contingente humano grandioso de todas as partes do país e do exterior para a cidade. A figura do Bandeirante e todo o simbolismo que o envolve é novamente evocado adquirindo outra conotação, reforçando, neste instante, como os paulistas são abrindo uma possibilidade de "socializar e aculturar os seus imigrantes e migrantes".

Esse processo foi conduzido pela elite, cujos membros, formavam-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Ao recriar um passado mítico, o qual inseria os paulistas no processo de expansão da colônia, fazia-se necessário, levar essa aspiração para as outras regiões. A "Marcha para o Oeste" foi o momento político escolhido para tal feito. Na tentativa de consolidar o passado épico inventado para São Paulo, buscou-se a energia capaz de "garantir coesão social e durabilidade cultural para uma sociedade acometida por intensas e rápidas

---

<sup>52</sup> (OLIVEIRA, 1998, p.11)

mudanças"<sup>53</sup>. A pretensão de garantir a coesão social se deu no sentido de, almejar integrar expressões culturais dos atores sociais distintos que estavam compondo a sociedade paulista. O indígena, o caipira, a cultura popular do imigrante foram amalgamados nas representações culturais. Esse sincretismo foi usado para a afirmação local da identidade.

A "durabilidade" do passado heróico encontrou ressonância na política da Marcha para o Oeste, onde os estudantes de Direito angariavam fundos para a construção de monumentos, nas cidades que tiveram sua construção favorecida pelo incentivo ao progresso e ao desenvolvimento do sertão, impulsionado pelo governo federal. Goiânia, a primeira cidade construída sob essas premissas, fora presenteada com uma estátua do Bandeirante, erigida no cruzamento da Avenida Goiás com a Avenida Anhanguera, uma das principais vias da nova capital, em uma clara pretensão de consolidar a invenção da identidade paulista.



Estátua do Bandeirante, localizada na Praça do Bandeirante, Goiânia, Goiás.<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> (FERREIRA, 2002, p.353)

<sup>54</sup> Disponível em: <http://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/anhanguera-bandeirante.html> Acesso em: outubro de 2006



Os adereços da estátua, arma bateia e espada, simbolizam a força, o trabalho, a riqueza e a coragem dos Bandeirantes paulistas, que no passado desbravaram essas terras, manifestando através do monumento a sua presença, que trazia para essas áreas outrora "conquistadas", o progresso e o desenvolvimento, marcando materialmente a sua presença.

A Revista Oeste<sup>55</sup> trás em uma de suas edições, uma foto do Monumento ao Bandeirante, com os seguintes dizeres: "oferta da mocidade estudiosa de São Paulo ao povo goiano, símbolo de uma grande epopéia e expressão de fé nos destinos da nacionalidade". Essa frase confirma a eficácia das intenções paulistas, entre a elite goianiense, atribuindo aos paulistas às glórias de terem conquistado o sertão, afirmando ao mesmo tempo, a participação deles na construção da nacionalidade. A cidade de Aragarças, segundo fruto da Marcha para o Oeste, segundo Lima Filho (2001), também fora agraciada com um presente dos estudantes de Engenharia da Universidade Mackenzie. Os estudantes fizeram uma placa comemorando a conquista anterior daquele espaço pelos Bandeirantes paulistas. Embora o presente a Aragarças tenha sido mais singelo, não deixou de ser significativo, visto que a cidade fora construída para abrigar a Fundação Brasil Central, instituição que tinha como objetivo levar progresso e desenvolvimento a essa região central do país, fato que reitera a intenção paulista de marcar nesses locais o seu pioneirismo no desbravamento do lugar, como querendo dizer que a Marcha para o Oeste, não conseguiria atingir o seu designo, se os paulistas não tivessem se aventurado por esses caminhos anteriormente.

Cassiano Ricardo, autor de Marcha para o Oeste (1940), pondera que as Bandeiras não foram exclusivamente formadas e compostas por paulistas. Segundo ele, todas as pessoas que se disponibilizaram a realizar os mesmos feitos, também eram Bandeirantes, desde que houvesse a mesma proposta de integração das áreas sertanejas ao corpo nacional. Contudo, mesmo com a inclusão de outros agentes, o bandeirismo ainda é encarado "como estado de espírito, é o *ethos* paulista ou personalidade bandeirante presente na personalidade brasileira". A nosso ver, os Bandeirantes das outras partes da colônia tiveram menor ressonância na integração territorial, e, portanto, do sentimento de nacionalidade, porque os Bandeirantes Paulistas requerem o rótulo de Pioneiros na trajetória de desbravamento do sertão. Assim, como foram os primeiros, eles teriam

---

<sup>55</sup> A Revista Oeste disseminava os ideários da Marcha para o Oeste fixando para a posteridade esse momento histórico. Era, portanto, um veículo legitimador do pensamento oficial.

contaminado os demais Bandeirantes com as suas virtudes, incentivando que esses indivíduos trilhassem os mesmos caminhos.

Dissemos anteriormente que a figura do Bandeirante é dicotômica. O verso dessa imagem retrata os "aventureiros" como homens cruéis, exterminadores das tribos indígenas. A conquista do sertão teria ocorrido, nesta abordagem, pela imposição da força, respaldado pela superioridade bélica, que exterminou as aldeias indígenas. O Bandeirante teria dessa forma, contribuído para o despovoamento do território, constituindo, séculos mais tarde, um problema para a historiografia brasileira, visto que, o índio é relacionado com a natureza sendo sinônimos de liberdade, "características que estavam sendo incluídas" na identidade nacional. O Bandeirante seria assim, um ameaçador da identidade e não um ator que "emprestara a ela" os seus valores.

A chacina dos nativos foi precedida pela transmissão de doenças, com destaque para as venéreas. O Bandeirante teria contribuído para a miscigenação do país, discussão realizada no primeiro tópico deste capítulo, e como vimos, havia posições antagônicas em relação a essa temática. Se considerarmos a vertente que condenava a miscigenação, o Bandeirante estaria muito longe de se tornar um herói nacional. Mesmo dentre os que defendiam a miscigenação entre mulatos e brancos, reprovavam a conduta desses homens, que se envolviam com as índias, mistura que deveria ser evitada. No viés que toma o Bandeirante como um símbolo da nacionalidade, outrora explanado, é perceptível que a eles também fora agregado à superioridade racial dos brancos, onde o Bandeirante estaria entre esses homens.

Ser branco também significava ser nobre. Contudo as origens paulistas pouco remetiam a um passado glorioso, como já exposto. Segundo Davidoff (1984), Alcântara Machado, teria contribuído para a dessacralização do mito do bandeirante, contestando teóricos como, Oliveira Vianna e Pedro Taques. Davidoff (1984) expõe os argumentos de Alcântara Machado na citação que se segue:

"O bandeirante que Alcântara Machado nos mostra é o simples morador de uma região secundária da Colônia, sem importância econômica, distante dos centros mais dinâmicos do Brasil e da Europa, que levava uma vida quase indigente, lutando com as injunções mais imediatas e prementes de uma existência material extremamente difícil. Pobre, analfabeto, sem perspectivas, tinha nas suas investidas ao sertão as únicas chances de modificar sua sorte material, que nesta medida passavam a ser, para usar a expressão de Sérgio Milliet, "soluções de inexorável urgência"<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> (DAVIDOFF, 1984, p.93)

Convém ressaltarmos, que da mesma forma que os Bandeirantes paulistas se sobressaíram dos demais Bandeirantes por recorrerem ao pioneirismo, houve a mesma pretensão com a questão da mestiçagem. A mistura entre os paulistas e as índias daria origem a uma sub-raça superior, que formaria segundo Oliveira (1998), uma aristocracia sertaneja. Seguindo o raciocínio desta concepção, a miscigenação paulista era permitida e a miscigenação com os outros Bandeirantes era vista com maus olhos. Esta última daria origem aos degenerados, a escória social a qual mancharia as grandes realizações dos Bandeirantes paulistas.

A "interação" dos aventureiros com os índios, tanto em relação ao massacre quanto a miscigenação, adquire uma outra conotação, no que concerne, a transmissão dos valores inestimáveis dos Bandeirantes a população sertaneja. Viana Moog (1954), na obra, *Bandeirantes e Pioneiros*, apresenta uma visão heróica do Bandeirante, afirmando que, apesar da matança e da mistura racial, no decorrer do tempo, foi o heroísmo que se firmou como emblema desses indivíduos. Contudo, Moog tece uma crítica, dizendo que os Bandeirantes são também autores dos "males da nacionalidade". A ânsia pelo enriquecimento fácil, a instabilidade das relações sociais, marcada principalmente pela promiscuidade, a elevação do litoral como lugar civilizado em detrimento do sertão atrasado, são marcas deixadas por esses aventureiros, que segundo o autor, "na vida pública e na privada, não há setor em que não se encontrem resquícios do estilo de vida do bandeirante e o rastro da bandeira"<sup>57</sup>.

Acreditamos que a colocação de Vianna Moog, permite uma analogia com a imagem que se cria do sertão nas primeiras décadas do século XX: imagem que vislumbra um sertão doente, representado pelo hospital, significando "a presença avassaladora das endemias rurais", percepção que se estende a todo o território nacional, e a do sertão, um grande vazio demográfico, representando "o abandono das populações pelo poder público, ou mesmo a sua completa ausência"<sup>58</sup>. O vazio demográfico e as doenças podem ser entendidas como resquício das incursões bandeirantes ao sertão.

O movimento sanitarista dá uma outra explicação para a realidade sertaneja, que não deixa de ser conjuntamente, uma realidade cidadina. A pobreza econômica dos Estados brasileiros, situados na área sertaneja, impossibilitou o investimento do governo na área sanitária. A responsabilidade com a saúde pública, deveria partir então, da esfera federal, detentora de

---

<sup>57</sup> (MOOG, 1954, p.47)

<sup>58</sup> (HOCHMAN, 1998, p.1)

maiores recursos financeiros. O discurso sanitário foi amplamente difundido na sociedade conscientizando o povo das obrigações do Estado para com a saúde, de certa forma, transmitindo a noção de que o descaso com as populações mais pobres era culpa dos governantes. Essa política vai de encontro aos movimentos nacionalistas que ganham força neste mesmo período.

O saber médico se interliga com a política, dando um cunho científico as mazelas do sertão, outrora resignadas às questões de superioridade e inferioridade racial. O desconhecimento do interior do país levou Carlos Peixoto, deputado federal mineiro, no contexto da I Guerra Mundial a dizer que "*estava disposto*, em caso de invasão, a ir *aos sertões* e convocar os caboclos para defender o país"<sup>59</sup>. As palavras desse deputado denotam um profundo desconhecimento do sertão. Mal sabia ele que os caboclos que ele desejava recrutar para defender o país, que não lhes dava a menor atenção, padeciam de toda a sorte de enfermidades. O discurso de Miguel Pereira a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi proferido nesta conjuntura, de recrutamento militar. A exposição de Miguel Pereira retrata a realidade sertaneja e traça uma dura crítica as palavras do referido deputado:

"...fora do Rio ou de São Paulo, capitais mais ou menos saneadas, e de algumas ou outras cidades em que a previdência superintende a higiene, o Brasil é ainda um imenso hospital. Num impressionante arroubo de oratória já perorou na Câmara ilustre parlamentar que, se fosse mister, iria ele, de montanha em montanha, despertar os caboclos desses sertões. Em chegando a tal extremo de zelo patriótico uma grande decepção acolheria a sua generosa e nobre iniciativa. Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria; inválidos, exangues, esgotados pela ancilostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo; chupados pela fome, ignorantes, abandonados, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer da sua modorra ao apelo tonitruante de trombeta guerreira, ..., ou quando, como espectros, se levantassem, não poderiam compreender porque a pátria, que lhes negou a esmola do alfabeto, lhes pede agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro redentor, a arma defensiva"<sup>60</sup>.

Os termos usados por Miguel Pereira para falar do mal que assola os sertões são equivalentes aos de Palínia (1943), cronista goiano, que retrata o sertão goiano enfermo das mesmas endemias:

---

<sup>59</sup> (HOCHMAN, 1998, p.3)

<sup>60</sup> (HOCHMAN *apud* PEREIRA, 1998, p.03)

"Quem conhece o interior de nossa terra, povoada, em grande parte, de gente doentia, ancilostomiada, triste e deprimida, não dirá nunca que o Jeca (personagem de Monteiro Lobato) é uma ficção antipatriótica.

A roça é uma delícia para o homem culto, para o fazendeiro inteligente e abastado, que ama a terra e sabe torná-la fonte dos mais puros prazeres morais e de riqueza material. A roça é um paraíso para nós que vivemos o ano todo a vida mortal das cidades e por um mês ou dois, cansados, nervosos, neurastênicos, esgotados, vamos buscar no ar puro das nossas florestas, nas suas águas fartas e frescas, e no sol que nos reanima e tonifica o sangue envenenado pela atmosfera viciada dos grandes centros - o elixir da saúde e da longa vida.

Para nós a roça é, certamente, um reservatório de energias; mas para essa gente pobre e doentia, que vive aprisionada no deserto verde, é a luta sem tréguas e sem fim contra a natureza, luta inglória da qual o homem sai sempre vencido: o corpo depauperado pelas endemias, pela má alimentação, pelo álcool e pelo fumo"<sup>61</sup>.

O sertanejo foi pintado por Almeida Júnior<sup>62</sup>, seguindo o mesmo princípio das afirmações de Miguel Pereira e Palínia. O pintor abre uma série de gravuras sobre o sertão, com o quadro "Caipira picando fumo" de (1893). A temática transposta para as telas não diferenciava das inquietações de sua época, assim os homens pintados por Almeida Júnior apresentavam feições híbridas, caracterizando a população sertaneja como predominantemente mestiça. As questões da mestiçagem se relacionam com os costumes sertanejos, vistos como práticas atrasadas. O ambiente despontado em suas telas mostrava um povo acomodado com a sua condição de vida. As suas personagens são retratadas cochilando, pescando, tocando viola, picando fumo, com pano de fundo que oscilava entre a natureza e os ranchos ou choças de barro e madeira, feitos de qualquer maneira. Como podemos perceber a seguir:

---

<sup>61</sup> (PALÍNIA, 1943, p.21)

<sup>62</sup> Paiva (2002) usa a iconografia para retratar o sertanejo, mostrando através dos quadros as diferentes posições teóricas dos autores brasileiros em relação ao sertão.



Caipira Picando Fumo - Almeida Junior (1893)<sup>63</sup>

As duas citações conjuntamente com o quadro de Almeida Júnior (1893) caracterizam o sertanejo como indivíduo doente, sem ânimo para transformar a sua realidade, mas que por meio da intervenção da medicina e da política sanitária abarcada pelo governo federal, o deixaria de ser. O sertanejo não era retrógrado em definitivo. O era pelo descaso político que não se preocupava, até o momento, em combater tais doenças. As referências rompem com a retórica romântica do sertão difundida pelos literatos da primeira geração romântica, onde se situa a obra do escritor José de Alencar. Em *O Sertanejo* (1952), o autor descreve poeticamente o sertão do Ceará devastado pela seca. Apesar da narrativa de Alencar ser contestada, pelos motivos que a pouco expomos, a sua obra contribuiu para incitar no meio intelectual a urgência de se conhecer o sertão de perto. Ao mostrar uma família cearense, que vai ao sertão para fugir da rotina da cidade, Alencar instiga que mais pessoas façam o mesmo percurso, independente das impressões que a região cause ao observador, conferindo uma crítica aos "literatos de gabinete".

---

<sup>63</sup> Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/node/330> Acesso em: outubro de 2006

O descaso público com o sertão traz outra implicação além das expostas. O isolamento do sertão teria contribuído para a "ausência" do sentimento de nacionalidade, da identidade nacional, situação observada, pelos médicos que fizeram uma expedição ao interior do país para diagnosticar os males sertanejos. Os clínicos observaram que junto a carência sertaneja, havia uma lacuna que mostrava ausência dos símbolos nacionais entre essa população. Segundo Hochman (1998), essa situação era acentuada, pois o governo federal só lembrava da existência dessas pessoas para "extrair recursos de uma população que quase não os possuía". O sertanejo vivia abandonado de "toda e qualquer assistência, sem proteção de espécie alguma, sabendo de governos porque se lhes cobram impostos de bezerros, de bois, de cavalos e de burros"<sup>64</sup>. A diferença entre essa mentalidade e as anteriores, é que o governo recebe a culpa pelo fato desses indivíduos não estarem engajados, na política que procurava definir a identidade nacional do povo brasileiro. O governo era "o grande culpado pelo abandono da população à sua própria sorte, e não mais a natureza, a raça ou o próprio indivíduo"<sup>65</sup>.

Essa nova visão, alegando que o povo do sertão *estava* doente, mas não o *era* em definitivo, favorece a cogitação do sertanejo como um emblema identitário capaz de expressar a cultura tipicamente brasileira, com pouca interferência dos costumes europeus. Para tanto, o caminho inverso teria que ser trilhado. O sertão tinha que ser valorizado para se inserir na integração do litoral com o interior. Tornava-se necessário desconstruir a imagem solidificada dessa população, que a caracterizada como degenerada. Neste sentido, o mundo sertanejo deixa de receber julgamentos que o definiam pela barbárie, da mesma forma que o ufanismo também é deixado de lado. Busca-se uma reinterpretação do sertão, que permita inserí-lo nas premissas da Marcha para o Oeste. Para tal feito, optamos por mostrar o sertão brasileiro em seu cotidiano, dando maior ênfase ao sertão goiano, aqui representado a partir dos escritos de Hugo de Carvalho Ramos, Bernardo Élis e Guimarães Rosa, para no tópico subsequente abordarmos qual quinhão do sertão foi eleito, para ser anexado com símbolo da identidade nacional.

---

<sup>64</sup> (HOCHMAN, 1998, p.4)

<sup>65</sup> (HOCHMAN, *loc. cit.*)

## 1.5 As imagens cristalizadas do sertão

A vida no campo goiano é simbolizada pelas fazendas, com a predominância da criação de gado, da prática da agricultura de subsistência, do cotidiano marcado pelas relações com a natureza, a qual dita o tempo do sertão. Em contraposição ao tempo cronometrado pelo relógio, o tempo do sertão se baseia no amanhecer, o qual determina a época da colheita, de arar a terra, de semear, de colher, de campear o gado em busca de melhores pastos, de tirar o leite das vacas. Ao entardecer os vaqueiros fazem a "reunião" do rebanho.

As relações nas fazendas entre peão e fazendeiro não era remunerada. Os vaqueiros moravam na fazenda e recebiam como pagamento parte da colheita, ou dos animais, que dava para a subsistência do vaqueiro e de sua família. Os vaqueiros eram simbolicamente incorporados aos bens do coronel, que para com ele tinham eterna dívida de fidelidade. O coronel nunca levava prejuízo, todas as suas perdas eram transferidas para o vaqueiro, fato que aumentava a dívida do subordinado para com o patrão. Bernardo Élis descreve esta relação em *O Tronco* (1988):

"Nas fazendas de Artur (filho do coronel Pedro Melo), como na de todos os criadores, de cada quatro bezerros nascidos um pertencia ao vaqueiro. Mas se um boi espaduaava, se morria, se sumia, se era roubado por índios, quem pagava era o vaqueiro. O resultado era que o vaqueiro estava sempre endividado"<sup>66</sup>.

Pouca diferença havia entre um vaqueiro e um escravo. Eles raramente recebiam em dinheiro, os mantimentos eram vendidos na "venda" ou no "barracão" da fazenda, o que colaborava por manter "os homens do fazendeiro" a ele atrelados. A dependência do coronel se estendia as outras categorias. No romance *O Tronco*, Bernardo Élis, narra à vida da personagem Baianinho, que não era baiano, mas usava esse pseudônimo para manter o respeito. Baianinho era soldado, mas mesmo nesta posição estava sob o julgo de um dos coronéis:

---

<sup>66</sup> (ÉLIS, 1988, p.45)



"Era camarada do coronel Batista, a quem ficara devendo um despropósito. Dívida fantástica, dívida inventada pelo coronel. Baianinho comprava uma rapadura, o coronel assentava duas em sua conta; no mercado a rapadura custava quinhentos réis, nos assentamentos do coronel cada rapadura custava o dobro"<sup>67</sup>.

Baianinho era soldado. O cargo chama a atenção. Como um endividado, trabalhador rural consegue chegar a uma função como esta? Almeida (2003) nos esclarece que tal proeza era possível, porque quando o agregado da fazenda devia muito na venda, o coronel lhe arrumava outro serviço fora de sua propriedade e ficava com parte de seu ordenado. Tal situação era, segundo a autora, comum e a eficácia do trato era mantida a custa do medo que os "camaradas"<sup>68</sup> tinham dos fazendeiros. O poderio econômico era associado ao poder político e ao repressivo, este último exercido pelos jagunços a mando dos fazendeiros e/ou coronéis<sup>69</sup>.

Uma espécie de capataz, os jagunços atendiam aos mandos e desmandos dos donos da terra, que muitas vezes não o eram de fato. O fazendeiro não se fazia de rogado para expandir seus domínios invadindo as possessões vizinhas, conquistadas e mantidas pelos jagunços, a força bruta do sertão. Coagiam pessoas, matavam rivais e desafidores dos fazendeiros, e quando estes assumiam cargos políticos, os jagunços também mantinham a ordem do "curral eleitoral". Os jagunços faziam valer os interesses particulares do coronel em detrimento das necessidades da esfera pública. José de Alencar (1952), denomina o jagunço de valentões, relatando que era de praxe, os fazendeiros angariar esses homens para "guardarem sua pessoa, quando não serviam, como tantas vezes aconteceu, de cegos instrumentos a vinganças e ódios sanguinários"<sup>70</sup>.

Percebemos que o uso do termo jagunço, na literatura, está mais vinculado com aqueles homens que servem ao coronel. Conquanto a denominação cangaceiro, se refere mais, ao homem preso a um bando criminoso, que usa da violência para se impor na região, vivendo do produto do roubo, o banditismo do sertão<sup>71</sup>. A partir desta observação podemos inferir que

---

<sup>67</sup> (ÉLIS, 1988, p.63)

<sup>68</sup> Linguagem usada por Bernardo Élis (1988)

<sup>69</sup> A figura do coronel pode estar associada ao do fazendeiro, onde neste caso, um mesmo homem desempenha a mesma função. O fazendeiro-coronel tem como exemplo em Goiás, a família Caiado. Há casos em que o coronel não é um fazendeiro, mas um advogado, um médico, como em Goiás, a família Bulhões.

<sup>70</sup> (ALENCAR, 1952, p.02)

<sup>71</sup> Optamos por diferenciar o jagunço do cangaceiro, no entanto, como este tópico aborda o sertão goiano, devemos ressaltar que nesta região predominou a figura do jagunço, enquanto entre os nordestinos é mais freqüente a imagem do cangaceiro, como por exemplo, o bando de Lampião. Às vezes os dois coexistiam.

cangaceiro e bandido são termos correlatos. Almeida cita Basbaum (2003) reforçando a distinção entre os dois emblemas sertanejos:

"Ao se referir ao banditismo, Basbaum o caracteriza como um ambiente social cujo principal fundo norteador era a fome pura e simples. O Bandido é uma criação das poucas oportunidades do sertão, são frutos naturais do meio, buscando um modo de sobreviver. De acordo com Basbaum, o "jagunço" (ou "cabra") é um tipo particular de homem: "o sertanejo sem terra e sem meios de obtê-la que se transforma em guarda-costas, capanga, instrumento do dono da terra do coronel"<sup>72</sup>.

A valentia dos jagunços contaminava a comunidade sertaneja, que ao menos no discurso, tentava imitar tal coragem como forma de se adaptar ao meio. O discurso poderia vir a ser real, dependendo das imposições do sertão, onde a bravura era mais uma condição necessária a sobrevivência do que pura vaidade, como nos conta Guimarães Rosa (1986) em Grande Sertão Veredas:

"Me dá saudade é de pegar um soldado, e tal, pra uma boa esfolá, com faca cega... Mas, primeiro, castrar... "Senhor me dirá: mas que ele pronuncia aquilo fora boca, maneira de representar que ainda não estava velho decadente. Obra de opor, por medo de ser manso, e causa para se ver respeitado. Todos tretam tal regra: proseiam de ruínas, para mais se valerem, porque a gente ao redor é duro dura. O pior, mas, é que, acabam, pelo mesmo vau, tendo de um dia executar o declarado, no real"<sup>73</sup>.

Os jagunços e os cangaceiros eram conhecidos pelas emboscadas que muitas vezes vitimava gente inocente conjuntura que só alargava as rivalidades no sertão. As trocas de tiro eram também constantes, e juntamente com as emboscadas, seguida pelas doenças, ceifava a vida dos sertanejos<sup>74</sup>.

Viver no sertão era uma aventura, fato que levou Guimarães Rosa (1986) a declarar que "viver é muito perigoso". A aventura não se reduzia a escapar das disputas dos

---

<sup>72</sup> (ALMEIDA apud BASBAUM, 2003, p.107)

<sup>73</sup> (ROSA, 1986, p.14)

<sup>74</sup> João Cabral de Melo Neto em Morte e Vida Severina (2000), ilustra essa discussão, narrando em verso o que a personagem Severino, um retirante nordestino, fugitivo da seca, encontrava pelo caminho no percurso do sertão a cidade grande.

fazendeiros, por terras, gado e posições políticas, "classe" que explorava o máximo que podia, não aceitando serem contrariados por seus subordinados. O desrespeito as ordens desses senhores era visto como ofensa resultando em "lições morais", e em alguns casos, na morte do indivíduo ou de sua família. Viver no sertão significava também escapar dos tempos ruins, que podiam não colaborar com a produção agrícola e acima de tudo sobreviver às doenças que vitimavam pessoas de todas as idades.

As enfermidades são frequentemente apontadas nas obras que fazem referência ao sertão. Bernardo Élis (1988) ao narrar a comitiva que iria restabelecer a ordem no Duro<sup>75</sup>, relata que juntamente com o séquito estavam as mulheres e os filhos de seus integrantes. A descrição das mulheres e das crianças retrata bem a condição de vida do sertanejo. As mulheres de aparência decadente fumavam cachimbo dando de mamar "aos meninos magros e barrigudos, com eterna diarreia. Alguém gemia de maleita; outro tossia, encolhendo-se, talvez com a tísica minando os bofes"<sup>76</sup>. Guimarães Rosa (1986) fala do sarampo, que contaminou os quatro filhos de uma família, e que pela falta de recursos, a doença se complicou e os filhos do sertanejo ficaram cegos. João Cabral de Melo Neto (2000) narra a morte, nos dando a impressão de que seus versos cantavam o destino dos sertanejos:

"Somos muitos Severinos  
iguais em tudo na vida:  
na mesma cabeça grande  
que a custo é que se equilibra,  
no mesmo ventre crescido  
sobre as mesmas pernas finas,  
e iguais também porque o sangue  
que usamos tem pouca tinta.  
E se somos Severinos  
iguais em tudo na vida,  
morremos de morte igual,  
mesma morte severina:  
que é a morte de que se morre  
de velhice antes dos trinta,  
de emboscada antes dos vinte,  
de fome um pouco por dia  
(de fraqueza e de doença  
é que a morte severina  
ataca em qualquer idade,

---

<sup>75</sup> O Duro (São José do Duro, hoje Dianópolis) era um vilarejo, reduto do Coronel Melo, homem que não respeitava a legislação e comandava o lugar ao seu bel prazer.

<sup>76</sup> (ÉLIS, 1988, p.63)

e até gente não nascida)<sup>77</sup>.

As doenças faziam do sertanejo um povo mais religioso. A devoção era uma artimanha para enfrentar o sofrimento. A religião confortava essa gente sofrida de suas mazelas, dava esperança de melhoras. Como o médico era um profissional raro nos sertões, a população apelava para as romarias, para as festas do Divino, mas ao mesmo tempo, nas simpatias, no conhecimento "medicinal" adquirido pelo contato com os índios. O medo do Diabo, das tentações juntamente com a esperança de cura das enfermidades mantinha fervorosa, a religiosidade, entre a população sertaneja. Como recomenda a obra de Guimarães Rosa (1986), "reza é que sara da loucura. (...). Isso é que é salvação da alma. (...). Muita religião seu moço!"<sup>78</sup>. A religião é uma proteção contra os infortúnios do sertão. É a perspectiva e a defesa do sertanejo.

A seca, o cangaço, os jagunços, os mandos e desmandos dos coronéis, as doenças davam ao sertão uma imagem da terra devastada, de gente sofrida. Percebemos pelas leituras, que em meio a todo esse sofrimento, existia vida, alegria, e apego ao sertão, mesmo entre os retirantes, fugitivos da seca, a afetividade com a terra natal é muito forte. Escolhemos as tropas que conduziam as boiadas, como um símbolo que permite olharmos o sertão com outros olhos.

## 1.6 Tropas e Boiadas

A criação de gado era uma atividade predominante no sertão. Chaul (1988) chega a afirmar que a pecuária, em Goiás, além de anteceder a mineração, era uma atividade rentável, que vencida as dificuldades de comunicação com o litoral e as demais regiões, porque o animal se auto-transportava, e mais estável do que a extrativista, ao menos no território goiano, onde a estiagem era mais branda não prejudicando tanto o desenvolvimento dos animais, distinguindo-se do sertão nordestino, onde a seca ceifava a vegetação e, por conseguinte, os animais. O clima não interferia consideravelmente na produção do rebanho, contudo, o mesmo não pode ser dito se considerarmos a forma de criação do gado. O gado era criado livre estando sujeito à ação de

---

<sup>77</sup> (MELO NETO, 2000, p.46)

<sup>78</sup> (ROSA, 1986, p.08)

parasitas e predadores, o que comprometia a quantidade e a qualidade do rebanho. As reses estavam suscetíveis ao ataque das onças, dos morcegos, das doenças.

Entendemos que a concepção de Chaul é importante para a nossa análise, porque pressupõe uma continuidade histórica e não um rompimento, onde a atividade pecuarista não foi interrompida com o advento da mineração, ao contrário, ela foi intensificada, visto que, as regiões de garimpo ocupavam-se em grande parte da extração do ouro, restando pouco tempo para a agricultura e para a criação de animais. Assim, os tropeiros mediavam às relações comerciais entre as fazendas e os vilarejos, fornecendo alimentos, principalmente a carne. Nesse sentido, a pecuária já era praticada antes da chegada dos bandeirantes e continuou sendo praticada durante o período minerador.

Mesmo perante essas dificuldades, que comprometiam a sobrevivência das cabeças<sup>79</sup>, o gado alargou as fronteiras do sertão, sendo conduzido pelos tropeiros na busca de melhores pastagens, ampliando os "limites" das fazendas. O isolamento do sertão era rompido por intermédio das tropas, que conduziam o rebanho pelo sertão afora, até o local de abatimento do gado nas grandes cidade. Os caminhos que ligavam o sertão ao litoral eram tortuosos devido à falta de estradas, a escassez de pontes, realidade que fazia com que os tropeiros transpusessem os obstáculos pelos rios, atravessando a boiada nas partes mais rasas. A condução da boiada ao seu destino durava meses.

Os tropeiros eram um dos maiores conhecedores do sertão. Conheciam os pequenos povoados situados a muitas léguas dos seus vizinhos, particularidade que vai de encontro a distinção que Guimarães Rosa (1986) faz do sertão, caracterizando-o como um lugar "onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa e morador"<sup>80</sup>. Ser tropeiro era viver em constante aventura, mas era também a possibilidade de desfrutar das belezas do sertão.

Como os afazeres do tropeiro é a lida com o gado conduzindo-os pelos caminhos, as suas histórias não estão atreladas diretamente com alguma *persona*<sup>81</sup>, ao contrário do jagunço, que deve obediência e serve aos interesses dos fazendeiros e coronéis. O relato dos tropeiros é, a

---

<sup>79</sup> Cabeça é um termo muito comum no sertão usado para indicar a quantidade de gado que compõe o rebanho.

<sup>80</sup> (ROSA, 1986, p.01)

<sup>81</sup> Caracterizamos como *persona* os indivíduos com influência na esfera pública, a saber, os coronéis, os fazendeiros, os padres, etc. Os tropeiros apesar de tocarem a boiada que geralmente não é sua, pelas narrativas que encontramos, mantinham uma relação indireta com os coronéis e fazendeiros, donos do rebanho.

nosso ver, mais espontâneo narrando os hábitos cotidianos do sertanejo, e por isto elegemos os tropeiros, como "bons para se pensar o sertão".

A organização da tropa se inicia com a indumentária que o tropeiro costuma usar. O Gibão é uma vestimenta que cobre do pescoço a pouco abaixo da cintura, este acompanhado de chapéus e botas. No lombo dos burros ou dos cavalos, colocava-se a bruaca, uma espécie de mala de couro, usada para guardar uma infinidade de objetos. Na bruaca também se guardava além dos itens de uso pessoal, a tralha de cozinha, alimentos para a tropa e para os animais. O fumo, com presença constante nas narrativas, também fazia parte do ritual de arrumação do tropeiro para a partida. Aparentemente os tropeiros levavam fumo o suficiente para agüentar até o próximo pouso. No pouso o preparo do cigarro de palha, era feito e amenizava a espera pelo jantar:

"Assentados pelos calcanhares, os primeiros chegados - cujos lotes arraçoados se coçavam impacientes aos varais - espicaçavam pachorrentamente na cocha da mão o fumo dos cornimboques, picavam miúdo no corte do caxerengue as rodelinhas finas, esfrangalhando entre os dedos os resíduos, palha grossa de cigarro encarapitada na orelha"<sup>82</sup>

Ramos (1917) descreve o pouso como a um ritual. A tropa se aloja debaixo das árvores, desapetrechando os burros e cavalos. O cozinheiro desfaz a tralha da cozinha preparando o almoço ou jantar. Neste ínterim os tropeiros, preparam os alimentos dos animais, onde Ramos destaca o uso do milho. Arma-se as redes, companheiras inseparáveis dos tropeiros, reduto de descanso, onde os homens se alimentam, onde se acomodam para contar as histórias. As redes desempenham a função de acalantar os tropeiros preparando-os para o descanso, no mesmo passo que os protegem dos animais, ou melhor, das cobras. Esses répteis são protagonistas de muitas histórias sertanejas. São responsáveis pela morte de animais e homens. Em Tropas e Boiadas, Hugo de Carvalho Ramos (1917), narra o episódio de um sertanejo que fora picado por uma urutu, cobra venenosa, cujo veneno é famoso por matar ou deixar seqüelas na vítima. O sertanejo de Ramos optou por decepar a mão do que correr o risco de morrer. Ser picado por uma cobra, ou já ter matado esse animal permeia os "causos" dos sertanejos, que se assemelham as histórias de pescador. As cobras são, geralmente, descritas com tamanho e grau de periculosidade superior a realidade. Matar a cobra torna o sertanejo um homem de valor.

---

<sup>82</sup> (RAMOS, 1917, p.2)

As redes eram armadas nas árvores. Estes vegetais que abrigavam os sertanejos que escondendo-os do sol, embaixo de suas copas, e os recebia quando as tropas as escolhiam para servirem de pouso. As árvores são muito importantes para o sertanejo, que se referem a elas poeticamente, como Bernardo Élis (1988), ao narrar os planos futuros de Baianinho:

"No lugar em que dormia, Baianinho sentia o cheiro acre da flor de caju, via no encosto do pequizeiro derrubando a flor sebosa, e seu coração renascia de esperanças. Se não estivesse na tropa, ia botar uma espera naquele pequizeiro dacolá, viu rastro de veado por baixo dele"<sup>83</sup>.

A mesma afetividade com a árvore é encontrada no texto de Guimarães Rosa (1986):

"Quando o senhor sonhar, sonhe com aquilo. Cheiro de campos com flores, forte, em abril: a cigantina, roxa, a níca e a escova, amarelinhas... Cigarras dão bando. Debaixo de um tamarindo sombroso... Eh, frio! Lá geia até em costas de boi, até nos telhados das casas"<sup>84</sup>.

Os pousos se davam tão costumeiros debaixo das copas das árvores, que em Goiás eram debaixo da gameleira frondosa, onde as vendas que atendiam aos tropeiros se instalavam:

"Ao lado da estrada real e a sombra espessa duma gameleira centenária em cujos esgalhos finos cantava em épocas de sação a passarada, e arquitetavam o ninho gentil os povis e tiês mimosos de papo fulvo e penugem azulejada das campinas, ficava a venda da bruxa dos Marinhos, assim como a nódoa minúscula e alvinitente duma rês branca, sobre o fundo verde-dourado da imensa malhada que eram aquelas paragens. Avultavam longe mal dobravam o cotovelo branco duma serrota de alourejada coma de capim-melado e moitas de murici cheiroso, na várzea aberta dos buritis virentes que espanejavam..."<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> (ÉLIS, 1988, p.65)

<sup>84</sup> (ROSA, 1986, p.18)

<sup>85</sup> (RAMOS, 1917, p.08)

Debaixo das árvores a tropa descansava, a vida sertaneja era cantada pelas modas de viola e os laços com o sertão se estreitavam. As dificuldades ocasionadas pela precária comunicação, pelos rigores do clima, pareciam ser esquecidas quando os tropeiros se acomodavam debaixo das gameleiras, dos pequizeiros, das oiticicas, da moreira e lá degustavam a farinha de mandioca, comiam a feijoada, bebericavam a pinga, deglutição acompanhada de uma boa roda de conversa, de onde saíam os causos sertanejos, as assombrações, as lendas do sertão, seguidas pelas baforadas do cigarro de palha, e das modas de viola que cantavam das belezas da terra às mulheres sertanejas. Posterior a essa confraternização, os tropeiros seguiam para as suas redes esperando o raiar do dia, anunciado pelas cigarras, pelo coaxar dos sapos, o mugido da boiada e a revoada dos pássaros que preparavam os tropeiros para mais um dia de labuta.

A afetividade pelas árvores pode ser comparada pelo apego com a rede. Cascudo (1983) nos diz que a rede é uma herança indígena, apropriada pelo português, que passou a fazer uso da mesma em substituição as camas européias. Por muitos séculos da nossa história, a rede, acompanhou a população brasileira. Cascudo ressalta que havia uma espécie de indústria doméstica que fabricavam as redes para uso próprio, sendo estas esteticamente mais simples, seguindo a mesma forma da rede indígena. As redes dadas como presentes eram ornamentadas com franjas apresentando uma trama diferente nos fios, contribuição portuguesa para a estética do objeto. Esse utensílio era tão importante na vida do sertanejo, que era a última coisa da qual as pessoas se desfaziam diante da "miséria absoluta"<sup>86</sup>.

Companheira de todas as horas a rede acalentava o sono dos adultos e das crianças, servia de encosto para as refeições, embalava os casais durante as relações sexuais. Era usada tanto pelas populações mais pobres quanto pelos fazendeiros de muitas posses. No sertão as dificuldades de se obter uma cama, em decorrência do valor desse mobiliário e da verdadeira epopéia que era trazê-la do litoral ao sertão, fizeram com que a população sertaneja se entregasse aos embalos da rede, usada cotidianamente, mesmo nas casas em que havia camas, estas só eram usadas quando na habitação encontravam-se hospedadas pessoas ilustres.

Percebemos que a vida do tropeiro é muito simples, mas nem por isso deixa de ser prazerosa. O seu estilo de vida, por incrível que pareça, casa com os princípios capitalistas. A figura do tropeiro é análoga ao do puritano estudada por Weber, na obra "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo". De acordo com Wegner (2000), nos tropeiros "começamos a encontrar

---

<sup>86</sup> Ver Cascudo (1983)



o cálculo, o planejamento e até mesmo "certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa". Wegner pondera que, apesar dos valores capitalistas, representados em sua fala pelo cálculo e pelo planejamento, estarem presentes no cotidiano do tropeiro, isso não significa que houve um rompimento com as práticas interioranas, onde os negócios eram feitos com uma "dignidade sobranceira e senhoril" caracterizados pela confiança no próximo, costume que remetia a "noção feudal de lealdade", como podemos observar a seguir:

"A dispensa muito freqüente de outra garantia nas transações, além da palavra empenhada, que se atesta no gesto simbólico de trocar um fio de barba em sinal de assentimento, casa-se antes com a noção feudal de lealdade do que com o conceito moderno de honestidade comercial"<sup>87</sup>.

A comparação entre os tropeiros e os puritanos de Weber, pareceria inviável, se considerarmos que, mais tarde, os tropeiros se renderiam "aos luxos e aos prazeres" proporcionados pelo mundo capitalista. Conquanto, se observarmos os puritanos, perceberemos que, também há entre eles a presença de elementos capitalistas. A esse respeito, Wegner retoma a comparação entre Sérgio Buarque de Holanda e Max Weber, discorrendo que com o decorrer do tempo o espírito capitalista perde a religiosidade, outrora intrínseca, mas mesmo assim, conserva os traços que o caracterizavam "no seu nascedouro", ou seja, não incentiva a ostentação. Assim, "o portador da ética descrita por Weber elege o conforto aseado e estável do lar de classe média como ideal"<sup>88</sup>.

A vida simples do sertanejo, do tropeiro, era pouco materializada. A sua moradia tinha poucos objetos de valor, fato que se estendia, a casa das pessoas de maior influência<sup>89</sup>. Os seus ganhos eram usados para a sua sobrevivência, sem alarde, sem exibicionismo. E é neste sentido, que o tropeiro é comparado ao puritano de Weber. Essa reflexão ao valorizar o tropeiro, desmistificando o atraso do sertanejo, inserindo-o no sistema econômico, mesmo rudimentar, dava suporte à afirmação de Euclides da Cunha, autor que após um conflito interior, entre a teoria

---

<sup>87</sup> (WEGNER apud HOLANDA, 2000, p.183)

<sup>88</sup> (WEGNER apud HOLANDA, 2000, p.184)

<sup>89</sup> Oliveira (2001) faz uma análise dos inventários deixados pelas famílias, tanto as abastadas quanto as humildes, que habitaram a cidade de Meia-Ponte, hoje Pirenópolis, no séc. XIX.

e a prática, acabou percebendo que o sertanejo "não era retrógrado em definitivo, o deixaria de ser por meio da civilização", frase comentada nos primeiros tópicos deste capítulo.

A valorização do sertanejo com um homem forte, sobrevivente das condições hostis do sertão, características provavelmente herdadas dos Bandeirantes, visto que este herói foi incorporado como símbolo do sertão, favorece o discurso de Vargas, impulsionando a conquista do oeste; discurso que reúne a figura do bandeirante com a do sertanejo, como querendo dizer que, a essa brava gente, faltava a inserção da modernidade em seu meio ambiente:

"O programa de Rumo ao Oeste é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover esta arrancada sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de sanar os vácuos demográficos do nosso território e fazer com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas"<sup>90</sup>.

O encontro do tropeiro com a modernização representada aqui pela fundação de Goiânia, construída para expressar uma nova mentalidade não abandona completamente os seus referenciais. Assim, "por meio da dinâmica de Conquista do Oeste forma-se uma mentalidade compatível com um moderno capitalismo, sem um completo rompimento com os valores e costumes associados normalmente a um mundo pré-burguês"<sup>91</sup>.

Essa idéia de que há uma continuidade, marcada pela interação do mundo sertanejo com a modernidade, é essencial para a compreensão dos capítulos subsequentes. Desde já, afirmamos que, a construção de Goiânia, ao contrário do que dizia o discurso oficial, não significou um rompimento completo com os valores sertanejos, o mais certo, a nosso ver, seria dizer que as duas identidades coexistiram. Essa particularidade traceja uma identidade ambígua, marcada pela tensão entre o desejo da chegada do progresso, que se daria com a construção de Goiânia<sup>92</sup>, e a vontade de que as relações sociais, os valores tradicionais, sobrevivessem às imposições da modernidade. Goiânia nasce assim, a partir de uma ideologia de exaltação do sertão, mas cuja fundação em nada estima as características sertanejas, mas sim tenta adequar o

---

<sup>90</sup> (MELLO *apud* ALVARES, 2006, p. 34-35)

<sup>91</sup> (MELLO *apud* ALVARES, 2006, p. 185)

<sup>92</sup> Idéia arraigada no imaginário popular pelo discurso de Pedro Ludovico.

Planalto Central aos ditames modernos. Discussão esta que será aprofundada no próximo capítulo.

## Capítulo II E no meio dos sertões de Goiás, surge Goiânia moderna

### 2.0 Considerações Iniciais

No capítulo anterior, expomos o processo de construção da identidade nacional. As discussões em torno da degeneração da raça estigmatizaram o sertão como uma região decadente e de população degenerada, posteriormente a reviravolta em torno dessa problemática, passa a considerar o sertão como o reduto da brasilidade, contendas que repercutiram no mundo goiano. O sertão continha o cerne da identidade nacional, mas para satisfazer o plano de mudar a face do Brasil, era necessário que ele fosse modernizado.

Concordamos com Sandes (2002) quando este autor relaciona a identidade com a modernidade, segundo ele, a "exigência da definição (identidade) parece estar mais presente em sociedades que assumiram, como dilema, as especificidades do projeto de modernização"<sup>93</sup>. Podemos inferir que, a construção da identidade nacional estava intimamente ligada com aspectos econômicos. O Brasil almejava entrar para o rol dos países desenvolvidos, palavra sinônima de moderno, intenção que exigia o desvencilhamento do seu passado subdesenvolvido. Neste sentido, "a questão nacional ganha a força de um projeto político assumindo um compromisso com o futuro, com o desejo de ser (o que ainda não é) e de *fundar*, simultaneamente sua identidade" (grifo meu).

Nas palavras de Sandes nos chama a atenção o emprego do termo *fundar*. A sua fala resume, a nosso ver, a política que conduziu a construção da identidade nacional. A identidade foi manipulada até apresentar os contornos desejáveis para atender a um interesse específico: espelhar o Brasil moderno. Goiás não ficou atrás, desejava ser integrado a economia nacional, ambição antiga onde "do Império aos dias atuais, formou-se um *campo de representações* guiado pelo desejo de incluir a economia e a sociedade goiana nos projetos de desenvolvimento da nação" (grifos meus).

A expressão "campo de representação" nos permite deduzir que entre uma gama de possibilidades optou-se pelas alternativas que mais aproximavam Goiás do projeto político

---

<sup>93</sup> (SANDES, 2002, p.15)

nacional. Necessariamente a escolha de uma representação implica na desconsideração de outras, que não deixaram de existir em função desta escolha, mas que foram ofuscadas pela incessante afirmação da primeira. Neste sentido, a construção da identidade goiana passou por algumas etapas.

Em Goiás, a historiografia clássica considera o ouro como a "certidão de nascimento" da região, sufocando a atividade agropecuária e as referências culturais que a relacionam. Recorremos novamente a Sandes (2002) ao concordamos com o autor que:

"...pouca atenção foi dada às atividades que se desenvolveram paralelamente ao mundo do ouro e que permaneceram na obscuridade. A sombra do ouro em Goiás acabou retirando do campo de visibilidade econômica a importância das engenhocas e dos inúmeros produtos oriundos das fazendas, ..., o que implicou a elaboração de um discurso identitário fundado nas imagens da decadência da região"<sup>94</sup>.

"A decadência da região", assim como, o atraso do sertão foram discursos impregnados na memória goiana e acabou por criar identidades. A identidade goiana foi, nessa perspectiva, associada com a imagem de decadência. Mas, assim como, o segundo momento da política nacional passou a atribuir às doenças os males do sertão, e não a sua gente e as suas condições geográficas, o discurso da decadência em Goiás acompanhou esta tendência, onde as moléstias passaram a ser relacionadas com o abandono da região pelo poder público, fato que levou a constatação de que o sertão goiano também não era retrógrado em definitivo, o deixaria de ser com a atenção do governo federal.

Os trabalhos do padre Silva e Souza (1812) e de Cunha Matos (1824) foram eloquentes. Ambos não fogem da interpretação de que o atraso goiano era fruto da decadência da mineração, porém apresentam um contraponto mostrando que as riquezas da terra, que muito poderiam contribuir para o enriquecimento do Brasil, foram suplantadas pelo brilho do metal amarelo. Os escritos de Silva e Souza (1967) ilustram essa discussão:

"Eu vejo reduzidos à sociedade civil tantos milhões de habitantes selvagens que nos rodeiam, tornando em cidadãos úteis e laboriosos, vejo povoadas as margens de tantos

---

<sup>94</sup> (SANDES, 2002, p.15)

rios navegáveis girando por todas as partes as embarcações com as produções do país. (...) Vejo adiantadas as artes e as ciências, promovida a indústria, animado o comércio, penetrados os sertões e descobertas as suas preciosidades"<sup>95</sup>.

Acreditamos que a tática de Silva e Souza se assemelha as primeiras informações divulgadas sobre Goiás, de que aqui se produzia pouco ouro, mas com outra finalidade. Ao ressaltar as riquezas pouco exploradas administrativamente, o padre lança uma estratégia que "visava a inclusão da província nas preocupações do Estado". Perante os textos de Silva e Souza e de Cunha Matos, o governo central ficaria ciente de que os males que assolavam os goianos é resultado da concentração de esforços em uma única atividade. Ao citar novos potenciais econômicos, o padre insere a Província na temática nacional de que "o sertão tem jeito", de que os seus males, as enfermidades, a falta de estrutura física das cidades, o comércio deficiente, imagens atreladas ao sertão seriam solucionadas pela intervenção de um governo forte.

As idéias desses autores deram início ao rompimento com a "identidade da decadência". A imprensa teve papel importante na divulgação desse novo ideário. Em Goiás a Revista Informação Goyana foi, segundo Sandes (2002), significativa para a mudança de mentalidade.

"Essa nova consciência regional coincide com a emergência do discurso regionalista. A importância do gado no mundo goiano é percebida na literatura do séc. XX, como por exemplo, nos escritos de Hugo de Carvalho Ramos. O autor de Tropas e Boiadas, (...), reconhece no sertão goiano um lugar distante do processo modernizador, denuncia as péssimas condições de trabalho dos agregados, *mas encontra no sertão goiano o sentido de formação nacional indicador de uma nova identidade regional*. Essa nova identidade se distancia do mundo do ouro e da roça, *uma vez que as boiadas e tropas se movimentam em passos lentos e seguros, prefigurando o início de um processo modernizador*, cujos desdobramentos resultaram na presença dos trilhos em solo goiano... A memória da decadência sinalizou uma estratégia identitária, na forma de estigma, que ordenou os discursos sobre a região entre os séculos XIX e XX. Do discurso da decadência à emergência de um movimento regionalista decorre um lento processo de inclusão, de onde emerge uma nova identidade local expressa na literatura de Carvalho Ramos, nos escritos de Henrique Silva de Americano do Brasil"<sup>96</sup>. (grifos meus)

---

<sup>95</sup> (SILVA E SOUZA, 1967, p.75)

<sup>96</sup> (SILVA E SOUZA, 1967, p.75)

O novo sentido da identidade goiana tomara impulso com a Revolução de 30. Neste período é fundado em Goiânia o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), organização tardia se comparada aos demais Estados brasileiros, mas que desempenhou papel importante na consolidação de uma nova identidade. O IHGG pode ser entendido como uma casa de memória, cuja fundação foi feita por membros intimamente ligados ao governo, recebendo total apoio de Pedro Ludovico. A relação entre o poder e o instituto atendeu a um projeto de memória "que consagrou a Revolução e a imagem de Ludovico como uma nova etapa da história goiana... iniciava-se o processo de leitura da história goiana... iniciava-se o processo de leitura da história local que fez de 1930 o marco, de Ludovico o líder e de Goiânia a imagem do progresso"<sup>97</sup>. O IHGG satisfaz os interesses políticos da época, por ter uma política comprometida com a "verdade documental", veracidade conferida aos documentos oficiais, legitimadores do poder.

O estilo de história contida nos arquivos do instituto manipulou a história regional por décadas. A princípio, nem a oferta dos cursos de História e Geografia na UFG e UCG, romperam com essa "tradição historiográfica". Sandes (2002) pontua que as duas universidades, ambas fundadas na década de 1960, apresentaram inovações sobre essa temática, no sentido de estimular a pesquisa, mas em momento algum, os pesquisadores desconfiaram da ordem vigente, não houve rompimento "com as representações do tempo histórico que fez do ouro e da crise da mineração o epicentro do processo de formação regional"<sup>98</sup>. A modernidade abriria outros caminhos aos olhos dos historiadores, onde:

"O tempo do ouro ainda continua seduzindo a imaginação histórica, mesmo que seja para negá-lo como matriz identitária... os estudos sobre urbanização e história cultural apontam para outra direção, demonstrando que as questões do presente estão exigindo a abertura de novos rumos à pesquisa histórica"<sup>99</sup>.

Dentre essas novas possibilidades de pesquisa abre-se a vertente do estudo urbano. "O interesse pelos *estudos urbanos* acompanha o desejo de modernidade que se coloca como ponto de chegada da reviravolta de uma região outrora conhecida como matuta e

---

<sup>97</sup> (SANDES, 2002, p.26)

<sup>98</sup> (SANDES, 2002, p.27)

<sup>99</sup> (SANDES, 2002, p.28)

tradicional"<sup>100</sup>. A urbanização, o estilo arquitetônico, o traçado urbanístico, a engenharia, o emprego de materiais de construção até então pouco empregados em Goiás, permite analisarmos a história regional por outro viés. Relacionamos a antropologia urbana com a história cultural, a identidade, a memória e as relações de poder para mostrarmos uma outra face de Goiânia, ofuscada não pelo ouro mas pela supremacia da ideologia dominante.

O espaço urbano é usado, neste caso, para compor a identidade, não como *parte integrante* da identidade e da memória, mas como a *representação do todo*, transmitindo a idéia de que as representações culturais dos goianienses são homogêneas. Neste sentido, o *art déco* é eleito como elemento de estabilidade, de coesão social, legitimador das propostas políticas que justificaram e permitiram a construção de Goiânia.

O discurso de que Goiânia era uma cidade moderna, mesmo antes do início de sua construção, pode ser entendido dentro da exposição de Arrais (2002):

"A existência de uma representação simbólica dos espaços urbanos antes de sua aparição na realidade pretende sempre assegurar a dominância de determinadas formas e idéias sobre o conteúdo, através de palavras, diagramas gráficos e imagens mentais. É fruto de uma perspectiva estritamente racional que terá bastante influência na América e em especial, na história das cidades brasileiras, procurando estabelecer a ordem antes que a cidade exista, para impedir assim futura desordem"<sup>101</sup>.

A oficialidade sufocou as expressões populares. O *art déco* foi o "cimento ideológico" que "uniu" a sociedade goianiense. O *art déco* é, no entanto, a materialização dos pressupostos modernos, afinal, a ideologia é eficaz quando ela é absorvida pela massa, neste sentido, a concepção ideológica tornou-se "palpável" quando da sua exposição visual nos prédios da Nova Capital. O *art déco* trazia por trás de si, a missão de evidenciar a chegada do progresso e da modernidade ao território goiano, proporcionado e impulsionado pelo Estado Novo, na figura de Vargas, e pela construção de Goiânia no governo de Pedro Ludovico. O *art déco* é um símbolo desse ideário que deveria estar presente na memória popular desde quando a cidade existia apenas como um ideal a ser realizado. Houve sim, a intenção de fixar uma identidade para os goianienses. Conforme Arrais (2002), Goiânia:

---

<sup>100</sup> (SANDES, 2002, p.31)

<sup>101</sup> (ARRAES *apud* RAMA, 2002, p.49)



"É uma cidade movida por uma noção doentia de identidade. Não percebendo o outro, volta-se para si mesma e nega qualquer possibilidade de acrescentar algo: estaciona no tempo. Envolvida num clima de repressão ela se cala, torna-se defensiva, mas ao mesmo tempo rechaça aqueles que estão exteriores à sua cultura, à sua tradição. É esse o cimento ideológico que ao mesmo tempo a mantém viva resistente. Se por um lado é construída historicamente por determinado grupo hegemônico ou que esteja em luta (não só material como também simbólica) por essa hegemonia política no plano regional - e que tem como referendo valores, experiências compartilhadas e vivenciadas pelos habitantes de uma região, independente de classe, gênero, cor, etc. - por outro pode ser entendida como uma luta por classificação "pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer". *Sua eficácia será proporcional à autoridade emanada pelo seu autor. Seu poder sobre o grupo - pelos que estão "de dentro" da tradição - é derivado pelo seu poder de produzir esse grupo e de ter seu discurso legitimamente reconhecido como diferente dos outros discursos identitários*"<sup>102</sup>. (grifos meus)

Desta forma, o discurso oficial valida Pedro Ludovico como a persona político que trouxe a modernidade para o Estado de Goiás. A figura do interventor não ficou presa as páginas dos decretos que o colocavam a frente da fundação e de todas as providências para tornar a cidade real. Ludovico teve "ressonância social " nos dois sentidos: repercutiu entre os antimudancistas como um sonhador, como um desnorreado, sendo alvo de críticas que consideravam a sua política uma palhaçada; por outro lado, o interventor e Dna Gercina (sua esposa) passaram a ser aclamados pela população que chegava a Goiânia. A exaltação das características do casal é advinda da acessibilidade não necessitando de intermediários, da facilidade de se obter emprego no estado e da honestidade, atributos ressaltados nos depoimentos dos Pioneiros de Goiânia.

Em entrevista concedida a José Mendonça Teles e equipe, em 1986, o Sr. Acary de Passos Oliveira lembra que:

"Dna Gercina era uma excelente pessoa. Dr. Pedro era amigo dos amigos e inimigo dos inimigos. Não perseguia os inimigos, a não ser quando era atacado. Dr. Pedro era um home tão honesto, que depois de sua morte além de não ter deixado nada, podem atacá-lo de tudo, menos de desonesto. Ninguém nunca viu falar até hoje de um ato desonesto dele"<sup>103</sup>.

Para Dna. Eleonora Loyola Azeredo, o Dr. Pedro era:

---

<sup>102</sup> (ARRAIS, 2002, p.55-56)

<sup>103</sup> (ARRAIS, 2002, p.55-56)

*"uma pessoa fora do comum, batalhador, corajoso. Ele enfrentava tudo porque não tinha material e ele buscava em São Paulo. Para mim, ele foi o maior goiano que já teve e não terá outro igual a ele, eu penso que não. Tanta força que ele fez em realizar Goiânia com pouca verba, com pouco dinheiro, sem ajuda.*

*Dna. Gercina era conhecida como a mãe dos pobres, pois não tinha uma pessoa mais caridosa do que ela, bondosa demais, tudo ela fazia para a pobreza"<sup>104</sup>. (grifos meus)*

O prestígio de Pedro Ludovico para o Sr. Gerson de Castro Costa era "total e indiscutível". Mais adiante o Sr. Gerson revela que:

*"O povo o acatava plenamente e poucos eram os seus opositores, (...). Visceralmente honesto e intransigente fiscal do erário do Estado. Nunca se soube de que, pessoalmente, tenha se aproveitado da sua condição de senhor de barão e cutelo para dilapidar o patrimônio público. Se houve algum desvio nesse sentido, durante sua administração, seu nome jamais figurou e sua bolsa jamais se recheou do produto da desonestidade. Ao contrário, vivia relativamente carente. Parece que se orgulhava dessa qualidade e não escondia suas pequenas aperturas por dinheiro para atender ao custeio normal de sua vida. Até pequenos empréstimos bancários fazia, quando pessoas a ele ligadas e dependentes, em muitos casos, viviam folgadoamente ganhando dinheiro fácil e mesmo fazendo fortunas"<sup>105</sup>. (grifos meus)*

No depoimento do Sr. José Júlio Guimarães Lima, ele relata toda a sua admiração por Pedro Ludovico:

*"Pedro Ludovico foi o homem público que mais me impressionou, pela simplicidade e pelo sentido paternal com que tratava os moços. Fiquei encantado quando o conheci, mesmo porque vim de um Estado onde os jovens não tinham acesso ao Palácio da Liberdade. (...), a minha (admiração) por Pedro Ludovico, continua *divinizada*. Sua influência em minha vida foi sensível, até pelo desprendimento e pelo senso de responsabilidade, que até cultuo"<sup>106</sup>. (grifos meus)*

Pelos depoimentos percebemos o quão querido era o interventor em Goiânia. Esse "culto" a sua pessoa, no nosso entender, trouxe outras implicações que vão além da admiração e do respeito dos Pioneiros a Pedro Ludovico. A quase devoção a sua figura favoreceu a

---

<sup>104</sup> (TELES, 1986, p.77-78)

<sup>105</sup> (TELES, 1986, p.89)

<sup>106</sup> (TELES, 1986, p.102)

consolidação da imagem de Goiânia como uma cidade moderna, dentre outros motivos, porque Ludovico era revolucionário, primava pelo desenvolvimento de Goiás e era de sua vontade que a modernidade fosse a "marca registrada" da cidade e da sua gestão. Por veneração a Pedro Ludovico, as pessoas acreditaram intuitivamente nessa idéia e mesmo ao relatar fatos contrários a essa matriz identitária, cunhada pela oficialidade, o cotidiano era amenizado como uma passagem necessária para se chegar ao ideário do interventor. Isso fez com que a penúria fosse enfrentada por muitos com otimismo, fazendo com que o discurso oficial não fosse duramente questionado<sup>107</sup> pelos goianienses tampouco posto a prova.

O discurso oficial e a Memória dos Pioneiros foram reforçados pela organização dos pertences de Pedro Ludovico, pós-morte, em um museu instalado em sua própria casa, que não obstante fora projetada por Atilio Correa Lima, seguindo o estilo arquitetônico *art déco*. Barreto (2002) ao desenvolver a sua pesquisa em torno do museu expõe que "a tônica presente nos textos sobre a memória de Ludovico é a de exaltá-lo como ícone da modernidade e da integração nacional ao plano de governo de Getúlio Vargas, relacionado com a Marcha para o Oeste"<sup>108</sup>. O museu sacralizou a oficialidade. O espaço representa todos os atributos conferidos a Pedro Ludovico, de certa forma, relacionando-o com o estilo *art déco*, que passou a simbolizar o moderno.



Casa de Pedro Ludovico Teixeira.  
Acervo pessoal de Ciro Oliveira (2006).

---

<sup>107</sup> A situação com que os migrantes-imigrantes conheceram Goiânia destoa da campanha que o Estado fez para atrair trabalhadores e habitantes, portanto, achamos por bem relativizar nossa colocação. Acreditamos que as críticas existiram e foram feitas, contudo elas não abalaram significativamente a permanência das concepções modernas nas quais Goiânia estava inserida.

<sup>108</sup> (BARRETO, 2002, p.72)

O nosso intuito com essa curta explanação a respeito dos estudos existentes sobre a identidade goianiense, foi a de afirmar que a hegemonia da nossa "identidade *art déco*" não é aleatória e sim proposital. Ela atende a interesses políticos, simbolizando um momento específico da história goiana, com a clara pretensão de imortalizar esse período, através do estilo arquitetônico.

Ao recorrermos a Memória dos Pioneiros de Goiânia, percebemos que as referências culturais que eles tem dos primeiros tempos da cidade, divergem da memória consagrada, embora quase nunca a memória oficial seja questionada. Essa constatação nos leva a perceber que a identidade goianiense é plural e não homogênea. Assim, propomo-nos a enveredar pelos caminhos da memória para mostrarmos uma outra possibilidade de se entender Goiânia.

Privilegiamos a Memória dos Pioneiros, cujos relatos apontam para a existência de uma outra referência identitária: o sertão, presente nas reminiscências da alta sociedade quanto na das classes populares. Essa perspectiva evidencia a "tensão existente entre a história oficial e os vestígios de memória deixados pelo passado"<sup>109</sup>, vestígios "garimpados" na memória dos pioneiros goianienses<sup>110</sup>. Por fim, reforçamos que não é nossa intenção instituir uma nova identidade. Como dissemos, a identidade goianiense é plural, abrindo um leque de possibilidades para se entender as nossas referências culturais. O "mundo sertanejo", pelo qual optamos, é apenas uma delas.

## 2.1 Contexto Histórico

A cidade de Goiânia surge em meio a esse processo de Conquista do Oeste, de valorização do sertão, simbolizada pela figura do sertanejo, do tropeiro. No entanto, ao mesmo passo em que, os caminhos que levaram a tomada das personagens sertanejas como símbolos da identidade brasileira, foram tortuosos, e por vezes contraditórios, a sucessão de fatos que culminam com a construção de Goiânia também o foram.

---

<sup>109</sup> (ARRAIS, 2002, p.38)

<sup>110</sup> Achamos conveniente ressaltar que outras pesquisas enveredaram por rumos distintos do habitual. Arrais (2002) usa jornais anti-mudancistas da Cidade de Goiás para se contrapor ao discurso oficial. Metran (2006) em pesquisa recente, questiona a importância dada ao estilo *art déco*, visto que, em Goiânia os exemplares arquitetônicos neocoloniais são mais expressivos do que os primeiros.

Não iremos aprofundar nos fatos históricos que antecedem a fundação da Nova Capital, por considerarmos que este fato, já foi suficientemente abordado, por autores regionais, de reconhecido gabarito. Apenas o explanaremos superficialmente a fim de localizar o leitor dentro da história goiana.

A idéia de que o Estado de Goiás necessitava de uma outra cidade para servir de capital, que oferecesse condições "geográficas, sanitárias, política e social", surge ainda no período colonial, em 1830 com Miguel Lino de Moraes. Posteriormente, em 1863, Couto de Magalhães, governador de Goiás manifestou novamente este ideário. Os motivos alegados são descritos na citação que se segue:

"Goiáz, outrora Vila Boa, era a capital do Estado. Cidade velha, sem o processo e o desenvolvimento proporcionaes á sua idade, ruas tortuosas, mal calçadas, prédios em estilos grotescos, sem indústrias, e com fraquíssimo comércio, não contando com serviços de exgotos, sem água encanada, sem diversões, enfim, uma cidade morta asfíxiada entre montanhas que tolhem o seu expansionismo territorial, Goiaz, deixa, nos que a visitam, a mais desoladora impressão. Mesmo os vilaboenses de são espírito, aqueles que tem uma noção superior das cousas, hão de convir ter sido a mais grosseira pilheria Goiaz ter possuído, por tanto tempo, uma capital que só lhe servia de propaganda contra-producente"<sup>111</sup>.

Aliado a esse aspecto da cidade, nada convidativo, juntava-se as questões de higiene, descritas como sendo bastante precárias, e em decorrência disto, as pestes assolavam os vilaboenses ceifando suas vidas, como podemos verificar nas palavras de Monteiro (1979):

"A mielites, a hidropsía, a hipertrofia do coração, as aneumonías, as febres paludosas, o raquitismo e idiotismo, o bossio, a sífilis e, sobretudo, as inflamações crônicas do estômago, fígado e intestinos, ou dizimam anulamente a população ou enfraquecem-na e enervam, de modo que, reproduzindo uma palavra verdadeira e melancolia do finado Bispo, pode-se dizer "que aqui a vida se escoa gemendo constantemente"<sup>112</sup>.

---

<sup>111</sup> (BARBOSA, s.d., p.41). A citação foi transcrita de acordo com o original, por esse motivo grafamos as palavras conforme eram escritas na época.

<sup>112</sup> (MONTEIRO, 1979, p.15)

As condições geográficas e sanitárias fortaleciam a concepção de que "Goiás não só não reúne as condições necessárias para uma capital, como ainda reúne muitas para ser abandonada"<sup>113</sup>. Como já dissemos, a idéia da transferência da capital para outra cidade, era bastante antiga, mas em virtude das primeiras sugestões terem se dado quando o Brasil ainda era colônia portuguesa, acreditamos que as opiniões não foram acatadas devido o dispêndio necessário, para se construir outra capital, visto que, as demais cidades do interior de Goiás, não ofereciam estrutura adequada para tal intento.

A Nova Cidade surge em meio a um ambiente tenso dentro do Estado de Goiás, marcado pela queda da I República, também denominada de República dos Coronéis. Esse acontecimento político irá mexer com todo o país, contudo achamos que, não seria prepotente mencionarmos que, esse acontecimento provoca, em especial, maior agitação em solo goiano.

A queda da "República dos Coronéis" implica na derrocada do coronelismo goiano, na época comandado pela oligarquia Caiado, e a ascensão dos políticos que participaram da Revolução de 30, em nosso caso, de Pedro Ludovico Teixeira, nomeado por Vargas, como interventor federal.

A oligarquia implicava em um conjunto de benefícios políticos conseguidos através de sua área de influência. Assim, os Caiado, tinham maior controle sobre a população do norte do Estado, onde se localiza a antiga capital. Os goianos que apoiaram a Revolução de 30 e mantinham oposição a oligarquia dominante, eram do sul e sudeste goiano. Neste sentido, podemos afirmar que, a transferência da capital para a região mais ao sul de Goiás, foi uma estratégia política, a fim de permitir que o novo poder se instalasse longe do controle dos Caiado, que com certeza usariam de todas as artimanhas para emperrar a consolidação dessa nova fase da história goiana.

De acordo com este preceito, a mudança da capital teria sido favorecida pelas circunstâncias políticas, a qual precisava de apoio local para a consolidação do novo regime, e de condições que possibilitassem a implantação dos princípios que, norteavam a política da Marcha para o Oeste. Neste contexto, a proposta de construção de uma nova cidade para ser sede do poder público, 'caía como uma luva', para a concretização das ambições federais. Não prolongaremos a discussão, em torno do viés político da mudança da capital, nos interessa mais,

---

<sup>113</sup> (MONTEIRO, *loc.cit.*)

enveredarmos pelos motivos alegados para a transferência, que permeiam a esfera da saúde, do desenvolvimento urbano, da cultura.

Assim, nas páginas seguintes, abordaremos alguns acontecimentos desse momento de transição, mas antevemos que nossos esforços se concentrarão em Goiânia, no período subsequente a transferência da capital, mais precisamente nas questões que envolvem a caracterização de Goiânia como moderna, pelo governo, assim como na constatação de que o "passado" sertanejo não foi extirpado de seu seio.

## **2.2 Descortinando a cidade. O cotidiano vilaboense.**

A narração da Cidade de Goiás como na descrição de Couto Magalhães, tornou-se unânime no discurso oficial dos goianos que apoiaram a Revolução de 30. Pedro Ludovico desponta nesse cenário turbulento, assinalado pela incerteza, pelo receio da população com as mudanças políticas, onde não se sabia exatamente, como seria a conduta dos governantes com a sociedade, após a perda da influência política, da qual desfrutavam os coronéis.

A retomada da idéia da transferência da capital agitou ainda mais os ânimos vilaboenses, dividindo opiniões. Uns esbravejavam no primeiro ato, com o temerário de que a mudança causasse a completa ruína da Cidade de Goiás, visto que a folha de funcionários públicos era expressiva. Muitas famílias dependiam dos órgãos estaduais e federais para sobreviverem. Essa empreitada, se concretizada, deixaria a cidade às moscas.

O reboiço foi acalentado por meio da constatação de que o mesmo já havia sido proposto em outras ocasiões, mais tais sugestões nunca tinham saído do papel, muitos se acomodaram. Os prevenidos trataram de organizar provas para fundamentar a permanência da capital na antiga Goiás. Esse "*dossiê*" preliminar aponta para as raízes, para as tradições culturais, para a vida pujante da sociedade que não se esmoreceu com o declínio minerador, tendo longo histórico de sobrevivência no sertão. Assim, constantemente os jornais traziam reportagens buscando exaltar esses valores que tendiam a somar e a reunir esforços para justificar a permanência do título de capital.

As memórias das pessoas que viveram na Cidade de Goiás até início da década de 30, entram em confronto com a visão oficial propagada não só para todo o Estado, como para as

demais localidades da federação, pelos ludoviquistas, como ficaram conhecidos os indivíduos que apoiavam Pedro Ludovico. Os antimudancistas contrários à mudança da capital, apoiaram-se nas expressões culturais, que são um contraponto ao discurso dos mudancistas, pessoas que defendiam a mudança.

De acordo com a Sra. Ondina Albernaz<sup>114</sup>, a Cidade de Goiás, apesar de isolada, era o pólo da civilização do centro-oeste goiano. Lá havia a Escola de Aprendiz e Artífice, instalada em 1910, oferecendo cursos técnicos para os goianos<sup>115</sup>. Havia a oferta de educação pública e privada onde todas as instituições adotavam um sistema rigoroso de ensino, muitos pregavam a doutrina religiosa católica como base moral.

O ensino superior era representado pela Faculdade de Direito, a única desse gênero, os estudantes que desejassem e pudessem arcar com às custas, de estudar nas cidades litorâneas, poderiam se formar em Medicina ou Engenharia. Observamos que, esse acontecimento deveria ser constante e não esporádico, pois de acordo com Dna. Ondina, o "êxodo dos rapazes deixavam as moças guardando constância", ou seja, aguardando fielmente o seu retorno para reatar o namoro, que culminaria com o enlace matrimonial. Para desgosto de muitas, os namoricos dificilmente eram retomados, visto que, os rapazes retornavam cheios de experiências novas, conhecedores de outras mulheres, com um nível cultural mais grandioso, afinal de contas, a maioria regressava com o diploma do curso superior, em uma sociedade onde a educação era acessível, quase que somente, a elite. Aquela moça provinciana, pouco lhe interessava, e assim, as solteiras se acotovelavam pelas esquinas da Cidade de Goiás.

A cidade ainda contava com jornais, que informavam a população assuntos relacionados à política, a economia e a literatura. A elaboração das matérias contava com a participação feminina, algumas faziam parte da diretoria dos jornais. No jornal O Lar<sup>116</sup>, observamos que, havia matérias sobre acontecimentos de outras partes do mundo, fato que nos leva a contestar o isolamento do Estado, tão usado como um dos argumentos principais, nos discursos mudancistas. Notamos a presença da língua francesa em todas as publicações, sendo o mais curioso, que o idioma parece ter sido abrigado, para melhor compreensão dos leitores. A

---

<sup>114</sup> Moradora da Cidade de Goiás, sobrinha de Cora Coralina. Veio para Goiânia, alguns anos após seu casamento com Nicanor Albernaz.

<sup>115</sup> Segundo as reminiscências de Dna. Ondina, a Escola de Aprendiz e Artífice, foi transferida para Goiânia e aqui recebeu o nome de Escola Técnica Federal de Goiás.

<sup>116</sup> Tivemos acesso a esse jornal no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, aos números que vão de 1927 a 1930.



avó de Ondina, Dna. Jacinta, segundo relatos da neta, "lia espanhol, italiano e falava francês fluentemente". Dna Jacinta era uma mulher muito culta para a realidade da época:

"Mantinha intercâmbio cultural e comercial com grandes magazines francesas; recebia da França jornais e revistas, comprava perfumarias, tais como óleo para cabelos, sabões, cosméticos, remédios e obras de arte. Desligada das lides domésticas, dedicava-se inteiramente à literatura, tendo repassado o acervo da biblioteca pública. Em seu banco, em assento baixo, passava o dia em intermináveis leituras, com jornais esparramados pelo chão, era seu modo de ler. Assinante constante de jornais como: O Paiz, O Jornal e o Correio da Manhã. O seu quarto, o seu mundo, sempre em desordem. Kardecista por convicção e seguidora dessa doutrina. Com entusiasmo lia para minha mãe obras de Flamarion no original, chamando a atenção para as maravilhas espirituais dos fenômenos espíritas. Minha mãe reagia como São Tomé"<sup>117</sup>.

A citação mostra uma mulher assaz culta, aberta as novas tendências religiosas, mesmo vivendo em uma sociedade rigidamente católica<sup>118</sup>. Dna Jacinta, mãe da escritora e poetisa Cora Coralina, mulher que desafiou *tabus* da sua época, nos leva a perceber que a cultura vilaboense estava muito longe de ser atrasada, embora a sua ocupação não fosse unanimidade entre a população, mas também não era hábito exclusivamente seu, conforme explanamos no parágrafo predecessor, onde percebemos que, na Cidade de Goiás havia alguns jornais tipografados ali os quais contavam com a participação atuante das mulheres, no corpo do jornal, assim como dos leitores, os quais colaboravam nas páginas de sessões abertas aos "amantes da leitura"<sup>119</sup>.

Em relação a saúde, Dna Ondina nos esclarece que, havia um hospital público destinado ao atendimento de indigentes e pessoas carentes, enquanto as pessoas de maior poder aquisitivo eram atendidas em casa. A cidade contava com farmácias, que pelas descrições da autora se assemelhavam a farmácias de manipulação que conhecemos hoje. A presença do médico era tão importante para a comunidade vilaboense, que Dna Ondina ressalta ser a data mais importante da cidade, o dia 27 de fevereiro, dia do aniversário do médico José Neto Campos

---

<sup>117</sup> (ALBERNAZ, 1942, p.47)

<sup>118</sup> O exemplo de Dna Jacinta e a frequência com que o jornal O Lar noticiava o bom desempenho dos vilaboenses nas faculdades do litoral, nos faz perceber que apesar das dificuldades de comunicação, a Cidade de Goiás não era tão isolada e muito menos tão atrasada como preconizava o discurso mudancista.

<sup>119</sup> Essa expressão é usada por Carmelinda, funcionária do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Foi uma forma encontrada por mim, para homenageá-la pela dedicação aos pesquisadores. Pessoas como ela, anônimas nos bastidores, contribuem muito para o andamento das pesquisas e nem sempre são reconhecidas. Os meus sinceros agradecimentos.

de Carneiro, muito estimado por aquele grupo social, que lhe agradava com presentes, geralmente doces e compotas, iguarias tradicionais de fabrico caseiro.

A cidade contava com locais de lazer, onde se destaca o cinema mudo, o qual exibia sessões com filmes estrangeiros, com proeminências dos roteiros dinamarqueses e noruegueses, que eram vistos com maior frequência. No teatro eram apresentadas peças regionais, muitos com atores vilaboenses. Os espetáculos vindos de outra localidade, também eram apresentados no teatro, mas não com a mesma constância em que o cinema disponibilizava novos filmes. Dna Ondina adverte que a preferência da população era pelo circo, talvez porque era uma novidade, pois este entretenimento era raro, devido à curta temporada circense na Cidade de Goiás.

O lazer das crianças envolviam mais a natureza. Elas se divertiam com os piqueniques, organizados pelos adultos, as margens dos córregos que banham a cidade. Enquanto as refeições<sup>120</sup> eram preparadas, com a presença quase obrigatória da paçoca de carne, às crianças tomavam banho no rio e se entretinham com uma gama de brincadeiras. Durante o carnaval elas pegavam as cuias<sup>121</sup> e iam para os arredores do Rio Vermelho, que corta a cidade, e com os vasilhames jogavam água nos transeuntes. Às vezes alguma criança era jogada no rio e saía zangada com a brincadeira.

No carnaval os jovens se fantasiavam. Alguns saiam pela cidade exibindo suas fantasias, cantarolando e usando lança perfume, substância entorpecente que na época era usado nas festas carnavalescas sem nenhuma restrição. Fora das datas comemorativas os jovens organizavam bailes, saraus e chás, ocasião de confraternização com os amigos, momentos aproveitados para os galanteios de onde saiam os namoros.

Dna Ondina pondera que a vida social não era tão intensa. A nosso ver a sua colocação se refere aos adultos<sup>122</sup>, pois como vimos anteriormente, a vida das crianças e dos jovens eram animadas. A autora menciona que quando havia alguma festa, estas eram marcadas pela discriminação. Talvez a participação nessas festas eram restritas a alta classe, talvez pela restrição de entradas ou pelas roupas, que Dna Ondina fala serem cheias de pompa que, os remanescentes da elite decadente teimavam por exibir opulência sem mais a ter. Os eventos entre

---

<sup>120</sup> A título de curiosidade, Dna Ondina menciona que, o almoço era servido em toda a cidade rigorosamente as 09:00 da manhã e o jantar às 15:00 da tarde.

<sup>121</sup> As cuias são vasilhas, geralmente fabricadas de barro ou cabaça, uma planta muito comum no cerrado goiano.

<sup>122</sup> Resolvemos relativizar as informações da autora, pois devido as descrições sobrescritas, não concordamos com a afirmativa de que a vida social era estagnada. Talvez fosse menos intensa para os adultos.

os adultos parecem ser tão raros nessa comunidade, que era comum ver os homens, trajando sem nenhum motivo aparente indumentária de festa.

"Cidade onde os termômetros estão, quase sempre em alta, atingindo no verão os quarenta graus, de pouca ventilação devido a sua topografia, um ambiente que por si só repelia os trajes elegantes. Entretanto, os homens daqueles tempos enfrentavam o desafio e se mostravam garbosamente trajados até nos locais de trabalho. Usavam ternos de casimira, camisas com colarinhos e punhos engomados, e gravatas. Nenhum homem do primeiro escalão social saía a rua ou recebia visitas em manga de camisa. Nas secretarias os funcionários, no mesmo ritmo, usavam ternos e gravatas. Por falta de opções, tais como, festas a rigor em que se apresentassem, alguns moços chegavam ao exagero de percorrer as ruas aos domingos trajando fraques. Dado ao rígido sistema indumentário da época, ocorreu um fato que, nos tempos atuais, onde o Presidente da República aparece em público sem paletó, parecia pilheria: o senador Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado) visitava eventualmente o coronel Luís Guedes, secretário de finanças, em seu gabinete de trabalho. Numa dessas visitas ao adentrar, encontra-o sem paletó e volta-se imediatamente. Com todo o espalhafato de autoridades maiores, característico da época, disse não poder conversar com o secretário naqueles trajes."<sup>123</sup>

As festas parecem realmente serem destinadas a um grupo de frequentadores específicos, devido à ostentação dos participantes. A visão de Dna Ondina era de quem estava fora das festividades. A narrativa de Dna Célia Coutinho Seixo de Britto<sup>124</sup> é um contraponto as colocações de Dna Ondina, pois ao se recordar das festas e do rigor da indumentária, ela assume a posição de quem participou ativamente da vida social vilaboense, na sua visão as regras adquirem tom de *glamour* e o sacrifício para segui-las era sinônimo de requinte, como podemos observar em sua fala:

"A sociedade goiana contava com o Teatro São Joaquim e promovia requintadas festas. O uso dos sacrificantes espartilhos, que adelgavam a silhueta feminina, e das anquinhas, outro artifício para ressaltar os quadris das mulheres elegantes, era obrigatória na alta classe social. Finas luvas, bons perfumes, leques presos a trancelins de ouro completavam as luxuosas "*toilettes*" para as aprimoradas festividades.

Às tradicionais "*soirés rose, blanche ou bleu*" as damas compareciam nas cores convencionadas. Os cavalheiros de fraque ostentavam na lapela uma flor combinada com a cor da "*soiré*". Havia contradanças e quadrilhas marcadas em correto francês pela voz de circunspetos senhores e ao vivo.

Naquelas brilhantes festas, ao soar a meia-noite era oferecida lauta mesa de chás, geralmente servidos em bela louça importada, o que em Goiás não era raro.

---

<sup>123</sup> (ALBERNAZ, 1992, p.34-35)

<sup>124</sup> Entrevista completa ver (TELES, 1986, p.28-57)

(...)As senhoras e senhoritas para se apresentarem fora de casa sentiam-se no dever de estar bem trajadas e bem penteadas. Recatadas, comedidas e respeitadas, impunham-se por sua presença."<sup>125</sup>

A descrição acima mostra uma elite vilaboense aparentemente pujante exibindo todo o seu poder aquisitivo. A opção pelos "modos franceses" é evidente nessa classe que parece usar as festividades para se afirmar socialmente. A presença de rendas, perfumes, pratarias, chás, nos remete aos costumes europeus, possivelmente empregados como uma distinção social. As memórias de Dna Célia apresentam uma cidade que apesar do suposto isolamento mantém contato com o litoral brasileiro e mantém relações com o exterior. De acordo com essa reminiscência, a idéia de que era urgente construir outra cidade para servir de sede administrativa e alargar as fronteiras do Estado ampliando o vínculo com o restante do país cai por terra. A Cidade de Goiás, de acordo com o depoimento de Dna Ondina e de Dna Célia, não era tão isolada, e ao menos culturalmente não era tão atrasada como pregava o discurso mudancista.

Do mais, a população adulta se ocupava da organização das festas religiosas, comemorações muito importantes para a vida social vilaboense, onde a presença de católicos era majoritária, notada pela quantidade de igrejas encontradas na cidade, algumas muito próximas umas das outras. Essas festas reafirmavam as posições sociais, através dos donativos oferecidos para a realização das procissões e das missas. Habitualmente essas pessoas seguem a frente das comemorações e ficam mais próximas dos clérigos. Pela narrativa de Dna Ondina, possivelmente, as pessoas que pouco contribuía e, portanto, ficavam afastadas do centro das festividades, eram vistas com maus olhos, discriminadas. Pela riqueza de detalhes, optamos por citar a descrição de Dna Ondina faz da Semana Santa, considera como um dos maiores eventos da cidade, exposição de dados sociais, nos mostra a religiosidade dos vilaboenses, e as formas de distinção da classe abastada em meio a multidão:

"O povo, em sua maioria gente simples, cheia de credices, que temia o inferno com o fogo inexaurível, a caldeira de Pedro Caldeira e tentação do Diabo; povo supersticioso, misto de fé e de temor. Durante a Quaresma abstinência de carnes, jejum, penitência e via-sacra. (...) Na sexta-feira da mesma semana, Festa de Nossa Senhora das Dores - Maria procura Jesus. Procissão das cinco horas da tarde, da qual a participavam só moças, que a transformavam em um desfile de elegância e competição; surgiam as toaletes especiais

---

<sup>125</sup> (TELES, 1986, p. 30-31)

*como vestidos de noivas, de bailes e de formaturas* (grifos meus). As moças se revezavam carregando o andor naquele mesmo trajeto usado para a procissão dos Passos e das Dores, cantando o motete das Dores. (...) sexta-feira da Paixão, *grande dia na cidade, silêncio e grande respeito religioso* (grifos meus) (...) Às três da tarde, via-sacra, sermão das sete palavras, canto do perdão; as sete horas da noite *procissão com a participação só de homens, autoridades, médicos, comerciantes, todos envergando casacas ou fraques*. (grifos meus) (...) Sábado de aleluia, repicar festivo de sinos, pipocar de fogos de artifício no ar, a meninada com bolinhas de cera na ponta de linhas tiravam aleluia nas cabeças de colegas (...) <sup>126</sup> Na entrada da folia, expressão da época, moedas escuras de cobre, de pouco valor, eram depositadas no saquinho de pano, trazidas por coletores de donativos; moedas de níquel e cédulas de um, dois e até cinco mil réis, portanto de bem maior valor, eram colocadas na bandeja da Coroa. Além das ofertas em dinheiro havia oferendas alimentícias que consistiam de frutas variadas, pequenos animais e até feixes de cana, os quais eram transformados em dinheiro mediante leilão à porta da Igreja" <sup>127</sup>. (grifos meus)

A religiosidade vilaboense era remanescente da colonização portuguesa. Botelho (2002) nos diz que essas manifestações formavam um "sentimento de identidade, uma identidade sertaneja, peculiar às regiões interioranas do país, oposta à dos moradores das grandes cidades do litoral" <sup>128</sup>.

A pompa das festas se redimia no Natal. Uma comemoração mais modesta, mais familiar, mais calorosa, com a presença de todos os familiares, que colaboravam para os preparativos natalinos iniciados um dia antes, onde algumas famílias matavam as leitoas, faziam os doces pastosos, em calda, cristalizados ou enrolados a mão. O bolo de arroz, prato que, devido à ausência de padarias na cidade, tornou-se típico e tradicional, iguaria quase obrigatória no café-da-manhã vilaboense. As mesas exibiam pratos típicos da região, possivelmente com a presença do pequi, em um alegre colorido. Fora dessas festividades religiosas, várias no decorrer do ano, o cotidiano dos moradores era marcado pela presença dos vendedores ambulantes, que vendiam uma infinidade de produtos da terra.

"Todas as mercadorias chegavam à cidade em carros de boi ou em tropas de burros" <sup>129</sup>. Esses animais eram empregados nos afazeres da cidade. Havia a usina que fabricava açúcar, rapadura e aguardente, por meio de uma moenda tocada por bois. As correspondências transportadas por essas tropas chegavam danificadas, com sinais das passagens pelos rios, ou da água da chuva. A entrega poderia demorar meses, atrasada pelas intempéries do clima, ou por

---

<sup>126</sup> Após as comemorações, que se encerram no Domingo, começava três dias de Folia do Divino.

<sup>127</sup> (TELES, 1986, p.36)

<sup>128</sup> (BOTELHO, 2002, p.41)

<sup>129</sup> (BOTELHO, 2002, p. 27-28)

sobrecarga dos animais. Apesar das dificuldades, Dna Ondina fala que a cidade continuava pujante, fato que podemos constatar em suas reminiscências.

Os carregadores de água, função exercida "pelos bobos", pessoas acometidas de moléstias mentais, buscavam água nos chafarizes, esta usada para o consumo, porque a cidade não possuía sistema de água encanada e a água de cisterna não tinha gosto agradável, sendo destinada ao uso doméstico.

As roupas eram lavadas nos rios pelas mulheres pobres, muitas viúvas, que só tinham esse ofício como alternativa de sobrevivência, própria e da prole, por vezes numerosa. A jornada de trabalho das lavadeiras tinha início às 05hr00min da manhã, quando elas levantavam e iam preparar a comida para seus filhos e para ela, onde as crianças eram encarregadas de levar a marmitta "com o seu quinhão para sustentá-la à beira do rio". As próprias lavadeiras fabricavam o seu material de trabalho, o sabão de bola, o anil e "as rodilhas de melão de São Caetano, que ajudava a clarear a roupa e amortecer o peso da bacia sobre a cabeça"<sup>130</sup>. Serviço pesado e mal remunerado. Muitas custavam a carregar o peso das malas de tão desnutridas, e o que recebiam mal dava para sobreviver. Como bem disse Dna. Ondina "lavadeiras da minha infância, obreiras sacrificadas daquela época!"<sup>131</sup>

As reminiscências de Dna. Ondina mostram uma cidade, que tem seus problemas, onde destacamos a dificuldade de se obter água potável, a presença de indivíduos que nasceram com problemas mentais ou ficaram com sequelas da enfermidade, e que se ocupam da função de carregador de água. Contudo, percebemos pelo teor da descrição, que a sociedade não arrefecia diante dessas moléstias, dando prosseguimento a vida urbana, distinta entre os adultos, pela religiosidade. A devoção é uma característica presente na sociedade sertaneja, conforme evidenciamos no capítulo anterior, a partir dos textos de Guimarães Rosa (1986), sendo muito forte na sociedade vilaboense.

Depois desse passeio pela Cidade de Goiás, de fins da década de 20 do século passado, retomamos a discussão sobre a contenda entre o discurso antimudancista, o qual se apoiou nas raízes culturais ilustradas nas reminiscências de Dna. Ondina, e o discurso mudancista que relegava as tradições culturais dos vilaboenses ao segundo plano, apoiados principalmente

---

<sup>130</sup> (BOTELHO, 2002, p.30)

<sup>131</sup> (ALBERNAZ, 1992, p.31)

nas premissas sanitaristas que desejavam limpar o país das pestes, que consumiam o vigor dos trabalhadores e impediam o desenvolvimento brasileiro.

Pedro Ludovico, médico, se insere na vida política goiana neste contexto, e usa dos saberes proporcionados pela sua formação, legitimados nacionalmente pela entrada na vida pública, para convencer os seus conterrâneos da urgência em se abraçar a sua causa. O interventor tem a conjuntura histórica e política a seu favor. Pedro Ludovico agrega a sua figura o simbolismo de salvador do sertão goiano, por meio da medicina, e ao mesmo tempo, lhe são adicionados às características heroicas, outrora atribuídas aos Bandeirantes, afinal de contas, o seu propósito era o de construir uma capital "no meio do nada", sendo assim, um "arquiteto do impossível"<sup>132</sup>.

Neste sentido, a condição insalubre da Cidade de Goiás era evidenciada com eloquência. A casa é considerada um dos maiores problemas da cidade, por não possibilitar arejamento natural, juntamente com a falta de local adequado para o escoamento do esgoto, e a diminuta oferta de água própria para o consumo. A paisagem da cidade mostrava:

"um ajuntamento desordenado de casas anti-higiênicas e anti-estéticas, apertando-se violentamente umas às outras dentro de estreitíssima área acidentada, em torno da qual, comprimindo-a, asfixiando-a quase, se erguem morros e serras de todos os lados. (...) as habitações da Cidade de Goiaz, (...) aberram de todos os princípios de higiene e de todas as utilidades de conforto. 98% da capital dorme em alcovas bafientas, que nunca receberam sol e em que jamais entra luz ou ar diretamente do exterior"<sup>133</sup>.

A junção desses três fatores, casa, esgoto e água, influenciavam, segundo diagnóstico médico proferido em todo o país, na proliferação das epidemias, inviabilizando a permanência da capital naquela cidade, pois destruir casas, fazer galerias de esgoto, em solo pedregoso e, disponibilizar água boa para se beber para toda a sociedade, necessitaria de muito mais recursos financeiros e levaria tempo demasiado, esforços minimizados no caso da construção de uma nova cidade, em outro local que viabilizasse a aplicação de todas as normas sanitárias, e ao mesmo tempo, fosse amplo, ou seja, sem as serras e morros que circundam a

---

<sup>132</sup> Esse termo foi empregado pelo Sr. Pereira Zeca, pioneiro de Goiânia, demonstrando ainda hoje, grande estima pelo interventor e pelos seus feitos.

<sup>133</sup> (MONTEIRO, 1979, p.06)

Cidade de Goiás, viabilizando o crescimento da urbe. De todas as formas a permanência do poder público, naquelas cercanias, era inviabilizada.

Toda a retórica gasta em cima deste preceito, não acabaram com os opositores da idéia. Eles permaneceram defendendo a permanência, mesmo quando a transferência já tinha ocorrido de fato. Acreditamos que o "pulso forte" de Pedro Ludovico, levando adiante os seus propósitos, contribuiu para que a sua pessoa e os seus atos, fossem envoltos por uma atmosfera heroica. A firmeza da idéia, o desafio aos opositores, as dificuldades de toda ordem para se construir Goiânia, culminaram com a comparação do interventor ao Bandeirante Anhanguera, descobridor do ouro nessas terras e fundador do Arraial de Sant'Ana, posteriormente Vila Boa e mais tarde Cidade de Goiás. Pedro Ludovico foi considerado por Orlando Barbosa (s.d.), como "o III Bandeirante lutando para erigir a Metrópole Anhangüerina"<sup>134</sup>. Um contra-senso, visto que a cidade não o Anhanguera teria plantado as suas sementes era, neste momento, descartada, ao mesmo passo em que, se retomava o simbolismo atribuído ao Bandeirante.

As contradições se tornaram mais evidentes com o início da construção da Nova Capital, onde se procurava negar os vínculos com a Cidade de Goiás, ao mesmo tempo em que, parte da população vilaboense viria a constituir parcela importante da sociedade que se formava. Com os vilaboenses vieram os seus costumes, valores, práticas, hábitos, todos negados pelo discurso mudancista. Em meio a todo esse alvoroço, de idéias dicotômicas e contraditórias, nasce Goiânia, aos olhos do governo, "moça majestosa, vibrante, grande e bela"<sup>135</sup>.

### **2.3 Moça Majestosa, Vibrante, Grande e Bela: Goiânia no discurso oficial.**

A "moderna capital" de Goiás, foi fundada nas terras, que antes pertenciam às fazendas. Parcelas dos alqueires dessas propriedades foram doadas ao Estado, para abrigar a futura capital. Essas doações foram de grande importância para a materialização da construção de Goiânia, devido a pouca expressividade econômica do Estado, que não teria condições de arcar com a compra das terras, já que a colaboração federal para a fundação da cidade, no que tange a contribuição financeira, foi tímida. Assim, Pedro Ludovico contou com o sufrágio dos

---

<sup>134</sup> (BARBOSA, s.d., p.47)

<sup>135</sup> (BARBOSA, s.d., p.41)



fazendeiros da cidade de Campininha das Flores, cujos arredores foram escolhidos como sendo o local propício para a empreitada.

As terras onde Goiânia foi erguida foram resultado dos donativos desses fazendeiros, que não deixaram de se beneficiar posteriormente, como Coimbra Bueno. O abraço simbólico destes a causa defendida por Pedro Ludovico, se deve a esperança de que, a transferência da capital assinalasse o começo de uma prosperidade econômica, a região de Campininha das Flores, que mais parecia um vilarejo do que uma cidade.

A nosso ver, as concessões das terras definem o começo da cidade, pois é, a partir deste quinhão que, os arquitetos e engenheiros moldaram as feições de Goiânia. Seguindo essa premissa, Goiânia teria nascido em meio às propriedades rurais, elemento característico do sertão, e ainda conserva em meio à urbe, resquícios<sup>136</sup> da paisagem de seu nascimento<sup>137</sup>. As fazendas seriam sobre o nosso ponto de vista, o começo da trajetória goianiense.

As constatações de Mello (2006), sobre o elemento que, a seu ver, simboliza Goiânia, a Ema, vão de encontro a nossa colocação anterior, visto que o sertão goiano, com a presença da sua vegetação característica, o cerrado, alimentaram esse animal, sinônimo de força e agilidade, adjetivos geralmente atribuídos à espécie; formando um conjunto que juntamente com a "alusão mitopoética de onde tudo começou", forneceriam as bases simbólicas para o início da identidade goianiense. As fazendas e a Ema seriam assim, elementos complementares e não opostos. Mello (2006) elege a Ema como "o verdadeiro símbolo de Goiânia", escolha justificada pela descrição que se segue. Ao encontrar o local ideal para a construção do Palácio do Governo, o arquiteto Atilio Corrêa Lima, demarca o lugar "com um esqueleto de ema, o único objeto encontrado no local. O corpo desse animal, e antes dele sua alma, antecedeu o poder e prenunciou a goianidade"<sup>138</sup>. O nascimento de Goiânia, sobre este enfoque, tem mais bases sertanejas do que modernas.

Em maio de 1933, com a parte burocrática encaminhada, o interventor federal, decreta prazo máximo de dois anos para que a transferência seja efetivada. Neste mesmo mês, teria sido celebrada uma missa campal, precedida da roçagem, "primeiro trabalho executado", que marca o início da construção. Para Monteiro (1979), "essas foices, no seu contínuo bater, faziam

---

<sup>136</sup> O reconhecimento das fazendas como parte importante no processo de fundação de Goiânia, talvez seja, o primeiro passo para a afirmação das raízes sertanejas do goianiense, por vezes ignorada.

<sup>137</sup> (COLETIVO, 2001, s.p.)

<sup>138</sup> (MELLO, 2006, p.30)

ruir por terra os primeiros empecilhos ao desenvolvimento do grande Estado de Goiás, simbolizados pelos molhos de arbustos abatidos"<sup>139</sup>.

Percebemos a partir do exposto, que os fatos ligados ao sertão e que, poderiam estabelecer alguma ligação com esse "passado sertanejo", não foram extirpados das análises sobre a construção de Goiânia, porém ocupam posição secundária, na maioria das temáticas que envolvem a formação da identidade goianiense. Identidade esta, que "guarda" parte da herança cultural sertaneja. Goiânia, assim como o sertão, foi povoada por gentes de todos os lugares, formando uma miscelânea de povos e culturas, muitos oriundos da antiga capital e, das cidades do interior de Goiás, locais onde as raízes sertanejas eram muito fortes e manifestadas sem nenhuma repressão aparente. Seria compreensível que essas origens se mantivessem presentes em uma sociedade nascente.

A identidade sertaneja, apesar de ser evocada, em um momento histórico que ela é tida como fundamental para definir os rumos da brasilidade, como modelo da identidade brasileira, em Goiás, essa identidade é descartada no processo de fundação e de consolidação de Goiânia, por motivos, que acreditamos nós, estariam vinculados com a sua predominância na antiga capital, a qual era destinada ferrenha oposição. Por outro lado, a mentalidade de que as categorias identitárias sertanejas remetiam ao atraso, não tinham sido completamente superadas. Assim ser sertanejo, na década de 30, continuava sendo sinônimo de atraso. O sertanejo permanecia imagetivamente representante de um modo de vida rústico, que em nada lembrava a modernidade. Concepção imperdoável para uma cidade, que a princípio, queria nascer moderna.

Desta forma, optou-se por instituir uma identidade para Goiânia e para seus habitantes, pautada na modernidade urbanística, expressa pelo planejamento urbano "inovador", implícita no traçado urbano, nos prédios em estilo *art déco*, na disposição das casas nos lotes, enfim, houve a preocupação em evidenciar características materiais que visualmente distanciavam as duas cidades. Buscava-se uma identidade para os habitantes de Goiânia, que se diferenciasse dos moradores vilaboenses.

Neste sentido, dedicou-se maior atenção à construção dos prédios públicos e das casas dos funcionários na Rua 20, onde seria instalado o alto escalão do governo. A essa preocupação, de transparecer modernidade, foi agregado um estilo que a representasse. O *art déco*, um estilo de:

---

<sup>139</sup> (MONTEIRO, 1979, p.73)

"linhas retas, fachadas limpas e sóbrias, provoca uma sensação de monumentalidade, independente das grandes dimensões e volumes exagerados, empregados na arquitetura oficial de outros períodos. E vai ser provavelmente, essa sensação racionalista de monumentalidade que se atribui a arquitetura Decó que vai despertar o interesse dos governos totalitários das décadas de 1930 a 1940, tendo em vista a sua utilização e desenvolvimento como representação política. (...) Era o *art déco* o modelo que melhor representava o "desenvolvimento" proposto por Vargas e o "progresso" que igualaria o Brasil ao mundo civilizado da Europa e dos Estados Unidos. (...) Sendo assim, a nova capital deveria representar algo completamente diferente do conhecido até então pelos goianos"<sup>140</sup>.

A definição do estilo *art déco*, por Coelho (2002), ia de encontro às aspirações da política de Vargas e, portanto, de Pedro Ludovico. A expressão desse estilo satisfazia as intenções da Marcha para o Oeste, de expansão e desenvolvimento. Goiânia fora a primeira cidade a ser construída visando essas premissas, a partir dela, tinha início a conquista do oeste que buscava integrar as regiões brasileiras, do litoral à Amazônia. Este estilo seria sua marca característica, que ao mesmo tempo, comportava dois sentidos: expressar modernidade, e materializar na forma urbana, as figuras de Vargas e Ludovico, acenando para a posteridade, que a junção das regiões brasileiras era um feito da política Vargas e que o desenvolvimento de Goiás, teria se dado a partir do governo de Ludovico. Mello (2006) entende que a construção de Goiânia, era uma tentativa de exteriorizar o plano ideológico de rompimento com o atraso:

"A nova capital do Estado trazia consigo um conteúdo simbólico que apontava para ideais de novos tempos de desenvolvimento e progresso. Pretendia-se que a cidade fosse o marco da passagem para uma nova etapa na história: isso significava que a sua construção era um ato de quebra de estigma, ou seja, de resignificação"<sup>141</sup>.

Os prédios públicos teriam a missão de, através das suas formas e estilo, assinalar, segundo o ideário oficial, a resignificação da cidade no sertão. A política de Vargas marca presença nestes espaços, antes esquecidos, através do concreto armado. O *marketing* de Goiânia circundava em torno dos prédios, expressão máxima da modernidade no centro-oeste. Muitos fotógrafos vieram para Goiânia, uns por conta própria, outros contratados pelo Estado. Os "fotógrafos públicos" retrataram, incessantemente, o andamento das obras, no início da capital.

---

<sup>140</sup> (COELHO, 2002, p.106-107)

<sup>141</sup> (MELLO, 2006, p.32)

Tivemos acesso a um álbum que fala das riquezas do Estado de Goiás nos anos compreendidos entre em 1930 e 1935. Percebemos que, enquanto nas demais cidades do interior, as riquezas destacadas são o gado e os recursos naturais, como minério, água e plantações, em Goiânia o destaque é dado as obras. Goiânia é evidenciada pelos edifícios:

"Goiânia cujo desenvolvimento extraordinário, cujo progresso maravilhoso, cuja prosperidade crescente, são garantias seguras da esplêndida realidade em que se tornarão as decantadas e as grandiosas possibilidades de Goiaz! E esse desenvolvimento extraordinário, esse progresso maravilhoso, positivamente milagroso da jovem e da grande capital goiana, pode e deve ser constatado na nossa flagrante, fiel e exata *reportagem fotográfica*, (grifos meus)exarada nas numerosas páginas que aí estão, nas quaes procuramos realçar com sincera, exata e fiel precisão, tudo o que tivemos a ventura de apreciar no grande pedaço do nosso amado Brasil<sup>142</sup>.

É interessante destacarmos que ao lado da exaltação do progresso goianiense, estão às fazendas<sup>143</sup> nos arredores de Goiânia, com os seus "grandes e proeminentes rebanhos", conforme relata Orlando Barbosa (s.d.). O autor ao falar das propriedades rurais destaca as melhores cabeças de cada um, enfatizando a qualidade do rebanho bovino, mantendo uma relação entre o campo e a cidade. O autor se preocupou em fotografar as sedes das fazendas, construções modestas, em um evidente contraste com a "supremacia arquitetônica da jovem cidade". Novamente observamos que o sertão se envolvia com a cidade.

Uma das edificações mais proeminentes era o Grande Hotel, cartão de visitas de Goiânia, lugar que hospedou personalidades de grande influência nacional, donde se destaca Monteiro Lobato. O Grande Hotel, assim como a maioria das construções pertenciam ao Estado, sendo arrendado por Maria Nazareth Jubé da Veiga, mediante um edital de concorrência pública. Esse edital nos dá uma idéia da importância desse estabelecimento para a consolidação ideológica dos propósitos oficiais. O Grande Hotel era assim descrito:

---

<sup>142</sup> (BARBOSA, s.d., p.52)

<sup>143</sup> São nove fazendas descritas pelo autor. A propriedade do Sr. Quincas Borges, não apresenta nome, mas se destaca pelo rebanho Indú-Brasil; a Fazenda Cipó, com gado zebu; Fazenda São José, com gado de corte zebu; Fazenda Bonito, gado de corte; Fazenda Três Paos, boiada mestiça, com presença de zebu; Fazenda das Grimpas, gado zebu; Fazenda São Braz, gado de corte; São Geraldo, exportador de gado para xarqueadas; Fazenda Palmital, detentora de grande boiada.

"possue 60 quartos e quatro apartamentos de luxo, com água encanada em todos eles, três pavimentos, ótimo salão de refeições, cozinha, vários banheiros servidos de água quente e fria, etc., além de garagens e outras dependências próprias dos melhores estabelecimentos do gênero"<sup>144</sup>.

No documento em anexo, segue especificações mais detalhadas dos funcionários, prataria e serviços, os quais tentam transmitir que o Grande Hotel reúne tudo o que há de melhor "do estilo moderno e lustrado". A inauguração do prédio ocorreu em 23 de janeiro de 1937, noticiado a seguir:

"Soberba construção, obedecendo às mais apuradas exigências da técnica moderna e dotado de todos os requisitos em matéria de conforto e comodidade, o <<Grande Hotel>> constitui uma das maravilhas de Goiânia, rivalizando em tudo com os melhores das nossas grandes capitais.

Erguendo-se majestoso na vasta planura, pontilhada de casas e perdendo-se no horizonte, dá-nos a impressão de um marco glorioso, fincado no coração da cidade que surge esperançosa e linda, num testemunho eloqüente do luxo e da grandeza, com que se cerca Goiânia - a princesinha catita.

E os que vieram de longe, de outras terras, atraídos, fascinados, desejando devorar com as vistas, a paisagem sem igual que aqui se descortina, encontraram no <<Grande Hotel>>, aparelhado agora a receber os visitantes que aportarem a esta cidade o mais amplo conforto.

Os seus luxuosos apartamentos nada deixam a desejar e do ponto em que está localizado abrange-se a cidade em toda a sua extensão.

Os preparativos para a sua inauguração já se iniciaram, e a atividade e interesse com que se está cuidando desta festa não deixam dúvidas sobre o brilho com que a mesma se vai revestir"<sup>145</sup>.

O discurso oficial tentava, de todas as formas, imprimir a idéia de que Goiânia era uma cidade moderna, desenvolvida, salubre, já em seus primórdios. Essas características eram ressaltadas pelo governo e pelas pessoas a ele ligadas mais diretamente. Pedro Ludovico no ato de lançamento da pedra fundamental de Goiânia prevê que dentro de "cinco anos grande porção desta área destinada à futura cidade, estará coberta senão de luxuosas, de alegres vivendas em que os preceitos de higiene se casarão com o conforto e beleza da arquitetura"<sup>146</sup>. Ao recorrermos aos livros de memória, nos deparamos com as histórias dos homens públicos, e percebemos que todas

---

<sup>144</sup> (MONTEIRO, 1979, p.418)

<sup>145</sup> (BARBOSA, s.d., p.48) Transcrevemos o texto de acordo com o original, respeitando a linguagem da época.

<sup>146</sup> (TELES, 1986, p.26)

elas poderiam ser resumidas nas primeiras impressões de Venerando de Freitas Borges, o primeiro prefeito de Goiânia, a respeito da cidade:

"Esplêndido e extasiante é o aspecto que se nos apresenta em Goiânia. Dir-se-ia que um milagre se operara na intermínua planície, de onde surgem os majestosos prédios e os suntuosos edifícios públicos destinados a alta administração"<sup>147</sup>.

As palavras do interventor unem-se ao do alto escalão para aclamar Goiânia a partir destes predicados. A cidade que eles queriam mostrar era "moça prendada, que desde cedo despertaria o interesse dos rapazes em vir povoar os seus contornos imponentes"<sup>148</sup>.

## **2.4 Goiânia aldeiazinha encantadora: a cidade na fala dos Pioneiros.**

A fala oficial era cheia de intencionalidades. Afinal, era necessário fazer as pessoas acreditarem no governo, ajudando-o a construir a cidade, que não era, mas que viria a ser, condizente com o discurso proferido. A conjuntura histórica em que Goiânia nasceu não viabilizava a suntuosidade pretendida para seus espaços. A distância entre a locução e a realidade era sim, muito grandiosa. Ao nos enveredarmos pelos caminhos da memória, verificamos que as reminiscências dos populares e das pessoas que tinham menor vínculo com o poder, desconstruíram a história oficial. A constatação de que existe uma discrepância entre as duas falas, tem impulsionado pesquisas, que em suma, tentam afastar o nevoeiro que a história de Goiânia, trazendo a superfície, a Goiânia de fato. Seguindo esta tendência iremos, nas próximas páginas, mostrar a outra face do discurso que toma Goiânia como cidade moderna, mostrando-a a partir das vivências de seus habitantes.

No tópico anterior, após tecermos alguns comentários sobre os fatos que antecederam a construção de Goiânia, expomos que os prédios em estilo *art déco* foram os responsáveis por expressar a ideologia contida no discurso da Marcha para o Oeste, remetendo ao mesmo tempo, as personas que o impulsionaram. Em recente estudo, Mello (2006), desconstrói

---

<sup>147</sup> (MONTEIRO, 1979, p.342)

<sup>148</sup> Essa forma poética de se expressar sobre a cidade, permeia todo o texto de Barbosa s.d.

essa visão, que a muito encontrara abrigo nos escritos a respeito. A autora questiona a ligação existente entre as figuras políticas e o estilo arquitetônico, dizendo que a conexão outrora estabelecida entre os dois, na realidade, fortalecia o discurso político, mas não era inerente dele, ou seja, a "aura" que a arquitetura exprime é apropriada pelos discursos, porém, os seus traços são desvinculados das personas as quais se apropriam dele. Para a autora:

"Em Goiânia, a construção dos edifícios *déco* dava-se em meio a uma atmosfera de modernização trazida pela mudança da capital, cuja criação visava marcar uma linha divisória entre o Estado atrasado e os novos tempos de progresso e desenvolvimento: principal justificativa para a tomada do poder pelo grupo político dominante. Observa-se, nesse caso, um curioso e providencial reforço do discurso da modernidade *déco* - em última análise um discurso de poder. (...) A modernidade inerente ao *déco*, entendida como progresso e desenvolvimento em Goiânia, era a "qualidade" que "autorizava-o" a ser porta-voz do poder, uma voz a mais a reforçar o discurso conveniente aquela época. (...) Em outras palavras, o *art déco* representava poder porque era um ícone de modernidade"<sup>149</sup>.

Essa percepção conduz a uma outra, que da mesma forma, desvela uma proposição não menos arraigada na história goiana: a de que este estilo transmitisse modernidade. A esse respeito, Mello (2006) se posiciona afirmando que o *art déco*, cunhado no início do século XX, era aplicado à decoração e não a arquitetura, fato que desmotivou estudos mais acurados a seu respeito. O estilo arquitetônico moderno, cujo ápice se deu na década de 20, com grande repercussão nos anos posteriores, rouba a cena, motivo da destruição de exemplares arquitetônicos em *déco*. Como a construção de Goiânia se iniciou na década de 30, o estilo adotado já estava ultrapassado, não conduzindo a modernidade.

A autora usa textos jornalísticos, para confirmar a sua hipótese de que, para os visitantes de Goiânia, existiam outros elementos que remetiam à modernidade. Ao citar duas reportagens, que a nosso ver, se complementam, Mello<sup>150</sup>, abre um novo viés o qual possibilita a compreensão da modernidade a partir de outro enfoque. Para Oto Prazeres, autor da primeira referência usada por Mello, Goiânia exprime progresso, pelo seu crescimento urbano. Neste sentido, o que conta aos olhos do observador, não é o estilo arquitetônico, mas sim a quantidade de construções.

---

<sup>149</sup> (MELLO, 2006, p.80-81)

<sup>150</sup> Ver (MELLO, 2006, p.82)

Na segunda matéria cujo autor é o Sr. Cristovam Leite de Castro, Goiânia é símbolo de progresso, porque surgiu literalmente no meio do nada. Cristovam se surpreende ao viajar horas e horas e ver como única paisagem, a natureza, e em meio a esse aparente isolamento, surgir uma cidade planejada, com muitas habitações, " um núcleo urbano formado na ânsia por progresso", Da mesma forma, a arquitetura não ocupa a cena, pelo seu estilo, mas sim pela quantidade. Cristovam usa o termo moderno, mas também não o relaciona com arquitetura. Em sua narrativa, o moderno é erigir uma cidade em meio aquela imensidão natural.

É interessante observar, a ênfase dada na palavra "planejada". A colocação deste vocábulo, que transmite, não só nas reportagens estudadas por Mello (2006), mas também na memória dos pioneiros, certo espanto, nos induzindo a pensar que não havia cidades planejadas anteriormente. Gostaríamos de abrir um breve parêntesis nesta questão. O planejamento das cidades datam de tempos anteriores a antiguidade clássica. Na cidade de Mileto, reconstruída após ofensiva persa, foi empregado o plano ortogonal, " uma transcrição urbanística do pensamento cujas especulações filosóficas de caráter matemático e as meditações sobre a melhor organização política da cidade resultam na procura de uma estrutura urbana correspondente"<sup>151</sup>. Harouel (s.d.) ressalta que o plano urbanístico empregado em Mileto, teve grande aceitação no mundo grego, sendo usado tanto para a construção de novas cidades quanto para o "planejamento das já existentes".

Em estudo as cidades construídas enquanto o Brasil ainda era colônia portuguesa, Reis (2000), faz um levantamento das plantas urbanísticas mostrando que essas produções preocupavam-se mais com a funcionalidade, ou seja, qual o propósito da construção da cidade. Em suma, as plantas desse período atendiam as estratégias militares, tão necessárias a defesa da colônia das invasões de outros povos. Outras foram construídas próximas ao litoral, entre outras razões, pela maior facilidade de contato, visto que o único meio de comunicação entre o continente europeu e o americano, era pelo mar. Outras como a Cidade de Goiás, foram construídas as margens dos rios em decorrência da mineração.

Segundo Harouel (s.d.) a fundação de novas cidades para servirem de capital é uma prática do urbanismo da era industrial entre os séculos XIX e XX. O planejamento urbano tradicional, cede mediante ao contexto, aos interesses do capital financeiro, fruto das insurgências da Revolução Industrial, que gerou um êxodo rural, inchando as cidades de camponeses e em um

---

<sup>151</sup> (HAROUEL, s.d., p.15)



segundo momento para adequar a estrutura urbana as invenções modernas, donde se destaca o automóvel. Neste sentido, a construção de Goiânia poderia ser inserida no último modelo.

O segundo ponto que expomos no tópico anterior, se refere ao Grande Hotel, lá descrito pelas autoridades como majestoso, moderno, dentre outros adjetivos. Em contraponto a suntuosidade do Grande Hotel descrita pelos meios oficiais, encontramos uma reportagem sobre a estada de Monteiro Lobato em Goiânia, veiculada na Folha de Goiás, em 1982, ano em que se comemorava o centenário de nascimento de Lobato. A reportagem é na realidade um depoimento de Mário Donato, repórter do jornal "O Estado de São Paulo" designado para cobrir a viagem inaugural da Vasp a Goiânia em 1938.

Donato relata o quanto à viagem foi incômoda nas seis horas de duração, com muitos pousos, onde Lobato recorria constantemente ao "saquinho providencial", por "desconfortos estomacais". A chegada a Goiânia foi desastrosa devido ao desprendimento da roda do trem de pouso. Segundo Donato, a equipe vinda no avião foi recebida por um representante do governo que "mostrava uns riscos no chão e, às vezes, os limites de edifícios futuros com barbantes amarrados em varinhas. Aqui vai ser o Correio, lá o Palácio do Governo. Mais adiante a Cadeia..."<sup>152</sup>.

Um episódio, não muito agradável, marca a presença de Lobato em Goiânia:

"Goiânia não existia. Lá só havia o Grande Hotel, e chamá-lo de grande era ousado eufemismo. (...) Alcançamos a muito custo o hotel e corremos para os chuveiros. Infelizmente um burro de carrocinha tropeçara no encanamento assentado e descoberto, e lá se foi o abastecimento d'água. Lembro-me ainda hoje de Lobato, todo ensaboado, à janela do Grande Hotel, como vários hóspedes, noutras janelas, a berrar pela volta d'água"<sup>153</sup>.

As impressões que Lobato teve de Goiânia, podem ser evidenciadas pelo versinho deixado no balcão do Grande Hotel:

"Goiânia, cidadezinha,  
que encanta e seduz.

---

<sup>152</sup> (FOLHA DE GOIÁS, 1982, s.p)

<sup>153</sup> (FOLHA DE GOIÁS, *loc. cit.*)

De dia não tem água,  
de noite não tem luz"<sup>154</sup>.

Dna Armênia, em seu livro de memórias, nos dá uma clara idéia do Grande Hotel, ainda em fase de acabamento, narrativa prolongada aos seus arredores. Dna. Armênia é esposa do Sr. Públio de Souza, chefe da Polícia Militar<sup>155</sup>, e devido à proximidade do hotel para o destacamento, lá eles se instalaram:

"Precariamente instalada ocupou a família as dependências da Portaria, únicos cômodos totalmente terminados.

Não havia água, nem energia elétrica ainda. Só uma torneira, do lado de fora do edifício para atender às necessidades do serviço. Para preparar as refeições de nossa filha, usávamos uma pequena fogueira, do lado de fora do prédio. Não se encontrava um fogareiro.

Na frente do Grande Hotel, além do passeio de ladrilhos, havia uma faixa de terra, de mais ou menos dez metros de largura. Em seguida, o Cambaraguassú, vulgo assa-peixe, um arbusto pequeno, próprio de cerrado. A capina e o roçado não conseguiam mantê-lo afastado por muito tempo. Com a umidade das chuvas, ele crescia de novo e reclamava seu lugar ao sol.

Naquele mundo mágico, o vigia noturno do Grande Hotel caçava coelhos e tatu-galinha, para preparar churrascos à noite, numa fogueira que acendia no fundo da construção, onde ficariam mais tarde o pátio e a garagem. Todas as noites éramos convidados a participar do ágape"<sup>156</sup>.

A sua família não foi a única a se hospedar no Hotel nessas condições. O Sr. Augusto Sarmiento e sua esposa, "se acomodaram na despensa do Hotel". Dna. Armênia participou da sua inauguração, como descreve abaixo:

"Foi uma festa muito bonita. Era o primeiro trunfo do Governo, em meio as maiores dificuldades que vinha enfrentando, para realizar o trabalho de dotar Goiânia de condições de algum conforto.

Em meio à solenidade, a luz apagou-se (precária que era), deixando o orador oficial, - Secretário do Governo, Manoel Gomes Pereira, com o discurso nas mãos, sem poder lê-lo, o que só pode fazer à luz de fósforos, e lanterna elétrica"<sup>157</sup>.

---

<sup>154</sup> (CHAUL, 1988, p.06)

<sup>155</sup> O cargo chama a atenção. Apesar de mostrar o lado sertanejo da cidade, Dna Armênia, "ameniza" o cenário, dizendo que as dificuldades seriam compensadas com o desenvolvimento da cidade.

<sup>156</sup> (SOUZA, 1989, p.20-21)

<sup>157</sup> (SOUZA, 1989, p.23)

Os problemas enfrentados no começo da cidade, não parecem esmorecer Dna. Armênia, que atravessa todas essas dificuldades com bastante otimismo. A autora parece não maquiagem os fatos, porém, não se desanima diante deles. Segundo ela, o sacrifício se justificava pois, "irmanados que estavam todos no espírito do sacrifício em prol de alguma coisa que lhes pareceria grandiosa e necessária: a construção de uma nova capital para Goiás"<sup>158</sup>.

Da mesma forma, em que as memórias de Dna. Ondina Albernaz (1992) são um contraponto a alguns aspectos do discurso mudancista, as reminiscências de Dna Armênia são um contraponto ao discurso oficial, o qual caracterizava Goiânia como uma cidade moderna, conforme já discutido.

Dna Armênia relata que até 1936, Goiânia se limitava a alguns prédios "todos em fase de acabamento", prédios que se misturavam ao verde, "pontilhado aqui e ali pelos buritis". Nessa fase, Dna Armênia ressalta que, "a Nova Capital não se assemelhava a nenhuma outra cidade existente no País". As casas da Rua 20 já estavam ocupadas, mas muitos órgãos continuavam "na Velha Capital, por absoluta falta de acomodações e condições para se transferirem para Goiânia"<sup>159</sup>.

Ela descreve a dificuldade que era depender da "Tareca, veículo tipo bonde", o qual custava a aguentar o percurso dentro de Goiânia e entre Goiânia e Campinas. A Tareca sempre quebrava, os funcionários tinham dificuldade de cumprir os horários em função disso. Com a chegada de maior contingente de trabalhadores, novos ônibus, "as jardineiras" começaram a fazer a linha. As jardineiras aguentavam o percurso, mas em caso de temporal procuravam abrigo debaixo dos edifícios, por que:

"não eram fechadas dos lados, não possuindo janelas, ou se fechavam com cortinas de pano, os passageiros ficavam inteiramente molhados e apavorados, quando eram surpreendidos pela tempestade, principalmente no trajeto de ida ou vinda de Campinas, onde não dispunham de nenhuma proteção"<sup>160</sup>.

Quando a Tareca foi substituída pela jardineira, segundo Dna. Eleonora Loyola Azeredo, as alunas do Colégio Santa Clara, fizeram o enterro do automóvel. "Todo mundo levou

---

<sup>158</sup> (SOUZA, 1989, p.14)

<sup>159</sup> (SOUZA, 1989, p.18)

<sup>160</sup> (SOUZA, 1989, p.27)

flores, fizeram discurso, choraram de mentirinha e fizeram a maior algazarra. O chofer ria, (...) até não poder mais!"<sup>161</sup>.

A cidade não contava com água encanada. A "água era trazida de minas existentes em vários pontos da cidade, como junto das casas de madeira, à margem do Botafogo. Também no Bosque dos Buritis (...) havia minas de água pura"<sup>162</sup>. Esse fato, a nosso ver, pode ser comparado com a Cidade de Goiás, onde a água para consumo doméstico era obtida nos chafarizes, conduzida às casas pelos carregadores de água. Em Goiânia a água era conduzida ao seu destino, "em grandes latas, num carrinho de pedreiro". A falta de água encanada afetava todas as atividades que dependiam dela. Na falta da água nos banheiros e da banheira, os homens tomavam banho na bica. Conforme Souza (1989):

"Havia um balneário público, à altura, mais ou menos, da rua 24, onde uma grande bica de água despejava-se num chão forrado de lajes, formando uma ducha onde os homens usando shorts ou calções iam tomar banhos.

Quase sempre, formavam-se filas de cavalheiros e até crianças para se deliciarem com a ducha pública.

Em outros pontos da cidade, havia algumas minas que também eram aproveitadas para o banho"<sup>163</sup>.

Neste cenário a natureza era presença constante. Aranhas caranguejeiras, lacraias, peru meio-selvagem que perseguia as pessoas que passavam na rua, coelhos, araras, veadinhos. Um jacaré apareceu no quintal de sua casa. Essa passagem nos chamou a atenção, porque pouco antes Dna. Armênia havia relatado que sua família acabara de passar três anos fora, e se espantaram quando do regresso, pois "a cidade estava totalmente mudada, parecia-lhe outra, tão grandes transformações sofrera, em tão curto espaço de tempo!"<sup>164</sup> O espanto de Dna. Armênia se deu com a instalação de mais órgãos públicos, com o crescimento populacional. A natureza continuava presente na cidade e esta dependia das fazendas, que forneciam alimentos para Goiânia. Dna. Ondina ao falar de sua vida em Goiânia relembra a função das fazendas na alimentação da sociedade na nascente capital:

---

<sup>161</sup> (TELES, 1986, p.78)

<sup>162</sup> (TELES, 1986, p.17)

<sup>163</sup> (TELES, 1986, p.19-20)

<sup>164</sup> (TELES, 1986, p.44)

"Na porta apareciam os primeiros vendedores ambulantes, chacareiros e fazendeiros próximos, que traziam em suas montarias sacos de laranjas, milho verde quebrado na hora, queijos, doce de leite, frangos e ovos. Também haviam os que vendiam pratos de quiabos, chuchus e cestas de bananas maduras. Os primeiros vendedores de laranjas foram os irmãos José e Antônio, ao preço de duzentos réis a dúzia. Seu Evaristo vendia doce de leite e queijos; Seu Teodoro ovos e frangos, sempre em longas caminhadas e grande precaução com os ovos. Um frango custava apenas um mil réis (R\$ 1\$000). Pedro entregava o leite a quinhentos réis por litro, e também vendia limas. Sua presença era anunciada a grandes distâncias pelos meninos, naquele descampado a perder de vista que era a cidade de Goiânia..."<sup>165</sup>

A Sra. Célia Seixo de Brito<sup>166</sup> relembra que, quando chegou a Goiânia, não havia acomodações para todos. Os migrantes se arranjavam como podiam em Campinas. Alguns fazendeiros, que tinham casas na cidade, as cederam para abrigar os novos habitantes até o término das residências. A cidade sem asfalto, ainda sem cascalhamento, levou o Sr. Gerson a eleger a cor marrom como característica marcante nos primeiros tempos da cidade. Marrom era a "cor do pó, da poeira. Esta impregnava os cabelos, as sombrancelhas, os narizes, as mãos, os colarinhos, as camisas e blusas, os vestidos, saias e sapatos. Era o festival cromático do progresso"<sup>167</sup>.

## 2.5 Entre o moderno e o sertanejo

Entre o discurso oficial e a fala dos Pioneiros percebemos que há uma tensão proeminente em torno da caracterização de Goiânia como uma cidade moderna. A primeira vista, podemos dizer que, existem duas cidades: uma moderna e outra sertaneja, não obstante antagônicas. Contudo, as atenções são direcionadas para o mesmo espaço, trata-se da nova capital de Goiás. Para Carvalho (2002), essa ambiguidade é uma das construções de Goiânia, e se deve ao fato de que:

---

<sup>165</sup> (ALBERNAZ; 1992, p.69)

<sup>166</sup> A respeito desse depoimento, consultar Teles (1986, p.28-57)

<sup>167</sup> (TELES, 1986, p.86)

"antes de se tornar realidade, a nova capital foi pensada, desejada, inventada. Sua imagem foi construída na mente de muitos líderes políticos que passaram pela história de Goiás. A construção utópica realizada pelos seus idealizadores se somam as construções historiográficas de Goiânia"<sup>168</sup>.

A idealização da cidade foi envolvida por uma esfera simbólica que a nível político usou da "ideologia do progresso" para justificar a mudança da capital. O progresso e os termos a ele relacionados passaram a fazer parte das conversas, dos textos, do grupo que defendia essa causa, a fim de persuadir a população a apoiá-la.

"Somente pela via do progresso poder-se-iam transformar as estruturas do atraso, responsáveis pelo estancamento do Estado, permitindo seu desenvolvimento econômico e intensificando seus vínculos com a economia e mercado nacionais. Mas essa idéia de progresso não se restringia à ordem econômica. Era preciso avançar nas transformações dos hábitos e práticas políticas, bem como eliminar tudo que se identificava com o passado que se queria esquecer. Vislumbrava-se assim, um progresso também no âmbito da política e dos costumes"<sup>169</sup>.

Como Carvalho (2002) bem pontua, o progresso é abstrato, sendo, portanto, necessário algo concreto para atingir a sensibilidade da massa. E é nesse contexto que Goiânia "passava a ser reivindicada, então, como o símbolo e o sentido maior desse progresso"<sup>170</sup>. Achamos conveniente acrescentar a essa colocação que, o estilo *art déco* foi "anexado" a Goiânia passando a representar conjuntamente com a cidade o mesmo simbolismo.

Apesar de o progresso ser "transmitido" para a população a partir desses dois símbolos, percebe-se nas reminiscências dos Pioneiros, que a tentativa de impor estes emblemas não logrou o êxito esperado. Visualmente, Goiânia tinha o mesmo aspecto sertanejo, do qual no plano ideológico procurava se desvincular. No trecho acima, Carvalho (2002) menciona que o desejo de progresso não se daria apenas no nível econômico, mas também, na política e nos costumes, intento que, a nosso entender, também não se concretizou. No que concerne à situação financeira, a memória das pessoas nos revela uma situação bastante precária, onde materiais atrasavam por falta de pagamento; onde os funcionários recebiam vales, porque os salários eram

---

<sup>168</sup> (CARVALHO, 2002, p.86)

<sup>169</sup> (CARVALHO, 2002, p.160)

<sup>170</sup> (CARVALHO, 2002, p.161)

pagos depois de meses. Na política, a proximidade das autoridades com a população dava ares interioranos às relações governamentais. E no plano cultural os goianienses conservaram a vida social típica do interior, onde a cidade continuou dependendo do meio rural para seguir adiante, principalmente se considerarmos que, o abastecimento alimentar da nova capital ocorria por intermédio das fazendas ao seu redor.

O cenário goianiense se insere na frase de Canclini (2003) ao afirmar que, "a modernização operou poucas vezes mediante a substituição do tradicional e do antigo"<sup>171</sup>, neste sentido, seria compreensível a coexistência entre o urbano e o rural. Porém acreditamos que, no caso goianiense, o vínculo com o sertão era mais intenso do que com o urbano, visto que, mesmo entre a elite as práticas sertanejas prevaleciam, quer por gosto quer por falta de opção.

Canclini (2003) pontua um outro fator implícito na sociedade, que fornece uma explicação plausível, para o não questionamento da nítida discrepância entre o discurso oficial e a realidade. O autor fala da existência da política do *favor*, contida principalmente nas relações empregatícias. Como vimos nas considerações iniciais deste capítulo, o povo tinha quase uma devoção para com Pedro Ludovico e isso ocorria, muitas das vezes, porque as pessoas viam na cidade nascente uma possibilidade de melhorar suas condições de vida por meio de um emprego melhor, geralmente obtido perante contato ou interseção de pessoa próxima ao interventor. Neste sentido, "o favor pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada"<sup>172</sup>. Devido às "dificuldades para sobreviver", ninguém contestava as contradições, colaborando para a permanência da vontade do governo.

As alterações culturais, ou melhor, as convenções em voga, ditavam que ser moderno não era imitar a cultura européia. Nesta fase da história brasileira, ser "moderno se conjuga com o interesse por conhecer e definir o brasileiro"<sup>173</sup>. Neste sentido, o termo moderno se adequava a Goiânia, pois ela favoreceu a migração para o interior do país, estimulando o seu conhecimento. E ao mesmo passo, a construção de Goiânia foi beneficiada com a busca da identidade nacional, "escondida" nos sertões.

Ortiz (1988) mostra o quanto à modernização, no Brasil, é deslocada do que ela teoricamente deveria representar. Aqui "a luta pela modernização foi um movimento para construir criticamente uma nação oposta ao que queriam as forças oligárquicas e conservadoras e

---

<sup>171</sup> (CANCLINI, 2003, p.74)

<sup>172</sup> (CANCLINI, 2003, p.79)

<sup>173</sup> (CANCLINI, 2003, p.79)

os dominadores externos. O modernismo é uma idéia fora do lugar que se expressa como projeto"<sup>174</sup>.

A questão colocada por Ortiz (1988) é analisada por Canclini (2003) como sendo decorrente da organização social. O modernismo seria, de acordo com Canclini, uma tentativa de "intervir no cruzamento de uma ordem dominante semi-oligárquica, uma economia capitalista semi-industrializada e movimentos sociais semi-transformadores". O modernismo na América Latina, e, sobretudo no Brasil, foi moldado conforme nossa trajetória histórica não significando, diante do exposto, uma completa ruptura com a ordem pré-estabelecida.

Em meio a toda essa ebulição Goiânia é fundada, oficialmente, sob as premissas modernas, cuja expressão máxima seria, de acordo como nossas pesquisas, a Rua 20, ao reunir todas essas tensões que oscilam entre o desejo de transmitir a imagem de uma cidade moderna e ao mesmo tempo conservar a tradição sertaneja. Juntamente com as suas casas seguindo padrões "rigorosos" de higiene e conforto, com seus habitantes ilustres, representantes da alta sociedade goianiense, encontramos a velha sociedade vilaboense, praticando na "cidade moderna" os mesmos costumes habituais da Cidade de Goiás.

A Rua 20 abrigou as primeiras casas-modelo da nova capital exibindo o seu estilo *art déco*, teve "hóspedes" ilustres ocupantes dos principais cargos públicos, representantes da intelectualidade goiana, do saber médico, da lei, do poder, que no entanto, se deliciavam com as quitandas caseiras, com as brincadeiras de rua, com o convívio social, com as práticas religiosas, hábitos remanescentes da antiga capital. No próximo capítulo abordaremos as contradições existentes na Rua 20, com a convivência do "moderno" e do sertanejo, enfatizando ainda mais que nos primeiros tempos de Goiânia, embora negada, a categoria sertão era forte.

---

<sup>174</sup> (ORTIZ, 1988, p.34)



## Capítulo III Rua 20: convergências e divergências do sertão

### 3.0 Considerações iniciais.

Apoiados em Geertz (1981), podemos dizer que a cidade é rica em significados construídos socialmente. Esses significados ficam impregnados na urbe, constituindo parte do espaço erigido. Ao tomarmos essa teia de significados como integrante da história cultural, abrimos um outro viés para compreender as representações sociais que emanam do meio urbano, considerando-as como parte integrante da história da cidade.

Pesavento (1995) trata esse “novo caminho” com a denominação de *passeidade*, distinguindo este termo da história. De acordo com esta autora, a passeidade é um real acontecido, que escapa a história oficial, característica que não invalida as informações obtidas por meio de depoimentos e imagens, devido ao vínculo com a realidade. Assim, entendemos como passeidade os depoimentos das pessoas que vivenciaram os acontecimentos, construindo a partir destes, as suas memórias, as quais se apresentam “como uma possibilidade entre outras de captar o passado”. É oportuno ressaltar, que este conceito é amparado pela história oral, integrada a este contexto sob dois enfoques: como forma de entender os fatos a partir da memória e como metodologia. A oralidade permite desvendarmos o passado do ponto de vista de quem o vivenciou, na medida em que as memórias são narradas. A história oral como metodologia, conforme esclarecimentos de Meihy<sup>175</sup> seriam “os processos decorrentes de entrevistas gravadas, transcritas e colocadas a público, segundo critérios predeterminados pela existência de um projeto estabelecido”.

Ao propormos desvendar os meandros da identidade goianiense, reconhecemos que há uma história oficial, engessada em pressupostos ideológicos, que tenta dar coesão a identidade goianiense; e uma história do cotidiano, liberta de amarras, que nos mostra o quão fragmentado é o “todo coeso” da oficialidade. A nossa desconfiança dessa suposta ordem estabelecida, ocorreu por meio da pesquisa de campo, cuja metodologia começou a ser desenvolvida por Franz Boas (2004), graças as críticas dirigidas por ele ao método comparativo,

---

<sup>175</sup> (FERREIRA *et. al.*, 2002, p.104)

que “buscava descobrir leis uniformes da evolução, partindo do pressuposto fundamental de uma igualdade geral da natureza humana”<sup>176</sup>, método este usado para justificar os diferentes estágios de evolução em que se encontra as sociedades, método, que em poucas palavras, fundamentava a superioridade das sociedades européias, da raça branca, tema abordado no primeiro capítulo.

A metodologia proposta por Boas exigia, em contraposição ao método comparativo, que a comparação se limitasse “a um território restrito e bem definido”<sup>177</sup>. Boas resume a sua proposta afirmando que, “o método que estamos tentando desenvolver baseia-se num estudo mudanças dinâmicas na sociedade que podem ser observadas no tempo presente”<sup>178</sup>. A pesquisa de campo, a observação do objeto de pesquisa, atendia mais aos interesses de Boas, que buscava compreender a forma como haviam se desenvolvido as instituições culturais.

Do historicismo de Boas, do funcionalismo de Malinowski, da coisificação dos fatos sociais por Durkheim, do fato social total de Marcel Mauss, ao estruturalismo de Lévi-Strauss, a metodologia da pesquisa de campo fora empregada como objeto de pesquisa as sociedades distantes do cotidiano do pesquisador, onde se fazia necessário que o antropólogo se desvinculasse de preconceitos, tornando o “exótico” familiar.

A ampliação do campo de pesquisa antropológica incluiu o estudo das sociedades contemporâneas na ramificação da antropologia urbana. A metodologia da pesquisa de campo ganharia novos contornos. A realização de pesquisas dentro da sociedade de origem do pesquisador, exigia o estranhamento do que lhe era familiar, um exercício não menos trabalhoso. No Brasil, as pesquisas urbanas ganharam impulso nas últimas décadas do século XX, com as pesquisas de Gilberto Velho, sobre o individualismo e o anonimato nas grandes cidades, de Ruben Oliven, sobre o medo e a violência urbana, José Guilherme Cantor Magnani, sobre o lazer e Cornélia Eckert, que atualmente tem se dedicado ao estudo das imagens da cidade<sup>179</sup>.

Como expõe Ruben Oliven (2000)<sup>180</sup>, nas décadas de 60 e 70 “os fenômenos que faziam parte da cultura brasileira não eram uma temática privilegiada, eram pouco estudados”<sup>181</sup>. Os estudos nessa época, marcada pela efervescência política e pela repressão do governo militar,

---

<sup>176</sup> (BOAS, 2004, p.15)

<sup>177</sup> (BOAS, 2004, p.16)

<sup>178</sup> (BOAS, 2004, p.47)

<sup>179</sup> Selecionamos uns dos principais pesquisadores da antropologia urbana e as suas respectivas pesquisas de maior ressonância no meio acadêmico.

<sup>180</sup> Em entrevista concedida a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Luíza Carvalho da Rocha, para o volume dedicado a cidade moderna da revista Horizontes Antropológicos no ano de 2000.

<sup>181</sup> (OLIVEN, 2000, p.220)

partia da análise econômica. Assim, “se tu queres saber como as pessoas pensam, tu tens que descobrir onde elas estão na estrutura ocupacional, pois dela derivaria tua consciência de classe, tuas formas de pensar e se organizar”<sup>182</sup>. A cidade em si não era objeto de estudo privilegiado, os pesquisadores que se interessassem por essa área, iam estudar nos Estados Unidos e na França, conforme expõe Oliven.

A fala de Oliven (2000) nos faz perceber que o campo teórico na antropologia urbana, no Brasil, ainda está em processo de formação, ainda é muito recente, parafraseando o autor, é um campo intelectual sendo desbravado. Neste sentido, o método etnográfico adaptado ao estudo das sociedades contemporâneas está inserido nesse processo de construção metodológica. A parcialidade, o despojo dos valores culturais do pesquisador vem sendo questionados e problematizados em diálogos que versam sobre os problemas do “encontro etnográfico, a construção de etnografias e a reflexão teórico-sociológica”<sup>183</sup>. Essas reflexões “confrontam o antropólogo a sua identidade pessoal”, conforme Eckert e Rocha (1998):

“Através da composição narrativa que retorna o tempo da ação “em campo”, o antropólogo faz coincidir as redes de relações nas quais os atores/comunidades se movimentaram com as que registrou em seu diário de campo, numa referência às negociações cotidianas do sentimento de pertencimento ou exclusão (negação voluntária ou exclusão involuntária), onde todos os elementos do conjunto estão numa relação de “intersignificação”. (...) Neste plano, reconhece-se que não mais pode haver confusão entre a propriedade da enunciação narrativa do antropólogo, e suas marcas específicas de interpretação, e o enunciado das coisas contadas. Entre ambos emerge a compreensão do método etnográfico reside, justamente, nesta *tensão* entre diversas modalidades simbólicas do controle do tempo que configuram a mediação narrativa: *a vivência e a escritura* que se desdobram na distensão temporal do si”<sup>184</sup> (grifos meus).

De acordo com as autoras, o antropólogo/pesquisador ao selecionar os dados obtidos em pesquisa de campo e ao “unir” esses dados no texto escrito, o faz conforme as suas pretensões. O resultado da pesquisa é manipulado, a identidade pessoal do antropólogo está contida na pesquisa através dessa seleção. Não há, neste sentido, “nenhuma garantia que o antropólogo possa, no campo e na escritura de sua obra, descronologizar a sua experiência

---

<sup>182</sup> (OLIVEN, *loc. cit.*)

<sup>183</sup> (ECKERT E ROCHA *apud* PEIRANO, 1998, p.8)

<sup>184</sup> (ECKERT E ROCHA, 1998, p.04)

reflexiva, a um só tempo, subjetivação e objetivação do ser, alteração e distorção de si”<sup>185</sup>. Essa perspectiva aponta para a inconsistência da escrita, frequentemente encoberta pelas intenções do antropólogo.

As colocações de Eckert e Rocha (1998) gera, a princípio, um pessimismo em relação ao método etnográfico. Lustosa (1999) questiona: “se a escrita etnográfica está sob permanente suspeição, ainda tem sentido o exercício etnográfico?”<sup>186</sup> Como indaga Eckert e Rocha (1998), estaríamos “diante da morte do método etnográfico?”

Eckert e Rocha (1998) pontuam que não, visto que, “os múltiplos sentidos dos termos “autor” e “posição do autor”, antes de eliminar o ato interpretativo em Antropologia, põem em destaque a presença, no seu interior, de uma “exegese espiritual” que acompanha toda a produção do conhecimento humano”<sup>187</sup>.

Inteirados dessas discussões, e cientes de que a nossa posição de autor, as nossas inquietações, interferem nos resultados de nossa pesquisa, tomamos a passeidade, proposta por Pesavento (1995), a história oral, conforme as definições de Meihy (2002) e o método etnográfico, como instrumentos para desenvolvermos uma outra leitura da cidade.

A nossa explanação se concentra na análise da Rua 20, concebendo-a como uma alegoria da “cidade sonhada”. Neste sentido, fica direta a conexão da noção de patrimônio com a noção de alegoria pensada por Gonçalves (2005). A Rua 20, para nós, concentrava os elementos arquitetônicos, político, social e cultural, símbolos da modernidade, pensado pelos governantes como características que iriam transmitir uma imagem positiva da cidade, além de contribuir para a formação da identidade do goianiense que se iniciava junto com a Nova Capital.

Tentamos a partir de quadros sociais da memória, para lembrar Halbwachs (2004), de pessoas que a viram surgir, que tiveram a sua formação acadêmica e cultural nesse logradouro, e as que trouxeram à tona outros tipos de reminiscências, marcadas por lembranças da infância ou da juventude, traçar a sua trajetória como parte constituinte da História de Goiânia. Pretendemos “remontar os fragmentos do urbano”, que permeiam o imaginário e as imagens da Rua 20, dando voz a suas personagens e atores sociais, descobrindo através destes indivíduos, “facetas do

---

<sup>185</sup> (ECKERT E ROCHA, 1998, p.06)

<sup>186</sup> (LUSTOSA, 1999, p.02)

<sup>187</sup> (ECKERT E ROCHA, 1998, p.07)

cotidiano” possíveis reveladoras do processo histórico-cultural”, permitindo uma análise não linear dos fatos<sup>188</sup>.

Ao “dar voz” aos Pioneiros, observamos que a referência que essas pessoas tinham de Goiânia, nem sempre correspondiam à memória oficial, que as imposições políticas teimavam por tentar inculcar na sociedade. Teoricamente, os Pioneiros deveriam fazer alusão às construções<sup>189</sup>, sinônimo da modernidade. Contudo, notamos que apesar de algumas pessoas fazerem menção a elas, salvo algumas exceções, as falas não demonstravam afetividade. As recordações saudosas dos Pioneiros eram, mesmo entre integrantes da classe dominante, com as atividades relacionadas ao cerrado, e com as relações sociais mais intensas, o que percebemos serem características marcantes da época. Diante disto, estabelecemos uma ligação entre as narrativas dos “guardiões da memória” e a atuação dos órgãos que cuidam dos assuntos culturais, em especial, o IPHAN, este último exposto no capítulo IV.

### **3.1 A Rua 20. Uma alegoria da cidade sonhada.**

A Rua 20 é oficialmente a primeira rua de Goiânia, e tinha implicitamente, a função de transmitir a imagem de modernidade e de progresso, seguindo concepções de higiene, tornando-se uma figura representativa do que viria a ser a Nova Capital, evidenciando assim, a implantação da política do Estado Novo em várias capitais do Brasil. As suas casas foram construídas para servirem de modelo as demais construções, levantadas tanto pelo Estado quanto por particulares. Essas casas foram denominadas de “casas-tipo”, servindo de amostra as construções residências mostrando a pretensão de que as demais obras seguissem aqueles modelos. Vale ressaltar, que o  *restante das casas* seguiu essa perspectiva proposta, ou melhor, imposta pelo governo, no que tange as regras de higiene, disposição nos lotes e iluminação, o

---

<sup>188</sup> Em alusão ao método historiográfico de Benjamin, ver (BOLLE, 2000, p.65)

<sup>189</sup> As casas da Rua 20 simbolizavam o moderno por meio das técnicas empregadas na construção das casas (concreto armado), pela mão-de-obra especializada (vinda do Rio de Janeiro e de São Paulo), por terem sido projetadas por um arquiteto urbanista (Atílio C. Lima e posteriormente por Armando Godoy), por seguirem os padrões de higiene (iluminação natural e ventilação de todos os cômodos). O  *art déco*, apesar de estar presente nas fachadas, foi combinado com outros estilos arquitetônicos. O  *déco*, não foi o representante máximo da modernidade na Rua 20.

mesmo ocorreu de forma bastante contida no que diz respeito ao aspecto externo das residências<sup>190</sup>.

Para tanto, houve a preocupação com a presença dos muros demarcando bem os limites entre a casa e a rua. A princípio, os muros parecem ter tido somente esta finalidade, pois geralmente eram baixos, não rompendo completamente o estabelecimento de relações entre os seus moradores e os passantes, e entre os habitantes da casa e os vizinhos. Havia jardins a frente das casas, um alegre intermediário entre os muros e o interior das residências. A disposição das casas nos lotes, separadas de todos os lados pelos muros, denotam a presença da preocupação com ambientes mais iluminados e ventilados, impingindo um ar de higiene e conseqüentemente de progresso.



Rua 20. Alois Feichtenberger. Déc. 1940. Goiânia. Acervo MIS-GO.

---

<sup>190</sup> Queremos dizer que o *art déco*, estilo oficial, foi empregado com maior destaque nos órgãos públicos e na casa de Pedro Ludovico, na Rua 26, hoje, Rua Dna. Gercina Borges. Nas residências de pessoas abastadas, o *art déco* aparece misturado ao neocolonial e ao eclético. Nas casas comuns, o *art déco* foi empregado em menor escala, com expressões deste estilo adaptadas as condições financeiras do proprietário.

É importante ressaltar, que essa preocupação não surge em Goiás com a fundação de Goiânia. Oliveira (2001) observa em seu estudo sobre a casa meia-pontense, que já no século XIX, a elite da cidade de Meia Ponte (atual Pirenópolis/Goiás) começava a optar por modificações na disposição da casa no lote, porém essa mudança fora gradativa, visto que nesse primeiro momento não houve ruptura total com a arquitetura colonial:

“No século XIX, além da melhoria do aparato doméstico e da multiplicação do número de ambientes, a elite começava a optar por outra forma de implantação de suas habitações nos terrenos urbanos. As casas de maior número de lanços eram construídas em terrenos maiores, compatíveis com o seu tamanho e *afastadas lateralmente de outras residências*, permitindo que, pelo menos, dois ambientes de repouso *recebessem luz natural*. Essas edificações não se localizavam soltas de todas as divisas, ao contrário, assentavam-se ainda presas ao alinhamento frontal, numa atitude de vínculo com a morfologia urbana do período colonial. Ao mesmo tempo é uma *atitude que demonstra a força do saber médico, ao imprimir novos comportamentos, explícitos nas suas moradas, como a ventilação e a iluminação dos quartos*”<sup>191</sup> (grifos meus)

Na Rua 20, identificamos uma mescla de estilos arquitetônicos, que ainda compõe as fachadas das residências. A diversidade de estilos, nas fachadas das casas da Rua 20 denota também, que o *art déco* não era o principal e nem o único estilo arquitetônico adotado nas primeiras construções da cidade. Essa diversidade dá um caráter ambíguo ao conjunto arquitetônico da rua.

As casas da Rua 20 apresentam o neocolonial, o eclético, o normando e o *art déco*, sincretismo que se opõe a aparente uniformidade arquitetônica da Cidade de Goiás, onde predomina o barroco e o colonial nas repartições públicas e nas “casas encostadas cochichando umas com as outras”<sup>192</sup>. As casas geminadas<sup>193</sup> foram abolidas completamente do cenário goianiense, em suas primeiras décadas. A Rua 20 era uma clara oposição ao tipo de construção usado na Cidade de Goiás, tido como arcaico, simbolizando ao menos no plano material, a separação com a antiga capital.

---

<sup>191</sup> (OLIVEIRA, 2001, p.215)

<sup>192</sup> Frase retirada do poema Minha Cidade de Cora Coralina. (DELGADO *apud* CORA CORALINA, 2005, p.137)

<sup>193</sup> Aquelas cuja parede divisória é comum.



Casa em estilo eclético  
Fonte: Acervo particular Ciro Oliveira (2006)



Casa em estilo normando.  
Fonte: Acervo particular Ciro Oliveira (2006)



Os materiais empregados nas casas, deste logradouro, representavam uma inovação na arte de construir, complementado pelas novas técnicas de construção. Houve a opção pelo concreto armado, de maior durabilidade, em contraposição as casas da Cidade de Goiás, feitas com taipa de pilão<sup>194</sup> e rebocadas com barro. Embora o cimento fosse utilizado nas construções goianas desde a década de 80 do século XIX, de acordo com Oliveira (2001), o emprego deste material continuava se restringindo as obras públicas e as propriedades privadas das pessoas de renome.

A preocupação com a qualidade do material usado em Goiânia, nas obras públicas, é expressa oficialmente na portaria de 13 de abril de 1934, constando também no termo de contrato assinado entre o Estado e a firma Coimbra Bueno e Cia. Esta última deveria fiscalizar as obras do Estado a cargo da “Empreza Lar Nacional S/A<sup>195</sup>”. A preocupação com a qualidade do material de construção e com o andamento das obras, também pode ser considerada como um forte indicativo de desenvolvimento<sup>196</sup>. Em contraposição a idéia de que as construções de Goiânia eram inovadoras, ou seja, representavam a inserção de uma novidade no território goiano, Oliveira (2001) menciona que apesar das dificuldades, os goianos no século XIX, não eram alheios as produções tecnológicas. Embora no setor civil as técnicas antigas exercessem supremacia nas construções, o concreto já havia adentrado o nosso território sendo mais usado nas obras públicas. Havia sim a dificuldade de comunicação entre Goiás e o restante do país, o que fazia com que as transformações no Estado se dessem em ritmo lento.

O projeto arquitetônico da cidade adotou, principalmente, o estilo *art déco* como composição das construções dos edifícios públicos levantados entre as décadas de 30 e 40, apresentando alguns exemplares tardios na década de 50, como a antiga estação ferroviária. Este estilo desempenhava a função de expressar modernidade, remetendo os transeuntes a relacionar o aspecto físico das casas, com a política de Pedro Ludovico e Getúlio Vargas. Segundo Vaz e Zarate (2006), “O *art déco* recebe a preferência dos edifícios oficiais e comerciais, mas também é assumido, de forma mais contida, nas residências das famílias de maior poder aquisitivo,

---

<sup>194</sup> Técnica construtiva muito empregada no Estado de Goiás. A confecção das casas era feita com barro, cuja massa continha entre outros ingredientes estrume bovino.

<sup>195</sup> (MONTEIRO, 1979, p.155-215); (ARTIAGA, s.d.)

<sup>196</sup> Relativizamos o emprego de materiais de construção importados de outras regiões do país, condicionando-os as residências de pessoas importantes e prédios públicos, devido ao seu alto custo, que juntamente com as dificuldades de transporte dos materiais até a nova capital, dificultavam o acesso destes pelas pessoas mais humildes. Nos primeiros anos da capital, os trabalhadores moravam em barracos improvisados as margens do Córrego Botafogo. Devo essas considerações a Profª Drª Heliane Prudente Nunes.

moradoras do espaço central da nova capital”. Podemos dizer que a linguagem arquitetônica também atuou como distinção social entre os altos funcionários do estado e o restante da população.

A impressão deste estilo arquitetônico, como um dos componentes das fachadas residências da Rua 20, nos faz concordar com Oliveira (2001), quando a autora ao analisar a casa manifesta que a edificação do lar “desvenda a alma dos moradores”, mas também, enquanto “objeto arquitetônico, físico, material, ela cumpre o papel de relatar aspectos vários como a posição ocupada na cidade, o significado da sua forma arquitetônica, a situação socioeconômica dos moradores, etc.<sup>197</sup>”. Esta autora conclui o seu pensamento afirmando que a casa revela o momento histórico em que está inserida. As casas da Rua 20 permitiam identificar a posição social, o poder aquisitivo de seus habitantes, não só pela maior elaboração do aspecto externo das casas, quanto pelo fato de que os seus moradores “mais ilustres” habitavam as casas-tipo, sendo, portanto, pessoas mais próximas de Pedro Ludovico, ocupantes das pastas de maior destaque no Estado. Essas casas representavam a mudança cultural na arte do saber fazer, para relembrar Certeau (1994), que desejava-se implantar em Goiânia.

Foi nesse ambiente que o interventor do Estado instalou provisoriamente o Palácio do Governo<sup>198</sup>, e a sua residência<sup>199</sup>, transformando a Rua 20 em cenário de importantes decisões políticas. Da época em que a Rua 20 sediou o governo estadual, pouco restou da documentação oficial, que segundo o professor universitário José Mendonça Teles, “deve estar enterrada no fosso do elevador do Palácio das Esmeraldas”. Mendonça Teles explica em matéria ao Jornal Opção<sup>200</sup>, que na época era comum enterrar documentos. Esse fato inviabiliza a datação exata de alguns acontecimentos. É difícil identificar o que ocorreu no “Palacinho” e o que se passou no Palácio das Esmeraldas. A memória não guardou essa cronologia, mas mesmo assim, conseguimos selecionar alguns dados, que devido à época a que o conteúdo dos depoimentos se concentrou, acreditamos que tenham se passado na Rua 20. Seguindo este entendimento, observamos que a memória individual guardou importantes recordações para a composição da memória da cidade.

---

<sup>197</sup> (OLIVEIRA, 2001, p.33)

<sup>198</sup> O “Palacinho” não existe mais. Foi demolido.

<sup>199</sup> A casa onde a família Ludovico residiu, até a conclusão da residência definitiva na Rua 26, tem a fachada preservada e pertence hoje a Justiça Federal.

<sup>200</sup> (RIBEIRO JÚNIOR & SILVA, 2002)

As lembranças dos Pioneiros de Goiânia nos permitem reviver alguns momentos ocorridos quando a Faculdade ainda se localizava na Rua 20. De acordo com a Sra. Celme de Mendonça<sup>201</sup>, os estudantes desciam em bandos, nas greves de protesto. O Sr. Egídio Turchi<sup>202</sup> guarda em suas reminiscências um fato a respeito da ditadura. Ele não se esquece do “...dia em que a polícia baixou no nosso hotel, à hora do almoço, para prender os assinantes de um manifesto contra a ditadura, se não me engano, obra de estudantes de Direito da Rua 20; achou o José Décio que foi direto da mesa para a chefatura<sup>203</sup>”. O Sr. João Neder comenta a respeito de um exemplo da atuação dos estudantes de Direito em protesto a situações ocorridas no Estado. João Neder foi presidente do centro acadêmico de Direito e em sua gestão foi plantado um pé de mogno, como protesto a derrubada desta árvore no norte do Estado:

“Ela (Faculdade de Direito da Rua 20) tem um marco plantado da nossa luta, que é um pé de mogno, que nós plantamos no dia 11 de maio de 1959, quando eu deixava a presidência do “Centro Acadêmico 11 de Maio”, para passar o mandato a Roldão Carvalho. Então o mogno nesta época estava sendo devastado do norte de Goiás. Tinha uma multinacional, naquele tempo, se chamava truste, hoje é multinacional. <sup>204</sup>”

A participação dos estudantes de Direito na vida da capital e do Estado é endossado pelo depoimento de Marietta Telles Machado:

“Vivemos na querida Faculdade de Direito da Rua 20 os turbulentos anos do fim da década de 50 e início da década de 60. Eram os anos das grandes mudanças no Brasil: Juscelino Kubistchek na Presidência da República, Mauro Borges, com seu governo revolucionário em Goiás, a fundação de Brasília, a luta pela criação de suas universidades, a Católica e a Federal, que nasceram quase simultaneamente. No plano internacional, a Revolução Cubana exaltava e inflamava a juventude universitária. (...), vivemos, pois, como acadêmicos, uma época de grande efervescência, de muitas atividades culturais, de greves, de passeatas, protestos, debates.<sup>205</sup>”

---

<sup>201</sup> Entrevista contida na obra (GOIÂNIA, 1985)

<sup>202</sup> *Idem*

<sup>203</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.180)

<sup>204</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.242)

<sup>205</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.313)

A presença da Faculdade de Direito na Rua 20 favorecia a efervescência intelectual, constituindo um marco na consciência política goianiense, proporcionada pela frequente assiduidade de alunos e professores universitários. A Rua 20 distinguia-se das demais, por figurar um ambiente de constantes debates, passeatas e protestos, como ressaltou a Sra. Marietta Telles. A Faculdade de Direito era o principal pólo de conscientização política da juventude da Nova Capital, senão o único.

O prédio da Faculdade de Direito, abrigou também o Conservatório Goiano de Música. A musicista Belkiss Spenciére Carneiro de Mendonça, nos relata que devido autorização do diretor da Escola de Direito, Prof. Ernani Cabral, a Fundação do Conservatório Goiano de Música, passou a funcionar naquele local no período vespertino. Posteriormente, para que o Conservatório tivesse reconhecimento federal, o mesmo teria que ter uma sede própria. O fato de dividirem o prédio com a Faculdade tornara-se empecilho para tal reconhecimento, obrigando-as a alugarem uma casa na Avenida Tocantins.

Após a criação da Universidade Federal de Goiás e a conseqüente incorporação da Faculdade de Direito, ocasionou a transferência desta para o Setor Universitário. Com a transferência, o Conservatório retornou ao prédio da Rua 20, o que para a Prof<sup>a</sup> Belkiss “Foi à época mais feliz do Conservatório, porque eram muitas salas, salas muito grandes, um auditório muito bom, e bem central; o público chegava com muita facilidade até ao auditório<sup>206</sup>”. Nessa época, o Conservatório preparava recitais, os quais eram apresentados no Cine Teatro Goiânia e no Jôquei Clube, completa a professora. Também havia apresentações na Rua 20 com uma platéia muito grande. As apresentações eram estimuladas pelo corpo docente do Conservatório, devido a um lema que a Prof<sup>a</sup> Belkiss fez questão de ressaltar durante a entrevista: “se o aluno não ouve, se o aluno não vê o artista fazendo, ele também não tem o incentivo para lutar, para conseguir fazer.<sup>207</sup>”.

---

<sup>206</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.220)

<sup>207</sup> (GOIÂNIA, *loc.cit.*)



Orquestra Sinfônica Feminina de Goiânia  
Fonte: Acervo particular Ciro Augusto (2006)

O Conservatório, através da organização de uma Orquestra Sinfônica Feminina, marcou a cultura goianiense ao preparar moças para tocar instrumentos que fugiam do tradicional piano. Nas memórias da Prof<sup>a</sup> Belkiss, ela lembra o quanto foi difícil formar a orquestra, porque as alunas e seus pais tinham resistência, ao fato de que suas filhas teriam que aprender a tocar violoncelo, contrabaixo, clarinete, dentre outros instrumentos. As professoras do Conservatório, para dar o exemplo, além do piano aprenderam a tocar outros instrumentos. Após vencerem o obstáculo do preconceito, a filarmônica tocou em outros estados, inclusive em uma homenagem ao presidente Juscelino Kubitschek. A professora lamenta o fim da orquestra em função dos casamentos e noivados das integrantes, as quais não continuavam devido ao espírito machista de seus companheiros, que ainda prevalecia na mentalidade dos homens goianos.

Concomitantemente a Faculdade de Direito e ao Conservatório de Música, o prédio da Rua 20 abrigou a Escola Goiana de Agrimensura, no período noturno, conforme reminiscências do Sr. João Neder:

“... quando presidente do Centro Acadêmico XI de Maio, nós levamos para lá à noite, a nascente Escola Goiana de Agrimensura, porque era uma deficiência em Goiás. Só tinha os práticos, então demos abrigo, lutando, pelejando, até convencer o diretor, que dizia que numa escola federal não podia dotar uma escola desse tipo, mas nós acabamos conseguindo. Então a Escola Goiana de Agrimensura, foi para lá e hoje ela está integrada à Escola Técnica Federal de Goiás...<sup>208</sup>”.

---

<sup>208</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.244)

As lembranças do Sr. Hilarino Veloso da Silveira, apontam para a existência do Instituto de Educação, que segundo o Sr. Hilarino “funcionava na 20”. Ofélia Sócrates (1979) faz referência a um Instituto de Educação, mas não menciona o seu local de funcionamento, como o seu livro descreve os acontecimentos de Goiânia em seus primeiros tempos, e as memórias do Sr. Hilarino são referentes à mesma época, acreditamos que as colocações do Sr. Hilarino vieram complementar a informação a respeito do Instituto<sup>209</sup>. O Sr. Pedro Ponchet Meireles, se recorda do funcionamento de um Centro de Saúde, “era na Rua 20, perto da Catedral”, do qual temos como referência somente a sua recordação. Conforme constatações dos pesquisadores do Projeto Antropologia na Cidade<sup>210</sup>, talvez não tenha existido um prédio próprio para o ‘Centro de Saúde’, “mas era ato comum que médicos atendessem algumas pessoas em suas próprias residências”. A equipe do projeto levantou os nomes dos possíveis médicos que atendiam os pacientes em sua casa, ambos na Rua 20:

“O Dr. Aristoclides Teixeira, foi um dos médicos pioneiros em Goiânia, numa casa que ainda se encontra de pé, ao lado do Hospital Maria Auxiliadora, portanto a um quarteirão da Catedral, e o Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, capitão-médico da Polícia Militar, posteriormente Secretário de Governo e Deputado. Pela sua carreira política acreditamos ser bastante plausível que o Dr. Vasco tenha mantido um centro médico em sua residência”<sup>211</sup>.

O Prof<sup>o</sup> Egídio Turchi lembra o quão era difícil chegar a Campinas, “era longe, os ônibus saíam da Rua 20, de hora em hora, como para uma viagem ao interior do Estado<sup>212</sup>”, o que de fato ainda era, visto que Campinas não era anexada a Goiânia como bairro, sendo considerada uma cidadezinha do interior. Os estudantes de Direito, as musicistas do Conservatório e os estudantes de Agrimensura enriqueceram os dados oficiais com seus relatos.

A Rua 20 também era local de encontro da criançada que fazia uso o espaço público com suas brincadeiras, favorecendo o convívio social das crianças que residiam neste

---

<sup>209</sup> Monteiro (1979) diz que o prédio do Jardim da Infância na Rua 20, foi o primeiro a ficar pronto, no ato da transferência da capital a instituição permaneceu na antiga capital, conforme Monteiro (1979, p. 273). Contudo, o Instituto de Educação a que o Sr. Hilarino se refere não é o Jardim da Infância.

<sup>210</sup> As pesquisas de Guilherme Talarico, membro do projeto, foram significativas para chegarmos a essa hipótese.

<sup>211</sup> Acervo do Projeto Antropologia na Cidade. Identidade, Memória e Referências Culturais do Núcleo Pioneiro de Goiânia. Pesquisa de Guilherme Talarico, em vias de publicação.

<sup>212</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.181)

logradouro, com as que moravam nos arredores, que também eram ocupados por membros da elite.

Para Sra. Rosarita Fleury, a Rua 20 era local de encontro com suas amigas de infância. O espaço da rua era ponto de lazer, onde a criançada realizava brincadeiras. Apesar de ter tido contato com os assuntos políticos, por também frequentar a casa de Pedro Ludovico, para Rosarita as lembranças mais significativas são as recordações de sua infância:

“Nesses primeiros tempos costumávamos nos reunir em casa de Dr. Benjamin da Luz Vieira, na Rua 20, onde se encontra, hoje, instalado o Juízo Federal. Além de serem ele, sua esposa D. Risoleta e suas filhas Virgínia e Angélica (Tuniche) criaturas simpáticas e amáveis, havia, ainda, *a presença fascinante de um piano francês, marca “Gaveau”*, (grifos meus) o primeiro a entrar em Goiânia, no dia 30 de dezembro de 1935. Fora o piano que ouvíamos, tocado por Tuniche e outras pessoas que de música entendesse um pouquinho, inclusive eu, jogávamos cartas e organizávamos brincadeiras outras. Reuníamos também na casa de Dr. Pedro Ludovico, sobrado da Rua 20 vizinho à residência do Dr. Benjamin e onde hoje também serve de abrigo ao Juízo Federal. A casa de Dr. Pedro, porém, vivia repleta de políticos e assuntos de política, o que não nos agradava muito. Aquelas reuniões eram mais próprias aos senhores de maior responsabilidade.” De qualquer forma, as casas da Rua 20 ficavam muito distante da em que residíamos e sair pelo campo à noite, sem luz elétrica, apenas com reduzido foco da lanterninha de mão, não era tarefa fácil.<sup>213</sup>”

Ter um piano em casa era sinônimo de *status*, objeto sistematizado pela preocupação do burguês com a decoração do espaço interior. Nas famílias de alto poder aquisitivo, aprender a tocar piano fazia parte da educação formal e ter um piano em casa, levando em consideração as dificuldades para o mesmo chegar a Goiânia<sup>214</sup>, ter este instrumento era um modo eficaz de distinção social. Oliveira (2001) endossa a nossa afirmação:

“O piano, a partir de 1850, torna-se o objeto de desejo dos lares brasileiros, pois significava a introdução de um móvel aristocrático, no meio de um mobiliário modesto, inaugurando uma nova forma de sociabilidade e participando do novo cenário de representação familiar. Nas salas de visitas, o piano indicava o poder

---

<sup>213</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.164)

<sup>214</sup> Visto que estes eram importados da Europa e os caminhos do Rio de Janeiro e de São Paulo para cá eram muito ruins.

financeiro do dono da casa, além de mostrar o seu refinamento, com instrumento tão sofisticado.<sup>215</sup>”

Era um hábito da elite e durante os primeiros anos da nova capital, o costume de executar uma música nesse instrumento, acabava constituindo uma opção de lazer. Essa prática fora herdada da Cidade de Goiás, aonde o primeiro piano chegou em 1853, comprado por João Fleury para sua filha Maria Augusta Gaudie Fleury (Oliveira, 2001), no lombo do burro. Ter um piano e aprender a tocá-lo fazia parte das atividades da elite.

Tocar piano era uma tarefa executada na maior parte por mulheres. Essa atividade transmite a imagem da goianiense culta, que tem conhecimento de partituras musicais européias, porém poucas mulheres que o tocavam transformavam essa arte em profissão.

O piano como objeto de composição do lar doméstico, este dominado exclusivamente pelo elemento feminino, pode expressar uma forma de controle masculino, visto que a dedicação ao lar e o empenho em aprender a tocar o piano, restringia o cotidiano de suas mulheres ao ambiente da casa, espaço transposto pelas visitas, que não obstante iam admirar o som do instrumento. A esse respeito Loponte (2002) aborda as concepções machistas da sociedade, apontando que “As mulheres 'artísticas' por natureza deveriam ser controladas de alguma forma, sendo proibidas de estudar arte fora do contexto estético doméstico, entendendo como arte, a decoração de interiores, arranjos florais, tocar piano etc.”<sup>216</sup>.

A colocação de Loponte (2002) nos instiga a desconfiar da naturalidade com que Rosarita Fleury fala do piano, apontando o instrumento musical como uma das opções de diversão predominantemente feminino, posto que, pela sua narrativa, as crianças estavam acompanhadas “de outras pessoas que de música entendessem um pouquinho”. A autora nos desperta para a percepção da “pluralidade de pensamento” ao denunciar as formas de poder exercidas sobre e pelos sujeitos. Neste caso, as formas de poder parecem serem exercidas pela sociedade machista por intermédio da figura masculina, os maridos.

A última fala da Sra. Rosarita Fleury mostra a falta de interesse das mulheres pela política. O exercício político faz parte de um universo masculino praticamente fechado à presença feminina. Quando a mulher aparece nesse círculo, ela ocupa uma posição secundária, sendo o

---

<sup>215</sup> (OLIVEIRA *apud* ALENCASTRO, 2001, p.213)

<sup>216</sup> (LOPONTE, 2002, p.03)



apêndice de alguém, mais comumente do marido. Na visão dos políticos a mulher estava presente neste círculo por intermédio do esposo e não por vocação. Mesmo assim, a sua presença está condicionada a figura de primeira dama, ocupada com obras assistencialistas, campo de atuação predominantemente feminino. Dona Gercina é a imagem política feminina do período em questão. Surge na política em decorrência do casamento com Pedro Ludovico, faz parte dela devido ao sucesso do marido, todas as suas conquistas ocorrem na sua posição de primeira dama e ocupa-se essencialmente de obras assistencialistas, onde se destaca a sua luta pela criação da Santa Casa de Misericórdia, o que lhe valeu o título de “Mãe dos Pobres”.

A Sra. Celme de Mendonça foi moradora da Rua 20. A sua casa apresenta a particularidade de ter sido construída por sua família e não pelo governo, como as residências localizadas entre as Ruas 14 e 15. Dna. Celme sugere um apego ao local quando afirma que a casa da Rua 20 é “onde estamos hoje e pretendemos continuar”<sup>217</sup>. O afeto com que parece se reportar a Rua 20, pressupõe a vivência de bons momentos naquele espaço, hipótese sustentada pela caracterização que esta senhora faz da rua:

“Construímos nossa casa na Rua 20 (onde estamos hoje e pretendemos continuar), muito calma, de vez em quando passava um carro. Os meninos brincavam nas calçadas, largas, arborizadas, sem nenhum perigo. À noite, corriam pelas ruas, brincavam de pique, de bola e subiam nas árvores ainda pequenas.”<sup>218</sup>.

Os bons tempos de Goiânia são rememorados por Dona Celme, como tempos de tranquilidade. Época em que o índice de violência era ínfimo, e que a pequena frota de veículos não atrapalhava a realização de brincadeiras nas ruas. Brincadeiras estas que pareciam reunir toda a vizinhança, num constante fortalecimento dos laços sociais. Não há discussões a respeito e nem é nosso intuito aprofundar nesta questão, mas vale ressaltar que, aparentemente o grupo infantil parece se constituir dentro das relações sociais estabelecidas pelos pais.

A vizinhança da Rua 20 era composta em sua maioria por famílias da antiga Capital, que cingiram a causa de Pedro Ludovico. Sobre os hábitos desses moradores e a imagem de progresso e de modernidade que a Rua 20 deveria simbolizar, há um anacronismo. As

---

<sup>217</sup> Em nossas pesquisas na Rua 20, não conseguimos localizar a Sra. Celme.

<sup>218</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.173)

recordações da Sra. Andiara Bastos Lousa, ilustram as relações entre os vizinhos, os quais eram estabelecidos e mantidos como na Cidade de Goiás, ou seja, houve a permanência dos hábitos. Ela se lembra de que:

“Em 1950 nós mudamos de Goiás *rendendo-nos as evidências e imposições do progresso*. (grifos meus) Viemos morar na Rua 20, no centro. Conosco trouxemos os hábitos e costumes das famílias grandes do interior. Casa cheia, mesa farta. Os deliciosos biscoitos e doces feitos no capricho pela D. Zulmira, minha mãe. Era com eles que ela agradava os vizinhos, tendo eu ou Zélia como portadoras. Forma inteligente que minha mãe encontrava de se relacionar e fazer as primeiras amizades na nova Capital<sup>219</sup>”

O alimento proporcionava não só o estabelecimento de relações amistosas entre os vizinhos, ele também “combinou” níveis sociais distintos. Os habitantes ilustres da Rua 20 faziam as suas refeições na Pensão da Maruca na Rua 24, perto das casas dos trabalhadores:

“Instalada numa casa de tábuas, às margens do Botafogo, a Pensão de Dna. Maruca fornecia alimento às famílias residentes em Goiânia. *Ali comiam altas personalidades do Governo, funcionários, engenheiros, construtores e pessoas do povo*, incluindo viajantes que aportavam aqui, na ocasião. Foi Dna. Maruca, sem sombra de dúvida, uma das pioneiras de maior importância no contexto da cidade<sup>220</sup> (grifos meus).

Dna. Célia Coutinho relembra que comer na pensão da Dna. Maruca era uma prática das famílias goianienses:

“Como diversas pessoas e mesmo famílias inteiras, também fazíamos refeições na histórica e agradável pensão de D. Maruca, próxima ao Botafogo, numa das casas do gracioso conjunto de madeira lá improvisado no começo da construção da cidade<sup>221</sup>.”

---

<sup>219</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.205)

<sup>220</sup> (SOUZA, 1989, p.53-54)

<sup>221</sup> (TELES, 1986, p.37)

Excluindo a pensão, as famílias goianienses obtinham alimentos na “feira”, localizada entre a Rua 4 e a Rua 24, que conforme o primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges era:

“onde os cargueiros e os carros-de-bois traziam produtos da lavoura para serem vendidos aos primeiros moradores que se localizavam em casas de madeira e ranchos, às margens do Córrego Botafogo”<sup>222</sup>.

Segundo Dna. Armênia o problema da “falta de instalação de água, banheira e outros acessórios”, as mulheres tomavam banho em “grandes bacias de folhas de flandres”, enquanto os homens iam se deliciar no “balneário público” da Rua 24:

“Havia um balneário público, à altura, mais ou menos, da rua 24, onde grande bica de água despejava-se num chão forrado de lajes, formando uma ducha onde os homens usando shorts ou calções iam tomar banho. Quase sempre, formavam-se filas de cavalheiros e até crianças para se deliciarem com a ducha pública”<sup>223</sup>.

As práticas sociais dos habitantes da Rua 20 seguiam os costumes da antiga capital, visto que muitos moradores deste logradouro eram naturais da Cidade de Goiás. O ambiente político e da alta sociedade característico da Rua 20, nas três primeiras décadas de Goiânia, se misturava ao ambiente frequentado pelos menos favorecidos, na Rua 24. Próxima ao Córrego Botafogo, a Rua 24, paralela a Rua 20, abrigava as classes altas que não tinham projeção política. Nelly Alves de Almeida, conta que na Rua 24 moravam nas:

“...casas de tabuas, que se integraram na história da cidade, (...) o Major Atanagildo França, importante vulto goiano, o Engenheiro José Neddermayer e o Cel. Ferraz, todos notáveis pioneiros. Também, naquele local, guardião de diversos fatos históricos, a cidade venera a memória de Pedro Viggiano,

---

<sup>222</sup> (TELES, 1986, p.184)

<sup>223</sup> (SOUZA, 1989, p.19)

jornalista ilustre e grande batalhador pela causa do ensino em nosso Estado. Relembra, ainda, o início da carreira do notável médico, Dr. Domingos Viggiano, seu irmão...”<sup>224</sup>



Casas de tábua na Rua 24 entre a Rua 20 e o Córrego Botafogo.  
Fonte: Acervo MIS-GO (2006)

Nos arredores da Rua 24, Atílio Correa Lima, “tratou de estabelecer o acampamento para o pessoal. Fez, então, construir várias casas de taboas, com grandes alpendres na frente. Em uma delas instalou o “Escritório Central” das obras”<sup>225</sup>. O “acampamento para o pessoal” ao qual Atílio se refere, era as casas de tábuas que abrigaram os primeiros trabalhadores para a construção da capital.

Debaixo da Moreira, na Rua 24, Pedro Ludovico tomou decisões importantes para o andamento das obras da Nova Capital. A Rua 24 funcionava como intermediária entre a “moderna” Rua 20 e o sertão simbolizado pelo Córrego Botafogo, que servia de limite entre as

---

<sup>224</sup> (TELES, 1986, p.125)

<sup>225</sup> (MONTEIRO, 1979, p.123)

primeiras ocupações do canteiro de obras que era Goiânia e a imensidão sertaneja para além das margens do Botafogo. Essa divisão era apenas espacial, da mesma forma com que o estilo arquitetônico das fachadas das edificações da Rua 20 era na realidade uma mistura de estilos, as relações sociais e as relações com o sertão, também se confundiam, se misturavam.

A materialidade do espaço, com seu “aspecto moderno”, ainda não tinham atingido o comportamento dos moradores da Rua 20, a ponto de alterá-los. Nota-se a perseverança dos costumes nesse primeiro momento da vida goianiense. Essa sensação de parecer viver entre dois mundos, um espiritualmente antigo e outro materialmente moderno é caracterizado por Marshall Berman (1986), como a segunda fase do processo de modernização, sentimento este presente na sociedade européia no século XIX. O conceito de modernização é questionado pela sua definição reproduzir um processo, como uma linha evolutiva, pelas quais as sociedades deveriam passar para se equipararem as sociedades já modernizadas, conceito que não respeita a particularidade de cada sociedade e já tem caído em desuso.

Quero dizer que a modernização se refere à transformação, paulatina ou abrupta, do meio material e a modernidade é um conceito que se situa mais na mudança da mentalidade social frente a esses processos. Nos depoimentos de alguns pioneiros de Goiânia, percebemos essa tensão entre o desejo de abrir as portas para a modernização, e de querer ao mesmo tempo, preservar os seus hábitos e costumes longe da modernidade.

No decorrer da década de 50 é que Goiânia parece ter começado a sair do plano idealizado dos seus produtores ganhando realmente contornos de cidade na percepção dos seus consumidores. Nessa época, as repartições públicas já se encontravam em prédios próprios e a priori definitivos, a densidade populacional favorecera a construção de mais casas, alargando os limites da cidade para além do plano central, os problemas com a precariedade da iluminação pública, parece ter melhorado em relação à década anterior, o automóvel fazia-se cada vez mais presente nas ruas da capital.

Este ‘progresso’ começa a interferir na paisagem urbana. Ao longo da década de 60, percebe-se a preferência pela arquitetura moderna, caracterizada pela ausência de ornamentos na fachada, estilo presente na Rua 20, no centro da cidade, porém com maior concentração de exemplares no Setor Sul. De acordo com Vaz e Zarate (2006), as famílias que optavam por esses tipos de construção deixavam transparecer que eram “mais sensíveis às transformações da maneira de viver e mais receptivas às inovações delas decorrentes”.



Casa que representa a arquitetura moderna, situada na Rua 20.  
Fonte: Acervo particular Ciro Oliveira (2006)

A “adesão” a essa inovação arquitetônica, caracterizada por fachadas sóbrias, também chegou a Rua 20. As construções desse logradouro, que iam do eclético ao neocolonial, “pincelado” com o *art déco*, se torna mais heterogêneo. A preferência por esse novo conceito, motivou a descaracterização da fachada de algumas casas adequando-as a nova tendência<sup>226</sup>.

Essa característica das cidades brasileiras, de construir um futuro indiferente ao seu passado, como escreveu Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos* (1981), atitude que chocou muitos europeus que por aqui passaram. Lévi-Strauss, conforme Eckert e Rocha (2000), “narra um país nativo ameaçado pela “fricção inter-étnica” e pelas consequências da modernidade nas cidades brasileiras que ele qualifica como tristes porque degradadas na flecha do tempo.” A visão européia de Lévi-Strauss favoreceu o tachmento do Brasil, como um país sem memória. Neste sentido, a Rua 20 é um reflexo das transformações urbanas de Goiânia, que ainda se processam no centro da cidade. A destruição/descaracterização das casas antigas deu lugar às construções novas/remodeladas, algumas rompendo com o aspecto horizontal dos primeiros tempos da cidade, prática que se estendeu, ao longo do tempo, por todas as áreas antigas.

---

<sup>226</sup> A casa do Sr. Pereira Zeka é um exemplo disso. A sua casa adquirida do Sr. João Monteiro, seu sogro, era uma das dez casas-tipo. A fachada da casa foi reformulada para o moderno.

A partir da exploração deste logradouro, pretendemos fazer uma análise das alterações na paisagem urbana goianiense, considerando essas alterações como fruto das transformações ocorridas na sociedade analisando o seu impacto na memória e na história da cidade. Almejamos assim, procurar entender os motivos que ocasionaram a “desordem”, abandonando as lamentações pela destruição da urbe, adotando em seu lugar uma postura reflexiva e ao mesmo tempo “compreensiva para interpretar a destruição e a reconstrução da cidade.<sup>227</sup>”.

### **3.2 A transformação da paisagem urbana na Rua 20**

O cotidiano da Rua 20 começa a se alterar, com o término do Palácio das Esmeraldas, fato que implica na transferência da sede do governo para a Praça Cívica. O ambiente político com toda a sua movimentação, com a presença de homens de vida pública, deixam de fazer parte da rotina dos moradores. Para nós este fato assinala o início das transformações, embora não tenha causado nenhum impacto físico, a Rua perde o seu caráter oficial.

Em 19 de fevereiro de 1937 é publicado no Diário Oficial, o decreto que transfere a Faculdade de Direito da Cidade de Goiás, para Goiânia, instalando-a provisoriamente na Rua 20, até a conclusão da sede definitiva na Praça Universitária. A Faculdade ocupa o prédio onde antes morava a família Ludovico. De acordo com a obra de Ofélia Monteiro (1979), a faculdade foi transferida para a Rua 20 nos primeiros dias do mês de março do mesmo ano, sendo que no dia 11 de março de 1937, foi feita a inauguração solene do Curso de Direito, com baile realizado no Grande Hotel. Da Faculdade de Direito saíram muitos líderes políticos, que durante a vida estudantil, agitaram, a partir da Rua 20, toda a cidade, com suas passeatas e greves de protesto, como verificamos no depoimento da Sra. Marietta Telles e do Sr. Egídio Turchi.

Com a criação da Universidade Federal de Goiás, na década de 60, houve a transferência do Curso de Direito para o *campus* universitário. Posteriormente, o Conservatório

---

<sup>227</sup> O texto de Eckert e Rocha (2000) abordam a desordem e a destruição do meio urbano, a partir de uma perspectiva diferenciada, em relação as idéias que designam esse processo como perniciosos, concepção esta que ainda encontra adeptos no meio intelectual.

Goiano de Música também fora anexado ao corpo da UFG e após a criação da Escola Técnica Federal de Goiás, o curso de Agrimensura, também deixaram a Rua 20. O prédio que abrigou tantos órgãos foi vendido a Justiça Federal, a qual conservou a sua fachada original, cujo acesso é restrito a seus funcionários.

A saída das repartições públicas da Rua 20 para as sedes próprias não trouxe implicações físicas, visto que a estrutura anterior foi mantida. Consideramos este fato como uma transformação, porque entendemos que quando esses órgãos foram transferidos, junto com eles se foram os funcionários e usuários, o que implica na alteração da rotina da rua, que não conta mais com a movimentação proporcionada pela presença destes órgãos no logradouro. O ambiente de trabalho deixa de existir. A rua passa a ser predominantemente residencial.

Em um segundo momento, ocorre à mudança de alguns moradores para a parte nova da cidade, a princípio para o Setor Sul. Essa situação fora denominada por Éclea Bosi (2003) de “migração urbana”. Neste instante cabe uma análise mais aprofundada dos acontecimentos. Primeiramente, voltaremos a um dado exposto anteriormente, quando falamos que as casas da Rua 20 foram construídas pelo governo. Esse fato evidencia a impessoalidade dessas construções, pois não houve participação de seus futuros habitantes na escolha de sua planta, definindo a quantidade e a disposição dos cômodos, nem mesmo na escolha da sua fachada. As residências da Rua 20 construídas pelo governo não permitiam identificar as características particulares de seus moradores, no que concerne as suas preferências individuais. Abrimos aqui um ponto de reflexão: será que essas casas atendiam as necessidades de seus moradores? Será que o número de cômodos eram suficientes para abrigar o núcleo familiar<sup>228</sup>? As fachadas das casas agradavam os seus respectivos donos?

Monteiro (1979) ao anexar os contratos firmados entre as construtoras e o Estado, nos mostra que as casas-tipo da Rua 20 foram projetadas por Atilio Correa Lima, cuja proposta foi aceita pelo Estado em 28 de junho de 1934. O início das construções foi feita pela firma P. Antunes Ribeiro e Comp., da qual Atilio era sócio. As dificuldades financeiras pelas quais o Estado passava no ato da construção da capital, levaram a firma P. Antunes Ribeiro e Comp., a

---

<sup>228</sup> As famílias que se instalaram na Rua 20 eram majoritariamente oriundas da antiga capital. Lá, era quase tradicional, as famílias serem grandes. Como relata Rosarita Fleury: “Na época do meu nascimento, todas as famílias eram grandes. O comum era o casal aninhar em seu lar de oito a dez filhos, quando não fosse mais. Minha mãe deu à luz doze filhos e perdeu mais dois aos três meses de gestação. Minha sogra, dezesseis, minhas avós outro tanto e assim, contava-se no dedo o casal modesto que apenas exibia aos amigos uma prole de seis rebentos. Menos do que isso, era feio, e, de certa forma, humilhante”. (TELES, 1986, p.169-170).



rescindir o contrato com o Estado. A firma ficou a frente da construção das casas da Rua 20 de 13/01/1935 a 26/04/1935. A firma Coimbra Bueno e Pena Chaves LTDA, assume as obras em 11/06/1935 e as conclui em data não mencionada por Monteiro (1979)<sup>229</sup>.

Não tivemos acesso aos projetos das casas, porém como Atilio Correa Lima adotou o estilo arquitetônico *art déco* nos edifícios do estado que coube a sua firma construir, pressupõe-se que o projeto das casas, seguia as mesmas perspectivas. Pelo pequeno prazo em que a responsabilidade pela construção das dez casas coube a P. Antunes Ribeiro e Comp., aproximadamente três meses, acreditamos que as obras estavam sendo levantadas não comportando ainda a fachada. Possivelmente ao assumir o término das obras a Coimbra Bueno e Pena Chaves LTDA, tendo a frente Armando de Godoy como arquiteto, que deve ter feito alterações dando o efeito final, que culminou com o sincretismo de vários estilos, da mesma forma que ocorreu com o traçado de Goiânia<sup>230</sup>, também iniciada com a proposta de Atilio Corrêa Lima e concluída sob a perspectiva de Armando de Godoy, que não alterou o traçado original, porque este já estava com obras em andamento. No Setor Sul, que embora existisse no projeto de Atilio, Armando de Godoy adotou a perspectiva das cidades-jardins.

Diante do exposto, percebemos que a única preocupação do Estado ao construir as casas da Rua 20, foi a de instituir um modelo de habitação conivente com as suas propostas e com o seu orçamento. Em momento algum, verificamos qualquer tipo de inquietação, referente à opinião de seus futuros moradores. Entendemos o convite a Atilio, como um meio de fazer valer a proposta do Estado, conferindo também, harmonia as primeiras construções, visto que ele foi o arquiteto que esboçou a primeira planta de Goiânia. Levantamos a hipótese de que o ecletismo presente na fachada das casas-tipo, seja resultado da realização de um mesmo projeto por dois arquitetos de influências distintas, o que culminou em uma paisagem heterogênea.

Pelo contrato assinado entre o Estado e a firma, as casas-tipo seriam residências para os funcionários do Estado, sendo um total de dez casas, onde seria pago um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000) por unidade. Chama a atenção, o parcelamento do valor em mensalidades de um conto oitocentos e setenta e cinco mil réis (1:875\$000), uma amostra clara

---

<sup>229</sup> Ver anexo documentos IX e X.

<sup>230</sup> Armando de Godoy não alterou completamente o traçado urbanístico, porque a proposta de Atilio já estava sendo executada. Na área destinada ao Setor Sul, onde nada havia sido feito quando Armando tomou frente das obras, o plano de Atilio foi substituído pela proposta da cidade-jardins. Ver *dossiê* de tombamento (2004, p.68-69)

das dificuldades financeiras pelas quais o Estado passava durante a construção de Goiânia. Afinal de contas, Goiás apresentava uma das mais baixas receitas da nação na década de 30.

O orçamento contido pode ter influenciado no tamanho das casas e na elaboração de suas fachadas. Apesar das casas terem sido construídas e compradas pelo Estado, elas foram revendidas a seus funcionários, a preços nenhum pouco simbólicos:

“ Dr. Câmara Filho, diretor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica, que pagava a mensalidade de 210\$000. Pela sua pagava o Secretário Geral, Dr. Benjamin da Luz Vieira, a mensalidade de 340\$000. Numa foi residir o Dr. Sólton de Almeida, Superintendente do Departamento de Propaganda e venda de lotes, que pagava 230\$000. Noutra residiu, primeiro, o Sr. Germano Roriz, até fins de janeiro de 1935, quando para ele passou o Diretor Geral da Segurança Pública, Dr. João Monteiro, pagando mensalmente 250\$000. O Sr. Pedro Arantes, Contador das Obras, habitou uma pela qual pagava 160\$000”<sup>231</sup>.

Acreditamos que devido ao valor cobrado pelas mesmas, o governo tinha uma noção de quem seriam seus habitantes, o que possibilitava a participação dessas pessoas no projeto de suas futuras residências. No entanto, reiteramos que isso não foi feito, talvez para preservar as propostas do Estado, que tinham reflexo na Rua 20.

Neste contexto, levantamos a hipótese de que as primeiras alterações nas residências ocorreram em virtude do não atendimento da estrutura física das casas as necessidades de seus moradores. A nossa suposição se baseia não só na análise desse contrato, mas também nas memórias da Sra. Ondina Albernaz<sup>232</sup> e da Sra. Mirza Perotto<sup>233</sup>. A Sra. Ondina, esposa do Sr. Nicanor Albernaz, Chefe da Receita da Secretaria da Fazenda, descreve a seguir, como era a sua casa:

“Na Rua 20 apareciam as primeiras casas, uma delas a minha nova residência. Casa simples e não completamente terminada, contava com alpendre, duas *salas*,

---

<sup>231</sup> (MONTEIRO, 1979, p.151-152)

<sup>232</sup> A Sra. Ondina Albernaz escreveu um livro de memórias intitulado “Reminiscências” publicado pela autora em 1992.

<sup>233</sup> A Sra. Mirza Perotto é filha de Moisés Perotto, homem muito próximo de Pedro Ludovico, que trabalhou na venda dos lotes de Goiânia e foi gerente do Grande Hotel. Dna Mirza morou na Rua 20 na década de 40, período entre a sua infância e a sua juventude e gentilmente concedeu entrevista a Francis Otto, membro do Projeto Goiânia.

*dois quartos, cozinha e pequeno banheiro dotado de vaso sanitário e chuveiro de água fria. O piso e os tampos das janelas em pedaços de tábuas desiguais, sem nenhum acabamento. No quintal a cisterna com uma bomba manual, a fossa...”<sup>234</sup>.*

A descrição de Dna. Ondina se refere às impressões que ela teve de sua nova casa. Em sua narrativa percebemos que há um distanciamento entre a narradora e o objeto (a casa), o que deveria ser próximo e acalentado com alegria, visto que a princípio, a mudança para uma casa nova é marcada por expectativas e sensações de felicidade e realização. Não percebemos na sua fala nenhum destes elementos, em seu lugar a personagem aparenta se espantar com a cena, gesto precedido de frustração perceptível na descrição dos detalhes que parecem não lhe agradar. Dna. Ondina abre espaço para compreendermos a sua reação, como que querendo nos dizer que se a casa tivesse sido “planejada” por ela, tudo seria diferente.

A contagem dos cômodos e a descrição do banheiro como pequeno, nos leva a perceber, que o tamanho da casa talvez não fosse suficiente para abrigar confortavelmente a sua família<sup>235</sup>. Acreditamos que este seja um dos motivos que contribuíram para as primeiras modificações nas casas da Rua 20. No caso da Sra. Mirza Perotto, ao se recordar da sua infância na casa materna<sup>236</sup>, ela deixa escapar que houve alterações na estrutura da casa para a adequação da mesma as necessidades de seus moradores.

*“Ela era com jardins na frente, um alpendre grande, duas salas, um corredor que levava até a copa, um quarto a direita, um a esquerda e um banheiro. Depois futuramente meu pai construiu mais um a direita, porque por causa dos meus irmãos teve que construir mais um quarto. A copa, a cozinha e um bom quintal onde tinha uma bela mangueira que dava manga rosa, que na época dava aquelas mangas maravilhosas. E nós tínhamos uma pequena dependência onde dormia a empregada<sup>237</sup>”.*(grifos meus)

---

<sup>234</sup> (ALBERNAZ, 1992, p.64)

<sup>235</sup> As casas da Rua 20 tiveram os seus materiais, tamanho, dentre outras especificações firmadas em contrato, entre a construtora e o Estado. A discrepância entre o documento e os relatos dos pioneiros, nos levou a colocá-lo como anexo, para o leitor que desejar ter uma visão mais ampla da situação.

<sup>236</sup> Para Bosi (2003), a casa materna é o ponto de partida para a lembrança de outros locais da cidade. Neste sentido, “a casa materna, (...), é o centro geométrico do mundo e a cidade cresce a partir dela em todas as direções. Dela partem as ruas, as calçadas onde se desenrolou nossa vida, o bairro. Sons que voltam, sons que não voltam mais, pregões, cantilenas que recolhi e procurei gravar em pauta musical”.

<sup>237</sup> (Entrevista com Dna Mirza Perotto concedida a Francis Otto, Projeto Goiânia em 03 de outubro de 2005).

Nas duas reminiscências aparecem a palavra pequena. Pela descrição dos cômodos, percebemos que ao menos nestes dois casos, as casas não eram grandes se afastando do discurso de Pedro Ludovico que costumava a designar as residências da Rua 20 de vivendas, palavra que remete a casa grande, suntuosa<sup>238</sup>. A fala do Pioneiro Bernardo Élis, também destoa das observações da Sra. Ondina e de Dna. Mirza, afirmando que “a cidade era só de palácios, as casas providas de esgoto, instalação sanitária (adeus, atrás de bananeira), água encanada, luz elétrica, assoalho encerado, telhas francesas. Quem contava já tinha construído uma casa para sua residência e começava a fazer outra para aluguel<sup>239</sup>”. Pelo exposto, podemos afirmar que não havia consenso sobre como era Goiânia, nem entre os membros da nata social.

O loteamento do Setor Sul causou forte migração da elite para essa nova área nobre. Do mesmo modo em que, acreditamos terem sido os moradores da Rua 20 selecionados de acordo com as suas posses, defendemos que os lotes do Setor Sul também foram acessíveis somente a classe dominante. No Setor Sul predominou a arquitetura moderna. Neste momento, o estilo *art déco* e o ecletismo gerado pela mistura deste estilo ao normando e ao neocolonial, deixam de representar modernidade passando a representar não o atraso, mas o ultrapassado. Houve grande aderência das pessoas mais abastadas a esse loteamento, inclusive de antigos moradores da Rua 20. O Setor Sul passa a ser o novo diferencial da elite goianiense, residir neste bairro torna-se sinônimo de *status*.

Na Rua 20, as casas foram vendidas a os novos proprietários, os quais não tinham relações afetivas com o local, não tinham um sentimento de pertença com a comunidade daquela rua<sup>240</sup>. Possivelmente, os novos residentes alteraram as casas conforme gostos pessoais. A nossa hipótese, encontra fundamento, nas construções que restaram. Algumas tiveram a sua fachada parcial ou totalmente alterada, mas nas laterais ainda é visível a presença de elementos, principalmente o *art déco*, remanescentes da estrutura original<sup>241</sup>. O Sr. Pereira Zeka, genro do casal João Monteiro e Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, cujo sogro era Diretor Geral de Segurança Pública, ao comprar a casa de seu sogro na Rua 20, modificou a fachada que passou a ser moderna.

---

<sup>238</sup> Ver anexo, sobre as Casas-Tipo. Este documento disponível no livro de Monteiro (1979) retrata a visão oficial sobre as residências construídas na Rua 20.

<sup>239</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.49-50)

<sup>240</sup> O termo “sentimento de pertença” é usado por Benedict Anderson em Comunidades Imaginadas (2005).

<sup>241</sup> Essa observação foi feita em uma incursão a campo pela equipe de arquitetura do Projeto Goiânia, cujas observações devo a eles.

A Rua 20 irá passar por uma intervenção ainda mais brusca. Com a valorização do centro, impulsionado pela especulação imobiliária, onde ocorre a venda das casas para construtoras, as quais demolem os imóveis edificando prédios residenciais, os arranha-céus, geralmente ultrapassando a altura de dez andares, o que destoia completamente do panorama inicial, predominantemente horizontal. A princípio, tudo o que era moderno era bem vindo. Os goianienses se dispuseram a sacrificar os seus valores culturais e identidade<sup>242</sup> em nome da modernidade de Goiânia, como podemos perceber na fala do Sr. Oscar Sabino Júnior quando ele menciona o pequeno núcleo urbano que era Goiânia, sendo as ruas 20, 19, 24, 7 e 4 as mais habitadas. Nelas:

“Alguns prédios que ali foram gradualmente construídos acabaram por ser demolidos e, em seus terrenos, levantados arranha-céus. Decorrido meio século, sinto a alegria de ver que a cidade sofreu transformações em sua fisionomia geográfica e urbana”<sup>243</sup>.

Entendemos que a segunda leva de habitantes deste logradouro, talvez por não terem vínculo afetivo com o lugar, cederam a especulação imobiliária por meio de um processo de revalorização do centro da cidade, que culminou com a sua verticalização. Os prédios construídos eram residenciais, instituindo uma nova forma de habitar, o que por consequência alterou as relações das pessoas com o local. A partir deste momento, a vista da rua passa a ser de algumas casas antigas isoladas em meio aos arranha-céus. As residências que restaram formaram, a nosso ver, ‘ilhas de história’, sobreviventes do processo de modernização o qual modificava o seu entorno.

Na medida em que, os espigões iam sendo construídos, a comunidade local que restou, se deslocava dali abrindo espaço para a modernidade. Esse fenômeno ocorreu em todo o centro da cidade, o que seria hoje considerado como centro histórico, atingindo também os

---

<sup>242</sup> Podemos levantar dois pontos: a identidade goianiense vinculada com o local, como um apoio de memórias, não foi eficaz porque na verdade a população não estabeleceu significativo vínculo afetivo com a Rua 20, e/ou a identidade goianiense no sentido de compromissada com a modernidade, onde o que funciona como âncora da memória é a própria dinâmica da modernidade. Uma cidade que "nasceu moderna" não poderia assim, ter seu progresso estancado. A demolição, neste sentido, é vista com naturalidade a uma necessidade ao desenvolvimento da cidade.

<sup>243</sup> (TELES, 1986, p.146)

bairros mais antigos da capital. Neste período o Bairro Popular é incluído na grande área do centro.

Essa, porém, não foi a última mudança pela qual a Rua 20 passou. O final da década de 90 até nossos dias, este logradouro vem passando por mais algumas modificações. As construções que haviam resistido à especulação imobiliária estão tendo as suas fachadas encobertas por painéis logísticos de estabelecimentos comerciais.

O encobrimento das fachadas pelos painéis é apenas uma das intervenções que tem acontecido nos últimos anos. Observamos uma ingerência mais arrebatadora, culminando com a destruição total das casas, cedendo território as necessidades contemporâneas. O crescimento da população alargou os limites da cidade, que atualmente chega a se confundir com as cidades vizinhas, aumentando as distâncias. As facilidades proporcionadas pelas concessionárias para se adquirir um automóvel, ou outros meios de condução, possibilita a sua acessibilidade por um maior número de usuários. Esses fatores favoreceram o aumento da frota de veículos e suscitou um problema: onde estacioná-los?

Essa questão é agravada se considerarmos que o centro de Goiânia, assim como a Rua 20, ainda é ‘vivo’, ou seja, ele ainda concentra muitas repartições públicas e privadas, ao contrário de muitas cidades, onde com o passar do tempo o centro é quase esquecido e as empresas são transferidas para as áreas mais novas da cidade. Nestes casos, existem mecanismos governamentais e instituições das mais diversas ordens, lutam para reavivar o centro, não obstante com o intuito de transformar o centro histórico em atração turística, processo que muitas das vezes culmina com a expulsão da população local através da *gentrificação* do lugar<sup>244</sup>.

Há muitas discussões em torno desta questão, porém optamos por não nos aprofundarmos nela, porque a nosso ver, este não é o caso de Goiânia, pois apesar da valorização do espaço central por meio da especulação imobiliária, este processo se deu no sentido da destruição do que seria o centro histórico da cidade e não no sentido de valorização das construções antigas. O centro entra numa crise estrutural como aconteceu com o Rio de Janeiro, com as bruscas intervenções de Pereira Passos.

A vivacidade comercial do centro de Goiânia e da Rua 20 gerou a necessidade de mais espaço para abrigar os carros. Na Rua 20, existem hoje trinta e duas lojas do ramo de

---

<sup>244</sup> A esse respeito, destacamos o trabalho de Rogério Proença (2004) sobre o antigo Bairro do Recife, abordado na obra Usos e Contra-Usos da Cidade.

móveis, bicicletas, equipamentos comerciais; sete escritórios de profissionais liberais como contadores e advogados; quatro clínicas, médicas e odontológicas; um hospital; quatro hotéis; dois colégios; quinze lojas do ramo alimentício, padarias, sorveterias, restaurantes, lanchonetes; duas farmácias; quatro templos religiosos, um órgão federal. A medida tomada para suprir a necessidade gerada pelo aumento da permanência de carros na Rua 20, foi a demolição das casas antigas, dando lugar aos estacionamentos. Ao longo da Rua 20 existem hoje onze estacionamentos.

As transformações da Rua 20 a descaracterizaram de tal forma que hoje, se adotarmos a postura de passantes com olhos desatentos, dificilmente identificaríamos este logradouro como sendo a primeira rua da cidade. A degradação da paisagem urbana, não era exclusividade da Rua 20, se estendia a todo ‘centro-histórico’<sup>245</sup> de Goiânia. Hass Gonçalves, colunista do jornal O Popular, já denunciava a destruição dos prédios antigos desde fins da década de 70. Em suas matérias Gonçalves (1979), delatava até a administração pública como responsável pelas demolições, o que ele denominou de “destruição político-administrativa dos Patrimônios Históricos de Goiânia”. Nessa época, Goiânia tinha apenas 46 anos de fundação e Gonçalves (1979) já se perguntava: “onde estão os frondosos e belos flamboyants da Avenida Goiás? (O velho relógio que ali subsiste é que pergunta, também, pela beleza urbanística, original e primitiva daquela artéria na década de 60 (fins) e de 70 (início))”<sup>246</sup>. A alteração das ruas, a modificação das praças, a desfiguração dos prédios, eram apoiados pelo poder público. Um exemplo clássico é o caso da Avenida Goiás, apontado por Braga e Oliveira (2002):

“A Avenida Goiás foi uma das primeiras a ser aberta na época da construção de Goiânia, junto com as avenidas Araguaia e Tocantins. Durante anos foi o ponto de encontro da comunidade goianiense, que se concentrava no grande jardim linear para a prática do *footing* – termo bastante usado pelas pessoas que vieram morar em Goiânia, no início da construção da cidade, que significa passear pela calçada. Com o tempo e a conseqüente expansão da cidade, foi perdendo o seu glamour, até sofrer a primeira grande intervenção que lhe tirou a característica de avenida-jardim”<sup>247</sup>.

---

<sup>245</sup> Destacamos este termo, porque hoje ele é usado para designar o espaço da cidade construído na década de 30, 40 e 50. Mas o seu emprego é muito recente, antigamente ele não existia.

<sup>246</sup> (GONÇALVES, 1979, s. p.). Ver bibliografia na parte de periódicos.

<sup>247</sup> (BRAGA & OLIVEIRA, 2002, p.3)

A intervenção da esfera pública no meio urbano ocorreu concomitante a atuação popular sobre o mesmo. Em decorrência disto, o professor universitário, José Mendonça Teles<sup>248</sup>, assume o quanto é difícil preservar o patrimônio histórico da cidade. Teles, nesta mesma reportagem, afirma que a derrubada das casas tem que ser aprovada pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico do Município de Goiânia, que leva aproximadamente um mês para dar o parecer. No entanto, quando o conselheiro chega ao local para verificar a importância da obra, quase sempre a sua ida é inútil, “ele já encontra o prédio demolido. Dessa forma, os sobradinhos históricos de Goiânia estão sendo derrubados aos montes”<sup>249</sup>.

O empenho político e popular na demolição desses artefatos materiais<sup>250</sup> nos faz refletir sobre qual seria a importância das construções ditas modernas para a população da cidade, porque a nosso ver, os habitantes de Goiânia parecem não se identificar com elas. Levando em conta toda essa conjuntura nos propomos a refletir acerca da política patrimonial e os seus desdobramentos em Goiânia.

A Rua 20 foi tomada aqui, como cenário dessa transformação, devido ao seu valor histórico, ao seu caráter oficial, por evidenciar a tensão entre o desejo do moderno e a permanência dos costumes antigos e por ter tido o seu panorama alterado em decorrência das necessidades urbanas. Assim como no restante da urbe, as suas construções não foram poupadas, e as que restam podem ser demolidas, se assim tiverem vontade os seus proprietários. A sua existência estão à mercê de seus donos.

Considerando que uma das funções do Patrimônio Cultural é preservar a memória através do tombamento de bens materiais e do registro dos bens imateriais proporcionando a manutenção de vínculo identitário da população com esses bens, optamos por *procurar identificar* quais elementos são constitutivos da identidade goianiense, reconhecendo que as raízes goianienses são plurais.

---

<sup>248</sup> (RIBEIRO JR. & SILVA, 2002). Destacamos o empenho do professor universitário José Mendonça Teles, o qual engaja uma luta pela preservação da estrutura em *art déco* e o ex-prefeito de Goiânia, Índio Artiaga, que encabeçou a ONG Pró-Centro. O objetivo da ONG é “pressionar e conscientizar o poder público e também os proprietários de imóveis para recuperar e preservar a região” (OLIVEIRA, 2002).

<sup>249</sup> Reportagem do jornal Opção, veiculado em 26/01/2002, matéria intitulada Goiânia. A cidade que se esquece. (RIBEIRO JR. & SILVA, 2002). Acervo do IHGG.

<sup>250</sup> Meneses, ao falar de cultura material, a nosso entender, “cria” uma subdivisão, o artefato material. A cultura material abrangeria um “universo físico apropriado”, enquanto o artefato material seria “apenas um dos componentes da “cultura material””. Assim o “centro histórico” seria cultura material e as casas da Rua 20 artefatos materiais. (MENESES, 1997, p.02)



Rompemos assim, com o todo coeso, impregnado nas construções em estilo *art déco*, pelas instituições responsáveis pelo patrimônio cultural, admitindo que esta não é a única e nem a mais predominante referência que os Pioneiros tem da Goiânia de seu tempo, valores estes que de alguma forma foi transmitida as suas gerações e, que a nosso ver, interferem na preservação, ou melhor, na destruição dessa materialidade. Na ânsia de tentar compreender, porque a população goianiense parece se importar tão pouco com os objetos materiais que simbolizam o passado da cidade, recorreremos à memória dos Pioneiros, na tentativa de esmiuçar o que de fato eles guardam de Goiânia em seus primeiros tempos.

### 3.3 Com a Palavra, os Pioneiros.

“Pensando bem, isto aqui não passava de uma fazenda: a extensão dos campos em torno e a escuridão à noite. (...). À noite, com a falta de luz elétrica, a escuridão era total. Sem força a água não subia nos encanamentos, assim, naqueles primeiros tempos, a água era carregada em latas para todo o consumo caseiro.”<sup>251</sup>.

Rosarita Fleury, escritora goiana.

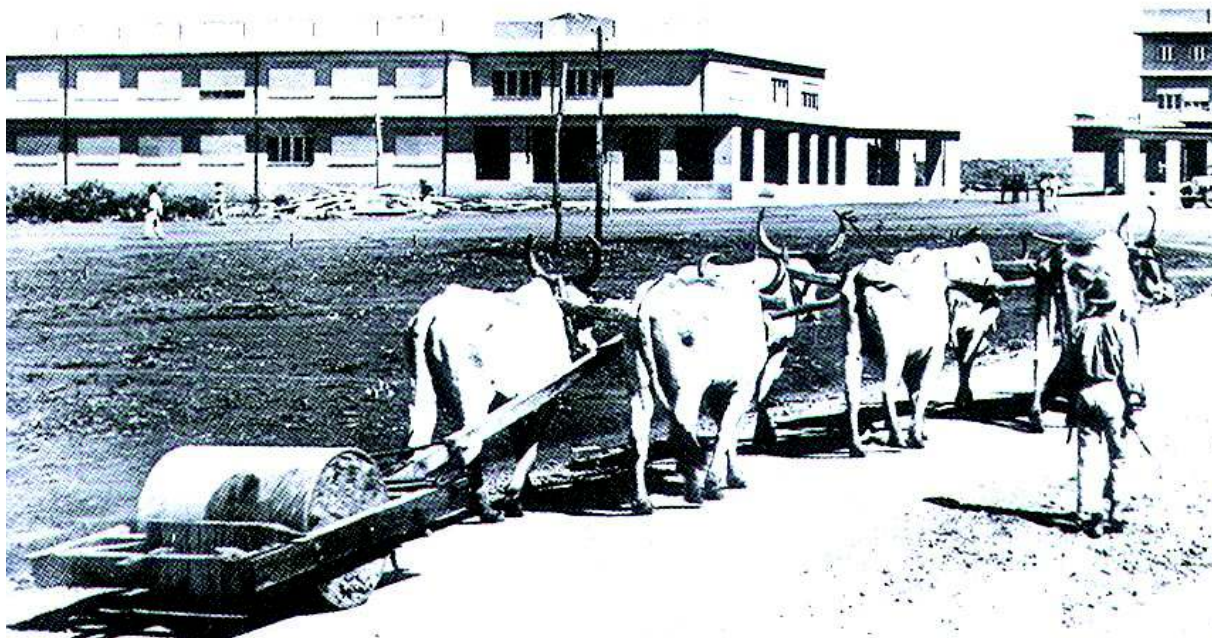
A epígrafe retrata Goiânia em seus primeiros tempos. O fornecimento insuficiente de energia, a água retirada de cisternas, a cidade rodeada pelo campo, são elementos muito presentes na memória dos pioneiros, porém desprezados pela história oficial. A pretensão do governo em construir uma cidade moderna, que grosso modo, se distanciaria do sertão e de todas as categorias pejorativas a esse termo relacionadas, foi ‘construída’ somente no plano das idéias, na prática sertão e cidade se confundiam<sup>252</sup>.

A coexistência destes dois mundos é visível na fala dos Pioneiros. Em meio às construções de concreto armado, as ruas eram abertas por carros de boi, um legítimo representante do sertão goiano, sendo ladeada pelo cerrado, que demarcava os limites da cidade. As fronteiras goianienses, eram a *priore*, a própria natureza, herança das antigas fazendas que deram lugar a cidade.

---

<sup>251</sup> Epígrafe retirada do depoimento de Rosarita Fleury (GOIÂNIA, 1985, p.163). Rosarita exerceu vários cargos públicos, atuando também como escritora vinculada a órgãos acadêmicos e instituições culturais.

<sup>252</sup> Essa discussão fora abordada no Capítulo II e é retomada aqui somente como contextualização.



Fonte: Carro de bois na Praça Cívica. Alois Feichtenberger. 1937. Goiânia. Acervo MIS-GO.

A forte presença dos componentes sertanejos não poderia deixar de influenciar a vida e a mentalidade dos habitantes de Goiânia. Essa constatação nos permite afirmar, que os primeiros habitantes de Goiânia tinham no cerrado um “ponto de referência como indicador empírico da memória coletiva”, memória esta que, “ao definir o que é comum a um grupo, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais”<sup>253</sup>.

Neste sentido, é visível no depoimento dos Pioneiros, que na época eram crianças, as reminiscências a respeito das brincadeiras nos rios, de colher gabiroba<sup>254</sup> no cerrado, a lembrança de animais silvestres em meio a cidade, e entre os pioneiros que eram adultos, identificamos a presença do cavalo, do carro de boi, como já mencionado no II Capítulo, animais que desempenhando a função de transporte humano, de carga ou conduzindo arados,

---

<sup>253</sup> A propósito, ver Pollak (1989), idem (1992). (POLLAK, 1989, p.03)

<sup>254</sup> Gabiroba é um arbusto com 60 a 70 centímetros de altura. Normalmente ocorre em moitas. Flores pequenas de coloração creme-esbranquiçada, nome científico *campomanesia xanthocarpa*. Fonte: Globo Rural.

contribuíram para a edificação de Goiânia, assim como, notamos nas lembranças de alguns, a presença de jacarés, peru selvagem entre as construções modernas.

Entre este grupo, é marcante a existência de práticas interioranas que deram um contorno a vida social goianiense, ou seja, as relações sociais, o convívio social são lembranças muito fortes na memória dessas pessoas. Essas relações permitem caracterizar a Goiânia desse tempo, como uma cidade tipicamente interiorana, a qual se diferia dos ares que a cidade deveria expressar, de acordo com a concepção política vigente quando da fundação e da consolidação de Goiânia, como nova capital.

Por outro lado, é inegável a reprodução da retórica oficial na fala dos cidadãos ligados ao governo. É importante destacar, que ao analisarmos o livro *Memória Cultural* (1985), percebemos que algumas narrativas foram construídas previamente, afirmação esta perceptível no vocabulário empregado, na preocupação com a ordenação das frases, e na pouca ou nenhuma referência a vida pessoal<sup>255</sup>. Philippe Joutard (2005) ao mencionar a intencionalidade de enquadramento desse tipo de memória, afim de, instituir uma memória comum, nos orienta que se faz necessário tornar a “memória um objeto da história”, capaz “de demonstrar o caráter construído de discursos baseados na memória que servem à instrumentalização política, dando lugar a manipulações”<sup>256</sup>.

As colocações de Joutard condizem perfeitamente com o caso de Goiânia, onde entendemos que a memória goianiense foi manipulada pela memória oficial, que desprezou a memória coletiva. É interessante ressaltar, que mesmo entre as elites, principalmente nas recordações das pessoas que tinham pouco compromisso com a esfera pública, a vida ‘estilo interiorana’, as relações sociais, o cerrado, são elementos evidenciados denotando a importância destes no cerne da sociedade. Não entramos em conflito direto com a memória oficial difundida até então, questionando o uso que a mesma faz das construções *art déco*, como se estas fossem as únicas representantes dos primeiros tempos da Nova Capital.

O nosso questionamento, e talvez contribuição, reside na constatação de que existem outros estilos arquitetônicos, presentes em construções edificadas na mesma época, como no caso das dez casas-tipo da Rua 20, e que da mesma forma, expressavam os ideais do governo, porém, assim como as memórias dos pioneiros, tem sido desprezada. As pessoas que moraram

---

<sup>255</sup> Um exemplo claro desta narrativa, encontra-se presente nas memórias de Frederico Medeiros, citada no primeiro tópico deste capítulo, que encontra-se no anexo.

<sup>256</sup> (JOUTARD, 2005, p.210)

neste logradouro, e que na época eram crianças, demonstram afetividade para com elas<sup>257</sup>. Questionamos sim, a unicidade materializada no *art déco*, colocada perante a sociedade como se a história, a memória e conseqüentemente a identidade dos goianienses, tivessem uma coesão perante o passado, como se não houvesse uma pluralidade identitária, marcada por tensões e conflitos, expressos tanto na memória dos Pioneiros quanto na paisagem urbana.

A idéia de que Goiânia não era uma cidade moderna, mas que futuramente viria a ser, ficou impregnada na mentalidade popular e teve repercussões na paisagem urbana da cidade. A tensão existente entre a oficialidade que insiste em manter o *art déco*, como o principal representante dos primórdios de Goiânia, choca-se com a memória popular, incidindo também no meio urbano. Talvez a desvalorização do poder público para com as construções ecléticas, podem ter contribuído para a sua destruição. Por outro lado, alguns por temor que, algum dia a sua residência pudesse ser de interesse para um eventual tombamento, o que acarretaria a perda de autoridade do proprietário para com o seu imóvel, no que tange a sua alteração, motivaram a destruição de algumas casas<sup>258</sup>. A nosso ver, a Rua 20 é o *locus* dessa tensão, uma discussão que perpetra pela política patrimonial.

Diante do exposto, a nossa aspiração concerne em levantar a problemática da consolidação de uma identidade goianiense unívoca, a qual despreza a memória coletiva, procurando compreender em que circunstâncias tal memória foi consolidada e composta, e em que medida, essa questão interfere na alteração da paisagem urbana.

O nosso propósito apóia-se nos depoimentos individuais, com o intuito de compreender as nuances da memória coletiva. Perspectiva esta amparada nos ensinamentos de Halbwachs (2004) autor que nos faz perceber que, a memória individual está inserida em um contexto social, e, portanto, coletivo, estando da mesma forma apta a narrar fenômenos construídos socialmente, assim como o processo de acomodação, de transformações, em que, por exemplo, a cidade passa.

---

<sup>257</sup> Como Dna. Mirza Perotto, em entrevista concedida ao Projeto Goiânia.

<sup>258</sup> Na Rua 20, este foi um dos motivos alegados pelo Sr. Pereira Zeka, para a destruição da fachada de sua residência.

### 3.4 Seja bem vindo a Goiânia dos Pioneiros!

Um dado marcante no depoimento dos Pioneiros é, sem dúvida, a frequência da natureza nas narrativas. Verificamos que esta informação é recorrente tanto na memória das pessoas que chegaram adultas a cidade, quanto nas que eram crianças na época. Esse elemento é tão forte que permeia até mesmo, o discurso dos homens de vida pública, que teimavam por consolidar a fala oficial.

A natureza abrigou inclusive, o primeiro “Palácio da Nova Capital”, que se instalou debaixo da sombra da Moreira, *árvore*<sup>259</sup> ‘localizada’ na Rua 24. Para o Sr. Antônio, “essa árvore era uma espécie de ponto de grandes decisões. Embaixo dela muitos fatos importantes foram decididos<sup>260</sup>”. Posteriormente, a sede do governo foi ‘transferida’ da Moreira para o prédio provisório da Rua 20.

---

<sup>259</sup> Destacaremos a presença da natureza, como estratégia de evidenciar o nosso propósito, o destaque só tem função chamativa.

<sup>260</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.38)



Pedro Ludovico a cavalo.<sup>261</sup>

O interventor, Pedro Ludovico tinha o hábito de vistoriar as obras pessoalmente. Usando como locomoção o *cavalo*. Este animal era usado devido à falta de estradas adequadas para o tráfego de veículos. Como lembra o Sr. Antônio, “era tudo distante demais, não havia jeito de andar a pé, e nem havia carro para nada, nem estradas<sup>262</sup>”. O Sr. Eurico, também lembra do mestre de obras andando a cavalo, vestido que nem um *cowboy* americano, “montado num belo cavalo arriado com toda a pompa que tinha direito<sup>263</sup>”.

O Sr. Quintiliano Blumenschein, relembra que em 1944, Goiânia era cercada pelo cerrado por todos os lados, muitos setores hoje existentes eram só mato. A natureza, segundo o depoente proporcionava um ambiente prazeroso. O Sr. Quintiliano descreve como era Goiânia

---

<sup>261</sup> Disponível em: [http://www.achetudoregiao.com.br/GO/Goiania\\_sua\\_historia.htm](http://www.achetudoregiao.com.br/GO/Goiania_sua_historia.htm) Acesso em: outubro de 2006

<sup>262</sup> O Sr. Antônio de Faria Filho era advogado e exerceu cargos públicos de influência na cidade, tais como Almojarife Geral, Promotor de Justiça e Secretário de Estado (GOIÂNIA, 1985, p.38)

<sup>263</sup> Eurico Calixto de Godoi. natural de Anápolis/GO. chegou a Goiânia em 1933, arquiteto, mas não participou da construção de Goiânia, pois na época era criança.

antes da destruição das matas para a expansão da cidade: “antes da destruição do equilíbrio ecológico e sem as grandes áreas asfaltadas, o clima de Goiânia era ameno, bastante agradável. A neblina comum de maio ao fim de julho costumava cobrir a cidade. Não era raro o aeroporto ficar fechado<sup>264</sup>”.

A chegada do Sr. Gerson a Capital, foi marcada pela chuva intensa que caía. A primeira vista da cidade, era da rua enlameada pela chuva, com *carros de boi* abrindo mais um trecho da avenida:

“Apeei num local que, diziam, iria ser um grande logradouro público e que hoje se identifica como Praça do Bandeirante. Fiquei profundamente frustrado, porque o dia era chuvoso e só havia lama provocada pelo trabalho de alguns bois que arrastavam um arado ou coisa que o valha rumo à Praça Cívica. Era um trecho da Avenida Goiás que estava sendo aberto<sup>265</sup>”.

A Sra. Rosarita Fleury, expõe que nas suas passagens por Goiânia, o que havia de concreto era o Grande Hotel, o Palácio do Governo e algumas casas da Rua 20. O que se via, além disso, era:

“... ruas abertas, o mato agressivo a querer tomar conta de tudo, o cromatismo envolvente das seriemas bailarinas, os três potes de saracuras, a beleza das Caraíbas quais sois cristalizados na campina verdejante, a melancolia lilás dos Ipês e, por vezes, algum bicho de maior porte<sup>266</sup>”.

O Sr. Jorge da Cunha Bastos, que afirma ter vindo para Goiânia em 1946, diz que:

---

<sup>264</sup> O Sr. Quintiliano Avelar Blumenschein. Natural de Pires do Rio/GO chegou a Goiânia em 1942, era engenheiro mecânico eletricitista, ocupou cargos públicos e foi professor.

<sup>265</sup> O Sr. Gerson de Castro Costa é goiano de Trindade, advogado, ocupou vários cargos públicos, foi deputado estadual por três mandatos, foi presidente da Câmara Legislativa do Estado de Goiás e deputado federal. (GOIÂNIA, 1985, p.94)

<sup>266</sup> A Sra. Rosarita Fleury nasceu na antiga capital do Estado, chegou a Goiânia em 1936, é escritora. (GOIÂNIA, 1985, p.161-162)

“Goiânia em 46 era só cerrado, tinha muito cerrado. Esse bairro, naquela época chamava-se Bairro Popular, tinha muita pouca casa, muitos lotes vazios. Perto da estrada de ferro quase não tinha casa<sup>267</sup>”.

A Sra. Andiar Bastos, fala da beleza dos *flamboyants* que coloriam os principais logradouros da cidade.

“Em setembro os flamboyants das Avenidas Araguaia e Tocantins explodiam em cores e suas ramagens formavam um túnel florido sombreando a rua que também era colorida pelas flores que caíam e matizavam um belíssimo tapete de luz e cor. Era a adolescente capital se engalanando para comemorar a primavera, quando também o Jockey Clube se realizava o baile da primavera e as moças se vestiam com as cores de suas flores preferidas<sup>268</sup>”.

Na narrativa da Sra. Andiar, percebemos que a identificação da população com a natureza era tamanha, que havia festa em homenagem a mesma, com vestimenta condizente com o propósito da comemoração. O fato das moças se vestirem conforme a cor das flores de sua preferência ‘denuncia’ uma afetividade das pessoas para com o ambiente.

Nos depoimentos acima nota-se menção a *árvores, cavalos, carros de boi, cerrado, animais típicos da região*, todos esses elementos condensados na capital que surgia. Essas referências foram tidas pelo pensamento social brasileiro como sinônimo de atraso. Posteriormente o sertão foi valorizado, sendo reconhecido como reduto da brasilidade. Goiânia é fundada em meio a esse contexto de valorização do sertão, mas a nosso ver, as características sertanejas foram desprezadas. Em Goiânia o discurso de valorização do sertão foi substituído pelo discurso oficial da modernidade e do progresso. A difusão da idéia de que Goiânia era moderna e desenvolvida permeava principalmente a mentalidade da elite. A Sra. Adelaide Félix de Freitas<sup>269</sup>, ao descrever a Goiânia do tempo de sua chegada, diz assim:

---

<sup>267</sup> O Sr. Jorge da Cunha Bastos nasceu na antiga capital do Estado, chegou a Goiânia em 1946, foi inspetor de alunos no Lyceu de Goiânia e carteiro. (GOIÂNIA, 1985, p.122)

<sup>268</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.206)

<sup>269</sup> A Sra. Adelaide Félix de Freitas, nasceu em Silvânia/GO, veio para Goiânia em 1935, era comerciante proprietária do Bar Adis Abeba, estabelecimento que segundo Adelaide, “era frequentado pela elite de Goiânia”. (GOIÂNIA, 1985, p.12)



“Goiânia, a esse tempo, desabrochava para cumprir o seu majestoso destino. O entusiasmo refletia-se no rosto suado dos trabalhadores e o governo, num esforço ingente, tratava de manter viva a esperança e a fé dos que lutavam por uma nova era. O projeto da cidade já se delineava com nitidez e impingia confiança nos que chegavam diariamente<sup>270</sup>”.

O Sr. Aládio Teixeira<sup>271</sup>, relata em seu depoimento que, quando aqui chegou, havia apenas algumas casas e prédios por terminar. Para ele aqui não tinha vida social, esta ocorria só em Campinas. Apesar destas colocações, ele insiste em dizer que “Goiânia sempre foi uma cidade pela qual nós nos apaixonamos porque a vimos nascer, crescer e vimos Goiânia até hoje como a gente vê uma metrópole verdadeira<sup>272</sup>”.

A Sra. Celme de Mendonça, procede da mesma maneira que o Sr. Aládio, fala da poeira, da pequena movimentação dos carros, do alvoroço das bicicletas, principal meio de transporte, ou seja, nenhum fato verdadeiramente moderno, mas insiste em se pronunciar afirmando que:

“Milhares de pioneiros se estabeleceram encantados com a nossa visão das “planícies ondulantes” e a perspectiva de melhores dias para suas famílias. Acreditaram nos homens que acenavam com o progresso futuro, ajudando a cidade a crescer e se transformar na metrópole dos dias atuais. Conheci Goiânia em 1940, quando vim a passeio e senti o impacto de um grande contraste: o marasmo em que viviam as cidades do interior e o violento progresso daquela que estava nascendo com muito arrojo e confiança. Goiânia, aos seis anos de idade, simplesmente brotava dos lotes vagos e ruas bem delineadas. A Praça Cívica com o Palácio do Governo, os prédios administrativos já faziam parte da paisagem, compondo um visual muito bonito e marcando bem o centro da nova capital<sup>273</sup>”.

A representação mental de Goiânia como metrópole desenvolvida restringia-se a uma ideologia elitizada. Estabelecemos entre essa visão e a dos populares um contraponto: a imagem da cidade presente nas narrativas das pessoas mais humildes é oposta a das elites. Nessa classe, Goiânia é descrita como uma cidade tipicamente sertaneja, como poderemos constatar, nos

---

<sup>270</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.12)

<sup>271</sup> O Sr. Aládio Teixeira Álvares é natural de Uberaba/MG, veio para Goiânia em 1937, exerceu altos cargos públicos e foi proprietário do jornal Folha de Goiás.

<sup>272</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.29)

<sup>273</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.173)

depoimentos que se seguem. Quando o Sr. Hermes relembra das feições de Goiânia quando a conheceu, ele nos passa a imagem de uma cidade tranquila:

“Eu conheci Goiânia em 1941. Era aquela cidadezinha bem pacata bem sossegadinha bem ao *estilo sertanejo*, né,..., o povo naquele tempo era *todo mundo amigo, todo mundo conhecia um ao outro, o povo ia na casa um do outro para bater um papo, dar uma voltinha na rua*, era uma vida de cidadezinha de interior mesmo”<sup>274</sup>. (grifos meus)

Fazendo uma analogia entre as suas memórias e as da Sra. Celme de Mendonça, verificamos que Dna. Celme chegou aqui em 1940 e descreve Goiânia, como uma cidade em violento progresso, ao passo que o Sr. Hermes, a descreve como sossegada, pacata, e o que chama a atenção é que ele chegou a cidade em 1945 e tem uma visão completamente diferente da imagem de Goiânia que Dna. Celme passa em seu depoimento. Os dois pontos de vista se apoiam em uma base do pensamento. A Sra. Celme, como moradora da Rua 20, tinha a intenção de atrair mais habitantes para a cidade. O progresso de Goiânia, em sua fala, se refere à quantidade de construções que surgem a cada dia. Esse dado que para ela é marco de desenvolvimento, tem como paradoxo, as cidades do interior de Goiás, as quais apresentavam um crescimento demográfico muito pequeno, este inclusive foi um dos motivos alegados para consolidar a proposta mudancista<sup>275</sup>.

As residências e a forma como os prédios públicos se encontram são detalhes para nós importantes, mas que foram omitidos na fala de Dna. Celme. Por sua vez, o Sr. Hermes, não tinha compromisso nenhum com o discurso oficial, talvez por isto, tenha narrado a cidade de acordo com as suas lembranças pessoais, não se preocupando se os seus dizeres afetariam a consolidação da memória coletiva imposta pela oficialidade.

A fala do Sr. Hermes evidencia, além desses aspectos, características da vida social de Goiânia na década de 40. É muito forte no seu depoimento a sociabilidade das pessoas,

---

<sup>274</sup> Entrevista com o Sr. Hermes Martins de Paula, concedida a Tattiussa Martins em decorrência do Projeto Antropologia na Cidade no dia 14 de setembro de 2006. O Sr. Hermes nasceu em Buritizal/São Paulo, era vendedor de pequi e chegou a Goiânia com 10 anos de idade.

<sup>275</sup> A proposta mudancista apoiava a transferência da capital de Goiás para Goiânia, enquanto a proposta anti-mudancista era contra a consolidação desse processo.

que ao longo de sua entrevista, adquire um tom saudosista. A paisagem vista e os laços sociais estabelecidos na capital eram equivalentes às relações constituídas em cidades do interior<sup>276</sup>.

As recordações de uma cidade pacata, onde as pessoas saíam nas ruas e encontravam conhecidos, onde havia pouca preocupação com a violência e com os assaltos, são recordações constantes na memória dos Pioneiros, da mesma forma que o meio ambiente.

A Sra. Andiará relata que devido ao tamanho da cidade, todas as pessoas do centro se conheciam e sabiam o nome dos habitantes de cada casa. O centro se assemelhava ao bairro, onde suas ruas foram marcadas simbolicamente por uma forte sociabilidade. No texto de Magnani (s.d.), intitulado “Rua símbolo e suporte da experiência urbana”, o autor separa o convívio social da cidade de São Paulo em dois contextos: o do bairro e do centro.

Ao investigar as formas de lazer no bairro, identifica duas circunstâncias: o lazer dentro de casa, no ambiente familiar, com suas festas de casamentos, comemorações religiosas; e o lazer fora de casa, onde os indivíduos frequentavam bares e estabelecimentos similares. Ao se concentrar no “lazer fora de casa”, o autor, descobre uma gama de relações que ‘dão acesso’ as pessoas estranhas ao “lazer dentro de casa” sendo aceito ou repellido pela comunidade. O bairro seria marcado por relações sociais mais próximas, pela definição de “pedaços” onde determinados grupos se apropriavam de trechos do bairro. A identificação dos grupos com esses locais era denominada de pedaço. No centro, o autor observou que havia um distanciamento maior entre as pessoas, as relações eram informais. No centro também foram detectados pedaços, em questão. Magnani cita o pedaço dos negros, marcado por lojas, cabeleireiros voltados para as peculiaridades culturais destas pessoas, que iam a esses lugares, mais para “exercitar-se no uso dos códigos comuns, apreciar os símbolos escolhidos para marcar as diferenças”.

A meu ver, o centro de Goiânia reunia conjuntamente, as características de bairro e centro detectadas por Magnani. O centro era o local de sociabilidade, onde todos pareciam se conhecer, por mais que não mantivessem uma proximidade cotidianamente. A rua era o *locus* por excelência do convívio social. Era onde se encontrava os conhecidos, onde se parava para um dedo de prosa. A mudança do ritmo de vida goianiense, aliado a chegada da televisão e ao crescimento da cidade, conjuntamente com o deslocamento dos moradores para as novas áreas é que parece ter definido os espaços, separando o centro, marcado neste segundo momento pelo

---

<sup>276</sup> Constatamos pela ambiguidade dos depoimentos que as relações eram mais acalentadoras dentro da mesma classe social, sendo que, as relações entre as classes eram mais frias.

anonimato, do bairro, local de vínculos mais estreitos, mais pessoais. A princípio, em Goiânia, centro e bairro se confundiam da mesma forma que, sertão e cidade.

Neste sentido, a Rua 20 funcionou como rito de passagem dos ex-membros da comunidade vilaboense, preparando-os para a “modernidade de fato” no Setor Sul. Nesta nova área, a modernidade saíria do plano ideológico e atingiria o material, pela presença em maior escala dos aparelhos televisivos, do automóvel, do telefone e junto com esses atrativos modernos, os assaltos, a violência, e com o crescimento da cidade, o anonimato e o individualismo.

Na Rua 20, era comum sair a rua e encontrar conhecidos, trocar cumprimentos. Os alpendres das casas tinham uma função à parte, pois nos fins de tarde eles eram utilizados para “o descanso e para as conversas com os vizinhos”. As memórias de Dna. Andriara confere as relações sociais um aspecto de harmonia, evidente em sua fala, quando ela diz que, “Goiânia, nos anos 50, era uma grande família, com sua população constituindo uma rede de parentescos e afins, onde o forasteiro era, de uma forma ou de outra, incorporado”<sup>277</sup>.

Esse aspecto peculiar da Nova Capital é confirmado pelo depoente, Sr. Bernardo Élis, escritor, que nos dá uma idéia de como era o convívio social:

“Essa convivência criava em Goiânia (ele se refere a acessibilidade da população a Pedro Ludovico), a maior camaradagem entre todos, que se sentiam no mesmo pé de igualdade: eram os construtores da cidade. Desde aí ficou em Goiânia esta tradição admirável que permite a qualquer um abordar, conversar e discutir com qualquer autoridade, por mais elevada que seja ela, quer esteja na rua, quer esteja numa esquina. É ainda a lembrança daqueles tempos em que o trabalho e as dificuldades a todos irmanavam e confundiam. Lembranças daqueles tempos em que as casas não tinham muros, nem cercas e a gente entrava pela porta da rua, como pela porta da cozinha”<sup>278</sup>. (destaque meu)

Encontramos uma tensão entre as colocações do Sr. Adolfo Boari, pedreiro, e as do Sr. Bernardo Élis, no que diz respeito ao “pé de igualdade” e na relevância que o Sr. Bernardo

---

<sup>277</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.206)

<sup>278</sup> O Sr. Bernardo Élis Fleury de Campos Curado era goiano de Corumbá de Goiás, era escritor e professor universitário da Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás (GOIÂNIA, 1985, p.52)

dá ao afirmar que todos “eram os construtores de Goiânia”<sup>279</sup>. Quando perguntaram ao Sr. Adolfo Boari que tratamento se dava ao operário, ele respondeu:

“A. B.: Era só pagar pouco e pronto. A gente fazia um serviço para uma pessoa e enquanto estava trabalhando, falava. Terminou o serviço, ninguém conversava mais.

Entrevistador: Eu li um texto, onde uma pessoa disse que Goiânia era uma cidade onde não havia muros e ninguém era diferente de ninguém. Isto é verdade?

A.B.: Não, essa diferença sempre teve. Ficava cada um na sua classe. Nunca misturou, nem na qualidade da roupa, nem na cultura, nem em nada<sup>280</sup>”.

A comparação entre os dois pontos de vista, nos dá uma prévia das tensões existentes na sociedade goianiense. Verificamos ao analisarmos as entrevistas, que a elite e as pessoas a ela vinculadas, tinham ligações mais estreitas com o poder, sendo que entre essas pessoas havia igualdade. Por mais que hoje as diferenças sejam mais acirradas, não podemos desconsiderar que havia sim intenção de distinção social da elite para com as camadas populares. Para nós a segmentação da cidade estava expressa em sua própria ocupação, onde havia áreas designadas para as famílias de alto poder aquisitivo, para as famílias de renda média, e para os pobres. A Rua 20 é um claro exemplo da segregação social existente em Goiânia, este logradouro era a “mancha”<sup>281</sup> da cidade onde se concentrava a elite. Assim, entendemos que as relações sociais eram mais intensas *dentro* das respectivas classes sociais, e mais brandas, *entre* as classes.

Então, por qual motivo os Pioneiros se espantavam com o modo de vida urbano, para relembrar Wirth (1976), encontrado na Nova Capital? Acreditamos que, a diferença encontra-se na idéia, de que no interior a vida comunitária era assim em decorrência da comunidade pequena preexistente, onde todos se conheciam, em alguns casos, a gerações. Em Goiânia, a surpresa com a existência de relações sociais desse tipo, nos leva a refletir, que possivelmente a população esperava encontrar aqui outra conduta, principalmente se levarmos em conta, que os habitantes de Goiânia vinham de lugares distintos, não havia uma comunidade

---

<sup>279</sup> Monteiro (1979) relata que o título de “Construtores de Goiânia”, foi concedido pelo Estado aos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, em “atenção aos grandes serviços prestados a Goiânia”. Os irmãos eram proprietários da firma Coimbra Bueno, responsáveis pelas construções dos prédios públicos e alguns particulares. Na homenagem do Governo do Estado publicada no Correio Oficial, não houve menção a participação dos operários, o serviço destes foi desprezado.

<sup>280</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.19)

<sup>281</sup> Em analogia a Magnani (2000), quando ele identifica que uma parte do Bexiga, bairro da cidade de São Paulo, era marcado pelo lazer. Essa parte é denominada pelo autor de mancha.

anterior, o convívio social estava se formando junto com a cidade, e talvez por isso, a ênfase neste dado seja tão predominante nos depoimentos. Na realidade o “mundo” do início da capital era relacional com o crescimento da cidade esse “mundo” torna-se burocrático, as relações tipicamente interioranas se dissolvem na multidão.

As opções de lazer dos adultos se condicionavam a frequentar os bares ou ir às festas realizadas nas casas das famílias, porque o término do Automóvel Clube, não garantia distrações diárias e nem era acessível a toda sociedade. O ponto de encontro para confraternização, se dava então, em bares, como nos relata a Sra. Adelaide, proprietária do Bar Adis Abeba<sup>282</sup>. Ela nos conta que “o Bar por influência de seu proprietário (seu esposo), era frequentado pela elite de Goiânia que à falta de outros locais, elegiam-no como ponto de encontro diário<sup>283</sup>”. Fora os bares eram comuns à realização de festas nas residências onde o Sr. Aládio se lembra das festas promovidas pela família Limonge, “quase toda semana havia festa lá. Todo mundo conhecia as festas do Limonge<sup>284</sup>”.

As idas para as festinhas podiam culminar com eventualidades cômicas. Esses problemas eram ocasionados em decorrência da quantidade de regos d’água, existentes na cidade que juntamente com a ausência de asfalto resultava em lama e com ela os escorregões. Muitas pessoas se aventuravam a cortar caminho pelos “trieiros”, passando em meio às construções que estavam sendo erguidas e como não havia água encanada era comum os passantes caírem em cisternas. O Sr. Bernardo Élis, narra um episódio ocorrido com Ludwig Wolgsanger, um alemão, que vestira a sua melhor roupa e fora para o baile:

“Lá pelas tantas, como ele não chegasse para a festa, incomodaram-se os amigos. No dia seguinte, quando pelas sete horas os trabalhadores chegaram a uma construção, ouviram gritos que ninguém atinava de onde partiam. Por fim descobriram: de dentro do poço recém aberto. Enfiaram uma escada pelo buraco e por ela subiu todo enlameado o bravo Ludwig, ainda de gravata e colete, mas a pura lama<sup>285</sup>”.

---

<sup>282</sup> Não sabemos qual o motivo deste nome, apenas por curiosidade, vale registrar que este é o nome da capital da Etiópia, país africano.

<sup>283</sup> A Sra. Adelaide Félix de Freitas é goiana de Silvânia, comerciante e chegou a Goiânia em 1935 (GOIÂNIA, 1985, p.12)

<sup>284</sup> O Sr. Aládio Teixeira Álvares é mineiro de Uberaba, advogado, chegou a Goiânia em 1937. (GOIÂNIA, 1985, p.31)

<sup>285</sup> Dados biográficos nota 11. (GOIÂNIA, 1985, p.52)

Cair na cisterna era dado como fato comum. Na entrevista da Sra. Cerise, ela se recorda que seu marido, Raul Carramashi, tinha ido junto com amigos a uma festa na casa do Sr. José Neddemayer e, “quando passaram pela Rua 4 – quase nada havia lá naquela época – estava acontecendo uma festa”. Um rapaz voltou para participar da festa. “Daí a pouco ouviram a voz dele pedindo por socorro. Ele tinha caído dentro de uma cisterna!”<sup>286</sup>

Entre a juventude, o passatempo preferido era o *‘footing’*, uma espécie de passeio onde às moças desfilavam por um trajeto e os rapazes faziam o mesmo percurso em outro sentido. Essa prática, não funcionava só como divertimento. Era uma forma dos jovens se conhecerem e namorar. Nas reminiscências da Sra. Andiara o *footing* ocorria na:

“... Avenida Goiás em frente ao Grande Hotel, onde também se localizava uma movimentada sorveteria. Este *footing*, uma instituição que não deveria desaparecer, oferecia às moças e rapazes oportunidade de se verem e serem vistos num vai-vem sem compromisso. Ali era avaliado o jeito de ser, a maneira de se vestir, de se comportar, as companhias escolhidas. Tudo isso conferido nos dias subseqüentes. Dali nascendo uma escolha através da muda comunicação do olhar que poderia se confirmar mais tarde pelo namoro formal<sup>287</sup>”.

De acordo com o Sr. Gerson, o *footing*, era uma prática que não deveria desaparecer. A chegada da televisão, tempos mais tarde, “liquidou com esse passeio da juventude pelas calçadas da cidade”<sup>288</sup>. A Sra. Andiara, lembra que não só o *footing*, mas que todos os costumes da cidade iam se “alterando à medida em que o número de aparelhos eram adquiridos. Os alpendres se esvaziavam, os horários se estabeleciam antes ou depois das novelas”<sup>289</sup>.

As famílias elitizadas se divertiam tocando e ouvindo o som do piano, instrumento sinônimo de *status*, que fazia parte da educação formal das moças. Era um objeto que apesar de não se restringir ao universo feminino, fazia parte do ambiente doméstico e a arte de saber tocá-lo, fazia da sua executante uma mulher prendada. A bicicleta é a locomoção mais citada na década de 40, usada como meio de transporte para trabalho e escola, mas entre os jovens adquiria mais uma função: o passeio com os amigos. O Lago das Rosas, lugar específico para os banhistas

---

<sup>286</sup> Dna Cerise Pinto Carramaschi é natural de Formiga/Minas Gerais e dona de casa. (GOIÂNIA, 1985, p.70)

<sup>287</sup> Sra Andiara Bastos Lousa nasceu na Cidade de Goiás/Goiás e veio para Goiânia em 1950. Exerce a profissão de psicóloga. (GOIÂNIA, 1985, p.206)

<sup>288</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.103)

<sup>289</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.208)

“sem moléstias”, e para andar de pedalinho, juntamente com o Jóquei Clube (antigo Automóvel Clube, prédio demolido para dar lugar a nova sede, o Jóquei), eram os lugares mais frequentados por essa classe, espaços de certa forma excludentes, devido à cobrança de ingressos, limitando o acesso das classes populares.

Já o cinema Santa Maria, era um entretenimento para todas as idades e as suas acomodações era um espetáculo a parte. A Sra. Rosarita Fleury descreve detalhadamente o ambiente interno do cinema:

“Foi uma alegria a notícia do primeiro cinema de Goiânia, que se chamou Santa Maria. Feito às pressas e com pequeno recurso, constou o cinema de sala enorme, tosca, sem declive algum. Quanto mais atrás se sentava, maior o sofrimento. Parece que para a aquisição das cadeiras, o critério adotado foi o “vale tudo”, porque havia cadeira de tábua, de palhinha, de pés lisos, pés retorcidos, encosto alto, encosto mais baixo, de todo jeito, enfim. Essas cadeiras eram soltas, independentes, sem ligação que as prendesse umas às outras. E isso, que pode parecer um defeito, para nós foi um benefício. É que podíamos afastá-las caso em nossa frente se sentasse alguém avantajado. E nos dias de chuva é que a coisa funcionava. As goteiras eram muitas e estar dentro do cinema era quase o mesmo que estar do lado de fora. Cada qual procurava, então, arrastar sua cadeira para os lugares mais secos e ninguém ouvia bulufas do filme porque o barulhão do arrasta-pé não deixava”<sup>290</sup>.

Por sua vez, o lazer das crianças era marcado pelos banhos nos rios e córregos, ainda sem poluição, pelas brincadeiras nas ruas, onde de vez em quando passava algum automóvel, as idas ao campo em busca da gabirola, frutinha do cerrado, encontrada com abundância em Goiânia. A Sra. Cerise aponta a coleta dessa fruta como distração, afirmando que a “opção de lazer que nós tínhamos era catar gabirola<sup>291</sup>”. O Sr. Hermes<sup>292</sup> também se recorda dos passatempos da sua infância. Segundo ele, a molecada de sua época brincava era de “jogar bola no meio da rua, tomar banho nos rios, catar gabirola no cerrado”, e no seu caso, “apanhar pequi para vender, enquanto seu pai, carroceiro, apanhava lenha para abastecer os fogões caipiras das donas de casa”, quase não havia fogão a gás.

A inserção gradativa da modernização em Goiânia foi proporcionando outras formas de lazer, tornando o divertimento cada vez mais individualizado, diminuindo as atividades

---

<sup>290</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.165)

<sup>291</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.69)

<sup>292</sup> Entrevista concedida ao Projeto Antropologia na Cidade em 14/09/2006.



que envolviam o coletivo, outrora intenso. A individualização da sociedade, embora paulatina, foi transformando a vida social na cidade. A chegada das inovações tecnológicas, como a televisão mencionada anteriormente pelo Sr. Gerson e pela Sra. Andiará, foram modificando o comportamento das pessoas, acabando com os entretenimentos predominantes no início da capital, como exemplo, o *footing*. O banho nos rios tornou-se inviável com o crescimento da cidade. A poluição das águas acabou com o divertimento da garotada. O aumento das fronteiras devastou o cerrado dificultando a coleta da gabioba, juntamente com o interesse em sair em busca da fruta, em meio a tantas opções novas de lazer. Hoje encontramos no lugar do vasto cerrado, bosques e parques isolados em meio aos bairros densamente povoados, a floresta de concreto, como pontua Velho (1982). Essas transformações mudaram o comportamento e a vida goianiense dando uma ‘nova cara’ a cidade, mais individualizada.

Ao apresentarmos a cidade de Goiânia em seus primeiros anos, por meio da memória dos Pioneiros que a vivenciaram, *selecionamos os trechos das entrevistas*<sup>293</sup>, que enfatizavam as impressões que os mesmos tiveram da cidade, quando da sua chegada, as relações sociais e as atividades relacionadas ao lazer. Adotamos o lazer como um fio condutor, para entender as transformações pelas quais a cidade passou, e que culminou por alterar as marcas que a caracterizava. Essa abordagem não é recente, ela já foi usada em outros contextos, como por exemplo, na cidade de São Paulo, em poucas palavras, para desestabilizar a idéia de que São Paulo é uma cidade voltada, quase que exclusivamente para o trabalho<sup>294</sup>.

Neste tópico procuramos evidenciar que as construções, ou seja, o plano material, não pode ser considerado o único representante dos primeiros tempos de Goiânia. Verificamos que existem outras referências, não menos intensas, que foram desprezadas por não serem condizentes com o discurso oficial. Destacamos também, que a alteração do comportamento das pessoas, motivado pela inserção de inovações tecnológicas, enfraqueceu os laços comunitários que caracterizavam a Goiânia do tempo dos Pioneiros, afetando também o relacionamento dessas pessoas com a natureza e com a própria cidade. Entendemos que essas novas tecnologias, acabaram por proporcionar novas formas de lazer, atividades que diminuíram o convívio comunitário e a interação com o cerrado. Situação esta agravada pelo crescimento urbano, que

---

<sup>293</sup> Somente para lembrar a discussão em torno da interferência da identidade e da intenção do antropólogo na seleção dos resultados da pesquisa de campo, exposta no começo deste capítulo, com base em Eckert e Rocha (1998), ocasião em que dissemos que tínhamos consciência de que os nossos critérios de seleção interferem no resultado final da pesquisa.

<sup>294</sup> Ver Magnani (1996). Alguns textos da coletânea versam a respeito do lazer.

expandiu os limites da cidade ‘empurrando’ o cerrado cada vez mais para além das fronteiras da urbe.

A chegada do desenvolvimento e do progresso, tão esperados pelos Pioneiros, alteraram o tempo da cidade, antes marcado por um ritmo mais lento. O relógio da Avenida Goiás, símbolo das cidades modernas, tornava-se a cada dia, mais indispensável na vida dos goianienses. A chegada da modernidade assinala um ritmo acelerado das atividades, marcado pelo tempo do relógio, diminuindo consideravelmente a interação comunitária. A tão sonhada modernidade é um empecilho a continuidade do modo de vida goianiense que se altera paulatinamente em decorrência dela.

Notamos que há um sonho comum em ver Goiânia se transformar em uma "metrópole de verdade", com prédios altos, avenidas movimentadas pelo fluxo constante de automóveis, mas por outro lado percebemos o desejo de que a metropolização da cidade fosse acompanhada pelo tipo de vida dos primeiros tempos, uma vida interiorana, marcada pela intensa relação com a natureza, pelo convívio social com a permanência da proximidade das relações. Essa tensão é latente no depoimento de Bernardo Élis:

*“Goiânia cresceu muito... Ontem, Goiânia era um enorme acampamento coberto de poeira ou de lama, onde todos se conheciam e onde predominava o espírito do pioneirismo. Hoje é uma cidade de 1 milhão de habitantes, em que as pessoas já não se conhecem, nem se visitam, onde predomina a lei do mundo-cão: assaltos, atropelamentos, assassinatos, suicídios, prostituição e a corrida desenfreada atrás do dinheiro... Goiânia não passou de um grande mercado imobiliário que enriqueceu meia dúzia de famílias, enquanto seus arredores se enchiam de favelas. O número de crianças abandonadas é grande, o desemprego campeia e as praças e esquinas estão repletos de mendigos. Um pioneiro como eu pode dizer hoje que não foi essa a Goiânia sonhada ontem”<sup>295</sup> (grifos meus).*

O mesmo sentimento é compartilhado pelo Sr. Gerson de Castro, o qual expõe que a modernização de fato, começou a chegar a Goiânia na década de 60 com a construção de Brasília, partir de então:

---

<sup>295</sup> (ÉLIS, 1986, p.26)

“Goiânia desvestiu a túnica de provinciana e se paramentou de metrópole, com todas as virtudes e com todas as qualidades negativas de um centro urbano moderno. Se uma teia de aranha de um rodoviarismo propiciador de expansão econômica se teceu a partir de sua periferia, integrando-a ao interior do Estado e a todas as unidades federativas do país, por outro lado todos os males e desventuras sociais das grandes conglomerações humanas aqui começaram a fincar pé: a criminalidade diversificada (homicídios, estupros, latrocínios, assaltos, sequestros, sexomania, toxicomania), quando antes aqui praticamente só se matavam por traições conjugais; a fome gerada pelo êxodo rural; o desespero de uma comunidade em dramática formação sociológica num pólo inaugural de atração não só do Estado, mas de uma vasta região geográfica do Brasil mediterrâneo, agindo como ímã em relação às populações goianas semi-nômades estranguladas pelo pauperismo de um povo plantador de arroz e feijão até hoje, sem nenhuma conquista na esfera industrial e cujas faces ou bocas famélicas jamais, desventuradamente, se saciam”<sup>296</sup> (grifos meus).

A urbanização alterou as relações sociais do contato direto para o individualismo e, por consequência, da reciprocidade para o anonimato. Velho (2000), ao tratar desta questão, afirma que o crescimento físico da cidade está relacionado com a difusão de novos valores culturais, os quais acabam por se sobrepor, a realidade do estado social anterior a chegada da modernidade. Neste sentido, a comunidade anterior a essas mudanças, se depara com o sentimento da “atitude *blasé*” de Simmel, “um fenômeno psíquico, caracterizado pelo “estiramento dos nervos tão brutalmente em uma e outra direção, que suas últimas reservas são gastas; e, se a pessoa permanece no mesmo meio, eles não dispõem de tempo para recuperar a força”<sup>297</sup>.

Ao transitar pela cidade e não mais reconhecerem a comunidade em que estavam inseridos, os laços afetivos entre os indivíduos e o seu meio se tornam cada vez mais distantes. A atitude *blasé* é intensificada com a descaracterização da cidade, visto que segundo Bosi (1994), “as pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória”<sup>298</sup>, sendo mais fácil traçar um mapa afetivo quando a cidade passa por intervenções menos abruptas conservando ainda o seu lado familiar e suas dimensões mais humanas. No caso de Goiânia, acreditamos que o mapa afetivo é guiado pelas relações sociais as quais se sobrepõe ao espaço físico da cidade, tanto que nos depoimentos do Sr. Bernardo Élis e do Sr. Gerson de Castro, a percepção de que a cidade se modernizou de fato, gera um lamento mais relacionado com a alteração das relações sociais do que com as edificações.

---

<sup>296</sup> (TELES, 1986, p.82)

<sup>297</sup> (VELHO, 1967, p.18)

<sup>298</sup> (BOSI, 1994, p.444-448)

Quando indagados por Teles (1986) como era a Goiânia de ontem e a de hoje, as respostas dos Pioneiros tornam mais evidente o saudosismo com as relações sociais. Conforme podemos perceber nos depoimentos de Rosarita Fleury e de Paulo Gomide Leite, respectivamente:

“Ontem, campo aberto pintalgado de margaridas amarelas. Seriemas, saracuras, pardais, às vezes emas, a nostalgia dos ipês lilases e o ouro das caraíbas. Solidão, noites tranqüilas, perfume de flores campestres, ventilação sadia a nos oxigenar os pulmões. Hoje, edifícios atrevidos ocultando a face da Lua. Ônibus, carros e bicicletas e motos em barulho ensurdecedor. O medo de andar pelas ruas e o susto de percorrer pelos passeios, local preferido pelos ciclistas e motoqueiros para suas inocentes invasões. Nada de pardais ou outro pássaro qualquer. Noites assustadas. Ladrões e assaltantes em ronda permanente e, poluindo nossos pulmões, o pó do asfalto, o cheiro da gasolina e óleo. Sinceramente, gostaria de possuir, hoje, a idade e disposição no início de Goiânia, e encontrar, agora, com a idade atual, o viver tranqüilo da Goiânia antiga”<sup>299</sup>.

“Fazendo uma comparação com a Goiânia de ontem e a de hoje, pessoalmente eu prefiro a Goiânia daqueles tempos, porque todo mundo era uma família, todo mundo conhecia todo mundo, não havia maiores problemas de ordem social, principalmente sob o aspecto de segurança, medo, crescimento desordenado da cidade”<sup>300</sup>.

A nossa afirmação de que o apego dos Pioneiros é com o estilo de vida interiorana, com o ambiente sertanejo, a nosso entender, é endossado pelo fato de que a preocupação em se registrar a memória, atinge maior número de pessoas e é mais eficaz, do que, a tentativa de conscientizar a população de que é importante preservar a arquitetura em estilo *art déco*, tombada pelo IPHAN, porque esta seria a legítima representante dos primeiros tempos de Goiânia. Os Pioneiros encontraram nos livros de memória uma forma de resistir as transformações da cidade. O mais interessante é que, ao contrário da política preservacionista, os livros de memória são iniciativas que partem dos pioneiros, com edições financiadas pelos próprios autores, onde podemos destacar a obra da Sra. Ondina, da Sra. Armênia, da Sra. Virgínia Mendes, de Pedro Ludovico; e as coletâneas que reúnem entrevistas de vários Pioneiros,

---

<sup>299</sup> (TELES, 1986, p.181)

<sup>300</sup> (TELES, 1986, p.166)

produções estas que partem de iniciativas externas a essas pessoas, como a obra Memórias Goianienses, de José Mendonça Teles e Memória Cultural realizado pela Prefeitura de Goiânia<sup>301</sup>.

Neste sentido, o estudo da Rua 20 foi de fundamental importância. Este logradouro favoreceu a nossa percepção de que a arquitetura ocupa um espaço secundário para os pioneiros. Apesar de muitos mencionarem a Rua 20 como sendo a mais expressiva no começo da capital, pouco se fez para salvaguardar o seu patrimônio arquitetônico, mas no plano da memória ela ocupa lugar significativo.

Na memória, a Rua 20 daquele tempo, foi preservada com toda a sua movimentação política, intelectual, econômica. Marcada pela saída de seus moradores ao cerrado próximo para catar gabirola, pela presença de animais selvagens no logradouro. Na prática, a Rua 20 é hoje tão heterogênea quanto era no começo. Nas primeiras décadas, a mistura de residências com órgãos públicos, a mistura dos estilos arquitetônicos, a mistura das construções modernas com a comunidade que manteve uma vida interiorana, a mistura social da Rua 20 com a Rua 24 na pensão e nos banhos públicos, dicotomias que mantinham as classes sociais mais próximas.

Hoje, as casas em planos horizontais com a verticalização dos arranha-céus, a mistura de órgãos públicos com profissionais liberais, os hotéis de luxo e os restaurantes populares, o saber médico e os templos religiosos, uma aglutinação de elementos díspares que não se relacionam intimamente entre si, relações mais individuais. Hoje as pessoas que moram na Rua 20 são anônimas, ao contrário dos primeiros tempos, em que o nome dos seus habitantes, ainda estão gravados na memória<sup>302</sup>.

Fazendo uma analogia com a pesquisa de Gilberto Velho (1982) sobre o edifício Estrela no bairro de Copacabana no Rio de Janeiro, podemos dizer que da mesma forma em que os habitantes do Estrela eram estigmatizados por morar naquele edifício, de modo negativo se comparado aos prédios de luxo da redondeza, os moradores da Rua 20 eram estigmatizados positivamente, pois morar na 20 era sinônimo de *status*, de alto poder aquisitivo. Morar na 20 era para poucos.

A verticalização rompe com essa simbologia, abrindo as portas para estranhos. As pessoas que viram em Goiânia uma oportunidade de se diferenciar, ao menos no plano ideológico, da antiga comunidade vilaboense, a qual muitos habitantes do logradouro pertenciam,

---

<sup>301</sup> O Projeto Goiânia também lançara um livro contendo memórias, sem o propósito de fazer uma coletânea de memórias, mas sem de analisar os relatos, inserindo-os na história da cidade.

<sup>302</sup> Ver depoimento Nelly Alves de Almeida (TELES, 1986), (MONTEIRO, 1979), (SOUZA, 1989).

transferiram para si a categoria de pioneiros autênticos de Goiânia e da Rua 20, a entrada de estranhos nesse “universo fechado” desestabiliza essa ordem dando novos sentidos as relações sociais que existiam no logradouro.

Hoje a Rua 20 não é mais referência. Poucas pessoas ao falar de Goiânia se remetem a ela, poucas pessoas sabem de sua importância histórica. A quantidade de prédios está se igualando a quantidade de residências cujos poucos moradores ainda resistem as transformações. Talvez, daqui a alguns dias, a Rua 20 passará por novas intervenções, comparáveis ao que Velho (1982) detectou no bairro de Copacabana na década de 80, “já agora, quase não havendo mais casas para derrubar, derrubam-se os edifícios mais velhos, menores e em seu lugar constroem-se os modernos, enormes”<sup>303</sup>.

Essa ambiguidade não é vista com bons olhos pela política patrimonial. Tanto a ambiguidade no que concerne ao sincretismo do estilo arquitetônico quanto na ambiguidade presente nas memórias dos pioneiros, principalmente quando o conflito reside na discussão de preservar ou não um “bem material”. A proposta de tombamento do IPHAN selecionou apenas os edifícios que incontestavelmente apresentavam em sua fachada o estilo *art déco*, seleção que abrangeu os prédios construídos na década de 30, 40 e 50. Os prédios que não se enquadravam no estilo *art déco* foram desprezados.

A nosso ver, o tombamento exclusivo dos edifícios em *art déco*, é excludente ao desprezar os demais exemplares arquitetônicos, que independente de terem ou não relevância para os pioneiros, incontestavelmente fazem/faziam parte da história da cidade. Os demais estilos são/eram um registro material das dificuldades econômicas enfrentadas pelo estado. Como vimos, a mescla de estilos foi resultado também da construção de uma mesma obra por firmas e arquitetos diferentes. A P. Antunes Ribeiro Comp. não foi um caso atípico. A rescisão de contrato com a firma em que Atílio Correa Lima era sócio, culminou com a sua substituição por Armando de Godoy, que deu novos contornos a proposta de Atílio. A falência da “Empreza Lar Nacional”, a sua substituição pela firma Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda.

As memórias dos Pioneiros, assim como o tumultuado processo de construção da cidade, também são marcadas por conflitos. Apesar de identificarmos que a vida sertaneja era comum em meio a “cidade desenvolvida”, percebemos a tensão entre querer manter as referências culturais típicas das cidades interioranas, e ao mesmo tempo, desejar que Goiânia

---

<sup>303</sup> (VELHO, 1982, p.24)

continue progredindo. Há também um conflito entre as memórias das pessoas que concordam com a demolição das construções, que remetem as primeiras décadas de Goiânia e, os que lamentam pela destruição desse “patrimônio”. A identidade goianiense é composta por todas essas tensões. Então por que não reconhecê-las? No próximo capítulo expomos a trajetória do IPHAN. Acreditamos que a tomada de algumas representações culturais e históricas em detrimento de outras, é uma problemática inerente da própria política patrimonial.

## Capítulo IV

### Goiânia para além do art déco - algumas considerações finais

A criação do IPHAN, em 1937, foi o pontapé inicial para a consolidação da política patrimonial brasileira. A fundação do órgão foi encabeçada pelos modernistas, que adotaram como missão "construir uma feição brasileira para marcar uma civilização nacional"<sup>304</sup>. A palavra feição por si só deixa claro, que a preocupação dessa primeira geração de profissionais do IPHAN era com o exterior, com a estética, mais precisamente com o estilo arquitetônico e com a harmonia do conjunto urbano. O estilo escolhido para simbolizar a feição brasileira, foi o barroco mineiro, pelo mesmo ter sido um "abrasileiramento da cultura trazida pela metrópole, à força de um Brasil mestiço, que rompia com os determinismos de natureza biológica, buscando analisar e compreender os brasileiros a partir da dinâmica que se estabeleceu no processo de colonização"<sup>305</sup>.

Os intelectuais vinculados ao IPHAN passaram a difundir que o abrasileiramento do estilo barroco, era um amolecimento das construções portuguesas, sendo assim, a primeira expressão autêntica, escolhida por isto, para representar a identidade brasileira. Essa proposta inicial se tornou um padrão para o tombamento dos bens históricos, que tem repercussão ainda hoje. Na época, a beleza do conjunto arquitetônico era avaliada em comparação ao barroco mineiro considerando a harmonia e autenticidade das construções<sup>306</sup>. Motta (2002) ilustra o seu texto, com a descrição de como era feito o processo. Em poucas palavras, o sítio histórico passava por uma restauração, buscando restabelecer a fisionomia da cidade colonial, retirando tudo o que fora alterado em épocas posteriores. Em suma, a continuidade histórica era desprezada. Por este motivo, um dos critérios usados na escolha dos sítios urbanos era à distância destes dos grandes

---

<sup>304</sup> (MOTTA, 2002, p.127)

<sup>305</sup> (MOTTA, loc. cit.)

<sup>306</sup> Delgado (2005) em seu texto, Goiás: A invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade", a autora crítica que no Dossiê de Goiás a "declaração de valor" de Goiás, enquanto patrimônio, é estabelecida pela "análise comparativa" com as cidades fundadas no "ciclo do ouro". A definição do que seria preservada em Goiás e por que seria preservado, pautou-se no "conjunto de valores atribuídos às cidades mineiras".



aglomerados suscetíveis ao desenvolvimento, o que garantiria a sua imutabilidade e consequentemente a fixação de uma identidade nacional permanente e homogênea.

A padronização dos conceitos acarreta segundo Motta:

"o tratamento das cidades como obras de arte, tendo como referencial a historiografia tradicional da arquitetura, contrapõe-se a outras possibilidades de preservação ao desconsiderar as cidades como processo social e historicamente construído, como espaços que acumulam vestígios culturais no seu processo permanente de reapropriação social e como lugares que adquirem valor simbólico, referências culturais das comunidades que os habitam, independentemente das características estéticas. A discussão sobre urbanismo, patrimônio e cidadania, pressupõe a adoção de critérios de valoração das cidades que considerem esses vestígios dos processos sociais, impressos no território, referência de uma população heterogênea, capaz de reconhecer neles sua história e identidade. Vestígios capazes de ser reconhecidos, criando um sentido de pertencimento a um território, com base na cultura e história - referenciais que vinculam o cidadão ao lugar e criam identidades"<sup>307</sup>.

A diversidade cultural, o processo histórico de formação das cidades, a diversidade estilística foram rejeitados<sup>308</sup>, embora fizessem parte das aspirações de Mário de Andrade, um dos idealizadores do IPHAN. A retomada das propostas de Mário ocorreu somente nos fins da década de 70 quando Aloísio Magalhães assumiu a presidência da instituição, criando o Centro Nacional de Referência Cultural, cujo objetivo era " construir um sistema referencial básico a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira"<sup>309</sup>.

Concordamos com Motta (2002), quando a autora diz que, a iniciativa de Magalhães, "de pouco serviu para a estruturação de novos métodos de abordagem dos sítios urbanos e de seus bens arquitetônicos"<sup>310</sup>, por dois motivos. Primeiramente, não houve alteração significativa no quadro de funcionários do IPHAN, a velha guarda permaneceu atuante e com ela as noções fixadas anteriormente. Em segundo lugar, as informações difundidas pelo IPHAN para a população, sobre o patrimônio ficaram arraigadas na mentalidade dessas pessoas, que independente da maior abrangência que Magalhães tentou dar aos conceitos, as mudanças

---

<sup>307</sup> (MOTTA, 2002, p.127)

<sup>308</sup> O patrimônio é visto assim a partir do monumental onde "o passado será considerado hierarquicamente superior ao presente". Ver (GONÇALVES, 2002, p.117)

<sup>309</sup> (MOTTA, 2002, p.133)

<sup>310</sup> (MOTTA, *loc.cit.*)

ocorridas levam certo tempo para serem assimiladas pelos populares. Apesar dos esforços, o discurso anterior permaneceu vivo.

Gonçalves (2002) discorre sobre a problemática da política patrimonial a partir de outro ângulo. O autor procura entender a dicotomia entre a primeira proposta de preservação conduzida por Rodrigo Melo Franco de Andrade e a segunda proposição articulada por Aloísio Magalhães, como gêneros de discurso<sup>311</sup>. O primeiro é concebido dentro das aspirações do Estado Nação, que usam da identidade e da memória para manter sua integridade. A retórica desse discurso está em perceber a nação como uma totalidade, assim, o papel do IPHAN seria o de preservar bens que representassem os brasileiros como um todo indivisível, as demais expressões culturais são desprezadas nesse processo, para garantirem a legitimidade dos bens já tombados<sup>312</sup>. Gonçalves (2002) indica que esta é a tensão existente entre a política de Rodrigo Melo e a de Aloísio Magalhães, neste sentido, as idéias de Magalhães são interpretadas como "ameaça a integridade e à autenticidade", não só do patrimônio histórico, mas do próprio IPHAN.

O temor da desintegração das premissas que deram suporte, ao que a princípio, foi reconhecido, ao menos oficialmente, como patrimônio, pode ser entendido com um "medo simbólico" de fragmentação do território nacional, já que o patrimônio deveria buscar unificar a nação. Para entender melhor a nossa colocação, recorreremos novamente a Gonçalves (2002), quando ele expõe como "os modernos discursos do patrimônio cultural foram constituídos". O autor contextualiza historicamente, que o Estado Moderno simbolizava, ideologicamente, uma oposição a Sociedade do Antigo Regime e por consequência aos seus valores.

Voltando este raciocínio para as questões patrimoniais, Gonçalves (2002) reflete sobre a diferença existente entre o modelo anterior e o preconizado pelo Estado Moderno. No Antigo Regime, "não havia um patrimônio "nacional", mas tão somente os patrimônios de diversos estamentos sociais, da nobreza, do clero, em mãos de quem estavam esses bens"<sup>313</sup>, por sua vez, nos Estados Nacionais esses "objetos isolados são reunidos na categoria de patrimônios nacionais, "cujo acesso passa a ser obrigatoriamente universal, aberto a todos os cidadãos"<sup>314</sup>. A partir do exposto, fica claro que manter a aparente integridade do patrimônio histórico ignorando

---

<sup>311</sup> Gonçalves usa "categoria "discursos" para nos referir não apenas a frases, mas a enunciados, os quais, nesse sentido, são sempre proferidos por alguém, em algum tempo e espaço, e sempre dirigidos a um outro interlocutor, que o responderá". (GONÇALVES, 2002, p.109)

<sup>312</sup> Percebemos aqui uma continuidade da noção de identidade explanado no capítulo I. O conceito de identidade chega a metade do séc. XX, praticamente da mesma forma, que cunhado nos fins do séc. XIX.

<sup>313</sup> (GONÇALVES, 2002, p.116)

<sup>314</sup> (GONÇALVES, *loc. cit.*)

as disposições contrárias, assegurava a crença na unidade da Nação. O monumento garante a permanência do fato histórico. Segundo Rossi (2001):

"para explicar um fato urbano o método de permanências é obrigado a considerá-lo fora das ações presentes que o modificam; ele é substancialmente um método isolador. *O método histórico acaba assim não tanto identificando as permanências, mas sendo constituído sempre e apenas pelas permanências, porque só estas podem mostrar o que a cidade foi, por tudo aquilo em que o passado difere do presente.* Assim, as permanências podem se tornar, com relação ao estado das cidades, fatos isolantes e aberrantes; não podem caracterizar um sistema, a não ser sob a forma de um passado que ainda experimentamos"<sup>315</sup>. (grifos meus)

Fazia-se necessário encontrar um representante para tamanha pretensão. Neste instante, é que a arquitetura é inserida como detentora desses valores incontestáveis, pois ela "guarda" o passado, tido neste momento como superior ao presente, a tradição "anexada" a arquitetura faria a mediação entre o passado e o presente e a materialização da tradição através dos monumentos barrocos coloniais, fecha essa tríade, que é a base da idéia do patrimônio alçada na pedra e cal.

O segundo discurso do patrimônio, que tem como expoente Magalhães, é antagônica as noções anteriores, pois nela o presente é mais valorizado do que o passado. As relações se invertem, aqui, o presente é o ponto de partida da narrativa e o passado, passa a ser compreendido como "referência" que dá "continuidade a trajetória histórica da nação"<sup>316</sup>. Assim a heterogeneidade da nação é considerada e respeitada, não significando necessariamente fragmentação territorial. Gonçalves (2002) caracteriza melhor essa valorização do cotidiano, afirmando que:

"... a narrativa do patrimônio tem como ponto de referência básico a experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos e categorias sociais em sua vida cotidiana. São os pontos de vista articulados por cada uma dessas individualidades que fornecem o ponto de partida para narrar o patrimônio. A nação deixa de ser a totalidade homogênea representada por um patrimônio narrado no registro da monumentalidade. A heterogeneidade passa a ser reconhecida como uma configuração definidora da sociedade nacional"<sup>317</sup>.

---

<sup>315</sup> (ROSSI, 2001, p.52)

<sup>316</sup> Ver (Gonçalves, 2002)

<sup>317</sup> (GONÇALVES, 2002, p.119)

O sentido de permanência impregnado no patrimônio de "pedra e cal", pela possibilidade deste se manter inalterado ao longo do tempo é substituído no segundo conceito pela transitoriedade, tão característica do cotidiano. A mudança de conceito muda também, "as coisas" que o patrimônio representa. A idéia de monumentalidade sistematizada pela prerrogativa da permanência, abre espaço para o transitório, representado pelos bens culturais intangíveis, que como bem lembra Gonçalves (2002), a arquitetura não foi desconsiderada nesta nova etapa, contudo a ela foram agregadas "objetos e atividades, coexistindo dentro de uma rede atual e vida de relações entre grupos sociais"<sup>318</sup>.

Essa nova postura ao reconhecer a heterogeneidade da nação brasileira, tem colaborado para a inserção de outras expressões culturais no patrimônio, alargando o seu campo de atuação. Na arquitetura, por exemplo, não há mais a supremacia do barroco mineiro, agora os demais estilos arquitetônicos, que também contribuíram para a formação identitária de grupos sociais, estão sendo reconhecidos e valorizados como patrimônio, onde destacamos a cidade de Antônio Prado - RS<sup>319</sup>, construída por imigrantes europeus, de maioria italiana, a Cidade de Goiás, fundada a partir de um núcleo minerador, com arquitetura colonial, e Goiânia, com a arquitetura seguindo o estilo *art déco*<sup>320</sup>. Nesse sentido, o tombamento em Goiânia é positivado por parte do IPHAN.

Como já dissemos, a adoção prática deste novo conceito não se deu imediatamente e tampouco de modo homogêneo. Podemos afirmar que, esta percepção cunhada na década de 70, só começou a ser aplicada com maior afinco no início da década de 90 para cá, onde muito já havia se perdido, principalmente a materialidade. Independente disto, apesar de admitir a pluralidade cultural da sociedade brasileira e, por conseguinte, dos bens culturais produzidos por ela, isso não significa que essa noção harmonizou as discussões em torno do patrimônio cultural. Acreditamos que ao contrário, os debates foram intensificados<sup>321</sup>.

---

<sup>318</sup> (GONÇALVES, 2002, p.121)

<sup>319</sup> Ver (LEWGOY, 1989)

<sup>320</sup> Um dos fatores que favoreceram a demolição desses bens em Goiânia se relaciona com a política patrimonial então vigente, que desprezava essa expressão não a reconhecendo como arcabouço identitário da nação.

<sup>321</sup> Acatando a idéia de Gonçalves (2002), de que os discursos (discurso da monumentalidade e discurso do cotidiano) são bons para se pensar o patrimônio, ressaltamos que os discursos são proferidos para atender a uma finalidade, colocação que abre um leque de abordagens. Assim podemos pensar o patrimônio, levando em conta o que o discurso quer atingir, a quem ele beneficia, se ele é excludente ou não, dentre inúmeras possibilidades. Aqui tentamos nos restringir, as possíveis de interpretações do patrimônio que nos pareceu se assemelharem com o que percebemos em Goiânia. Outras possibilidades foram apenas mencionadas somente para reiterar as várias perspectivas de abordagem do patrimônio.

As críticas, hoje, referem-se habitualmente a gentrificação do patrimônio, onde a revitalização das áreas históricas enobrece o local, culminando com a expulsão da sua população daquele meio. Geralmente esta prática está relacionada com a atividade turística, que torna o patrimônio cultural rentável, encarecendo o custo de vida o que inviabiliza a permanência dos moradores que ali estavam antes desta interferência<sup>322</sup>.

Outro ponto de conflito ocorre quando um grupo se organiza para viabilizar a tomada de seus bens como patrimônio, articulando meios para adequar as suas expressões culturais as exigências dos órgãos responsáveis pelo reconhecimento. No caso do tombamento do centro histórico da Cidade de Goiás, Delgado (2005) ao pesquisar as nuances que conduziram a essa "conquista", percebeu que aparentemente os documentos demonstravam uma coesão da população, como se todos concordassem com tal ato. A autora, em suas entrevistas com os moradores diagnosticou que essa versão não correspondia à realidade. Muitos discordavam do tombamento por acharem que a cidade ficaria estacionada no tempo, consolidando o seu atraso, em uma clara comparação com os motivos que a fizeram perder a administração do Estado. Outros não queriam que a sua casa fosse tombada, pois, os moradores perderiam o seu direito de alterar a sua residência conforme os seus gostos e necessidades. Essas vozes foram silenciadas no dossiê entregue ao IPHAN e encaminhado a UNESCO, em um evidente "enquadramento da memória"<sup>323</sup>.

Um ponto importante no trabalho de Delgado (2005), foi à percepção da autora, de que os guardiões da memória, como ficaram conhecidos os membros da Ovat<sup>324</sup>, juntamente com o IPHAN, não fizeram um levantamento no sentido de descobrir o "valor estético e histórico dos bens; pelo contrário, ele instituiu esses valores". Em outras palavras, os bens materiais e imateriais foram selecionados por um número de pessoas, a opinião dos populares, principalmente dos discordantes, não foram inseridas no relatório. A coesão do processo foi imposta e não consensual. Outra constatação de Delgado (2005), diz respeito ao fato de que a arquitetura colonial da Cidade de Goiás foi reconhecida não pela sua importância regional, ela foi reconhecida em comparação a arquitetura colonial barroca mineira e contextualizada no âmbito

---

<sup>322</sup> Devemos considerar que muitas áreas históricas se mantiveram preservadas em função da falta de recursos financeiros de seus proprietários, o que dificultava a alteração ou destruição dos imóveis.

<sup>323</sup> Delgado (2005) usa este termo extraído do texto de Michael Pollak (1989), "Memória, esquecimento e silêncio", achamos bastante oportuno recorrermos a Pollak para caracterizar o desprezo das vozes contrárias ao intento.

<sup>324</sup> Organização Vilaboense de Artes e Tradições, criada em 1965, colaborou, segundo Delgado (2005), para inventar a tradição vilaboense objetivando a construção da identidade local.

nacional, ou seja, a arquitetura da cidade foi tida como importante porque ela era singular no país e não por ser representativa regionalmente. As observações de Delgado nos permitem fazer um paralelo entre o que ocorreu na Cidade de Goiás, e o que está acontecendo em Goiânia.

Em Goiânia, a luta pelo tombamento dos bens arquitetônicos em estilo *art déco* datam dos fins da década de 70, onde começaram a ser veiculadas reportagens a respeito da destruição dos prédios levantados até a década de 50. Nessa época, Hass Gonçalves, assinava as matérias que mostravam a "depredação político-administrativa dos Patrimônios Históricos de Goiânia"<sup>325</sup>. O jornalista acusa que, a destruição ou a descaracterização dos edifícios é feito não só por populares, mas também pelo governo, onde ele destaca o caso do Coreto, localizado entre a Praça Cívica e a Avenida Goiás. O Coreto foi projetado para ser de uso público, um local para descansar das caminhadas e apreciar a paisagem. Com a intervenção feita na gestão do prefeito Manoel dos Reis, o Coreto foi adaptado para se tornar uma repartição fechada, posteriormente, foi feita outra intervenção para devolver-lhe a forma original.

As matérias de Hass Gonçalves denunciam as transformações urbanas, mas não assinalam nenhuma atitude prática, no sentido de conter o avanço da devastação. O historiador, José Mendonça Teles, em entrevista ao Jornal Opção, afirma que, começou a se preocupar com os prédios históricos de Goiânia a partir da década de 70, quando teve contato com intelectuais que defendiam a causa em outros estados. Na entrevista, Teles assegura que, juntamente com Jacy Siqueira, então presidente da Fundação Cultural de Goiás, batalharam pela aprovação da Lei 8.915 de 13 de outubro de 1980, o passo inicial para a política de preservação em Goiás. Contudo, as iniciativas particulares voltavam-se para a tentativa de preservação dos prédios públicos, mas nada foi feito em relação as casas particulares.

O impulso patrimonial em Goiânia foi dado após o reconhecimento da Cidade de Goiás, como patrimônio da humanidade. A partir desse fato é que a mobilização das pessoas ligadas aos órgãos competentes agiu no sentido de propor o tombamento *art déco*, vale ressaltar, que no *dossiê* publicado em 2004, não há nenhuma menção a participação popular no processo de seleção dos bens a serem tombados. A proposta de tombamento foi engendrada e conduzida pela 14 Superintendência do IPHAN em Goiás, não havendo movimentação dos goianienses por meio de associações de bairro ou por outros tipos de organização popular para reivindicar que os prédios em *art déco* fossem tombados. Os pioneiros que a princípio deveriam ter interesse pelo

---

<sup>325</sup> (GONÇALVES, 1979, s.p.)

processo não se manifestaram, e de acordo com a versão que fora publicada do *dossiê*, eles não foram consultados. Se considerarmos que Goiânia é uma cidade nova e que ainda tem pioneiros vivos, entendemos que seria fundamental contar com a sua vivência para percebermos quais eram as referências culturais dos primeiros tempos da cidade, e verificar as descontinuidades e permanências dessa cultura, da Goiânia de antigamente para a Goiânia de hoje.

Na apresentação do livro, o ex-prefeito de Goiânia, Pedro Wilson, indaga "por que nos vangloriar de nossa história e contá-la aos quatro cantos do mundo?". Em seguida, o autor diz que a resposta se dará a partir de uma "leitura desnuda da história com o claro objetivo de buscar no seu contexto aquilo que nos faz iguais e aquilo que nos difere..."<sup>326</sup>. Toda a sua explanação circunda em torno do valor arquitetônico das construções. O próprio *dossiê* intitulado "Goiânia *art déco*: acervo arquitetônico e urbanístico - *dossiê* de tombamento" trás no título a conformação de que a identidade goianiense é inquestionavelmente o *art déco*.

Os principais argumentos que o ex-prefeito usa para fundamentar tal afirmação estão reproduzidos no trecho que se segue:

"se por um lado o *art déco* "pode ser (...) caracterizado como pobreza, estética ou formal, aliada à crise econômica que assolava o país, por outro vinha ao encontro do novo poder político que se instalava com o governo de Getúlio Vargas, que tinha como máxima Progresso e Modernidade. *O estilo art déco representava, para o centro do poder, a versão mais acabada de desenvolvimento ou mesmo de progresso e ainda traduzia por si só os signos de monumentalidade, imprimindo aos prédios públicos a proporção exata do poder e do local em que se instalava.* (...) O *art déco* representava, neste cenário, o elo de ligação do Brasil com o mundo, e de Goiás com a federação. Em ambos os casos significava exorcizar anos de atraso político e cultural e se inserir na modernidade anunciada"<sup>327</sup>. (grifos meus)

Sem dúvida a adoção do *art déco* como estilo arquitetônico, fez parte de uma trama política e de um contexto histórico que remete a Goiânia de antigamente. Porém, como observou Pedro Wilson, o *art déco* simboliza o poder e deveria sim ser tombado como tal. Mas nesse ínterim é inegável a existência de uma cultura popular. É compreensível que na época ela tenha sido desprezada para dar a identidade goianiense um aspecto homogêneo e coeso, a fim de legitimar o poder. Não concordamos, entretanto, que essa cultura tão rica continue marginalizada,

---

<sup>326</sup> Apresentação do livro "Goiânia *art déco*: acervo arquitetônico e urbanístico - *dossiê* de tombamento".

<sup>327</sup> Apresentação do livro "Goiânia *art déco*: acervo arquitetônico e urbanístico - *dossiê* de tombamento".

visto que o contexto atual permite, na esfera patrimonial, o convívio da cultura elitizada com a cultura de massa, por mais que o diálogo não seja harmônico. O *dossiê* perde a oportunidade de mostrar a nossa pluralidade cultural e termina por reforçar a cultura imposta décadas atrás. Reforço presente na fala de Pedro Wilson que encerrada a apresentação com a resposta a pergunta inicial que expusemos no penúltimo parágrafo:

"Contar a nossa história é um ato de civilidade, de profundo respeito e, acima de tudo, uma ação cívica. Pois *conhecê-la e reconhecemo-nos nessa história* é talvez a única possibilidade de construirmos sociedades éticas e saudáveis"<sup>328</sup>. (grifos meus)

A sua exposição elimina as diferenças. Nele o *art déco* é uma matriz identitária evidentemente imposta. A expressão usada pelo autor ao dizer que, temos que conhecer e nos reconhecer na história, relega aos atores sociais o papel de espectadores de uma referência simbólica, escolhida arbitrariamente para representar a identidade goianiense. Neste sentido, o *art déco* é uma tradição inventada.

O fato do processo de tombamento não ter incluído sistematicamente a Memória dos Pioneiros, nos permite afirmar que, dentre as discussões acerca do patrimônio, a única inovação encontrada no caso de Goiânia, foi a possibilidade de inserir o *art déco* como um estilo arquitetônico que difere do barroco, e passa a ser valorizado pelas características singulares, estas resultado das dificuldades econômicas da época. As discussões que incluíram o intangível nos registros patrimoniais, dando-lhes o mesmo *status* do patrimônio material não integram o *dossiê* goianiense. Desta forma, as festas, os lugares, o saber popular, o conjunto de realizações humanas, a vida em sociedade, foram excluídos. A opção por tomar os monumentos sacraliza a memória oficial, porém não atende as representações da memória coletiva.

Para Sant' Anna (2003), a resistência em democratizar a política patrimonial, deixando de aceitar a participação do povo como o "novo sujeito da história", nas palavras de Abreu (2003), é resultado na tradição da "prática de preservação, fundada na conservação do objeto e na sua autenticidade". Essa tradição ainda mantém-se forte oferecendo resistência a inserção das representações populares nas políticas patrimoniais, embora tenha ocorrido inúmeros

---

<sup>328</sup> (MANSO, 2004, p.13)



avanços. A autora apresenta como contraponto a rigidez ocidental, o modo como os orientais concebem o patrimônio. Segundo Sant' Anna (2003):

"No mundo oriental, os objetos jamais foram vistos com os principais depositários da tradição cultural. A permanência no tempo das expressões materiais dessas tradições não é o aspecto mais importante, e sim o conhecimento necessário para reproduzi-las. Nesses países, em suma, mais relevante do que conservar um objeto como testemunho de um processo histórico e cultural passado, é preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição no presente. De acordo com essa concepção, as pessoas que detêm o conhecimento, preservam e transmitem as tradições, tornando-se mais importantes do que as coisas que as corporificam"<sup>329</sup>.

A política patrimonial brasileira começa a abrir espaço para as manifestações populares, ainda que de forma tímida. Ao menos no caso de Goiânia, a distância existente entre a política preservacionista e os populares, na nossa percepção, tem reflexo na pequena ressonância do patrimônio tombado na comunidade. As pesquisas acadêmicas têm mostrado que a população goianiense pouco se reconhece nos bens tombados pelo IPHAN. Percebemos que os motivos desta constatação estavam concentrados no fato de que o *art déco* foi um estilo apropriado pelo poder e, portanto, que desde o princípio não teve participação popular.

A Rua 20, um logradouro elitizado, como expomos no capítulo III, não teve suas construções tombadas<sup>330</sup>, poucas resistiram aos nossos dias. E nela, de certa forma, a elite e a massa conviviam, pois ali o povo buscava amparo político, acolhimento religioso, encontrava meio de condução, eram examinados pelos médicos. Ela era o retrato de uma cidade em formação; a rua era da lei, da música, da medicina e dos estudantes.

No sentido prático, a Rua 20 amalgamava as aspirações políticas, se impunha arquitetonicamente, abrigava a elite e no mesmo espaço atendia a população. Mas mesmo assim, a Rua 20 não é referendada pelos Pioneiros como referencial identitário e ao mesmo tempo não foi cogitado pela política patrimonial para ser tombado como representante do poder das primeiras décadas da cidade. Há um distanciamento entre as intenções do IPHAN e as referências culturais da população.

---

<sup>329</sup> (SANT'ANNA, 2003, p.53)

<sup>330</sup> A casa de Colemar Natal e Silva foi a única tombada em 1988, em uma iniciativa do governador Henrique Santillo. Porém a responsabilidade pelo imóvel é da Academia Goiana de Letras.

Dissemos que há trabalhos acadêmicos que pesquisam as tensões patrimoniais em Goiânia. Dentre eles, percebemos que o trabalho de Santos Júnior (2005) ia de encontro com as questões que buscamos elucidar. O autor, ao trabalhar com as crianças, procurou mapear os seus lugares favoritos, os quais foram demonstrados através de desenhos. O seu trabalho nos permitiu fazer uma analogia entre as Memórias dos Pioneiros e os Desenhos Infantis.

Primeiramente, observamos que as Memórias dos Pioneiros são ligadas a uma Goiânia que tem a natureza como um elemento muito presente, porque ele não só envolvia a cidade, mas estava contida nela. Assim, a imagem de uma Goiânia moderna, nos anos que se seguiram próximos a sua fundação, não era real, era ideológica. Contudo é inegável, que a sustentação da concepção de que a cidade nascera moderna, por parte dos políticos, acabou por interferir na mentalidade dos populares, não na direção imaginada pela elite, mas sim no sentido de que, a classe mais humilde passou a acreditar que estava trabalhando para a construção de uma cidade, que devido aos seus esforços, seria futuramente moderna<sup>331</sup>. Goiânia era a cidade que não era, mas que viria a ser.

Assim, as transformações na paisagem urbana, com a derrubada das casas e prédios construídos no início da capital, não eram vistos pelos pioneiros com maus olhos. Na visão deles era necessário se desfazer do passado para abrir passagem para a chegada da tão sonhada modernidade. Muitas das vezes, as demolições eram "festejadas" como símbolo da chegada do progresso na cidade. Daí os prédios nos desenhos das crianças esboçados no trabalho de Santos Júnior (2005).

Tomamos a Rua 20 como emblema desse processo. A rua projetada para ser moderna, na realidade não o era. As "casas modernas" eram simples acomodações, as quais recebiam seus moradores ainda inacabadas, como podemos constatar no depoimento de Dna Ondina Albernaz, redigido no capítulo III. O caráter provisório da rua andou juntamente com o seu aspecto moderno. Assim como a modernidade, o seu brilho foi efêmero. Em poucos anos ela perdeu o seu caráter político e intelectual, preservando ainda o religioso, com a Catedral Metropolitana de Goiânia, e cultural com a Academia Goiana de Letras, embora esta se destine a uma seleta comunidade.

A rapidez das transformações causadas pela chegada da modernidade, tornou o estilo *art déco* mais obsoleto do que já o era quando da sua aplicação em Goiânia. Os motivos

---

<sup>331</sup> Retrocedemos um pouco no texto para estabelecer nexo entre o que já foi exposto com este tópico.

que já expomos no capítulo anterior, dissolveu a ambiência da rua abrindo espaço para as novas relações sociais, marcadas pela individualização da sociedade, dando aspecto vertical ao logradouro através dos arranha-céus. O *art déco*, ultrapassado, cede lugar ao mesmo princípio que o fez reinar na Rua 20, as construções modernas, que impulsionaram a destruição de seus exemplares, sem grandes mobilizações para evitar o seu aniquilamento.

Os depoimentos dos Precursores, a nosso ver, apontaram para a existência de uma memória comum aos goianienses. Como mostramos, à referência dessas pessoas, apesar de fazerem menção às construções em estilo *art déco*, a identificação da população com o cerrado e suas riquezas era mais forte. A arquitetura se fazia mais presente nas lembranças da elite perpetrando em menor intensidade as recordações dos cidadãos comuns, no que concerne a ligação afetiva entre estes e as edificações.

Ocorre que os pioneiros mais humildes tomaram alguns pontos naturais como lugares de memória. A Moreira e a Gameleira são exemplos disso. O movimento contra a derrubada da Moreira e a lamentação pela morte da Gameleira tiveram mais repercussão na sociedade do que as demolições dos exemplares do estilo *art déco*. A Sra Virgínia fez até um poema em homenagem a Gameleira, que abrigava debaixo de sua copa frondosa, os migrantes que chegavam a Goiânia.

A partir do exposto, sustentamos que a arquitetura da cidade não foi incorporada como fonte identitária da comunidade. Embora verificamos depoimentos que versavam sobre as mesmas<sup>332</sup>, é perceptível distanciamento afetivo entre o depoente e os prédios. Os edifícios funcionavam mais como pontos de referência, ou no caso da Rua 20, para indicar que o povoamento em si começou naquele logradouro, ou para se referir aos órgãos públicos ali instalados, ou as pessoas importantes que ali residiam. Essa colocação é válida até mesmo para a elite.

Os laços afetivos com as residências são mais estreitos e recorrentes nas lembranças das pessoas que na época eram crianças ou estavam na juventude. As crianças se

---

<sup>332</sup> Observamos nas entrevistas que a afetividade conferida a algumas construções em *art déco*, são referências guardadas pelos membros da elite, especialmente as pessoas que na época da fundação de Goiânia, eram crianças. Como observado por Santos Júnior (2005), as meninas tem mais apego ao lar, da mesma forma, verificamos que nas reminiscências das meninas, a presença das construções se dá ao relembrar das brincadeiras que eram realizadas em seu interior ou nos arredores, mas mesmo entre essas pessoas é forte as lembranças da natureza e das relações sociais. Entre os membros da classe popular, a fala sobre as construções são mencionadas, quando as pessoas se lembram do trabalho, quer seja porque ajudaram a construir os prédios, quer seja por terem trabalhado nas repartições, são feitas referências mas não há afetividade. O apego dessas pessoas é mais intenso com o cerrado e com os laços sociais.

recordam das vivendas<sup>333</sup>, porque estas eram o seu lar materno, ou porque nestes lugares eram realizadas as brincadeiras infantis, como destaca a Sra. Mirza Perotto<sup>334</sup> em seu depoimento, ao falar que ela e suas amigas faziam teatrinhos nas casas da Rua 20, ou que os garotos jogavam bola no fundo dos quintais dessas casas, e de vez em quando, a bola acertava uma janela ou telhado. A casa e a rua eram redutos das brincadeiras e o apego afetivo a esses locais decorrem dessas lembranças. Razão pela qual, as alterações neste ambiente são lamentados pela depoente.

"Porque virou foi estacionamento de carros, se passa ali tá lotado de carro, e era uma gracinha eram todas floridas cercas vivas as jardinadas acabou com tudo, aí eu ouvi falar que ano passado o prefeito Pedro Wilson ia revitalizar essas praças mas acabou o mandato e ele saiu e não fez. Agora hoje a Rua 20, Francis é lamentável que os órgãos competentes que não tenham tombado aquelas casas, porque hoje é só arranha-céu é massa fria e pronto demoliram todas as casas acabou tudo e eu fico triste quando passo lá e vejo isso. *Eu antigamente morei lá, de ver como aquilo ali era tão bom, tão tranqüilo todo o mundo amigo.* Hoje não tem mais nada disso é lamentável". (grifos meus)

A memória emana da vivência. Por este motivo, Santos Júnior (2005), identificou em seu trabalho que as crianças de hoje tem como referências os shoppings e os bosques, ou seja, porque elas vivenciam esses lugares. Para nós, os bosques fazem a ligação entre a Goiânia dos Pioneiros e a Goiânia das Crianças, mostrando que o passado sertanejo ainda se faz presente na cidade de concreto. Apesar de a modernidade ter encontrado aconchego entre os goianienses, às raízes teimam em si manterem vivas. A presença dos bosques e parques públicos nos desenhos das crianças, a nosso ver, estabelece um elo entre o passado e o contemporâneo, ilustrando que a cidade dos pioneiros ainda resiste às tentações modernas.

A chegada de fato da modernidade, muda o cotidiano das pessoas, o que acabou interferindo no cenário da cidade, situação visível com o aumento da frota de veículos, com o fornecimento frequente de energia, com o asfaltamento das ruas, décadas mais tarde, e com a

---

<sup>333</sup> Palavra muito usada por Pedro Ludovico em seus discursos. De acordo com o dicionário Larousse (2004, p.790) vivenda é sinônimo de "habitação, estabelecimento, morada, casa, em geral suntuosa".

<sup>334</sup> A Sra. Mirza Perotto é filha do Sr. Moisés Perotto e concedeu entrevista a Francis Otto para o Projeto Goiânia em 03 de outubro de 2005.

verticalização<sup>335</sup> das habitações e de alguns comércios. Ser contra o avanço desse processo, era um entrave às idéias que favoreceram a construção de Goiânia.

Esta afirmação se baseia na consideração de que entre a maioria dos entrevistados, ao se recordarem daquele tempo, ao mencionarem a estrutura física da cidade demonstram pouco ou nenhum sentimentalismo por ela. Se observarmos atentamente, entre os adultos das classes populares, perceberemos que a parte física é rememorada com maior frequência, quando os depoentes a relacionavam com o trabalho, mencionando que ajudaram a construir tal prédio ou residência, ou que trabalharam nesses locais. As modificações ou destruição desses prédios suscitavam comentários, porém as ponderações contrárias às novas construções, ocorriam quando estas já estavam prontas e quando havia reprovação do empreendimento, a não aprovação se dava não por entender que elas fariam alguma falta para a cidade e sim por questões de outra ordem. A entrevista com o Sr. Jorge, funcionário dos Correios, segundo o qual, o prédio original fora destruído em 1971, ilustra esta discussão:

"Entrevistador: - Qual foi a reação dos funcionários, com a demolição do prédio velho, para a construção do prédio novo?

Sr. Jorge: - Eu, da minha parte achei ruim, *porque nós não concordávamos com a nova divisão, achei muito mal dividido. Tirou muito a nossa liberdade de andar, aquele prédio novo. A vigilância no serviço ficou muito rigorosa (grifos meus). Tínhamos diariamente, três a quatro chefes para nos vigiar. Quem não estivesse trabalhando, eles mandavam para outra seção*".

É evidente no depoimento do Sr. Jorge, que o fato de os funcionários antigos dos Correios ter achado a sua demolição ruim, está relacionado à maior visibilidade que o prédio novo proporcionava aos chefes das repartições, intensificando a jornada de trabalho. As lembranças do prédio antigo aparecem aqui em segundo plano, como um lugar melhor para trabalhar porque a sua estrutura dificultava a vigilância constante por parte dos administradores. Por outro lado, a comparação entre o novo e o velho, e a saudade dos tempos em que trabalhar no edifício velho era melhor, implica em uma identificação mais estreita com o Correio antigo do

---

<sup>335</sup> Nos depoimentos e nos registros oficiais, sobre o início da capital, fala-se muito em prédios, no entanto, os edifícios desta época não ultrapassavam três pavimentos. A verticalização abrupta ocorreu quando a altura das novas construções ultrapassou cinco andares.

que com o recente. A preferência pela edificação anterior se dá nesse sentido e não na de que o prédio faria alguma falta para a estrutura urbana e para a história da cidade.

Como verificamos anteriormente, as atividades relacionadas ao contato com a natureza, eram mais presentes nas lembranças do Sr. Hermes, do que os prédios. Assim, não estranhamos muito, quando perguntamos a ele, se as construções do Centro Histórico de Goiânia tinham alguma representatividade afetiva. O Sr. Hermes, completa dizendo:

"Sr. Hermes: É em parte a gente via, aquelas construções velhas relembra né, o passado. Mas também uma construção velha daquela, também não tem condição de ficar lá porque tá ocupando, as vezes, o lugar de um arranha-céu né.

Entrevistador: Mas aí, no caso não teria uma forma, como coexistir um arranha-céu com um prédio antigo?

Sr. Hermes: Às vezes tem condição pra gente fazer os dois, né. Faz um arranha-céu num lote vago e deixa aquelas construções velhas, pra tipo relíquia, igual é Goiás Velho, né.

Entrevistador: Mas para o Sr. a existência dessa construção velha importante ou o Sr. acha que não?

Sr. Hermes: É importante só pra memória pra relíquia, mas para mim para a vida atual da cidade, não faz diferença não"<sup>336</sup>.

As colocações deste depoente mostram claramente que, as construções pra ele não são importantes, talvez porque a sua vivência não se deu nesses espaços, as construções não ocupam lugar significativo em suas lembranças. Por sua vez, está implícito em sua fala, o discurso de que Goiânia nasceu para ser moderna. Assim, as construções velhas devem ceder espaço para os arranha-céus. A identificação do Sr. Hermes é mais estreita com os rios, com a gabirola, do que com o *art déco*, por este motivo ele não se entristece com as demolições desses prédios.

O depoimento da Sra. Guiomar é eloquente e nos possibilita estabelecer uma comparação entre as suas colocações e as do Sr. Hermes. Esta senhora, ao falar de Goiânia, relembra que ela foi inaugurada em 1942, e "hoje é considerada uma das cidades que mais crescem no Brasil. Assim, os prédios surgem de toda a parte, e as lindas flores que cobriam as campinas foram substituídas pelo progresso"<sup>337</sup>. Em sua narrativa, é perceptível a afetividade com

---

<sup>336</sup> Entrevista concedida ao Projeto Antropologia na Cidade em junho de 2006.

<sup>337</sup> Guiomar de Grammont Machado, natural de Carmo do Rio Verde-MG, farmacêutica e poetisa. (GOIÂNIA, 1985, p.194-195)

o campo, e há ao mesmo tempo, uma conformidade com o seu desaparecimento, cedendo lugar aos prédios, que são tomados aqui, como sinônimos de desenvolvimento, de progresso.

A narrativa de Dna Nair segue o mesmo contexto dos dois depoimentos anteriores. Porém a sua descrição, do que estava acontecendo na cidade tem mais riqueza de detalhes. Dna Nair começa dizendo: "toda cidade que nasce segue o mesmo plano de trabalho, na preparação do seu campo de construção". E completa:

"E os ruídos dos machados, na derrubada das árvores, acordaram a alma das matas devastadas, enquanto as campinas deixaram de florir, nas madrugadas orvalhadas, porque ruas e praças vieram substituir o verde florido do chão.

Goiânia começou por onde toda cidade começa, brotando da terra virgem que se abriu em caminhos poeirentos e cascalhosos que se tornaram as ruas asfaltadas de hoje, mudando as casas provisórias de madeiras pelos edifícios de cimento armado que formaram a cidade que, agora, moderna e bem planejada, surpreende e encanta os visitantes, transpirando uma expressiva confiança no futuro"<sup>338</sup>.

É necessário fazermos algumas ressalvas em relação aos três depoimentos. As entrevistas com a Sra Guiomar e com a Sra Nair, têm como ponto comum fazerem parte de um mesmo livro de memórias, portanto de uma mesma linha: as impressões que os Pioneiros tiveram de Goiânia quando da sua chegada. Nos dois casos, o que estava ocorrendo na época, a que se restringiram as narrativas, era o desmatamento do cerrado para a construção da cidade. O apego às campinas tinha que ser relegado ao segundo plano, a sua destruição era um mal necessário para a cidade vir a satisfazer a sua proposta de ser uma representação da modernidade em Goiás. Para este intento, construir era preciso e abrir mão da natureza também.

Por sua vez o depoimento do Sr. Hermes, não se enquadra nas diretrizes preconizadas para o livro de memórias. Neste caso, o fio condutor que utilizamos, foi o de tentar descobrir se os prédios em estilo *art déco* "erguidos nas narrativas das duas senhoras" eram importantes para ele. Percebemos que em nenhuma das três narrativas os prédios eram em si importantes. O que importava era o rompimento do atraso simbolizado através das edificações. Neste sentido, os prédios para a Sra. Guiomar e a Sra. Nair significavam uma ruptura com o sertão, eles eram importantes para ajudar a consolidar a imagem construída de Goiânia, ou seja, na época do empreendimento eles cumpriram com o seu papel.

---

<sup>338</sup> Nair Perillo Richter. Natural de Goiás-GO. Chegou a Goiânia em 1937. Escritora. (GOIÂNIA, 1985, p.142-143)

Posteriormente esses mesmos edifícios passaram a representar um obstáculo ao desenvolvimento da cidade. Como na modernidade "Tudo que é sólido desmancha no ar"<sup>339</sup> o caráter moderno das construções em *art déco*, teve vida moderna curta. Em poucos anos, deixaram de representar o progresso para se tornar objetos materiais ultrapassados, e porque não, um entrave à nova onda modernizadora da vez, a verticalização?

Em analogia aos depoimentos das senhoras, o Sr. Hermes continuou reproduzindo em sua fala o discurso de que em razão da modernidade o passado é deixado de lado. Há uma continuidade no pensamento dos três Pioneiros. O cerrado foi devastado para dar lugar ao progresso. Os prédios em estilo *art déco* são destruídos para dar novamente lugar a um "novo progresso", a verticalização da cidade, que hoje já não é tão moderna assim, pois agora moderno é morar em condomínios fechados, aumentando a individualização da sociedade. Os condomínios fechados ainda não foram erigidos no lugar dos arranha-céus, contudo eles são levantados no cerrado devastando parte da natureza e privatizando o que restou da mesma, visto que ela fica disponível somente para quem está "dentro dos muros".

Defendemos que, como os elementos que faziam de Goiânia, Goiânia, para a maioria da população era o cerrado e a sociabilidade; as construções em estilo *art déco*, apesar de presentes nos depoimentos, eram muito menos significativos para a população como um todo, do que a natureza e os laços sociais, os quais ocupam posição central em quase todos os depoimentos. Acreditamos, a partir deste diagnóstico, que em decorrência das referências serem outras, conjuntamente com a ideologia impregnada na mentalidade dos precursores de que, o antigo deve abrir espaço ao novo, os pioneiros não se importaram muito com a demolição dos exemplares da arquitetura que remetem à fundação da cidade.

Constatamos também que, existe uma tensão latente, quase oculta nas reminiscências dessas pessoas. Primeiro, apesar dos anos iniciais de Goiânia serem descritos como tempos de muita dificuldade, as relações sociais eram intensas e os laços de amizade mais sólidos, conforme já expomos. O tom saudosista dos Pioneiros, com a Goiânia de seu tempo, se dá com a comunidade, com o vínculo existente entre os seus membros. Em segundo lugar, há uma euforia com a modernização da cidade, com a chegada dos arranha-céus, com o crescimento populacional de Goiânia, com o alargamento das fronteiras da cidade, com o aumento da frota de

---

<sup>339</sup> Frase que dá nome ao livro de Marshall Berman. Tudo que é sólido desmancha no ar. As aventuras da modernidade.



automóveis, com o abastecimento regular de energia, a chegada da televisão, dentre outros. Essas inovações alteraram não só a paisagem urbana, mas principalmente as relações comunitárias. A tão esperada chegada do progresso acabou com o que os pioneiros achavam que Goiânia tinha de melhor. Muitos depoimentos falam dessa época com uma saudade quase melancólica. A fala do Sr. Egídio ilustra esse sentimento:

"Pode ser interessante, para terminar, dizer o que penso da Goiânia dos anos 85. É melhor do que a Goiânia de 45? A resposta não é difícil. Os sonhos são sempre melhores do que a realidade. Goiânia é hoje uma cidade grande demais, seu progresso começa a incomodar, a violência aumenta, os problemas se avolumam cada vez mais e as soluções não são suficientes. (...). Goiânia, porém, já foi uma cidade agradável, muito mais agradável quando era menor"<sup>340</sup>.

O desaparecimento dos pontos de referência, com os quais os pioneiros demonstraram se identificarem, dificulta o relacionamento destes para com a cidade moderna. Aparentemente, como o apoio das suas memórias não existe mais, essas pessoas ficaram indiferentes frente às demolições.

Considerando que, os dados privilegiados pelos pioneiros em suas memórias são a natureza e os laços sociais, afirmamos que a identidade goianiense tem como suporte categorias marginalizadas no processo de tombamento dos bens culturais em Goiânia. Assim, concordamos com Fonseca (1997), quando a autora diz que "a política de preservação se propõe a atuar, (...), no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva"<sup>341</sup>. Identidade esta pensada como coletiva, mas que na realidade representa interesses minoritários.

Frente ao caso de Goiânia, é conveniente ressaltar que os órgãos responsáveis pela identificação, registro e tombamento do patrimônio cultural voltaram a sua atenção para a cidade com maior intensidade, no começo do século XXI, quando muito já fora destruído. Do que restou, o IPHAN tombou repartições públicas, juntamente com o traçado urbano original. A única casa tombada foi a de Pedro Ludovico, a qual colabora para legitimar a opção feita pelo *art déco*, visto que ele fora o principal expoente político da época. As demais residências construídas nos primeiros anos da capital, não foram inclusas no processo.

---

<sup>340</sup> (GOIÂNIA, 1985, p.182-183)

<sup>341</sup> (FONSECA, 1997, p.11)

O resultado dessa política é a indiferença com que a maioria da população trata o *art déco*. Esse fator colabora para a pouca expressividade dos bens na comunidade, onde concordamos com Meneguello (2005) quando a autora diz que sem o trabalho de informação patrimonial junto aos moradores, enfim "sem a participação da população local, os caminhos da preservação se tornam bem mais paridos do que o esperado"<sup>342</sup>. Ponderamos, entretanto, que não se trata apenas de informar a população dos bens já tombados. É preciso realizar um trabalho acurado para levantar o que a população entende como sendo a sua identidade cultural. Esses elementos têm que ser cotejados pelo povo, partindo de dentro da comunidade para fora e não o inverso como geralmente ocorre. Acreditamos que esta sugestão tem muito a contribuir com a política patrimonial.

Essa problemática nos faz inquirir qual a finalidade da preservação dos bens históricos, afinal devemos preservar por que e para quem? Essa indagação é cada vez mais altissonante quando está em pauta a discussão da política de preservação vigente no Brasil. Embora este campo tenha ganhado expressivas conquistas, no sentido de ampliar o conceito de patrimônio cultural, ainda vigora o entendimento de que o patrimônio reconhecido como tal é aquele que tem alguma representatividade para a nação. Em entrevista concedida ao Jornal O Popular sobre a possibilidade do traçado urbano de Goiânia ser tombado<sup>343</sup>, a superintendente do IPHAN, Salma Saddi, diz que:

"as chances de Goiânia são boas justamente porque a cidade tem o que não se encontra em outras localidades. Além disso, o IPHAN conta com um grande conjunto tombado de sítios urbanos, monumentos e obras artísticas referentes aos séculos XVII e XVIII e pouca coisa referente aos séculos XIX e XX".

A fala de Salma Saddi ressalta a singularidade de Goiânia perante o conjunto nacional de bens tombados pelo IPHAN, porém não analisa se os mesmos têm significação para a comunidade goianiense, e se há, qual o sentido que a população confere a esses bens.

A esquivia em relação à existência de manifestações identitárias plurais desvinculou o grupo dos bens tombados. O resultado é a apatia popular frente a esses bens,

---

<sup>342</sup> (MENEGUELLO, 2005, p.1)

<sup>343</sup> Matéria ao jornal O Popular intitulada Traçado do Centro de Goiânia pode ser tombado, de Maria José Braga, publicada em 02/09/2002.

intensificada pela dificuldade de acesso do povo as edificações, pois salvo a exceção do Grande Hotel, o restante dos edifícios não são abertos a visitação, pois ainda abrigam órgãos públicos.

O passado sertanejo foi rejeitado pelo IPHAN, contudo o sertão permanece presente no imaginário goiano. Mello (2006) observa o quão é frequente a opção de passar as férias na beira dos rios, nas margens do Araguaia, em contato direto com a natureza. As crianças, embora optem pelo lazer proporcionado pela vida moderna, escolhem como alternativa secundária o passeio nos bosques, parques e reservas ambientais. Resquícios da Goiânia "antiga", preservados em meio ao concreto armado. Se Goiânia desde a sua fundação, não foi desvinculada de fato do sertão, ao contrário ele estava entranhado em meio ao urbano em todos os sentidos, no estilo de vida sertaneja, seus costumes, hábitos, referências e expressões culturais e apesar do crescimento urbano, ter expulsado a natureza cada vez mais para os arredores da cidade, é inegável que Goiânia ainda conserva um ar de interior. Não houve uma ruptura e sim uma continuidade. Então por que não assumir oficialmente a nossa identidade sertaneja?

É interessante que a Recomendação de Nairóbi<sup>344</sup>, "relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea", sugere que a diversidade e pluralidade das comunidades sejam respeitadas, e uma forma de se respeitar à sociedade evitando a sua uniformização e despersonalização, seria dar maior importância aos "testemunhos vivos". Os testemunhos são os nossos Pioneiros e em seus depoimentos podemos encontrar a "expressão da cultura e, ao mesmo tempo, um dos fundamentos da nossa identidade". Esta carta versa a respeito da valorização das pessoas, e até mesmo dos laços sociais, no processo de identificação dos bens representativos para a comunidade, sugerindo que, os bens tombados mantenham relação com os aspectos levantados por estes membros comunitários, caracterizando este processo por "ambiência":

"Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais"<sup>345</sup>.

---

<sup>344</sup> Recomendação escrita durante a 19 Sessão UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, em Nairóbi-Quênia em novembro de 1976.

<sup>345</sup> (UNESCO, 1976, p.3)

A Recomendação (1976) presa pela participação popular no processo de tombamento, em vários momentos no decorrer da carta, ressaltando que "as autoridades deveriam tomar a iniciativa de organizar a consulta e a participação da população interessada", evitando "uma ruptura da trama social".

Neste sentido, recorrer aos Pioneiros e aos livros de memórias para identificar nossas raízes, a partir da Recomendação de Nairóbi, não nos parece proposta tão absurda. O reconhecimento dos bens intangíveis pelo Decreto 3.551/2000, cria também o Instituto de Registro, que reconhece e valoriza o patrimônio imaterial. Sant'Anna (2003), ressalta que o IPHAN elaborou uma "metodologia de inventário de referências culturais" um instrumento de maior amplitude e que:

"...busca dar conta dos processos de produção desses bens, dos valores neles investidos, de sua transmissão e reprodução, bem como das suas condições materiais de produção. Operando com o conceito de referência cultural, o INRC supera a falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, tornando-os como faces de uma mesma moeda: a do patrimônio cultural"<sup>346</sup>.

Se há respaldo legal, se há metodologia adequada, por que não inserir os elementos mais significativos das Memórias dos Pioneiros no inventário de referências culturais? Por que não registrar oficialmente a identidade popular goianiense, donde dentre outras expressões, está a vida sertaneja e toda uma teia de significados? A memória subsiste para constatar que esse passado foi real, diríamos, muito mais verídico do que a ideologia de que, Goiânia era desde sua fundação uma capital moderna e que o *art déco* teria essa característica imanente e não apropriada pelo poder.

Vale destacar, que como propõe Adams (2002), o desaparecimento dos Pioneiros implica no esquecimento da memória coletiva. "Quando há a perda da memória social, a memória coletiva torna-se memória histórica. Então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem"<sup>347</sup>. As colocações de Adams são um convite a refletirmos sobre a pouca importância dada a Memória dos Pioneiros, cujos livros ocupam posição secundária em relação

---

<sup>346</sup> (SANT'ANNA, 2003, p.53)

<sup>347</sup> (ADAMS, 2002, p.17)

às fontes documentais, constatação verificada no próprio *dossiê* que não usou a memória como referência bibliográfica.

Por fim, gostaríamos de reiterar que não somos contra o tombamento dos edifícios em *art déco*. É inegável que esses edifícios de alguma forma representam Goiânia das décadas de 1930, 1940 e 1950. Contudo, o nosso empenho nesse trabalho, se deu no sentido de provar que o *art déco* não é o único representante desta época, e muito menos o mais significativo a nível popular. Existem outras referências importantes, que conduzem a identidade goianiense, talvez de forma mais eficaz e abrangente do que o estilo arquitetônico. A nossa crítica ao processo de tombamento, não se dá no sentido de menosprezar o que fora feito pelo IPHAN, mas sim, de alertar que existem outras referências além do *art déco*. Sugerimos, portanto, que estas referências sejam incorporadas à miscelânea de expressões que compõe a identidade goianiense. Afinal, não vemos razão para negar que somos sertanejos.

## Anexos

### Documento 1 (anexo do Capítulo II)



Núcleo pioneiro de Goiânia 1938  
Fonte: Dossiê de Tombamento. Ver (MANSO, 2004, p.71)

Documento 2 (anexo do Capítulo II)



Em destaque o Traçado do Núcleo Pioneiro, projetado por Atilio Corrêa Lima.  
Fonte: Dossiê de Tombamento. Ver (MANSO, 2004, p.78)

**Documento 3 (anexo do Capítulo II)**



Plano original de Goiânia planejado por Atilio Corrêa Lima (1933)  
Fonte: Dossiê de Tombamento. Ver (MANSO, 2004, p.65)



**Documento 4 (anexo do Capítulo II)**



Plano modificado de Goiânia por Armando de Godoy (1938)  
Fonte: Dossiê de Tombamento. Ver (MANSO, 2004, p.69)

## Documento 5 (anexo do Capítulo II)

### GRANDE HOTEL

#### EDITAL N. 2

A Secretaria do Estado de Goiaz faz ciente a quem interessar possa que, pelo prazo de 30 dia, contados da publicação deste no “Correio Oficial”, está, novamente, aberta a concorrência pública para o arrendamento do Grande Hotel de Goiânia – a Nova Capital – o qual possui 60 quartos e quatro apartamentos de luxo, com água encanada em todos eles, três pavimentos, ótimo salão de refeições, cozinha, vários banheiros sevidos de água quente e fria, etc., além de garagens e outras dependências próprias dos melhores estabelecimento desse gênero.

Será aceita a proposta mais vantajosa aos interesses da Fazenda Publica e, em igualdade de condições, a que for assinada por pessoa de maior idoneidade financeira, desde que seja apresentada ao gabinete deste Departamento, em carta fechada, dentro do prazo fixado, acompanhada do certificado de reconhecimento, em qualquer Repartição arrecadadora do Estado, de uma caução de três contos de reis, em dinheiro ou apólice.

Em tudo o mais que lhe for aplicável, a presente concorrência se regulará pelo artigo 54 da Lei Federal n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

A Secretaria Geral dará, sobre o assunto, com a maior presteza todas as informações que lhe forem solicitadas verbalmente, por telegrama ou cartas, assistindo-lhe o direito de anular esta concorrência e abrir nova, si julgar conveniente.

Maria das Graças Fleury, Oficial de Gabinete.

#### ESPECIFICAÇÕES PARA O SERVIÇO DO GRANDE HOTEL FORNECIDAS PELA SUPERINTENDENCIA DAS OBRAS DA NOVA CAPITAL.

##### I

O serviço exige, no mínimo, os seguintes funcionários:

- 5 camareiros;
- 1 cosinheiro;
- 1 auxiliar de cozinha;
- 1 copeiro
- 1 maitre d’hotel;
- 2 garçons
- 1 porteiro
- 2 ascensoristas;
- 1 garagista;
- 1 groom;
- 2 telefonistas (quando se instalar o respectivo serviço telefônico);
- 1 guarda noturno;

##### II

Os camareiros, cosinheiro, maitre d’hotel, garçons, porteiros, ascensoristas e groom, usarão uniformes de acordo com os modelos de uso corrente.

##### III

Todas as peças pavimentadas a taco serão enceradas, sendo os corredores, a escada e as salas de visita e de jantar, uma vez por semana e os quartos cada quinze dias.

- a) a cozinha, copa e todas as instalações sanitárias serão lavadas diariamente e mantida em perfeito estado de limpeza.
- b) o hall de entrada, pavimentado a pastilhas de cerâmica será lavado e encerado com cera apropriada, tantas vezes quantas as necessárias à perfeita limpeza e conservação das pastilhas, sendo, no mínimo, duas vezes por semana.
- c) os escadas e corredores levarão uma passadeira de “linoleum” ou de fibra similar, devendo ser cuidadosamente mantida sua limpeza.

#### IV

Todas as instalações serão mantidas em perfeito estado de funcionamento, bem como fogão, aquecedor de água e filtros cuja conservação fica sob a inteira responsabilidade do arrendatário.

Os reparos no acabamento do prédio correrão por conta do arrendatário desde que sejam inferiores a dois contos de reis.

#### V

Findo o contrato de arrendamento, o arrendatário fica obrigado a entregar o prédio em perfeito estado de conservação.

#### VI

O arrendatário poderá a seu critério cobrar o aluguel da garagem.

#### VI

O arrendatário explorará a barbearia ou alugará o cômodo a ela destinado, sendo porém, em qualquer caso, o responsável pelas obrigações especificadas.

O funcionamento da barbearia é obrigatório.

#### VIII

O arrendatário explorará ou arrendará o serviço do Bar, ficando responsável, em qualquer caso, pela conservação do refrigerador e demais instalações e obrigações especificadas.

O funcionamento do Bar constitui obrigação do arrendatário.

#### IX

Os quartos menores serão mobiliados com uma cama de solteiro, tipo Patente, ou similar, um guarda roupa, uma mesinha de cabeceira, uma mesa para toilette e uma cadeira, tudo de estilo moderno e lustrado.

Os Quartos maiores terão uma cama para casal, um guarda roupa e um guarda vestido, que poderão ser em um só móvel, duas mesinhas para cabeceiras, uma mesa para toilette e duas cadeiras, tudo de modelo semelhante aos anteriores.

Dos quatro apartamentos, dois terão quartos mobiliados para casal e dois para solteiro.

Todos terão uma sala de estar com uma mesa de centro, duas poltronas e um sofá, de madeira lisa ou estofados.

A sala de visitas será mobiliada com três grupos modernos, sendo um estofado. Terá uma mesa para jornais e quatro cadeiras.

Os halls do segundo e terceiro pavimento, terão, cada um, dois grupos compostos de uma mesa, dois sofás e uma poltrona, tudo de vime.

A sala de jantar terá mesa e cadeiras em números suficientes para atender a todos os hóspedes, de acordo com a capacidade da sala. Terá ainda um guarda talher de centro de sala.

Junto ao montado pratos, em cada pavimento, será colocada uma mesinha.

#### X

Os talheres serão de metal alpaca, ou similar e as loucas e demais utensílios de boa qualidade em quantidade suficiente para o serviço, de acordo com a fiscalização do Governo.

Cada mesa terá uma jarra para flores e uma pra água, um cinzeiro de louca e mais pertences necessários.

Serão postas no serviço bandejas suficientes para fornecimento de café em cada quarto

#### XI

Os serviços de cosinha e copa serão feitos com toda a limpeza e higiene, de acordo com a fiscalização da saúde pública.

#### XII

O serviço de lavanderia, feito nas instalações do Hotel poderá ser explorado diretamente pelo arrendatário. Quando ele, por sua vez empreitar esse serviço, fica igualmente sujeito às obrigações especificadas.

#### XIII

O arrendatário somente fornecera luz aos hospedes. O fornecimento de energia elétrica nos quartos para ferros de engomar, rádios, etc. poderá ser feito mediante taxa especial cobrada pelo arrendatário, a seu critério. Para isto todos os quartos estão dotadas de uma tomada de força.

c) Quando instalada a rede telefônica na cidade o arrendatário seta obrigado a manter a rede interna instalada no edifício custeando os funcionários especificados e responsabilizando-se pela conservação das instalações.

#### XIV

##### Do fornecimento de águas

- a) Para tos os quartos será fornecida água quente e fria, nos lavatórios instalados.
- b) Nos banheiros, para bombas quentes, será fornecida água quente por taxa especial.
- c) Nos banheiros dos apartamentos será fornecida água fria e quente insenta de taxa especiais.

#### XV

##### Das refeições

- a) De manhã, serão fornecidos cafés nos quartos.
- b) As demais refeições se farão na sala de jantar, em horário a critério do arrendatário, salvo caso de ser cobrado taxa especial.
- c) As refeições serão preparadas com todo asseio e higiene de acordo com o critério da fiscalização do Estado.

#### XVII

##### Do serviço de elevador

- a) Funcionara, constantemente, o elevador que terá sempre um cabineiro para atendê-lo.
- b) Todo o custeio e os reparos nas máquinas e no elevador correrão por conta do arrendatário.

#### XVIII

##### Da rouparia do hotel

- a) Toda a rouparia será confeccionada em fazenda de boa qualidade, branca de preferência.

#### XIX

##### Da iluminação do prédio

- a) O letreiro luminoso, a gaz néon, colocado na fachada do edifício será iluminado durante todas as noites.

- b) Os “halls”, corredores, escadas, salas de visita e o bar serão sempre, iluminados, no mínimo até as 22 horas, independente de presença de hospedes e, alem destas horas enquanto permanecerem hospedes no recinto.

#### XX

##### Dos serviços de informação e caixa

- a) O arrendatário manterá um cofre e designara um funcionário para guardar valores depositados pelos hospedes.
- b) Na portaria serão dadas as informações de trens, endereços, etc., conforme uso corrente.
- c) Os quartos grandes terão uma cama para casal, um guarda roupa e um guarda vestido, que poderão ser em um só móvel, duas mesinhas para cabeceiras, uma mesa para toilette e duas cadeiras, todos de modelos semelhantes aos precedentes.
- d) Dos quatros apartamentos, dois terão quartos mobiliados para casal e dois para solteiro. Todos terão uma sala de estar com uma mesa de centro, duas poltronas e um sofá, de madeira lisa ou estofado.
- e) A sala de visita seta mobiliada com três grupos, dois semelhante aos das salas dos apartamento e um com peças estofadas, terá ainda uma mesa para jornais e quatro cadeiras.
- f) Os “halls” dos 2 e 3 pavimentos terão um, dois grupos compostos de uma mês, um sofá e duas poltronas, todos de vime.
- g) A sala de jantar terá mesas e cadeiras em numero suficiente para atender a todos os hospedes, de acordo com a capacidade da sala, e com os discais do Governo. Terá ainda um gaurda-Talheres de centro da sala.
- h) Junto aos monta-pratos, em cada pavimento será colocada uma mesinha.

#### XXI

##### Dos serviços de mesa e café

- a) Os talheres serão de alpaca ou metal similar, as louças e demais utensílios de qualidade e em quantidade suficiente para o serviço de acordo com a fiscalização do Governo.
- b) Cada mesa terá uma jarra para flores, uma para água, um cinzeiro de louça e demais pertences necessários.
- c) Serão postos em serviços bandejas de louças suficientes para fornecimento de café em cada quarto e para mesa, a juízo da fiscalização do Governo.

#### XXII

##### Dos serviços de cosinha e copa

- a) Serão feitos com toda a limpeza e higiene, de acordo com a fiscalização do Governo(Saúde Publica).

#### XXIII

##### Do serviço de lavanderia

Poderá ser feito nas instalações do hotel ou fora delas, arrendado ou explorado pelo arrendatário, a seu critério, ficando porem o mesmo sujeito ás obrigações especificas.

#### XXIV

##### Do fornecimento de luz, força e telefone

- a) O arrendatário somente fornecera luz aos hospedes.
- b) O fornecimento de energia elétrica nos quartos, para ferros de engomar, rádios, etc., poderá ser feito mediante taxa especial cobrada pelo arrendatário, a seu critério.

#### XXVI

##### Das obrigações da Saúde Publica

O arrendatário ficara sujeito a todas as exigências da Saúde Pública do Estado, de acordo com o Regulamento desta e com a fiscalização por ela mantida.

Fonte: MONTEIRO, O. S. N. **Como nasceu Goiânia**. Editora Líder. Goiânia. 1979. p. 416-421

## **Documento 6 (anexo do Capítulo II)**

### **Propaganda do Grande Hotel**

“Grande Hotel de Goiânia. O melhor em todo o Brasil central. Construído sob o mais rigoroso plano de Arquitetura Moderna.

De suas sacadas o turista poderá contemplar, em toda a sua plenitude, essa luta ciclópica ente um povo que vai construindo a sua cidade e a Natureza virgem, travada em uma das mais encantadoras paragens do hinterland brasileiro, Duelo imponente em qual a mão do homem apenas aumenta a beleza verdadeiramente endêmica da paisagem. Mixto de cidade e de sertão.

Visitai Goiânia, a caçula das Capitais brasileiras e hospedai-vos no Grande Hotel”.

SOUZA, A. P. **Goiânia: a saga dos pioneiros / Armênia Pinto de Souza**. Oliveira. Goiânia 1989. p. 51-52

## **Documento 7 (anexo do Capítulo II)**

### **Reportagem: Lobato em Goiânia (Um depoimento de Mário Donato)** Folha de Goiás. 20-04-1982.

...“Do depoimento de Mário Donato, extraio:” Em 1938, já repórter de “O Estado de São Paulo”, fui designado para cobrir a viagem inaugural da Vasp a Goiânia. Leitor veja bem: naquele ano, há 44 anos, quando apenas se viaja de avião para o Rio, ir a Goiânia era algo que tinha o sabor de uma aventura. No aeroporto, quando nos ofereceram seguro(era optativo), muita gente ficou assustada. Seguro? Então havia perigo?

Lobato, cercado por um bando de jornalistas, estava no avião. Viajamos lado a lado. Lobato lia então um volume de John Dewey, *Democracy and Education*, lembro-me perfeitamente. Pediu notícias de meu pai, de quem se lembravam, da minha carreira no jornal, e confessou-me que não tinha bossa parra jornalista. Quis saber se eu cursara colégio particular ou grupo escolar. Grupo escolar, respondi-lhe. Mas já sabia ler ao entrar no grupo, pois, aos sete anos, ensinado por minha mãe, aprendera a soletrar manchetes de O Estado, deitado de barriga no chão. Ele explodiu numa gargalhada, dizendo que eu estava definitivamente contaminando pelo “sarcopther mesquits”... E varias vezes, durante toda a viagem de ida a Goiânia, surpreendi-o a olhar-me de viés e sorrindo.

Foi uma viagem incômoda e demorada. O avião gastou seis horas, com vários pousos. Lobato, que tinha problemas estomacais, socorreu-se do saquinho providencial. Pousamos em Araguari. Era coisa de meio-dia. Ataquei com sofreguidão um frango inteiro, enquanto Lobato, sentado à minha frente, contentando-se com água mineral e café, dizia-me: “Donato, você vai ver lá em cima...” Pois lá em cima, apesar do frango inteiro adormeci, enquanto Lobato voltava ao saquinho.

Goiânia não existia. Lá só havia o Grande Hotel, e chamá-lo de grande era um ousado eufemismo. Alguém ligado ao governo mostrava uns riscos no chão e, às vezes, os limites de edificios futuros com barbantes amarrados em varinhas. “Aqui vai ser o Correio, lá o Palácio do Governo. Mais adiante a Cadeia...” Voltei vinte anos depois: Goiânia se transformou numa grande cidade, tão depressa quanto crescem as cidades paulistas.

O avião ao descer embicou e perdeu uma roda do trem de pouso. Alcançamos a muito custo o hotel e corremos para os chuveiros. Infelizmente, um burro de carrocinha tropeçara no encanamento assentado e descoberto, e lá se foi o abastecimento d'água. Lembro-me ainda hoje de Lobato, todo ensaboado, à janela do Grande Hotel, como vários outros hóspedes, noutras janelas, a berrar pela volta d'água”...

Fonte: Acervo de Amália Hermano (IHGG): Vasp. Viagem inaugural-1938. Folha de Goiás. 20/04/1982

## **Documento 8 (Capítulo III)**

### **Reportagem: Sítios históricos. Resquícios do que se foi...Coletivo, Gyn 24 a 30/10/2001.**

Ao completar 68 anos, Goiânia ainda possui diversos lugares em que pequenas amostras do passado podem ser encontradas. Preservadas, pelo acaso, da sanha do crescimento sem planejamento ou memória histórica.

Em meio ao caos da cidade se encontram resquícios do passado que a massacrante rotina do crescimento urbano esqueceu preservado. Esses singelos restos da história passada podem estar em fundos de quintais, no centro de movimentadas avenidas ou em construções que o acaso permitiu que não fossem demolidas. Ao completar 68 anos, Goiânia possui ainda diversos desses monumentos anônimos, e que são desconhecidos pela maioria da população.

Os símbolos do passado podem ser encontrados em bairros periféricos e também no centro. No Jardim Balneário Meia Ponte, por exemplo, podem ser vistas os restos da fazenda chamada Catingueiro, que deu origem ao bairro. Ela fica próxima ao Centro Zoonoses, em um loteamento denominado Residencial Itália. A placa com o nome da fazenda e postes de aroeira amontoados sob uma árvore são tudo o que resta da antiga propriedade.

Nos fundos da casa de Sonia Meneses, na Rua 26-A do setor Aeroporto, existe uma figueira que pertenceu ao pátio da fazenda que deu origem ao bairro. Sonia conta que até hoje José Martins, um senhor que é filho do fazendeiro que loteou a propriedade, vai ao local para visitar o velho pé de figo.

Na divisa entre o Setor Aeroporto e o Centro, ao lado do Ginásio Rio Vermelho, se encontram os restos do que foi o primeiro aeroporto de Goiânia. Trata-se da Estação Climatológica Principal de Goiânia, localizada no cruzamento das avenidas Paranaíba com a Tocantins. O interessante é que muita gente passa por lá, mais ninguém sabe sua importância histórica.

Mais acima da Estação Climatológica, na Rua 24, entre a Rua 3 e a Avenida Anhanguera, pode ser visto o primeiro palácio de Goiânia. O local é tombado pelo patrimônio histórico, mas se encontra praticamente abandonado. A Moreira na frente da casa, uma árvore secular sob o qual Pedro Ludovico acampou com seus auxiliares e fez o primeiro despacho da nova capital em 1933, está cercada por mato, vândalos queimaram parte de seu tronco e raízes e sua copa mesclada por galhos bons e outros podres está pedindo poda e tratamento.

Um imenso ficus engravado entre as movimentadas Avenidas Perimetral e Rua Campinas é o que resta de uma fazenda. A casa que foi de Licardino Ney, o último prefeito de Campinas está localizada em frente à praça Joaquim Lucio e sua fachada esta escondida detrás de um restaurante que funciona no lugar.

Fonte: Jornal Coletivo, Gyn 24 a 30/10/2001. IHGG

## Documento 9 (Capítulo III)

### Contrato de construção das casas-tipo

Que assina o Sr. Atilio Corrêa Lima, sócio da firma P. Antunes Ribeiro e Comp., para construção de dez casas-tipo, destinadas a residência de funcionários do Estado, na nova capital, em construção.

Aos quinze dias do mês de janeiro de mil novecentos e trinta e cinco, nesta Diretoria Geral da Fazenda do Estado de Goiaz, perante o respectivo director geral, Dr. Heitor de Moráis Fleuri, e o procurador fiscal da fazenda Dr. Lavoisier Escobar Bueno, compareceu o Dr. *Atilio Corrêa Lima*, sócio da firma P. Antunes Ribeiro e Comp., o qual declarou que tendo sido aceita sua proposta datada de 28 de junho de 1934, para construção de dez casas-tipo, destinadas a residência de funcionários do Estado, na nova capital do Estado, em construção, vinha assinar o contrato...

Fonte: MONTEIRO, O. S. N. **Como nasceu Goiânia**. Editora Líder. Goiânia. 1979. p.130.

### Contrato

Rescisão dos contratos celebrados entre o governo do estado e P. Antunes Ribeiro e Comp. em 8 de setembro de 1933 e quinze de janeiro de mil novecentos e trinta e cinco para a execução de serviços na Nova Capital.

Fonte: MONTEIRO, O. S. N. **Como nasceu Goiânia**. Editora Líder. Goiânia. 1979. p.134.

Deixando a firma P. Antunes Ribeiro e Cia. Ltda., a construção das obras da nova capital, passou-a o governo para a firma Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda., por meio do seguinte:

### Contrato

Assina o Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, sócio gerente da firma Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda., por seu procurador Atila Moraes Jardim, para a construção dos edifícios do Palácio do Governo, Hotel, Secretaria Geral e *dez casas destinadas a funcionários*, na Nova Capital.

Fonte: MONTEIRO, O. S. N. **Como nasceu Goiânia**. Editora Líder. Goiânia. 1979. p.148.



## Documento 10 (Capítulo III)

### CASA – TIPO RESIDENCIAIS (Rua 20)

#### 1) Dos projetos

Foram construídas 10 casas-tipo, de preços variáveis para servirem de modelos às construções residências de Goiânia. Naturalmente para servirem de modelo, tiveram um acabamento acima do nível médio de construções estimável para a cidade, e incomparavelmente acima de quaisquer construções do Estado. Nem podia ser de outra forma. Seria inteiramente absurdo tomar-se como termo de comparação para se estabelecer o nível higiênico e arquitetônico das construções daqui, os prédios construídos até então no Estado.

Não se podia justificar que se fizesse cidade nova, (em virtude de não se ter outra que apresentasse condições de salubridade aceitáveis para a capital) e se tomasse como base as construções feitas nessa cidade. Nunca fazer coisa nova para corrigir os erros e tomar os erros como padrão da corrigenda. Não nos esmorecem as críticas neste terreno, estamos por demais seguros do que fazemos. Felizmente que é bem este o pagamento de nossos administradores e podemos assim construir aqui casas que marcam um avanço de cem anos na rotina asfíxiante das nossas antigas habitações.

Assim foram construídas casas de custo variando entre vinte e sessenta conto de reis, todas dotadas dos mais modernos requisito de higiene e de conforto e construídas com o melhor material que se possa exigir para toda limpeza, para uma duração razoável e apresentação esmerada, conforme se deduzirá das especificações abaixo, e vem sendo comprovado durante os meses em que elas já tem sido habitadas:

- 1) Fundações – Todas de pedra com argamassa de cimento e areia, ou cal e areia.
- 2) Paredes – Internas de 15cmts. E as externas de 25cmts. Todas de tijolos.

A casa tipo 8 recebeu cantaria de pedra lavrada na fachada da frente até a altura do respaldo do 1º pavimento.

- 3) Telhados – Todos cobertos a telhas francesas com beirais.
- 4) Calhas e condutores – Todas receberam calhas, condutores e rincões de cobre com chapa mínima de 12”.
- 5) Revestimento – Externamente todas foram revestidas com “rústico” injetado de pó de malacacheta, de tipos e cores variadas.
- 6) Esquadrias – Nos quartos e salas: Janelas com vidros e postigo. Nos banheiros e cozinhas; Janelas basculantes com vidros. Portas – Almofadadas todas elas. Todas esquadrias de fabricação na oficina do Estado.
- 7) Pavimentação – Salas e quartos pavimentados a tacos de ipê, fornecidos, colocados e raspados pela Casa Pregrave Mello & Cia, de São Paulo. Banheiros, cozinhas e varandas pavimentados a ladrilho. Varanda – Todas dotadas de uma varanda coberta, ladrilhada, e trez, com terraços impermeabilizados sobre elas.
- 8) Revestimento – Banheiro e cozinhas revestidas com uma faixa lavável de estuque-lustro, de 150cmt. De altura.
- 9) Instalação elétrica – Tubulação régida em todas as Lages e paredes e sobre “cleats” nos forros. Um centro para cada peça e para cada passagem. Todos os centros comandados por interruptores embutidos nas paredes e guarnecidos por chapas niqueladas. Uma tomada de força em todos os quartos.
- 10) Instalação para campainha – Em todas as casas.
- 11) Instalação hidráulica – Para água quente e fria em todas as casas.
- 12) Aparelhos sanitários – Em cada casa foi instalado um banheiro com os seguintes aparelhos:
  - 1 lavatório de louça estrangeira, com duas torneiras niqueladas, de água quente e fria, e com sifão de chumbo.
  - 1 “bidet” de louça estrangeira, tipo “Luxo” com chuveiro niquelado, e quatro registros niquelados para água quente e fria, dois comandos o chuveiro e dois as bocas da bacia.
  - 1 privada de louça nacional, com caixa de descarga de ferro fundido marca “Aimoré” tipo “Luxo”.
  - 1 banheiro de 5 ½ pés de comprimento, de ferro esmaltado, com beira quadradas, embutidas por saias de alvenaria revestidas a azulejos; cada banheiro com uma válvula e ladrão niquelado e entrada commandada por dois registros de parece, niquelados, material todo de luxo.

1 chuveiro niquelado, com braçadeira, e dois registros niquelados na parede para água quente e fria, instalações essas que raramente se encontra nos grandes centros.

1 ralo de metal branco tapando uma caixa coletora de cobre. Toda tubulação de exgotos em tubos de chumbo de 2”.

1 fossa séptica domiciliar para numero suficiente de pessoas, conforme tipo aprovado pelo Departamento Nacional de Saúde Publica.

1 sumidouro para infiltração de água decantada na fossa, no terreno.

13) Forros – Todos feitos em tela “Duplex” revestidas a massa chapeada e desempenhada para caição, com sancas de massa, e um alçapão para o forro nos banheiros.

14) Pintura – todas parede a “tempera” em desenhos “futuristas” á pistola. Esquadrias pintadas a trez demãos a óleo.

15) Passeio – Todas as casas foram cercadas por um passeio de 60 cmts, furado para o plantio de hera.

16) Terreno – Todos foram murados na frente, com muros em estilo moderno, de modo a realçar a linha arquitetônica dos edifícios, sento que, para cada edifício foi estudado um tipo especial de muro.

17) Tanque de lavar roupa – Em cada casa foi construído um, de cimento, com torneira e válvula de metal amarelo.

Taboa de engomar – Em cada casa foi adaptada uma especialmente para facilitar esta tarefa.

18) Fogão – Em todas as casa foram instalados fogões econômicos, de ferro de tamanho proporcional ao da casa..

19) Banheiro de empregados – Em cinco casas foram instalados dois banheiros, um para família, com os aparelhos acima descriptos, e outro para empregados, constando de um chuveiro com registro na parede e um WC, com caixa de ferro fundido.

Feita esta descrição dos materiais, vejamos um aspecto geral destes edificios:

#### I – De um só paviemnto:

1) de 2 dormitórios – Uma sala, banheiro, cozinha e varanda; foram construídos dois: tipo 13 e 14.

2) De 2 dormitórios – Duas salas, dois banheiros, um para a família e outro para empregados, cozinha e varanda; construído um prédio: tipo 19

3) De 3 dormitórios – Duas salas, banheiro copa cozinha e varanda; construídos dois: tipo 1 e 10. ambos com grandes áreas e varanda tomando toda a frente do edifício.

#### II – De dois pavimentos:

4) de 3 dormitórios – Duas salas, banheiro, cozinha, varanda e dispensa; foi construído um: o tipo 8, atual residência do Governador e o primeiro inaugurado em Goiânia. O seu preço acha-se agravado com os de mobiliários, e custeio, despesas de conservação durante o período que antecedeu a mudança da capital e ainda pela construção de uma grande garage com dois quartos, uma sala e banheiro para empregados. Garage também em dois pavimentos e no mesmo estilo do edifício.

5) De 4 dormitórios – Duas salas, 2 banheiros um para a família e outro para empregados, copa, cozinha, varanda e terraço; construído um:: pó tipo 11.

6) Com mesmos requisitos das procedentes, porém, sem terraço e com um só banheiro: a tio 2, que vem atualmente servindo de Palácio Provisório.

7) De 5 dormitórios – Duas salas, copa, cozinha, banheiro e garage com apartamento de empregados anexo(constando de um quarto com guarda-roupa embutido e um banheiro) uma: a tipo 12, onde funciona atualmente o escritório central da Superintendência Geral doas Obras de Goiânia.

Um só pavimento porém com quatro De 4 dormitórios, duas salas, biblioteca, copa, cozinha, banheiro, quarto de empregados, banheiro de empregados e garage num só bloco destacado com quarto de chofer anexo, uma – a tipo 18.

Pode-se-á vêr, portanto, que os materiais empregados e os variados tipos de residências dão um conjunto modelo para qualquer necessidade, desde a pequena família até mais números.

## Documento 11 (Capítulo III)

### O VALOR EDUCATIVO DAS CONSTRUÇÕES

Poderão, Senhor Diretor, querer argumentar que a nossa orientação actual seguida na administração das obras, que felizmente recebeu aprovação de nossos dirigentes, e que nos leva a dar aos prédios construídos paridade de acabamento com os construídos no Rio de Janeiro e em São Paulo, esteja prejudicando o Estado, impedindo-o de construir maior numero de prédios com acabamento peor. Isto não nos passa despercebido e como já tivemos oportunidade de lhe dizer, não poderíamos seguir orientação mais acertada considerando que esta obras são as primeiras aqui edificadas, elas têm, portando uma função altamente educativa. Elas representam os marcos de um avanço que a administração actual vai dando á civilização do Estado, e portanto devem ser colocadas no ponto mais próximo possível dos fins colimados: a sincronização de nosso progresso com os dos centros mais avançados do Brasil; e assim, impressionar bem fundo o espírito de nossa gente para fazê-las sentir com a evidencia dos factos o quanto nós estamos atrasados em relação áqueles centros, e com argumento insofismável das cousas feitas, convencê-lo que este avanço que se tenta é ralizavel.

Esta função profundamente psicológica profundamente educativa, que estas obras necessariamente têm que cumprir, têm sido o motivo de nosso zelo em dar-lhe um acabamento o quanto possível perfeito.

Fonte: MONTEIRO, O. S. N. **Como nasceu Goiânia**. Editora Líder. Goiânia. 1979. p.469-473.

## **Documento 12 (Capítulo III)**

### **Pesquisa de campo Amostragem das atividades desenvolvidas atualmente na Rua 20:**

- Alimentação (Restaurantes, lanchonetes, padarias, sorveterias): 15

-Prédios (residenciais, residenciais com térreo comercial): 22

-Residências (todos os estilos arquitetônicos): 24

-Estacionamentos: 11

-Profissionais liberais (contadores, odontólogos): 07

-Profissionais autônomos (cabeleireiros): 06

-Igrejas (católica, evangélica, seita oriental): 04

-Saúde (hospital, clínicas): 05

-Lojas (materiais elétricos, móveis, bicicletas,etc.): 32

-Hotel: 04

-Colégio: 02

-Lojas fechadas: 06

-Farmácia: 02

-Órgão público: 01

#### **Casas:**

Casas construídas nas décadas de 30,40 e 50 (todos os estilos): 12

Casas de construção recente: 06

Casas descaracterizadas (alteração da fachada): 02

## Referências Bibliográficas

### Cartas patrimoniais

19ª SESSÃO DA UNESCO. 1976; Nairóbi; **Recomendação de Nairóbi**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12445&sigla=Documento&retorno=detalheDocumento>. Acesso em: 12 ago. 2006.

DOCUMENTO REGIONAL DO CONE SUL SOBRE AUTENTICIDADE; 1995; Brasília; **Carta de Brasília**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12418&sigla=Documento&retorno=detalheDocumento>. Acesso em mai. 2005.

### Dissertações

ARTIAGA, Z. Monografia Chorografica e Histórica da Nova Capital de Goyaz. S.d. Disponível na Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

LEWGOY, B. **A invenção do patrimônio**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 1992.

SANTOS JUNIOR, R. R. Goiânia Patrimônio Cultural e as crianças: uma etnografia na cidade. Dissertação de Mestrado UCG: 2005.

SILVA, S. R. **Campinas: da Identidade ao Patrimônio**. Dissertação de Mestrado. UCG. 2002.

VAZ, M. D. A. C. **Transformação do Centro de Goiânia: Renovação ou Reestruturação?** Dissertação de Mestrado. UFG. 2002.

### Entrevistas

Entrevista com Sr<sup>a</sup>. Adenir Amaral de Castro, concedida a Francis Oto ao Projeto Antropologia na Cidade. Identidade, Memória e Referências Culturais Do Núcleo Pioneiro de Goiânia, em 25 out 2005.

Entrevista com a Sr<sup>a</sup>.Elisa Macêdo Castro, concedida a Francis Oto ao Projeto Antropologia na Cidade. Identidade, Memória e Referências Culturais Do Núcleo Pioneiro de Goiânia, s.d.

Entrevista com a Sr. Hermes Martins de Paula, concedida a Tattiussa Martins ao Projeto Antropologia na Cidade. Identidade, Memória e Referências Culturais Do Núcleo Pioneiro de Goiânia, s.d.

Entrevista com a Sr<sup>a</sup>. Lúcia Campos Maia Alves, concedida a Francis Oto e Tattiussa Martins ao Projeto Antropologia na Cidade. Identidade, Memória e Referências Culturais Do Núcleo Pioneiro de Goiânia, em 11 nov 05.

Entrevista com o Sr. Manuel Ferreira Lima, concedida a Maurides Batista Macedo Filha ao Projeto Antropologia na Cidade. Identidade, Memória e Referências Culturais Do Núcleo Pioneiro de Goiânia, em 2005.

Entrevista com Sr<sup>a</sup> Mirza Perotto, concedida a Francis Oto ao Projeto Antropologia na Cidade. Identidade, Memória e Referências Culturais Do Núcleo Pioneiro de Goiânia, em 03 out 2005.

Entrevista com a Sr<sup>a</sup>. Nize De Freitas, concedida a Francis Oto ao Projeto Antropologia na Cidade. Identidade, Memória e Referências Culturais Do Núcleo Pioneiro de Goiânia, em 26 set 2006.

Entrevista com Sr. Salomão e Dna. Geraldina, concedida a Francis Oto ao Projeto Antropologia na Cidade. Identidade, Memória e Referências Culturais Do Núcleo Pioneiro de Goiânia, em 09-10 ago 2006.

Entrevista com Sr<sup>a</sup>. Virgínia Pereira Mendes, concedida a Francis Oto e Tattiussa Martins ao Projeto Antropologia na Cidade. Identidade, Memória e Referências Culturais Do Núcleo Pioneiro de Goiânia, em 11 nov 05.

### **Leis municipais:**

GOIÂNIA. Lei N ° 6.962, de 21 de maio de 1991. **Considera Bens Culturais os que Especifica.**

GOIÂNIA. Lei N ° 7.016, de 11 de novembro de 1991. **Modifica o art. 1 ° da Lei n ° 6.962/91.**

GOIÂNIA. Lei N ° 7827, de 07 de julho de 1998. **Dispõe sobre a identificação das Edificações Públicas no Município de Goiânia.**

GOIÂNIA. Lei N ° 7.164, de dezembro de 1992. **Dispõe sobre a proteção e preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, e dá outras providências.**

#### **Livros de Memória:**

ALBERNAZ, O. B. **Reminiscências**. Goiânia. Editora Kelps. 1992.

GOIÂNIA, Prefeitura Municipal de. **Memória Cultural: ensaios da história de um povo**. Goiânia, 1985.

QUEIROZ, L. A. **O velho cacique**. (Pedro Ludovico Teixeira). Depoimentos. Editora Kelps. Goiânia. 1997.

SOUZA, A. P. **Goiânia. A saga dos pioneiros**. Edição do autor. Goiânia. 1989.

TEIXEIRA, P. L. **Memórias**. Livraria e Editora Cultura Goiana. Goiânia. 1973.

TELES, J. M. **Eu te vejo, Goiânia! Painel Memória Goianiense**. Editora Kelps. Goiânia. 2005.

TELES, J. M. (Org.). **Memórias Goianienses**. Editora UCG. Goiânia. 1986.

#### **Livros, artigos de revistas acadêmicas e de caráter institucional.**

ALBERTI, V. **Beyond the versions: possibilities of the narrative in oral history interviews**. Trabalho apresentado na XIIIth International Oral History Conference “Memory and Globalization”. Rome, Italy, June 23-26.2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Acesso em 15 mar. 2006

ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Editora DP&A. Rio de Janeiro. 2003.

ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Editora DP&A. Rio de Janeiro. 2003.

ADAMS, B. **O patrimônio de Florianópolis. Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história**. Editora da UFSC. Florianópolis. 2002.

ALENCAR, J. **O sertanejo**. Clube do livro. São Paulo. 1952.

ALMEIDA, C. R. **História e Sociedade em Bernardo Élis: Uma abordagem sociológica de O Tronco**. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2003.

ALTMANN, E. **Imagens do monumental: memória e identidade construídas pelo cinema nacional**. Disponível em: [http://www.ifcs.ufrj.br/~nusc/eliska\\_contemporanea.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~nusc/eliska_contemporanea.pdf). Acesso em mai. 2005.

AMADO, J.; GARCIA, L.; PALACÍN, L. **História de Goiás em Documentos. I Colônia**. Ed. UFG. Goiânia. 1995.

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Edições 70. Lisboa. 2005.

ARANTES, A. A. (org.) **O Espaço da Diferença**. Ed. Papyrus. São Paulo. 2000.

ARRAIS, C. A. As imagens da cidade e a memória do conflito. In: **Memória e Região**. Ed. UFG/Ministério da Integração Nacional. Brasília. 2002.

ARRUDA, M. A. N.º e GARCIA, S. G. **Florestan Fernandes. Mestre da Sociologia Moderna**. Editora Paralelo 15. Brasília. 2003.

AZEVEDO, R. M. Uma Idéia de Metrópole no Século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol 18, n. 35. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000100007&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100007&lng=es&nrm=iso). Acesso em 10 out 2006.

BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 1996.

BARBOSA, O. **Goiáz. 1930-1935. Álbum**. Casa Impressora Irmãos Vitale. São Paulo. S.d.

BARREIRA, I.A. F. A Cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. **Sociologias**. Porto Alegre. 2003. n.9, jan./jun.

BARREIRA, C. M. A. **Região da Estrada do Boi. Usos e Abusos da Natureza**. Editora UFG. Goiânia. 1997.

BARRETO, R. F. B. N. Estratégias da memória: a criação do Museu Pedro Ludovico Teixeira. In: **Memória e Região**. Ed. UFG/Ministério da Integração Nacional. Brasília. 2002.

BARROS, J. M. O discurso da modernidade. A função de Belo Horizonte como marco enunciativo. **Os Urbanitas - Revista de Antropologia Urbana**. Vol. 1. 2004.

BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. **A Construção da Realidade**. Editora Vozes. Petrópolis, 1985.

BERMAN, M. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. A Aventura da Modernidade**. Companhia das Letras. São Paulo. 1986.



- BITTENCOURT, L. A fotografia como instrumento etnográfico. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro. 1992.
- BOAS, F. **Antropologia cultural**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2004.
- BOLLE, W. **Fisiognomia da Metrópole Moderna**. FAPESP e EDUSP. São Paulo. 2000.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Difel. Lisboa. 2001.
- BOSI, E. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Estudos Avançados**. São Paulo. Vol 17 n. 47 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100012). Acesso em: 18 jan. 2006
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3<sup>a</sup> ed. Companhia das Letras. São Paulo. 1994.
- BOTELHO, T. R.... [et al.]. **Goiânia Cidade Pensada**. Editora UFG. Goiânia. 2002.
- BRANDÃO, C. R. **A Cultura na Rua**. Editora Papyrus. São Paulo. 1989.
- BRANDÃO, C. R. A. **A Festa do Santo de Preto. Rio de Janeiro**. FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore/ UFG. Goiânia. 1985.
- BRANDÃO, C. R. A; RAMALHO, J. R. **Campesinato Goiano**. Editora UFG. Goiânia. 1986.
- BRESCIANI, M. S. Cidade e historia. In: **CIDADE: historia e desafios**. OLIVEIRA, L. L. (Org). Ed. FGV. Rio de Janeiro. 2002. Cap. 1. p. 16-35.
- BRUNO, F.; SAMAIN, E. Imagens de velhice, imagens da infância formas que se pensam. **Cadernos CEDES**. Campinas Vol. 26, n. 68. jan./abr. 2006. p. 21-38.
- BURUMA, I.; MARGALIT, A. **Ocidentalismo. O ocidente aos olhos de seus inimigos**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2006
- BURKE, P. A cidade pré-industrial como centro de informa o e comunica o. Francisco de Castro Azevedo (Trad.). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol 8, n. 16. 1995. p. 193-203.
- CÂMARA, J. **Os tempos da mudança**. Edi o do autor. Goiânia. 1967.
- CAMPOS, F. I. **Coronelismo em Goiás**. Editora UFG. Goiânia. 1987.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. EDUSP. São Paulo. 2003.
- CANEZIN, M. T.; LOUREIRO, W. N. **A Escola Normal em Goiás**. Editora UFG. 1994.
- CARDOSO, R. (org) **A Aventura Antropológica**. Editora Paz e Terra. São Paulo. 1997.

CARVALHO, E. R. **Construções de Goiânia**. In: Goiânia cidade pensada. Editora UFG. Goiânia. 2002.

CASCUDO, L. da C. **Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica**. Edições FUNARTE/INF; Achiamé; UFRN. Rio de Janeiro. 1983.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 2000.

CAVALCANTI, L. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro. Capítulo 10, p.179-189. 1999. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Acesso em: 20 fev. 2006.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Ed. Vozes. Petrópolis. 1994.

CHARTIER, R. “Cultura Popular” revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 8, n. 16. 1995. p. 179-192.

CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás. Da construção da decadência aos limites da modernidade**. Ed. UFG. Goiânia. 1997.

CHAUL, N. N. F. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. CEGRAF UFG. Goiânia. 1988.

CHAUL, Nasr F.; RIBEIRO, Paulo R. (orgs.). **Goiás. Identidade. Paisagem**. Tradição. Ed. UCG. Goiânia. 2001

COELHO, G. N. O Art Decó e a Política Modernizadora na Fundação de Goiânia. In: Goiânia cidade pensada. Editora UFG. Goiânia. 2002.

COELHO, G. N.; VALVA, M. D. **O Patrimônio Cultural Edificado**. Ed. UCG. 2001.

COSTA; O. O Mês de Fevereiro na História de Goiaz. **Revista Oeste**. Goiânia. Março de 1943. Nº2 ano II

CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. **Revista de Historia Regional**. Vol. 5 n. 2. 2000. p. 39-56

D'ANGELO, M. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**. São Paulo. Vol.20, n.56. 2006. jan.-abr. p. 237-250. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100016) Acesso em 14 out 2006.

DAHER, T. Goiânia. **Uma Utopia Européia no Brasil**. ICBC. Goiânia. 2003.

- DAVIDOFF, C. **Bandeirantismo: verso e reverso**. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1984.
- DELGADO, A. F. Goiás: A Invenção da Cidade “Patrimônio da Humanidade”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. Ano XI, n. 23, jan/jun 2005. p. 113-143.
- DEMO, P. **Pesquisa Participante. Saber Intervir Juntos**. Editora Líber Livro. Brasília. 2004.
- DURAND, G. **O Imaginário. Ensaio Acerca das Ciências e da Filosofia da Imagem**. Editora Difel. Rio de Janeiro. 1998.
- DURHAM, E. R. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo. Vol. 41 n. 2. 1998.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **A Memória Como Espaço Fantástico**. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS.2000. 16 f. – (Iluminuras; n. 2)
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **A retórica do mito do Progresso, “Brasil, um país sem memória”**. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS.2000. 14 f. – (Iluminuras; n. 7).
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia d duração**. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos visuais, PPGAS/UFRGS. 2000. 15f. – (Iluminuras; n.4).
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **Imagens recolocadas: pensar a imagem como instrumento de pesquisa e análise do pensamento coletivo**. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS.2000. 12 f. – (Iluminuras; n. 8).
- ECKERT, C. **Memória e identidade: Estudo Etnográfico dos Ritmos Temporais e da Duração Social de uma Comunidade de Trabalho no Sul da França**. II Semana de Antropologia. Goiânia. 1997.
- ÉLIS, Bernardo. **O Tronco**. José Olympio Editora. Rio de Janeiro. 1988.
- FALCON, F. **História Cultural. Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. Editora Campus. Rio de Janeiro. 2002.
- FERREIRA, A. C. **A Epopéia Bandeirante: Letrados, Instituições Históricas (1870-1940)**. Editora UNESP. São Paulo. 2002.
- FERREIRA, J. L. A Cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 3, n. 6. 1990. p. 180-195.

FERREIRA, L. M. A.; ORRICO, E. G. D. (Orgs.) **Linguagem, Identidade e Memória Social. Novas Fronteiras, Novas Articulações**. Editores UNI-RIO, FAPERJ E DP&A Editora. Rio de Janeiro. 2002.

FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M. e ALBERTI, V. (orgs.) *et al.* **História Oral. Desafios para o Século XXI**. Editora FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz e FGV/CPDOC. Rio de Janeiro. 2000.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo**. Ed. UFRJ; MinC/IPHAN. Rio de Janeiro. 1997.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Editora DP&A. Rio de Janeiro. 2003.

FREYRE, G. Casa-Grande e Senzala. Editora José Olympio. 1988.

FREITAG, B. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. **Revista Eletrônica do PIP Itinerâncias Urbanas**. Brasília. 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/sol/urbanidades/barbarafreitag.htm>. Acesso em 03 out. 2006.

FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**. Vol. 19, n. 55. 2005. p. 367-376

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2006.

GEERTZ, C. **Interpretação da Cultura**. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 1998.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Editora UFRJ/MinC - IPHAN. Rio de Janeiro. 2002.

GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. . In: **CIDADE: historia e desafios**. OLIVEIRA, L. L. (Org). Ed. FGV. Rio de Janeiro. 2002. Cap. 6. p. 108-123.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Editora DP&A. Rio de Janeiro. 2003.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre ano XI, vol. 11 n. 23 jan./jun. 2005. p. 15-36.

GUIBERNAU, M. **Nacionalismos. O Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1997.

**HABITUS**. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. Universidade Católica de Goiás. Editora UCG. Vol. 2 n.1 jan./jun. 2004.

- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Ed. Centauro. São Paulo. 2004.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. SILVA, T. T.; LOURO, G. L. (Trads.). DP&A Editora. Rio de Janeiro. 2004.
- HAROUEL, J. L. **História do Urbanismo**. Ed. Papirus. São Paulo. 2005.
- HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1997.
- HOCHMAN, G. Logo ali no final da Avenida: Os Sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. v. 5. jul. 1998. p. 271-235. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400012&script=sci_arttext) Acesso em jan 2006.
- IÑIGUEZ, L. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Editora Vozes. Petrópolis. 2004.
- JOUTARD, P. Reconciliar História e Memória. Tânia Gandon (Trad). **Revista da FAEEBA – Educação e Comportamento**. Salvador. Vol. 14 n. 23. jan.-jun. 2005. p. 205-212. Disponível em: [www.revistadafaceba.uneb.br/n23/21joutard.pdf](http://www.revistadafaceba.uneb.br/n23/21joutard.pdf). Acesso em 02 out 2006.
- KUSCHNIR, K.; VELHO, G. **Pesquisas Urbanas. Desafios do Trabalho Antropológico**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2003.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Ed. UFMG. Belo Horizonte. 2004.
- LEITE, R. P. **Contra-Usos da Cidade. Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea**. Editora Unicamp, Campinas e Editora UFS, Aracaju. 2004.
- L'ESTOILE, B.; NEIBURG, F.; SIGAUD, L. (Orgs.). **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Editora Relume Dumará/FAPERJ. Rio de Janeiro. 2002.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. Editora Perspectiva do Homem e Edições 70. Lisboa. 1981.
- LIMA, A. C. B. R. **Do nomadismo a cidade: um estudo sobre o conceito de urbano na obra de Henri Lefebvre**. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/IA8online/artigoAB.htm>. Acesso em 02 out. 2006.
- LIMA, E. F. W. Preservação do patrimônio: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro. Patrimônio. **Revista eletrônica do IPHAN. Grandes cidades n. 2 - nov.-dez. 2005**. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=120>. Acesso em 06 out. 2006.
- LIMA FILHO, M. F. e BEZERRA, M. **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil**. Editora Alternativa. Goiânia. 2006.

LIMA FILHO, M. F. **O Desencanto do Oeste**. Editora da UCG. Goiânia. 2001.

LOPES, J. R. Os caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na psicologia social. **Revista de Psicologia Social**. V. 14, n. 01, jan – jun. Porto Alegre. 2002

LOPONTE, L. G. Sexualidade, arte visuais e poder: pedagogia visuais do feminismo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. 2002. Vol. 10, n. 2. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 set. 2006.

LOVISOLO, H. A Memória e a Formação dos Homens. **Estudos Avançados**. Rio de Janeiro. Vol 2 n. 3 1989. p. 16-28.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Editora Martins Fontes. São Paulo. 1999.

MAGNANI, J. G. C. A [Antropologia Urbana e os desafios da Metrópole](#). N.A.U. da USP. Publicado on-line em agosto de 2005. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/AntropologiaUrbanadesafiosmetropole.html> Acesso em 22 nov. de 2006.

MAGNANI, J. G. C. A Rua Quinze de Praça a Praça: um Exercício Antropológico. N.A.U. da USP. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/magnaniruaquinze.html>. Acesso em 22 jul. 2005. Acesso em 18 ago 2006.

MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (Orgs). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo. EDUSP/FAPESP. 1996, 319 p.

MAGNANI, J. G. C. [Rua, símbolo e suporte da experiência urbana](#). N.A.U. da USP. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/ruasimboloesuporte.html>. Acessado em 24 jul 2005.

MANSO, C. F. A. (Org.) **Goiânia art decó: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê** de tombamento. Seplan. Goiânia. 2004.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia** (Vol. I). SP: EPU/EDUSP, 1974.

MELO NETO, J. C. **Morte e Vida Severina. E outros poemas para vozes**. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 2000.

MELLO, M. M. **Goiânia: cidade de pedras e de palavras**. Ed. UCG/UFG. Goiânia. 2006.

MENEGUELLO, C. [O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos](#). Patrimônio. **Revista eletrônica do IPHAN. Grandes cidades** n. 2 - nov.-dez. 2005. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=121>. Acesso em 06 out 2006.

MENESES, U. T. B. Memória e cultura. Memória a material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**. n. 21. 1998/1 Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>. Acesso em 17 out. 2006.

MENESES, U. T. B. **Preservação de Acervo Contemporâneos Problemas conceituais.** Disponível em: <http://www.macvirtual.usp.br/mac/arquivo/noticia/Ulpiano/Ulpiano.asp>. Acesso em 22 set 2006.

MESSENTIER, L. M. O Patrimônio no centro da metrópole: Rio de Janeiro, final do século XX. Patrimônio. **Revista eletrônica do IPHAN.** *Grandes cidades* n. 2 - nov.-dez. 2005. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=99>. Acesso em 06 out. 2006.

MESQUITA, Z.; SILVA, V.P. Lugar e imagem: desvelando significados. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro. N. 34. 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/389.pdf>. Acesso em 30 out 2006.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como Nasceu Goiânia.** Gráfica e Editora Líder. Goiânia. 1979.

MOOG, V. **Bandeirantes e Pioneiros: Paralelos entre Duas Culturas.** Editora Globo. Rio de Janeiro. 1955.

MOREIRA, R.L. Os diários pessoais e a (re)construção histórica. **Revista Estudos Históricos** n. 17. 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/217.pdf>. Acesso em: 17 jan 2006.

MOTTA, L. Cidades mineiras e o IPHAN. In: **CIDADE: historia e desafios.** OLIVEIRA, L. L. (Org). Ed. FGV. Rio de Janeiro. 2002. Cap. 7. p. 124-139.

NASCIMENTO, R. A. Charles Baudelaire e a arte da memória. **Alea: Estudos Neolatinos** Vol. 7, n. 1, jan.-jun. 2005. p. 49-63. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-106X2005000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000100004). Acesso em 18 jul 2006.

OLIVEIRA, A. M. V. **Uma Ponte para o Mundo Goiano do Século XIX: Um Estudo da Casa Meia-Pontense.** Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia. 2001.

OLIVEIRA, C. M. S. Monumentos e Memória. **Veredas-Revista Científica de Turismo.** Ano I n. 1, julho de 2002. p. 145-146

OLIVEIRA, E. C. **História Cultural de Goiânia.** Editora Alternativa. Goiânia. 2003.

OLIVEIRA, L. L. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: **Manguinhos: história, ciência, saúde.** Rio de Janeiro : Casa Oswaldo Cruz, 1998. v. 5. p. 195-215.

OLIVEIRA, L. L. Cultura urbana no Rio de Janeiro. In **Rio de Janeiro: uma cidade na historia.** FERREIRA, M. M. (Coord.). Ed. FGV. Rio de Janeiro. 2000. Cap. 6. p. 140-149

OLIVEIRA, L. L. Memórias do Rio de Janeiro. In: **CIDADE: historia e desafios.** OLIVEIRA, L. L. (Org). Ed. FGV. Rio de Janeiro. 2002. Cap. 9. p. 156-173.

OLIVEIRA, R. C. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. Livraria Pioneira Editora. São Paulo. 1976.

OLIVEIRA, R. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil Profundo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 22. n. 44. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200012) Acesso em: 03/08/2006.

OLIVEN, R. O Itinerário da Antropologia Urbana do Ponto de vista da Jornada de um Autor: Uma conversa com Ruben Oliven. In: **Horizontes Antropológicos**. Entrevista concedida a Ana Luíza Carvalho da Rocha, publicada em junho/2000.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos**. Editora Pontes. São Paulo. 1999.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. Editora Brasiliense. São Paulo. 1988.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. Editora Brasiliense. São Paulo. 1986.

PAIVA, E. F. **História & Imagens. História e Reflexões**. Ed. Autêntica. Belo Horizonte. 2002.

PALACIN, L. **Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás**. Editora Oriente. Goiânia. 1976.

PALÍNIA, M. Quase um Conto... **Revista Oeste**. Ano II. Nº 4 maio de 1943.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: **O fenômeno urbano**. VELHO, O. Jorge Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1976.

PECHMAN, R. M. **Cidades Estreitamente Vigeadas. O detetive e o urbanista**. Ed. Casa da Palavra. Rio de Janeiro. 2002.

PESAVENTO, S J. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro(porto Alegre, passagem do século XIX ao Século XX). **Revista Brasileira de Historia**. São Paulo. Vol. 19, n. 37. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100010&script=sci_arttext). Acesso em: 15 fev 2006.

PESAVENTO, S J Muito além do espaço: por uma historia cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 8, n. 16. 1995. p. 279290.

PIMENTEL, S. **O Chão é o Limite. A Festa do Peão de Boiadeiro e a Domesticação do Sertão**. Editora UFG. Goiânia. 1997.



- PINHEIRO, A. I. F. Aprendendo com o patrimônio. In: **CIDADE: historia e desafios**. OLIVEIRA, L. L. (Org). Ed. FGV. Rio de Janeiro. 2002. Cap. 8. p. 140-155.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212. Disponível em: [www.cpdoc.fgo.br/revista/arq/104.pdf](http://www.cpdoc.fgo.br/revista/arq/104.pdf). Acesso em 21 out. 2006.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15. Disponível em: [www.cpdoc.fgo.br/revista/arq/43.pdf](http://www.cpdoc.fgo.br/revista/arq/43.pdf). Acesso em 20 out. 2006.
- PONTUAL, V. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. **Revista Brasileira de Historia**. São Paulo. Vol. 21, n. 42. 2001. p. 417-434.
- RAMINELLI, R. História Urbana. In: **Domínio da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Editoria Campus. Rio de Janeiro. 1997.
- RAMOS, G. **Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo**. Rio de Janeiro: Ed. Andes, 1954.
- RAMOS, G. **O processo da sociologia no Brasil**. Rio de Janeiro, Andes, 1953.
- RAMOS, H. C. **Tropas e Boiadas**. Editora UFG/ AGEPEL. Goiânia. 1998.
- RAMOS, M. H.(Org.) **Metamorfose Sociais e Políticas Urbanas**. DP&a Editora. Rio de Janeiro. 2003.
- REZENDE, V. F. Planos e regulação urbanística: a dimensão narrativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: **CIDADE: historia e desafios**. OLIVEIRA, L. L. (Org). Ed. FGV. Rio de Janeiro. 2002. Cap. 15. p. 256-281.
- REIS, J. C. **As Identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC**. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1999.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. Companhia das Letras. São Paulo. 2006.
- RODRIGUES, M. De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a pratica preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro. s.d.
- ROLNIK, R. **O que é a cidade**. Coleção primeiros passos. Editora Brasiliense. 1988.
- ROSA, D. R. A. Negro, ciência e pensamento social. **Revista de Iniciação Científica da FFC**. São Paulo. Vol. 4 n. 3. 2004.
- ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1986.
- ROSSI, A. **A Arquitetura da Cidade**. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 2001.

- SANDES, N. F. Memória e história de Goiás. In: **Memória e Região**. Ed. UFG/Ministério da Integração Nacional. Brasília. 2002.
- SANDES, N. F. **Memória e Região**. Ed. UFG/Ministério da Integração Nacional. Brasília. 2002.
- SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Editora DP&A. Rio de Janeiro. 2003.
- SANTOS, A. C. M. Entre a Destruição e a Preservação: Notas para o Debate. In: SCHIAVO, C.; ZETTEL, J. (Orgs.) **Memória, Cidade e Cultura**. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 1997. p. 15-27.
- SCHNEIDER, J. Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. **Mana**. Vol. 10, n. 1. 2004. p. 97-129.
- SCHWARCZ, L. M.; QUEIROZ, R. S. (Orgs.) **Raça e Diversidade**. EDUSP. São Paulo. 1996.
- SCHWARCZ, L.M. Espetáculo da Miscigenação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.8, n. 20, 1994. Cap. 8. p. 137-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf> . Acesso em 02 ago. 2006.
- SENA, C. S. **Interpretações dualistas do Brasil**. Editora da UFG. Goiânia. 2003.
- SEYFERTH, G. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**. Vol. 3, n. 1.1997. p. 95-131.
- SILVA, B. (Org.). **Dicionário de Ciências Sociais**. 2ª edição. Fundação Getúlio Vargas e Fundação de Assistência ao Estudante/MEC. Livro-Rio Editora e Divulgadora LTDA. Distribuidora da: Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1987.
- SILVA, C. N. **Goiânia. Origem, projetos, concretização**. Edição do autor. Goiânia. 1993.
- SILVA, L. S. D. (Org.) **Relações Cidade-Campo: Fronteiras**. Editora UFG/AGEPEL. Goiânia. 2000.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Editora Vozes. Petrópolis. 2000.
- SILVA, T. T. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Editora Vozes. Petrópolis. 2000.
- SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**. Vol. 11, n. 2. 2005. p. 577-591.
- SMOLKA, A. L. B. A Memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade**. Ano XXI, n. 71, jul. de 2000. p. 166-193.
- SOUZA, J.; ÖELZE, B. (Orgs.) **Simmel e a Modernidade**. Editora UnB. Brasília. 2005.

TEIXEIRA, M. D. L. **Mauro Borges e a Crise Político-Militar de 1961 em Goiás. Movimento da Legalidade.** Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília. 1994.

TELES, J. M. **Crônicas de Goiânia.** Editora Kelps. Goiânia. 1998.

THOMSON, A. Reconstituo a Memória: Questões sobre a Relação entre a História Oral e as Memórias. In: **Projeto História.** Educ- Editora da PUC-SP. São Paulo. 1981.

VAZ, M. ZARATE, M. H. **A experiência moderna no cerrado goiano.** <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp341.asp>. Acesso em 22 set. 2006

VELHO, G., MACHADO DA SILVA, L. A. **Organização Social do Meio Urbano.** Anuário Antropológico 76. Tempo Brasileiro. 1977, p.71-82.

VELHO, G. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social.** Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1982.

VELHO, G. Antropologia e cidade. In: **CIDADE: historia e desafios.** OLIVEIRA, L. L. (Org). Ed. FGV. Rio de Janeiro. 2002. Cap. 2. p. 36-41.

VELHO, G. (Org.) **Antropologia Urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal.** Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1999.

VELHO, G. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. In: **Horizontes Antropológicos.** A cidade moderna n 13. Porto Alegre. PPGAS. 2000. p. 15-26

VELHO, G. **Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea.** Jorge Zahar Editor. 1994.

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas.** Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1994.

VENEU, M. G. O Flâneur e a Vertigem. Metrópole e Subjetividade na obra de João do Rio. **Estudos Históricos.** V. 3, n. 6. 1990. p. 229-243.

VENTURA, R. Um Brasil mestiço: Raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: Carlos Guilherme Mota. (Org.). **Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000).** Senac. São Paulo. 2000.

XAVIER, H. N. Gestão urbana das cidades brasileiras: impasses, alternativas. In: **CIDADE: historia e desafios.** OLIVEIRA, L. L. (Org). Ed. FGV. Rio de Janeiro. 2002. Cap. 16. p. 282-295.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** Editora UnB. Brasília. Bodmin, Cornwall. 1991.

WEGNER, R. **A Conquista do Oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda.** Editora da UFMG. Belo Horizonte. 2000.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: **O fenômeno urbano.** VELHO, O. (Org.). Jorge Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1976.

WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas.** Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1976.

WOORTMANN, E. F. A Árvore da Memória. **Série Antropológica.** 1994. Disponível em: [www.unb.br/ics/dan/Serie159empdf.pdf](http://www.unb.br/ics/dan/Serie159empdf.pdf). Acesso em 15 set 2006.

### **Periódicos:**

BRAGA, M. J. Traçado do Centro de Goiânia pode ser tombado. **O Popular.** 02 set de 2002. Goiânia. Caderno Cidades, p.03

BRAGA, M. J.; OLIVEIRA, C. De volta ao tempo dos jardins. **O Popular.** 16 ago de 2002. Goiânia. Caderno Cidades, p.03.

FARIA, E. Fora do Lar. **Jornal O Lar.** 01 de jan de 1930. Cidade de Goiás. Coluna, p.04. Ano IV. Num. 81.

Revista Globo Rural Disponível  
em: <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/1,6993,EEC385576-1641,00.html>. Acesso em:  
dez 2006.

GONÇALVES, H. Contribuição para a história de Goiânia. Destruição política dos patrimônios. **O Popular.** 01 nov de 1979. Goiânia.

LUSTOSA, I. Clifford põe em questão a etnografia. **Jornal do Brasil.** 10 jul 1999. Rio de Janeiro. Idéias.

OLIVEIRA, R. Olhos para o Centro. **Gazeta Popular.** 13 jan de 2002. Goiânia.

RIBEIRO JÚNIOR, H.; SILVA, J. M. Goiânia. A cidade que se esquece. Sem a necessária preservação e até mesmo demolido sem cerimônia, patrimônio histórico de Goiânia pode estar em vias de extinção. **Jornal Opção.** 26 jan 2002. Goiânia.

S.A. Lobato em Goiânia. Um depoimento de Mário Donato. **Folha de Goiás.** 20 abr de 1982. Goiânia.

S.A. Museu Pedro Ludovico terá espaço cultural. **O Popular.** 10 jan de 2002. Goiânia. Caderno 2, p.07.

S.A. Sítios históricos. Resquícios do que se foi... **Jornal Coletivo**. 24 a 30 out de 2001. Goiânia.

TIMM, N. Lembranças afetivas. **O Popular**. 21 out de 2002. Goiânia. Magazine, p.01.